

Eliézer Cardoso de Oliveira



1545744

IMAGENS E MUDANÇA CULTURAL EM GOIÂNIA

IMAGENS E MUDANÇA CULTURAL EM GOIÂNIA

para
Agrárias à Comissão examinadora da Universidade Federal
de Goiás, sob a orientação do Prof. Dr. Luiz Sérgio Duarte
da Silva.

CB
1545744

Universidade Federal de Goiás

1999

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: Dissertação Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

Nome completo do autor: *Eliezer Cardoso de Oliveira*

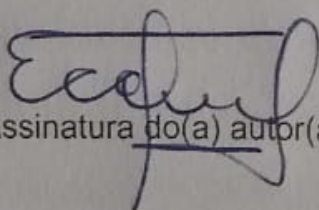
Título do trabalho: *Imagens e mudança cultural em*

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO

4. Data da defesa:

23 / 12 / 1999


Assinatura do(a) autor(a)

Data: 30 / 03 / 2021

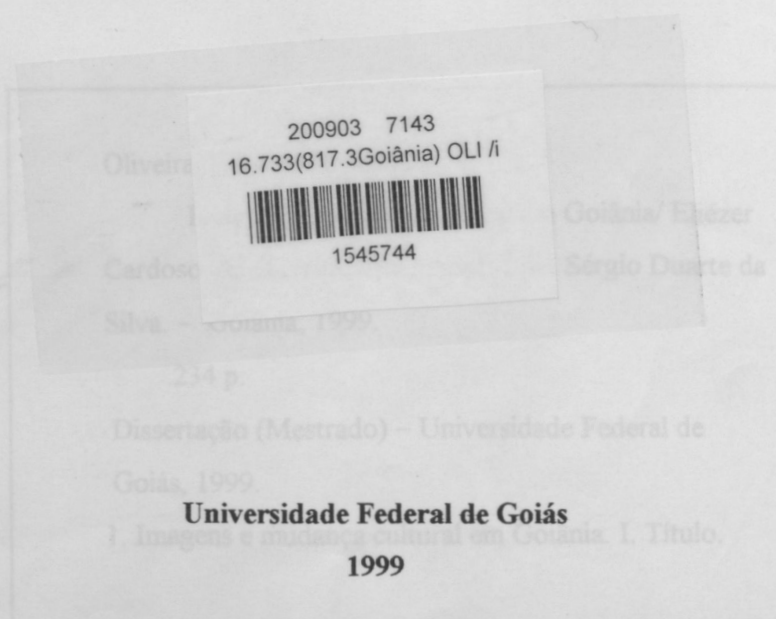
Eliézer Cardoso de Oliveira

1545749



IMAGENS E MUDANÇA CULTURAL EM GOIÂNIA

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em História das Sociedades Agrárias à Comissão examinadora da Universidade Federal de Goiás, sob a orientação do Prof. Dr. Luiz Sérgio Duarte da Silva.





COMISSÃO EXAMINADORA

[Faint handwritten signatures and names over horizontal lines]
Regina Beatriz [illegible]

Oliveira, Eliézer Cardoso de.

Imagens e mudança cultural em Goiânia/ Eliézer
Cardoso de Oliveira; Orientador: Luiz Sérgio Duarte da
Silva. – Goiânia, 1999.

234 p.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de
Goiás, 1999.

1. Imagens e mudança cultural em Goiânia. I. Título.



AGRADECIMENTOS

Algumas pessoas, mesmo que não envolvidas diretamente neste trabalho, merecem ser citadas aqui, pois estão envolvidas na minha vida. Refiro a minha Mãe, Ester; meu Pai, Valdevino; minha irmã, *Khida*; o Mikael, minha avó Hercília, meus amigos de Aragoiânia e muitos outros.

Quanto a este trabalho, agradeço ao meu orientador Dr. Luis Sérgio pela *paciência* desde os tempos em que eu era aluno. O apoio de todos os professores e funcionários do Programa do Mestrado em História da UFPA, da UFPA e a CAPES pelo financiamento deste trabalho. Aos colegas, agradeço ao colega *Carla* pelas suas valiosas e aproveitadas dicas.

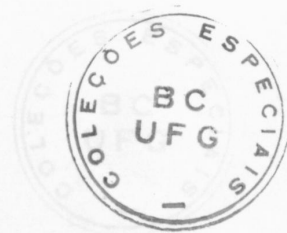
COMISSÃO EXAMINADORA

[Handwritten signature]

Registro minha gratidão para com os funcionários do Arquivo Estadual de Goiás, em especial a Dona Carmen, para o empréstimo de livros da Telegoias e da Biblioteca do Centro de Informação e Documentação (CEN), por aguentarem um intruso durante tanto tempo.

[Handwritten signature]

Agradeço a Diane, minha namorada, a parte mais agradável do Mestrado, que conhece (ou tenta) cada pedacinho do desenvolvimento deste trabalho.



AGRADECIMENTOS

Este trabalho propõe estudar a mudança da cultura e da imagem da cidade de Goiânia desde a sua construção até os dias atuais, tendo como principal hipótese que é representada de forma

Algumas pessoas, mesmo que não envolvidas diretamente neste trabalho, merecem ser citadas aqui, pois estão envolvidas na minha vida. Refiro a minha Mãe, Ester; meu Pai, Valdivino; minha Irmã, *Kiula*; o Mikael, minha avó Hercília, meus amigos de Aragoiânia e muitos outros.

Quando a este trabalho, agradeço ao meu orientador Dr. Luís Sérgio pela *paciência* desde os tempos em que eu era aluno de graduação em História, seu *apoio* foi fundamental para continuação da minha vida acadêmica. Agradeço também aos professores e funcionários do Programa do Mestrado em História das Sociedades Agrárias da UFG e a CAPES pelo financiamento deste trabalho. Aos colegas, agradeço em especial a Cris, pelas suas valiosas e aproveitadas dicas.

Registro minha gratidão para com os funcionários do Arquivo Estadual de Goiás, em especial a Dona Carmen; para os da Divisão de Listas Telefônicas da Telegoiás e da Biblioteca do Centro de Informação da CNEN, por agüentarem um intruso durante tanto tempo.

Agradeço a Diane, minha namorada, a parte mais agradável do Mestrado, que conhece (*tadinha!*) cada pedacinho do desenvolvimento desde trabalho.



RESUMO

Este trabalho propõe estudar a mudança da cultura e da imagem da cidade de Goiânia desde a sua construção até os dias atuais, tendo como principal hipótese que é representada de forma ambígua pelos seus moradores. Utiliza a contribuição metodológica da História Cultural, especificamente das tipologias desenvolvidas por Hayden White, baseadas nos tropos da linguagem que serviu de referência para a segunda parte deste trabalho, As Imagens, em que foi analisada a representação de Goiânia nos discursos mudancistas (Cap. IV), acadêmico (Cap. V) e literário (Cap. VI).

Para não ficar apenas nos estudos de imagem, na primeira parte deste trabalho fez-se uma análise da mudança cultural de Goiânia, organizando o material em três conceitos que correspondem aos capítulos – A cidade Provinciana (Cap. I), A Metrópole (Cap. II) e a Cidade pós-moderna (Cap. III).

Ciência é sabedoria

Elsário Félix da Silva (1914-1999) – meu avô – (a definição mais reflexiva de ciência que conheço)



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
PARTE I - A MUDANÇA CULTURAL EM GOIÂNIA	28
CAP. I - A CIDADE PROVINCIANA	29
1. CAMPINAS	30
1.1 De Campinas a Goiânia	39
2. ASPECTOS PROVINCIANOS DE GOIÂNIA	46
2.1 O número de habitantes	47
2.2 Memória coletiva: tipos de ruas e crimes bárbaros	49
2.3 O lazer	54
2.4 O reflexo do espelho: as imagens provincianas de Goiânia	58
3. O CONCEITO DE TRADIÇÃO	63
CAP. II - A METRÓPOLE	70
1. BRASÍLIA	71
2. MUDANÇA CULTURAL	76
2.1 Futebol	76
2.2 Lazer	77
2.3 Música	84
3. CARACTERÍSTICAS MODERNAS DE GOIÂNIA	88
3.1 A cidade numerada	88
3.2 Mercado	90
3.3 Transporte urbano	93
3.4 Tecnologia, arte e cultura moderna	96
4. O CONCEITO DE MODERNIDADE	102
CAP. III - A CIDADE POS-MODERNA	
1. AS CIDADES DO ENTORNO	107
1.1 O processo de metropolização	107
1.2 Mudança cultural nas cidades do Entorno	
1.2.1 Formas de ajuda mútua	107
1.2.2 Lazer	107
1.2.3 Economia	109
1.3 Discursos da metropolização	123
1.3.1 Discursos utópicos	123
1.3.2 Discursos críticos	125
2. O ACIDENTE COM O CÉSIO 137 EM GOIÂNIA	130
3. CARACTERÍSTICAS POS-MODERNAS DE GOIÂNIA	134
3.1 A cidade ecológica	134
3.2 Lazer	141
3.3 Shopping Center	143

Ciência é sabedoria

Elisiário Félix da Silva (1914-1999) – meu avô – (a definição mais reflexiva de ciência que conheço)



SUMÁRIO

3.4. Moradia	143
3.5. Preocupação com o passado	146
3.6. Prostração	149
INTRODUÇÃO	09
PARTE I – A MUDANÇA CULTURAL EM GOIÂNIA	28
CAP. I – A CIDADE PROVINCIANA	29
1. CAMPINAS	30
1.1 De Campinas a Goiânia	39
2. ASPECTOS PROVINCIANOS DE GOIÂNIA	46
2.1 O número de habitantes	47
2.2 Memória coletiva: tipos de ruas e crimes bárbaros	49
2.3 O lazer	54
2.4 O reflexo do espelho: as imagens provincianas de Goiânia	58
3. O CONCEITO DE TRADIÇÃO	63
CAP. II – A METRÓPOLE	70
1. BRASÍLIA	71
2. MUDANÇA CULTURAL	76
2.1. Futebol	76
2.2. Lazer	77
2.3. Moradia	84
3. CARACTERÍSTICAS MODERNAS DE GOIÂNIA	88
3.1 A cidade numerada	88
3.2 Multidão	90
3.3 Transporte urbano	93
3.4 Tecnologia, arte e cultura moderna	96
4. O CONCEITO DE MODERNIDADE	102
CAP. III – A CIDADE PÓS-MODERNA	107
1. AS CIDADE DO ENTORNO	107
1.1. O processo de metropolização	107
1.2. Mudança cultural nas cidades do Entorno	115
1.2.1 Formas de ajuda mútua	116
1.2.2 Lazer	117
1.2.3 Economia	119
1.3. Discursos da metropolização	123
1.3.1 Discursos ufanistas	123
1.3.2 Discursos críticos	125
2. O ACIDENTE COM O CÉSIO 137 EM GOIÂNIA	130
3. CARACTERÍSTICAS PÓS-MODERNAS DE GOIÂNIA	134
3.1. A cidade ecológica	134
3.2. Lazer	141
3.3. Shopping Center	143



3.4. Moradia	145
3.5. Preocupação com o passado	148
3.6. Prostituição	149
4 O CONCEITO DE PÓS-MODERNIDADE	151
→ PARTE II – AS IMAGENS	156
CAP. IV – AS IMAGENS DE GOIÂNIA NA LITERATURA MUDANCISTA	160
1. O DISCURSO ANTIMUDANCISTA	160
2. AS OBRAS MUDANCISTAS	163
2.1. Relatório sobre a conveniência da mudança da capital	163
2.2. Relatório de Pedro Ludovico Teixeira ao Presidente Getúlio Vargas	164
2.3. Como nasceu Goiânia	164
2.4. Goiânia a metrópole do oeste	170
2.5. Goiânia documentada e Goiânia global	173
3. A LITERATURA MUDANCISTA E O SABER MODERNO	176
CAP. V – A IMAGEM DE GOIÂNIA NAS OBRAS ACADÊMICAS	181
1. AS OBRAS ACADÊMICAS COMO SABER MODERNO	181
2. AS OBRAS ACADÊMICAS COMO OBRAS REALISTAS	188
3. AS OBRAS ACADÊMICAS COMO TEXTO CULTURAL	191
CAP. VI – AS IMAGENS DE GOIÂNIA NA LITERATURA	195
1. A IMAGEM DE GOIÂNIA NOS ROMANCES	196
1.1. <i>Chão vermelho</i>	196
1.2. <i>Veias e vinhos</i>	200
1.3. O Inspetor	203
2. A IMAGEM POÉTICA DE GOIÂNIA	205
2.1. A poesia mudancista	205
2.2. A poesia cômica	209
2.3. A poesia do trauma	213
2.4. A poesia irônica	217
3. A LITERATURA ASSUMINDO A AMBIGÜIDADE	219
CONCLUSÃO	223
FONTES CONSULTADAS	229
BIBLIOGRAFIA	234
ANEXOS	246



O objetivo deste trabalho é o de analisar a mudança cultural e as imagens resultante na cidade de Goiânia. De acordo com Lucrécia D'Alessio Ferrara (1993:203):

A história da imagem urbana colide ou se completa na história cultural da cidade, que vem à luz sempre que focalizamos o espaço urbano na sua dimensão social.

Seguindo esta premissa, os limites temporais deste trabalho serão a construção de Goiânia nos anos 30 até os anos 90. Pode-se questionar essa delimitação temporal, talvez ousada demais para uma dissertação de mestrado, todavia não se trata aqui de uma reconstrução histórica com todos os detalhes da cidade, mas de resolver um problema de natureza histórica-específica.

Goiânia apresenta-se durante a sua história com três imagens básicas: a de uma cidade moderna, a de uma cidade provinciana e a de uma cidade pós-moderna. Estas imagens surgiram em decorrência de determinadas características culturais, dominando certo período e discursos sobre a cidade; porém, a relação entre a imagem e a cultura da cidade nem sempre se completa, muitas vezes colide. O exemplo disso é que nos anos iniciais de Goiânia (décadas de 40-50), ela tinha características culturais provincianas, mas foi representada predominantemente com a imagem de cidade moderna; nos anos 60-70 quando adquiriu características metropolitanas, algumas obras literárias ficcionais criticavam a imagem de cidade moderna e mudanças culturais significativas na cidade, fizeram-na absorver uma imagem pós-moderna.

INTRODUÇÃO

A consequência que essa representação imagética múltipla gera no âmbito mental dos habitantes de Goiânia é a tensão. Como intérpretes da cidade, eles incorporam essas diversas imagens de forma ambígua, gerando confusão. Ambigüidade é a capacidade de fornecer duas ou mais respostas de naturezas diversas a uma mesma pergunta. Assim, a hipótese básica deste trabalho é a de que a ambigüidade a respeito de Goiânia surgiu pela incompatibilidade entre suas características culturais e as diversas interpretações (discursos), produzindo imagens ambivalentes.

O primeiro passo para resolver a questão implica em considerar a cidade, não como um todo homogêneo e coerente, mas como um pólo de tensão. Isso, de acordo com Maria Jéssica Alves (1998: 127), é uma das propostas dos estudos acadêmicos atuais sobre a cidade:

Contemporaneamente, passamos a perceber na Cidade as tensões urbanas que emergem da sociedade de forma fragmentada e diversificada, por seus habitantes, o que contrasta com as



O objetivo deste trabalho é o de analisar a a mudança cultural e as imagens dela resultante na cidade de Goiânia. De acordo com Lucrécia D'Alessio Ferrara (1993:203):

A história da imagem urbana colide ou se completa na história cultural da cidade, que vêm à luz sempre que focalizamos o espaço urbano na sua dimensão social

Seguindo esta premissa, os limites temporais deste trabalho serão a construção de Goiânia nos anos 30 até os anos 90. Pode-se questionar essa delimitação temporal, talvez ousada demais para uma dissertação de mestrado, todavia não se trata aqui de uma reconstrução histórica com todos os detalhes da cidade, mas de resolver um problema de natureza histórica específico.

Goiânia apresenta-se durante a sua história com três imagens básicas: a de uma cidade moderna, a de uma cidade provinciana e a de uma cidade pós-moderna. Estas imagens surgiram em decorrência de determinadas características culturais, dominando certo período e discursos sobre a cidade; porém, a relação entre a imagem e a cultura da cidade nem sempre se completa, muitas vezes colide. O exemplo disso é que nos anos iniciais de Goiânia (décadas de 40-50), ela tinha características culturais provincianas, mas foi representada predominantemente com a imagem de cidade moderna; nos anos 60-70 quando adquiriu características metropolitanas, algumas obras literárias ficcionais criticavam a imagem de cidade moderna; nos anos 80 e 90, mudanças culturais significativas na cidade, fizeram-na absorver uma imagem pós-moderna.

A conseqüência que essa representação imagética múltipla gera no âmbito mental dos habitantes de Goiânia é a tensão. Como intérpretes da cidade, eles incorporam essas diversas imagens de forma ambígua, gerando confusão. Ambigüidade é a capacidade de fornecer duas ou mais respostas de naturezas diversas a uma mesma pergunta. Assim, a hipótese básica deste trabalho é a de que a ambigüidade a respeito de Goiânia surgiu pela incompatibilidade entre suas características culturais e as diversas interpretações (discursos), produzindo imagens ambivalentes.

O primeiro passo para resolver a questão implica em considerar a cidade, não como um todo homogêneo e coerente, mas como um pólo de tensão. Isso, de acordo com Maria Izilda Matos (1998: 127), é uma das propostas dos estudos acadêmicos atuais sobre a cidade:

Contemporaneamente, passamos a perceber na cidade as tensões urbanas que emergem vivenciadas de forma fragmentada e diversificada por seus habitantes, o que contrasta com as



representações nos estudos acadêmicos, técnicos e nas fontes oficiais, onde a cidade apresenta-se como unidade, na realidade a cidade se mostra múltipla.

Acredito que, no caso de Goiânia – isto é uma outra hipótese correlata à primeira –, os estudos acadêmicos, técnicos e as fontes oficiais não consideraram as ambivalências e as tensões da cidade, porque legitimaram suas afirmações no saber científico moderno-universal com a finalidade de encontrar a essência dos acontecimentos histórico-sociais. Não estou simplesmente afirmando ingenuamente a similaridade entre um discurso político e o acadêmico – a diferença principal seria a finalidade de legitimar-se no poder no caso do primeiro; enquanto, no segundo, busca-se uma *verdade* científica. Todavia esses discursos encontram-se no espaço próprio do saber da modernidade, em que os espaços de fuga são mínimos¹. O saber moderno, fundamentado na razão, busca sempre legitimar um projeto homogeneizante de futuro. A fé na possibilidade da razão melhorar o mundo é o que une os diversos desdobramentos do pensamento moderno, seja na política, na ciência, e – em menor escala – na arte moderna.

Segundo Zygmunt Bauman, a modernidade teve como principal objetivo a *busca da ordem*. A antiga ordenação, baseada em critérios teológicos, já não fazia sentido – era sinônima de caos. Convinha, então, dar uma nova ordem ao mundo, isto é, eliminar dele a ambivalência, utilizando o saber moderno. Sua premissa básica era a classificação: a principal era entre ordem e caos. Além dela, havia outras classificações dicotômicas: modernidade-tradição, sagrado-profano, progresso-atraso, etc. De acordo com o autor nessas dicotomias

O segundo membro não passa do outro do primeiro, o lado oposto (degradado, suprimido, exilado) do primeiro e sua criação. (...) Um lado depende do primeiro para o seu planejado e forçado isolamento. O primeiro depende do segundo para sua auto-afirmação (Bauman, 1999:22-23).

Como classificar significa a inclusão de um e, ao mesmo tempo, a exclusão de outro, a própria classificação é uma fonte de ambigüidade, pois ela se torna imperfeita, necessitando sempre de novas classificações. O projeto é infinito, porém cada etapa cumprida é vista como progresso: assim, a modernidade volta-se para o futuro, desvalorizando o passado e o presente. Desse modo, na leitura de Goiânia feita pelos representantes do pensamento moderno (os mudancistas e algumas obras acadêmicas), seus aspectos modernos representam sempre os primeiros membros das dicotomias, por isso os discursos desprezam, na caracterização da cidade, os aspectos tradicionais que poderiam constituir fontes de ambigüidades.



Atualmente, depois de tantas decepções com os resultados da razão moderna instrumental, já não há muitas esperanças no projeto de mudança ou de *dar ordem ao caos* da modernidade. Assim, passa-se a desconfiar até da metodologia de apreensão do mundo herdada do Iluminismo, baseada na razão. Desse modo, tenta-se uma aproximação com áreas de saber menos comprometidas com a racionalidade.

No caso da História, isso se deu com o aparecimento da História Cultural, em que há uma aproximação com a Literatura, reveladora das tensões de um objeto complexo como a cidade. A utilização da literatura como uma fonte para analisar as tensões urbanas é defendida por Charles Monteiro (1998: 35) ao afirmar que a

historiografia silencia sobre a *crise* urbana, os conflitos sociais na cidade [Porto Alegre] e o profundo processo de remodelação urbana (...) para se dedicar a[o] (...) inventário *mítico* dos heróis das origens da conquista e da colonização do estado; enquanto, na literatura, (...) escritores como Érico Veríssimo e Cyro Martins tratariam da questão do êxodo do campo rumo às cidades, dos conflitos entre antigos e novos valores, das tensões e segregações sociais no espaço urbano.

Um dos melhores estudos sobre a cidade, no Brasil, que incorporou as contribuições da História Cultural, foi feito por Sandra J. Pesavento (1999) que analisou as diversas imagens produzidas por Paris, Rio de Janeiro e Porto Alegre valendo-se da utilização da literatura como fonte básica.

No caso específico de Goiânia, os romances, as crônicas, as poesias e os contos nela *ambientados* apresentam uma imagem de cidade moderna, justaposta à de uma cidade provinciana, sem a preocupação de captar uma essência homogênea da cidade, mas apenas de descrevê-la. Portanto, para o objetivo deste trabalho, as obras literárias são importantes, para estudar a cidade sob uma perspectiva pluralizante, isto é, de incorporar leituras da cidade fora dos critérios de mensuração do saber moderno.

Além da literatura de ficção, a imprensa é outro meio de se estudar as imagens da cidade. A utilização sistemática dos jornais como fontes interpretativas ajuda a detectar as inúmeras imagens da cidade feitas em diversas épocas, por diferentes grupos sociais. Do mesmo modo, os folhetos informativos e as listas telefônicas revelam um discurso oficial sobre a cidade.

Pretendo utilizar também os depoimentos dos pioneiros para detectar as diferentes imagens de Goiânia, embora tenham opiniões divergentes, seus discursos apropriam-se e estão na origem das imagens que existem sobre Goiânia.

Além dessas fontes, utilizar-se-á também algumas *menos formais*, como piadas e *causos*, uma das poucas existentes para analisar os discursos produzidos nas cidades do Entorno de Goiânia, nos anos 80.

No estudo das mudanças culturais, não ficarei adstrito a apenas Goiânia isoladamente, mas à sua relação com as outras cidades: com Campinas nas décadas de 30, 40 e 50; com Brasília na de 60 e 80; e com as cidades do Entorno de Goiânia nas décadas de 80 e 90. A relação com essas cidades explica muitas das mudanças de valores que se processaram nos goianienses durante esses períodos.

Um dos objetivos deste trabalho é o de testar a validade das contribuições teórico-metodológicas da disciplina História para compreender (não apenas de descrever temporalmente) os fenômenos culturais. Assim é necessário fazer um breve mapeamento historiográfico para distinguir as tendências teórico-metodológicas que darão suporte a este trabalho.

Antes da História tornar-se uma disciplina acadêmica, as pretensões de validade do conhecimento sobre o passado não se baseavam em uma metodologia de pesquisa rigorosa sobre a experiência do passado (crítica das fontes). As obras que tinham a pretensão de ser *históricas* utilizavam os acontecimentos do passado como argumentos de uma explicação moral ou religiosa. As qualidades exigidas para escrever uma boa narrativa histórica, seja na Grécia Antiga ou na Europa Medieval, eram de natureza retórica, isto é, saber utilizar adequadamente a arte do convencimento.^[1] Essa situação mudaria no percurso da fundamentação da História como ciência moderna.

Com a academização, a História precisou legitimar-se diante das outras ciências, para o que definiram critérios para que o conhecimento histórico não contrariasse a teoria clássica da verdade iluminista – em que se considera verdadeiro um determinado juízo, quanto mais coincidia com a realidade – fundamento de todo conhecimento com pretensão científica. Então, os historiadores científicos alemães inventaram técnicas de pesquisas racionais para tratar o material do passado, que serviram de base para manter a imparcialidade no conhecimento. Porém, a especificidade do conhecimento histórico é que ele é obtido mediante a duas etapas: a pesquisa e a exposição. Os historiadores da Escola Histórica Científica (alemã e francesa) solucionaram os problemas da primeira e deixaram de lado a segunda, em que aparecem os pontos de vistas e os interesses decorrentes do envolvimento prático do historiador com o mundo cultural. Tentando ser fiel ao máximo a uma visão realista do passado, procuraram desvencilhar a História de todos os resquícios de um envolvimento com a Teologia (como na obra de Santo Agostinho) e com a Filosofia

da História (como a de Hegel, Marx, Comte e outros) e com a literatura (como Michelet). No entanto, apesar de toda a precaução em manter uma *objetividade eunuca* (termo utilizado ironicamente por Droysen), vê-se, nas obras dos historiadores científicos alemães, vários elementos intersubjetivos, como por exemplo, as preocupações em dar identidade ao estado nacional e preconceitos comuns a sua época.

Além deles, outras matrizes teóricas da História também utilizaram a teoria clássica da verdade iluminista. Tanto o Positivismo, como o Marxismo, por exemplo, manifestam um duplo otimismo na vinculação da História com a razão moderna: primeiramente, acreditam que ela fornece o método adequado para apreender realisticamente o passado humano; em segundo lugar, ambas acreditam que a razão fornece os meios adequados de emancipação humana, ou seja, organizar, num futuro relativamente próximo, a sociedade humana (sociedade positiva e sociedade comunista respectivamente).

Com a crise dos paradigmas iluministas, as matrizes teóricas fundamentadas na teoria clássica da verdade desgastaram-se sob o efeito das críticas dos pós-modernos, dando lugar às novas tendências históricas que procuram recuperar os elementos desprezados pela razão moderna (ou criticá-la) e também utilizam uma análise histórica que não se preocupa com o real em si, mas com as representações (imagens) do real. A consequência disso é que as teorias, que atualmente sustentam a História, desprezam o conceito de objetividade desenvolvido pelos historiadores do século XIX e procuram aproximar a História da crítica literária ou da Antropologia Cultural.

A preocupação dos historiadores com a cultura não é algo novo. Havia no século XIX uma vertente de historiadores² que procuravam desvincular a História de um cientificismo de tendência naturalista, surgido com a metodologia científica criada, dentre outros, por Descartes, destacando-se Dilthey que, aproveitando o trabalho prévio de Vico, Herder, Kant e dos românticos, propôs um método para estudar cultura, diferente daquele existente para estudar a natureza. Desse modo, as ciências compreensivas (humanas), ao contrário das ciências descritivas, indutivas e quantitativas (naturais) tinham os seguintes pressupostos³: inseparabilidade entre o sujeito e o objeto que possibilita o conhecimento por meio da apreensão do sentido; caráter lingüístico de toda forma de expressão humana que fundamenta uma análise voltada para a representação, tão importante quanto uma voltada para o real; circularidade entre o todo e o particular, que impossibilita uma apreensão por indução; utilização da hermenêutica (interpretativa) como método de estudar

a cultura, ao contrário da indução positivista e da dialética marxista. Os pressupostos desenvolvidos por Dilthey possibilitavam analisar a história como se um texto⁴ (ainda que sempre inconcluso) e influenciaram várias tendências interpretativas nas ciências humanas.

Pelo exemplo de Dilthey, nota-se que a História foi pioneira na invenção de um método de estudar a cultura, porém como implicava em um historicismo de fortes tendências relativistas (perigosas para um projeto político, religioso e moral), foi abandonado pela maioria dos historiadores, que se achavam vinculados a um projeto de mudança social da modernidade. Em vista disso, após um depuramento metodológico, foi utilizado pela Sociologia (Weber e Simmel) e, atualmente, pela Antropologia Cultural (Geertz, principalmente). Somente agora, os historiadores voltam-se novamente aos estudos culturais.

Um desses historiadores é Michel Foucault, para quem, a pretensão de uma visão realista da história com base em conceitos desenvolvidos pela razão moderna não passa de uma ilusão, pois a realidade em si não é tão importante como meio de análise, mas os discursos sobre ela:

Meu tema geral não é a sociedade, mas sim o discurso verdadeiro/falso: permitam-me dizer que é a formação correlata de domínios, de objetos e de discursos verificáveis e falsificáveis que lhes são atribuíveis; o que me interessa não é simplesmente essa formação, mas os efeitos da realidade que são a ela associados. (Apud Hunt, 1992:48)

Desse modo, ele abriu espaço para que o estudo lingüístico dos discursos fosse utilizado para apreender as transformações culturais.

A partir de Foucault houve mudanças estruturais (alguns denominam isso de crise dos paradigmas) na forma de conceber o conhecimento histórico. A discussão em torno da objetividade na História deslocou-se do foco metodológico (como preconizava a Escola Histórica alemã e a Escola Metódica francesa) e filosófico (como preconizava a Filosofia Marxista e Positivista) para o da exposição, isto é, da escrita da história. Os principais responsáveis por essa tendência são denominados de *narrativistas*, tendo como representantes historiadores como Michel de Certeau, La Capra, Hayden White, Paul Veyne e Paul Ricoeur. Para eles, a objetividade do conhecimento histórico baseada no conceito clássico de verdade é uma ilusão: a operação mental de dar sentido e coerência aos fatos do passado denominada narrativa (Rüsen, 1996:92) utiliza os mesmos procedimentos poéticos utilizados pela literatura. Assim, em lugar de procurar moldar o conhecimento histórico como capaz de coincidir, no mais alto grau possível com a realidade, procuram moldá-lo com um conceito de verdade que exprima *coerência com um*

sistema. Desse modo, a História seria, exagerando um pouco, uma literatura de segunda ou uma ciência de terceira categoria. Porém, os adjetivos não são vistos pelos narrativistas como desvantagem, pelo contrário, demonstram que o discurso histórico é integrante do discurso cultural.

Dentre os narrativistas, um dos mais interessantes, metodologicamente dizendo, é Hayden White, pois ele não apenas demonstra a inadequação do conceito de objetividade da História que pretendia ter uma visão realista do passado, mas também elabora um novo método, aproximando a História da estética literária.

Primeiramente, White (1994:67) desfaz a sólida distinção estabelecida pela Escola Histórica Científica (Burkhardt, para ser mais específico) entre historiadores e filósofos da história (denominados por ele de meta-historiadores como Hegel, Marx, Spengler, Toynbee e Comte):

não pode haver história propriamente dita sem o pressuposto de uma meta-história plenamente desenvolvida, pela qual se possa justificar aquelas estratégias interpretativas necessárias para a representação de um dado segmento do processo histórico.

Para White, a estrutura meta-histórica que existe nas obras históricas não são os conceitos que *compreendem o nível manifesto do trabalho, visto que aparecem na superfície do texto e podem comumente ser identificados com relativa facilidade* (White 1995:12) e sim uma estrutura poética (linguística) que pode ser classificada com base nos quatro tropos da linguagem: metáfora, metonímia, sinédoque e ironia.

Para White o calcanhar de Aquiles da pretensão de objetividade da História foi a *interpretação*. Para os historiadores científicos do século XIX, o ideal do trabalho histórico consistia em uma monografia amplamente documentada, feita geralmente por jovens historiadores; já as sínteses interpretativas mais gerais competiam aos historiadores mais experientes⁵. Para os historiadores positivistas, a tarefa de interpretação na História era tarefa da Sociologia. Finalmente, para os historiadores marxistas, as diferentes interpretações dos fenômenos históricos resultam das diferentes divisões de classes, desse modo para evitar colocar um conhecimento histórico num relativismo radical, eles diferenciam as interpretações históricas verdadeiras – aquelas relativas à classe trabalhadora - das interpretações falsas (ideologias) – relativas aos grupos dominantes. Cada uma a seu modo, todas essas vertentes teóricas reconheciam que o lado interpretativo do conhecimento histórico dificultava o alcance da objetividade.

Hayden White entende que as dificuldades teóricas relacionadas à interpretação no conhecimento histórico decorrem da estrutura poética existente no discurso histórico, mas que não é reconhecida pelos historiadores. Desse modo,

essa fusão do prosaico e do poético dentro de uma teoria geral do discurso tem conseqüências importantes para a nossa compreensão do que está implícito naquelas áreas de estudo que, como a historiografia, procuram ser objetivas e realistas nas suas representações do mundo mas que, em virtude do elemento *poético* não-reconhecido no seu discurso, ocultam de si mesmas sua própria subjetividade e seu caráter de serem limitadas pela cultura. (White, 1994: 121-2)

Desse modo, ele é cético em relação à tentativa de descrever mimeticamente a realidade, uma vez que:

mesmo na prosa discursiva mais pura, textos que pretendem representar *as coisas como elas são*, sem floreios retóricos nem imagens poéticas, sempre há uma falha de intenção. (Ibidem: 15)

Logo, as narrativas históricas representam apenas mais um dos textos que oferecem informações sobre o passado. E, dentre as inúmeras formas de ler o passado, as obras históricas são mais deficientes que, por exemplo, as obras literárias:

com efeito eu diria que estes modos míticos são mais facilmente identificáveis no texto historiográfico do que no texto literário. Pois os historiadores costumam trabalhar com uma autoconsciência muito menos *lingüística* (e, portanto, menos *poética*) do que os autores de ficção. (ibidem: 143)

A premissa de White da superioridade informativa do discurso poético-literário sobre o discurso em prosa é questionável; todavia vale a sua observação sob a existência de aspectos realistas nas obras literárias. A legitimação dos discursos baseados em uma linguagem poética como meio de apreender as incongruências do passado significa uma das grandes contribuições dos *narrativistas*, especialmente de Hayden White, para este trabalho.

A outra refere-se ao método historiográfico de análise inovador, baseado na premissa básica de que as narrativas históricas (e não apenas os documentos antigos que elas analisam) fazem parte do discurso cultural. Segundo White,

- o historiador partilha com seu público noções gerais das formas que as situações humanas significativas devem assumir em virtude de sua participação nos processos específicos da criação de sentido que o identificam como membro de uma dotação cultural e não de outra (ibidem:102).

Desse modo é também possível considerar as obras históricas sobre a cidade de Goiânia também como fontes, isto é, como fornecedoras de informações sobre a época cultural em que foram escritas. A metodologia desenvolvida por White para descobrir a

estrutura profunda poética (tropológica) que está por trás de toda obra histórica merece algumas considerações mais pormenorizadas.

White, de certa forma, inverte a preocupação dos críticos literários, interessados em saber o quanto de realismo há numa obra poética, procurando determinar que uma obra realista também possui elementos poéticos. Para isso, ele elabora uma teoria “em que poderia consistir a estrutura típico-ideal da *obra histórica*.” (White, 1995:20)

Primeiramente, ele distingue os elementos primitivos do relato histórico: a crônica e a estória. Na crônica, os acontecimentos são tratados na ordem temporal de sua ocorrência; já na estória, verifica-se um arranjo dos acontecimentos em virtudes dos motivos iniciais e finais, possibilitando concebê-la com início, meio e fim. Desse modo, a principal diferença entre os dois tipos de relato histórico encontra-se na crônica, pois cada acontecimento possui o mesmo valor que os demais; já na estória, há uma valorização de determinados acontecimentos, concebendo-os como causais ou conclusivos.

Em segundo lugar, para White, ao narrar uma *estória*, o historiador pode escolher uma modalidade narrativa para dar-lhe sentido. Essa liberdade que o historiador tem de contar a estória de um jeito e não de outro é denominada por ele de “explicação por elaboração de enredo” (Ibidem, 1995: 23). Porém, a liberdade do historiador não é tão grande assim:

exatamente porque o historiador não está (ou pretende não estar) contando a estória ‘pela estória’, inclina-se ele por colocar suas estórias em enredo segundo formas mais convencionais – como o conto de fadas ou a novela policial por um lado, ou como a estória romanesca, comédia, tragédia ou sátira por outro. (Idem, ibidem, 24, nota 6)

Desse modo, a estória romanesca, caracterizada por uma visão otimista do homem diante do mundo “é um drama do triunfo do bem sobre o mal, da virtude sobre o vício, da luz sobre a treva, e da transcendência última do homem sobre o mundo em que foi aprisionado pela Queda” (Ibidem: 23)

Por outro lado, a sátira seria caracterizada por uma visão pessimista do homem frente ao mundo:

drama dominado pelo temor de que o homem é essencialmente um cativo do mundo, e não seu senhor, e pelo reconhecimento de que, em última análise, a consciência e a vontade humana são sempre inadequadas para a tarefa de sobrepujar em definitivo a força obscura da morte. (Ibidem: 24)

Já a comédia e a tragédia caracterizam-se como uma visão intermediária: não possuem o otimismo do romance, porém são gêneros menos pessimistas que a sátira.

Acreditam em uma libertação parcial do homem ante aos desafios do mundo, porém, possuem, nesse aspecto, diferenças entre si:

Na comédia, a esperança do temporário triunfo do homem sobre o mundo é oferecida pela perspectiva de reconciliações ocasionais das forças em jogo nos mundos social e natural. Tais reconciliações são simbolizadas nas ocasiões festivas de que vale tradicionalmente o autor cômico para terminar seus relatos dramáticos de mudança e transformação. (Ibidem: 24)

Por outro lado,

as reconciliações que ocorrem no final da tragédia são muito mais sombrias; têm mais o caráter de resignações dos homens com as condições em que devem labutar no mundo. Essas condições, por sua vez, se declaram inalteráveis e eternas, implicando ao que ao homem não é possível mudá-las mas que lhe cumpre agir dentro delas. (Ibidem: 25)

O pessimismo radical do modo satírico de urdir o enredo leva-o a distinguir dos outros três modos que tratam o conflito a sério; já que ele vê o conflito ironicamente. Desse modo, a sátira transfere o pessimismo para a tentativa de representar realisticamente o mundo. Todas – incluindo ela própria – são inadequadas. A consequência é um ceticismo quanto a possibilidade de existir esperança para o homem encontrar uma solução eficaz (por meio da ciência, da religião ou da arte) para os problemas que o aflige.

Elaborando sua tipologia das obras históricas, White afirma que o historiador pretende explicar os eventos, a fim de dar-lhes coerência, dizendo qual é o significado deles. Porém, os historiadores divergem-se na forma de combinar os fatos entre si, ou seja, na utilização de argumentos nomológico-dedutivos de explicação histórica, como exemplo disso, basta ver as diferentes interpretações sobre a Revolução Francesa ou a queda do Império Romano. White (ibidem:33-4) define quatro tipos de explicação nomológico-dedutiva utilizada pelos historiadores: formista⁶, contextualista, organicista e mecanicista.

Desse modo, a maneira de explicação histórica formista tem como objetivo “a identificação de características ímpares dos objetos que povoam o campo histórico”. (Ibidem: 29)

Na verdade, a explicação histórica formista (ou idiográfica) pretende apenas recuperar, mediante a descrição exata, a singularidade dos acontecimentos que estavam, por alguma razão, obscurecidos à consciência racional, razão por que é o mais dispersivo dentre os quatro tipos de explicação nomológico-dedutiva.

Por outro lado, o modo de explicação contextualista é menos dispersivo que o formista e menos integrativo que o contextualista e o mecanicista. Segundo White, o contextualismo

como no formismo, o campo histórico é apreendido como um *espetáculo* ou uma tapeçaria de rica textura que à primeira vista parece carecer de coerência e de qualquer estrutura fundamental discernível. Mas, ao contrário do formista, que tende simplesmente a considerar as entidades em sua particularidade e unicidade – isto é, sua similaridade com, e diferença de, outras entidades no campo –, o contextualista insiste no que *o que aconteceu* no campo pode ser explicado pela especificação das inter-relações funcionais existentes entre os agentes e agências que ocupavam o campo histórico num determinado momento. (Ibidem: 23)

Os eventos dispersam entre si em termos de causa e efeito, porém o que os une (íntegra) provisoriamente é o contexto comum de sua ocorrência^[Eis2].

Já o modo de explicação organicista do mundo procura uma síntese dos eventos que constituem o campo histórico, quer dizer “o organicista insiste na necessidade de relacionar os vários *contextos* que perceptivelmente existem como partes no registro histórico ao todo que é a história em geral.” (White, 1994: 84). As partes, individualmente não significam muito para o organicista, já que integram uma síntese geral (todo), o objetivo fundamental desse modelo de explicação histórica.

Por fim, o modo de explicação mecanicista como o organicista integram os eventos que constituem o campo histórico; no entanto, em lugar de procurar uma síntese, buscam reduzi-los a uma força causal que não está nos eventos, mas fora deles. O mecanicista explica os acontecimentos históricos em termos de leis causais. Desse modo, ele valoriza determinadas partes, dando-lhes o estatuto de *causas*, em detrimento das outras, concebidas como *efeitos*. Ao fazer isso, ele age de modo diferente do organicista que concebe todas as partes com um mesmo valor; sobrevalorizadas apenas em relação ao todo. Logo, o objetivo do mecanicista é descobrir as leis gerais de causalidade dos eventos, como por exemplo, a explicação mecanicista de Marx, em que os eventos que formam a infra-estrutura determinam aqueles que pertencem a superestrutura.

Além dos modos de urdir o enredo e de explicações nomológico-dedutivas, Hayden White ressalta que o formato da obra do historiador determin-se pela sua postura ideológica⁷ pessoal (ética). Desconsiderando posições autoritárias, como a das seitas apocalípticas modernas e do fascismo que não se procuram legitimar pela autoridade da ciência, mas no transcendental e no carisma, inspirando-se em Mannheim, define “*quatro posições ideológicas básicas: anarquismo, conservantismo, radicalismo e liberalismo.*” (ibidem: 37)

Todas as quatro posições acima têm uma postura diferente em relação à mudança social:

todas a quatro reconhecem a sua inevitabilidade mas representam visões diferentes não só quanto à sua desejabilidade mas também quanto ao ritmo ótimo da mudança. Evidentemente os conservadores são mais desconfiados de transformações programáticas do *status quo* social.

enquanto os liberais, radicais e anarquistas são relativamente menos desconfiados de mudança em geral e, analogamente, são menos desconfiados de perspectivas de transformações rápidas da ordem social. (Ibidem: 40)

Do mesmo modo,

o que é *progresso* para uma é *decadência* para outra, gozando a *época atual* de estatuto diferente, como um zênite ou nadir do desenvolvimento, dependendo do grau de alienação de uma dada ideologia. (Ibidem: 40)

Os conservadores querem manter a ordem vigente, pois acreditam que a mudança acarretará um futuro incerto, de decadência. Os liberais confiam que as mudanças trarão um futuro melhor, porém o concebem bem distante; para alcançá-lo com responsabilidade, procuram modificar lentamente as instituições, isto é, alterá-las no

ritmo *social* do debate parlamentar, ou o ritmo do processo educacional e das disputas eleitorais entre os dois partidos empenhados na observância das leis estabelecidas de governação. (Ibidem: 39)

Por outro lado, os anarquistas,

inclinam-se a idealizar um passado remoto de inocência natural humana da qual os homens tombaram no estado *social* corrupto em que se encontra hoje; [esse passado pode ser resgatado] em *qualquer tempo*, bastando que os homens se apossem do controle de sua humanidade essencial, seja por ato de vontade, seja por um ato de consciência que destrua a crença socialmente estatuída na legitimidade da instituição social vigente. (Ibidem: 39-40)

Por fim, os radicais preconizam uma mudança radical na ordem vigente porque “tendem a ver o futuro utópico como *iminente*, o que incute neles o interesse por encontrar os meios revolucionários de realizar essa utopia agora”. (Ibidem: 39)

Finalmente, White acredita que existe um elemento estrutural profundo de natureza poética por trás de toda forma discursiva que não são completamente científicas, como a historiografia⁸. Esse elemento é forma-se dos quatro tropos de linguagem que constituem o discurso: metáfora, metonímia, sinédoque e ironia.

A metáfora procura representar as qualidades de um determinado ser, fazendo analogia com outro. Desse modo, ao procurar preservar as qualidades de um objeto, ela é afim ao tipo de explicação formista (idiográfica).

Por outro lado, a metonímia procura apreender determinado fenômeno, valendo-se da relação entre as suas partes. A metonímia, portanto, presume em reduzir determinadas partes às outras, razão por que tem afinidade com a explicação mecanicista.

Já na sinédoque, a distinção entre as partes e o todo realiza-se apenas com o objetivo de identificar o todo como uma totalidade que é qualitativamente idêntica às partes que parecem constituí-lo. A sinédoque tem um uso integrativo, pois “é possível

interpretar as duas partes à maneira de uma integração dentro de um todo” (White, 1994: 49). Ela é, portanto, afim do modo de explicação organicista.

Por fim, a ironia é tropo lingüístico que contrasta com os anteriores porque demonstra ceticismo em relação à apreensão do mundo pela linguagem. É um tropo que sanciona a afirmação ambígua e possivelmente até mesmo ambivalente; é um tipo de atitude para com o próprio conhecimento que é implicitamente crítico de todas as formas de identificação, redução ou integração dos fenômenos.

As tipologias desenvolvidas por Hayden White constituem suporte para a análise dos diversos discursos produzidos sobre a cidade de Goiânia, em especial a partir de seus efeitos no nível da consciência do indivíduo, a que refere todo discurso. Conforme a definição de White (Ibidem: 24), o discurso é

a operação verbal por meio da qual a consciência indagadora situa seus próprios esforços para submeter ao controle cognitivo um domínio problemático da experiência, pode ser definido como um movimento através de *todas* as estruturas de relacionar e eu com as outras estruturas que, na consciência plenamente amadurecida, permanecem implícitas como diferentes formas de conhecimento.

A consciência, em seus aspectos ativos e criativos, é diretamente passível de apreensão no discurso, especificamente aquele que tem como objetivo compreender aspectos da realidade – os discursos dos mudancistas, dos antimudancistas, da historiografia, reivindicam para si a compreensão adequada da realidade de Goiânia.

Desse modo, a utilização do modelo tropológico para analisar os discursos apresenta as seguintes vantagens: primeiramente permite “compreender a continuidade existencial entre erro e verdade, ignorância e entendimento, ou, para dizê-lo de outra maneira, imaginação e pensamento”; em segundo lugar ele “fornece-nos um meio de classificar diferentes tipos de discurso mais por referência aos modos lingüísticos que predominam neles do que por referência a supostos *conteúdos* que sempre são identificados de modo diferente por intérpretes diferentes” (Ibidem: 35); por fim, ao fazer uma classificação dos discursos com base em uma tipologia, permite colocar-me como mediador entre discursos conflitantes, isto é, permite colocá-los uns contra ou a favor de outros.

A metodologia desenvolvida por Hayden White, resumida nas linhas anteriores, é importante para este trabalho. Primeiramente, porque permite utilizar a Literatura como um discurso válido para a interpretação cultural. Em seguida, permite analisar os diversos tipos de discursos e demonstrar suas semelhanças e diferenças, isto é, permite classificá-los. No entanto, nesse último aspecto reside a maior deficiência do método desenvolvido

pelos narrativistas – a tendência de cair em um solipsismo radical e, desse modo, cair no ceticismo⁹ em relação à possibilidade da compreensão da realidade.

A respeito, a crítica de Astor A. Diehl (1993: 143) é pertinente:

a desferencialização do real é operada pela ação da mídia, que reduz tudo a representações, à simulação da realidade. A partir desse processo, não se tem mais a relação com a outrora 'realidade objetiva', mas sim uma representação simbólica dessa mesma realidade.(...) Esta característica se reflete diretamente na redução, operada pela 'nova' historiografia, da 'realidade objetiva' ao discurso, da contraposição e sobreposição das práticas discursivas niveladas em geral a partir da dominação imemorial de classes.

Um dos principais teóricos da história atual, Jörn Rüsen (1996), como os narrativistas, concorda que os historiadores dão sentido a sua narrativa histórica da mesma forma o literato faz ao compor sua obra. Porém, diferentemente deles, ele discorda que a História seja uma *literatura de segunda categoria*. Desse modo, procura um novo conceito de objetividade que supere a distinção básica da historiografia moderna, e que se contraponha ao de narratividade. Para isso, ressalta que, embora o historiador utilize os mesmos elementos inventivos de natureza estético-lingüística da Literatura, existe algo na narrativa chamada *história* que não pode ser inventado, pois é previamente dado e tem que ser reconhecido como tal pelos historiadores. Desse modo, ele reconhece que o conhecimento histórico é formado de dois pólos: o objetivo, que se refere à experiência do passado (fontes) e o subjetivo, aos problemas práticos de orientação da vida prática e o engajamento do historiador na luta política pela identidade coletiva.

Além disso, apesar das inúmeras interpretações históricas plausíveis sobre um mesmo fenômeno, é possível postular uma validade intersubjetiva do conhecimento histórico, pois as diferentes interpretações não podem ser descabidas ou absurdas. Qualquer interpretação histórica possui uma relação íntima com o discurso cultural, a vida social, nos quais constitui toda narrativa histórica, pois dirige e orienta a vida prática. Desse modo, objetividade significa que a experiência histórica pode ser interpretada com relação a essas três perspectivas, de tal forma que se dêem boas razões para aceitar uma narrativa histórica e recusar outra.

O ato de aceitar ou não uma determinada narrativa pode ser cerceado por critérios de certa forma objetivos. Primeiramente uma narrativa histórica tem que ter coerência prática, qualidade que lhe confere plausibilidade para a função de orientação da vida cotidiana, isto é, servir como base para a formação de identidade social e pessoal. Além disso, uma narrativa também deve possuir coerência teórica, significando que a liberdade

inventiva do historiador subordina-se à espontaneidade racional, ao controle da evidência empírica e à coerência lógica.

Reconhecendo as relevantes contribuições dos narrativistas para o aprimoramento teórico da História, pretendo, com Rüsen, *dar um passo adiante*, tentando aliar ao conceito de objetividade o de narratividade, para o que, em lugar de ficar apenas nos discursos, utilizarei conceitos para interpretar a realidade cultural de Goiânia.

Seguindo a postura metodológica da história cultural, este trabalho tem por objetivo analisar a história da cidade de Goiânia como se ela fosse um texto, permitindo separar e justapor partes, fazer analogias, relacionar a parte com o todo e o todo com as partes. Porém isso não pode realizar-se aleatoriamente. A interpretação da cultura como texto implica, a meu ver, utilização de critérios explícitos de organização que devem ser facilmente identificados pelo leitor a fim de que fique claro que a coerência do texto histórico é construída conceitualmente.

Weber também utilizou-se de conceitos para se referir a mudanças históricas. Para ele, os conceitos, denominados tipo-ideais, são construídos abstratamente a partir das características da realidade, coletadas pelo observador com base em seus valores culturais.

O tipo ideal é feito mediante a acentuação unilateral de um ou vários pontos de vista, e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos isoladamente dados, difusos e discretos, que se podem dar em maior ou menor número ou mesmo faltar por completo, e que se ordenam segundo os pontos de vista unilateralmente acentuados, a fim de se formar um quadro homogêneo de pensamento. (Weber, 1992: 106)

O tipo ideal possibilita uma coerência conceitual que permite comparar, a todo instante, conceito e realidade. Ele é a forma mais adequada de tratar a cultura como um texto, como querem os historiadores culturais, pois permite ordenar a realidade abstratamente por meio da utilização precisa dos conceitos (a coerência é a principal qualidade que se espera em um texto), ao mesmo tempo, ao pressupor que os tipos são *inventados*, permite reconhecer que realidade é muito mais complexa do que mostra a descrição conceitual (a aleatoriedade é a principal característica da cultura, uma vez que os homens podem escolher uma infinidade de variáveis de acordo com uma infinidade de posturas que eles podem possuir). Desse modo, o tipo ideal demonstra a ambigüidade por exclusão, a qual, como vício de linguagem, não pode fazer parte de um texto (quando aparece, toma forma de um sofisma), que tem como principal objetivo demonstrar, por meios de argumentos, um ponto de vista. Um texto ambíguo não tem condições de fazer isso, pois os argumentos podem chegar a resultados mutuamente excludentes, portanto,

auto-anulando-se. Assim, o tipo ideal separa a ambigüidade do mundo real da coerência do mundo criado por abstração: ele não tenta resolvê-la, nem nega a sua existência. Eis a sua maior vantagem.

A possibilidade de construir conceitos com validade intersubjetiva é garantida pelo conceito weberiano de cultura. Ela seria, então, a capacidade que os homens têm de escolher determinadas coisas em detrimento de outras, isto é, de atribuir significado à sua conduta. Desse modo, torna-se possível analisar a ação social dos sujeitos com base dos valores que orientam sua ação. Também o texto histórico, apesar de objetivo, incorpora os valores de seu tempo e de seu autor, permitindo assim concebê-lo como um texto cultural. Graças as duas possibilidades advindas desse conceito de cultura, pode-se compreender a ação em nossos valores dos sujeitos e também com base nos nossos próprios valores científico-rationais. Isso satisfaz ao mesmo tempo os anseios de uma interpretação historicista hermenêutica, quanto de uma postura científica clássica (que pressupõe a separação entre o sujeito e o objeto).

Por essas características, utilizou-se a metodologia weberiana como matriz teórica moderna (que utiliza a definição clássica da verdade) e, atualmente, como pós-moderna (que critica a teoria clássica da verdade a favor de uma análise pautada nos discursos e nas representações). Acredito que a teoria weberiana serve como ponte de ligação entre a busca de um conhecimento racional e coerente e a constatação de que a ciência também é um discurso, sujeito também a *deformações* culturais – apesar de que, para Weber, a ciência tem uma validade intersubjetiva e possibilita, ao contrário dos outros discursos, clareza e coerência¹⁰.

Desse modo, proponho interpretar a mudança cultural de Goiânia, dividindo-a em três partes, que, na verdade, correspondem a três tipos diferentes de cidade. Os dois primeiros, denominados respectivamente de *cidade provinciana* e *metrópole*, baseiam-se na distinção em termos de valores entre a cidade pequena e a cidade grande. Já a terceira parte, denominada *cidade pós-moderna*, é utilizada sobretudo para designar uma nova imagem de Goiânia, a partir do final dos anos 80.

O primeiro capítulo, *A cidade provinciana*, refere-se ao início da construção da cidade (1933) até o começo da década de 60. Nele, será analisado a relação de Campinas com Goiânia, e os aspectos tradicionais da cidade. Já o segundo capítulo, *Metrópole* do início da década de 60 até 1980, refere-se ao aparecimento de características metropolitanas (e de uma imagem positiva em virtude da construção de Brasília), gerando conflito nos valores dos indivíduos. Por fim, o terceiro capítulo desta parte analisa a

mudança da imagem e da cultura da cidade que possibilitou denominá-la *cidade pós moderna*, preparada desde o início dos anos 80 com os problemas infra-estruturais que o crescimento da cidade acarretou e acentuada nos anos finais desta década com o acidente radioativo da cidade.

Enfim, a utilização dos três termos tem a única finalidade de compreender a realidade cultural da cidade de Goiânia ao longo de sua história. Como no caso que envolveu o célebre pintor Matisse, em que uma senhora, depois de contemplar uma das suas mulheres maravilhosas que só ele seria capaz de pintar, disse-lhe: *essa mulher tem uma perna mais curta do que a outra* Matisse-lhe respondeu: *isto não é uma mulher, é um quadro*. Da mesma forma, enfatizo: esses tipos conceituais não representam a realidade histórica de Goiânia, são apenas tipos que estão separados para dar uma coerência conceitual. Na realidade, cada uma de suas características, apesar de serem dominantes num determinado período da história de Goiânia, estão fluidas: atualmente, por exemplo, ela apresenta tanto características interioranas, metropolitanas e pós-modernas, embora esta última seja (ou estar preste a ser) dominante. Jogando com palavras, pode-se dizer que esses tipos conceituais sempre terão a perna mais curta ou mais longa que a realidade.

Assim, em termos estruturais este trabalho será dividido em duas partes básicas. Na primeira será analisada a mudança cultural em Goiânia, dividindo-a historicamente em três capítulos: a cidade provinciana, a metrópole e cidade pós-moderna. A segunda, analisará as imagens da cidade, também dividida em três capítulos: a imagem de Goiânia nas obras mudancistas, a imagem de Goiânia nas obras acadêmicas e as imagens de Goiânia na Literatura.

Notas:

¹ Pode-se dizer que o Romantismo foi uma dessas tentativas de fugir da episteme moderna, embora pelo fato de utilizar também a razão como forma de contestação ao pensamento iluminista, fica difícil avaliar até que ponto eles conseguiram fugir das armadilhas do saber moderno. Sobre isso ver Manheim, 1982: 107-136. A outra seria a contestação da razão (pelo menos da instrumental) feita atualmente pelos teóricos pós-modernos.

² Falcon, (1997:5-26) denomina esses historiadores de neo-historicistas

³ A respeito ver a apresentação de Celso Reni Braida do livro de Scheleiermacher (1999).

⁴ Sobre isso, ver Clifford, 1998: 35-6 e Gadamer, 1998: 308

⁵ Ver Bourdieu/Martin, 1983: 105

⁶ Posteriormente (cinco anos depois, nos originais) em *Trópicos de Discurso*, (1994:81:82, nota 29) Hayden White denomina o modo de explicação formista de "idiográfico". Ele retira essas tipologias de explicação de Stephen C. Pepper que "as denomina formismo, organicismo, mecanicismo e contextualismo." White diz que "substituí o termo idiografia pelo seu 'formismo', de vez que ele parecia mais auto-explicativo de seu conteúdo para uma discussão dos equivalentes historiográficos das hipóteses de mundo de Pepper."

⁷ White(1995:..36-7) define "ideologia" como "um conjunto de prescrições para a tomada de posição no mundo presente da práxis social e a atuação sobre ele (seja para mudar o mundo, seja para mantê-lo no estado em que se encontra); tais prescrições vêm acompanhadas de argumentos que se arrogam a autoridade da 'ciência' ou do 'realismo'."

⁸ Para White (1994:98) as narrativas históricas são "ficções verbais cujos conteúdos são tão inventados quanto descobertos e cujas formas têm mais em comum com seus equivalentes na literatura do que com seus correspondentes nas ciências." Ele acredita que a marca de cientificidade de uma disciplina é o fato dela possuir uma linguagem técnica comum àqueles que estão familiarizados com ela. Logo, a existência da linguagem técnica indica que há um consenso na forma de descrever os fenômenos, como acontece com a Física e a Química. Desse modo, como o historiador não possui termos técnicos aceitos por todos os seus pares, "os únicos instrumentos que ele tem para dar sentido aos seus dados, tornar familiar o estranho e tornar compreensível o passado misterioso são as técnicas de linguagem *figurativa*." (Ibidem: 111). Estas afirmações revelam os limites e os perigos da metodologia narrativista, pois avalia "objetividade" a partir do conceito das ciências naturais. De modo diferente para Rürsen supera essa distinção através de um novo conceito de objetividade. Isso vai ser exposto nas linhas posteriores.

⁹ Sobre isso White (1994: 37-8) se defende: "nunca neguei que fosse possível o conhecimento da história, da cultura e da sociedade; neguei apenas que fosse possível um conhecimento científico, do tipo alcançado no estudo da natureza física. Mas tentei mostrar que, mesmo que não possamos alcançar um conhecimento propriamente científico da natureza humana, somos capazes de chegar a um outro tipo de conhecimento que a literatura e a arte em geral nos fornecem em exemplos facilmente reconhecíveis."

¹⁰ A respeito ver "A ciência como vocação" (Weber, 1979: 154 -183)

CAPÍTULO I

A CIDADE PROVINCIANA

A maioria das obras sobre Goiânia, mudancistas, ou acadêmicas, consideraram-na, desde a sua fundação, uma cidade moderna. Para isso, levaram em conta os seguintes fatores: o fato de a cidade ser planejada segundo critérios urbanísticos modernos, de estar vinculada à expansão capitalista para o interior do país, de sua construção possibilitar relações sociais novas (capital e trabalho) e de ter uma arquitetura (*Art Déco*) moderna. Todos esses fatores realmente estão relacionados à cidade de Goiânia, mas ela, nos seus anos iniciais, não era só isso. Analisá-los somente, implica numa explicação por demais coerente que desconsidera a cidade como um ambiente, sobretudo, ambíguo.

Ao lado da cidade planejada havia uma cidade centenária (Campinas), transformada em bairro, mas que mesmo assim permaneceu o principal centro comercial de Goiânia na década de 60. Ao lado de relações sociais novas, havia as relações tradicionais típicas das cidades pequenas. Ao lado das casas modernas em *Art Déco* havia as casas do estilo tradicional. Havia uma sociabilidade provinciana que a cidade só começou a perder por volta da década de 60.

Desse modo, neste trabalho, procurarei de sua construção até o início dos anos 60, Goiânia foi considerada uma cidade provinciana. Esse termo está intimamente ligado a conceitos como os de *tradição, comunidade, cidade pequena* que servem para dar uma caracterização teórica. Assim, na análise da cidade, levarei em conta os aspectos relacionados ao modo como os indivíduos pensam o mundo, isto é, seus valores. Acredito, pois, que não é suficiente considerar somente os aspectos materiais (ou estruturais) de Goiânia, se os seus habitantes têm valores que não coadunam com esses aspectos. Assim, ao considerar não as pessoas, mas os elementos materiais, ela foi vista como um exemplo da modernidade. Porém, uma cidade não é formada apenas de ruas retas, casas com fachadas decoradas e de relações econômicas; a cidade é formada, sobretudo, por pessoas, que se divertem, se entristecem, trabalham, comem, pensam; enfim que a habitam.

Para analisar os aspectos tradicionais da cidade, é preciso considerar, principalmente, a relação de Goiânia com a cidade de Campinas. Longe de ser uma relação paternal, como deixam entender os mudancistas, o relacionamento entre os habitantes das duas cidades foi marcado por uma rivalidade, típica de pequenas cidades, que persistiu por

CAPÍTULO I

A CIDADE PROVINCIANA

A maioria das obras sobre Goiânia, mudancistas, ou acadêmicas, consideraram-na, desde a sua fundação, uma cidade moderna. Para isso, levaram em conta os seguintes fatores: o fato de a cidade ser planejada segundo critérios urbanísticos modernos, de estar vinculada à expansão capitalista para o interior do país, de sua construção possibilitar relações sociais novas (capital e trabalho) e de ter uma arquitetura (*Art Déco*) moderna. Todos esses fatores realmente estão relacionados à cidade de Goiânia, mas ela, nos seus anos iniciais, não era só isso. Analisá-los somente, implica numa explicação por demais coerente que desconsidera a cidade como um ambiente, sobretudo, ambíguo.

Ao lado da cidade planejada havia uma cidade centenária (Campinas), transformada em bairro, mas que mesmo assim, só deixou de ser o principal centro comercial de Goiânia na década de 60. Ao lado de relações sociais novas, havia as relações tradicionais típicas das cidades interioranas goianas. Ao lado das casas e prédios em *Art déco*, havia as casas do estilo colonial e os ranchos da maioria dos habitantes da cidade. Enfim, havia uma sociabilidade provinciana que a cidade só começou a perder por volta da década de 60.

Desse modo, neste trabalho, nos anos que transcorrerem de sua construção até o início dos anos 60, Goiânia foi considerada uma cidade provinciana. Esse termo está intimamente ligado a conceitos como os de *tradição, comunidade, cidade pequena* que servem para dar uma caracterização teórica. Assim, na análise da cidade, levarei em conta os aspectos relacionados ao modo como os indivíduos pensam o mundo, isto é, seus valores. Acredito, pois, que não é suficiente considerar somente os aspectos materiais (ou estruturais) de Goiânia, se os seus habitantes têm valores que não coadunam com esses aspectos. Assim, ao considerar não as pessoas, mas os elementos materiais, ela foi vista como um exemplo da modernidade. Porém, uma cidade não é formada apenas de ruas retas, casas com fachadas decoradas e de relações econômicas; a cidade é formada, sobretudo, por pessoas, que se divertem, se entristecem, trabalham, comem, pensam; enfim que a habitam¹.

Para analisar os aspectos tradicionais da cidade, é preciso considerar, primeiramente, a relação de Goiânia com a cidade de Campinas. Longe de ser uma relação fraternal, como deixam entender os mudancistas, o relacionamento entre os habitantes das duas cidades foi marcado por uma rivalidade, típica de pequenas cidades, que persistiu por

vários anos. Por isso, para este trabalho, considera-se a cidade de Campinas o ponto de partida, não de chegada, para abordar os anos iniciais da Capital.

1. CAMPINAS

Talvez poucos lugares em Goiás foram afetados por acontecimentos extrínsecos a seu desenvolvimento histórico como a cidade de Campinas. Fundada em 1810, pelo Alferes Joaquim Gomes da Silva, meiapontense, que ficou encantado com a beleza do lugar, ela foi um lugar fértil para as surpresas da história. Dentre elas, destacam-se: a chegada dos padres redentoristas alemães que vieram disciplinar a Romaria de Trindade e trouxeram inúmeras idéias novas para o lugar; a epidemia de varíola em 1904, que deixou a cidade em quarentena por vários meses; a passagem da Coluna Prestes, em 1925, que deixou a população da cidade apreensiva e, o mais importante, a escolha do município para se edificação da nova capital do estado de Goiás em 1933. Esses acontecimentos afetaram a vida dos habitantes da cidade, provocando uma forte mudança em seus valores.

O objetivo deste texto é analisar a história de Campinas, caracterizá-la conceitualmente, pois como cidade centenária, teve um peso muito grande, na configuração cultural de Goiânia. Campinas ofereceu todo o apoio logístico à construção de Goiânia, mas manteve com ela uma rivalidade que se estendeu até os anos 60.

Como a maioria das cidades goianas, o núcleo populacional que deu origem à cidade de Campinas surgiu em torno de uma capela edificada por Joaquim Gomes da Silva. A maioria dos habitantes iniciais do lugar era procedente de Minas Gerais e São Paulo e levavam uma vida pacata, dedicando-se às atividades rurais e aos cultos religiosos. Mesmo situada em um local de passagem para a cidade de Goiás, capital do Estado, o seu crescimento populacional foi lento. Isso talvez explique as referências pejorativas feitas ao lugarejo, como a de Oscar Leal (1980:37) em 1890:

As quatro horas da tarde passamos pelo arraial da Campininha, o lugar mais insignificante que conheci em todo o sul de Goiás. É uma povoação embrionária, todavia dizem-se ser localidade de próspero futuro pela magníficas terras de suas redondezas. Conquanto o arraial da Campininha ou Campinas seja habitado, creio que a população dormia aquelas horas ou aliás é muito caseira, porque não vi ninguém na rua.

Seis anos depois, apesar de *não sentir falta* do elemento humano no arraial de Campininha das Flores, Maria Paula Fleury Godoy (1985:63-4) não teve dele uma boa impressão, quando por lá passou:

À tarde, entrávamos em Campininhas. Um arraial de 50 casas; no meio do largo está a igreja com o seu campanário triste, não há capelão, porém há um convento dos frades. Para irmos ao rancho tivemos, que dar a volta do largo; fazia vontade de rir ver o povo todo nas janelas e nós parecíamos um grupo de gente de circo fazendo reclame por ali.

Como a maioria dos núcleos urbanos do século XIX em Goiás, estado agrário, onde a maioria de sua população se dedicava a atividades rurais, o arraial de Campinas não era diferente. Nesses núcleos, a igreja no centro do povoado era o principal estímulo à sociabilidade.

Nesses pequenos núcleos populacionais, os contatos com os estranhos eram esporádicos. Quando aconteciam, eles eram sempre vistos com desconfiança. Por isso, justifica-se a atitude de indiferença em relação a Oscar Leal e a atitude inversa de *centro das atenções* no relato de Maria Paula de Godoy. Nesses locais, a regra social básica de relacionamento era dominada pela oposição *os de dentro* e *os de fora*. Enquanto para os primeiros, os relacionamentos sociais eram movidos por um alto grau de intimidade e conhecimento mútuo², para os segundos, eram movidos por relações sociais formalizadas e frias: um aviso claro *de manter distância*. 7143/08

Seguindo a definição de Simmel, o verdadeiro estrangeiro não é a figura do viajante. Sua passagem fugidia não deixa maiores conseqüências do que um contato visual e verbal efêmeros. Além disso, sua estada é controlada por pessoas que sabem *como lidar com eles*, os hospedeiros (profissionais ou improvisados) que se encarregam de dizer-lhes o que deve ser dito. O verdadeiro estrangeiro, portanto, é a “pessoa que chega hoje e amanhã fica” (Simmel, 1983:185). A partir do momento em que a pessoa resolve ficar, passa a pertencer, pelo menos espacialmente, ao grupo. Desse modo, as pessoas têm que lidar com ela: os contatos visuais e verbais vão ser permanentes e mais intensos – sua presença não vai poder ser ignorada e nem vai ser tratada como um ser exótico.

Em Campininha, o exemplo típico de estrangeiro era a figura dos padres redentoristas. Procedentes da Alemanha, vieram à região para colocar, sob o controle da Igreja Católica, a romaria anual do Divino Pai Eterno, no povoado de Barro Preto (Trindade), que era controlada por uma irmandade laica. Devido à animosidade com que previam ser recebidos em Barro Preto ou à excelência do clima de Campinas – como eles eufemisticamente disseram – preferiram fixar residência nesse arraial, em vez de Barro Preto, como seria mais natural.

O primeiro grupo composto de oito religiosos chegou a Campinas em 1895. Apesar de estrangeiros, sua integração na comunidade ficou relativamente facilitada por

expressarem a linguagem universal da religião católica – o adjetivo *estrangeiro* aos olhos da população era irrelevante diante do substantivo *padre*, tão raro, naqueles tempos.

Mesmo assim, o impacto cultural dos redentoristas na comunidade de Campinas não deixou de ser relevante. Construíram o Convento dos Padres (ou casa dos padres, como era conhecida), construção que se destacava em dimensão das outras existentes no Arraial e servia de hospedagem para os que passavam pela região – os padres como *estrangeiros aceitos* serviam como mediadores culturais entre a cultura local e os *estrangeiros de fato*. Essa construção passou ser referência obrigatória em todos os relatos sobre Campinas, como o do primeiro prefeito de Goiânia Venerando de Freitas (1980:41):

Construído em estilo da época-esteios, baldrame e beirais de *cachorro* – o núcleo constituía-se da residência dos membros da Congregação, abrigando a biblioteca composta de obras quase exclusivamente escritas em alemão, e da Capela, com o campanário.

Construíram também em 1900 a nova Igreja, segundo Almeida (1904, AEG, cx 03 - manuscrito)

A Igreja é outra construção de destaque – uma das melhores existentes em todo o Estado. Ostenta um custoso relógio cujas horas são contadas a longa distância[Eis3].

Este foi um dos primeiros relógios de torres de igreja em Goiás. Os redentoristas foram também responsáveis por várias inovações técnicas em Campinas, como o primeiro gerador elétrico em 1921, a primeira motocicleta (1922) e, o mais espetacular, o primeiro telefone do estado, entre Campinas e Trindade em 1924.

Outra aspecto inovador que os alemães trouxeram para a cidade foi a fundação do Colégio Santa Clara, pelas irmãs franciscanas alemãs em 1922, que se tornou referência em educação feminina em Goiás. Lá as meninas aprendiam Aritmética, Língua Portuguesa, Pedagogia, Ginástica e Música³. Essa escola recebia alunas de vários núcleos populacionais das redondezas: Bela Vista, Goiabeiras (Inhumas), Trindade, Santo Antônio das Grimpas (Hidrolândia) e Ribeirão (Guapó).

Desse modo, as referências feitas ao trabalho dos padres redentoristas em Campinas sempre são vistas nos escritos narrativos como positivas: eram considerados *estranhos que trouxeram coisas boas*.

A desconfiança dos grupos fechados em relação aos estranhos, porém, não deixa de ter sua razão lógica: nem todos os estranhos trazem coisas consideradas boas. Alguns podem trazer coisas bastante ruins, como a varíola, por exemplo. Sobre isso a melhor descrição é do médico encarregado de erradicá-la, o Dr. Laudelino Gomes de Almeida (1904):

Surgia festeiro e alegre o ano de 1904.

Infelizmente, porém, não havia janeiro decorrido por completo, quando um homem, alquebrado de forças, arrastando-se febril, e com erupção pelo corpo, abrigara-se em uma meia-água aberta numa casa em arcabouço, possuindo só a cobertura e uma parte onde morava uma família, marido e mulher, em frente a um payol de milho de propriedade do Sr. Deocleciano Antônio da Silva, moço distinto, por todos os motivos, atual sub-delegado de polícia, cargo que exerce com geral aplauso e onde se conduz com fildaguia, negociante e exemplar pai de família.

Nesta casa esteve o viajante um dia, transferindo-se depois para o payol. No outro dia, soube-se chamar o forasteiro José Alves, e ser praça do exército, procedente do Rio de Janeiro, com destino a Capital Goyana para incorporar-se ao destacamento ali postado.

Passou-se isso em 8 de janeiro.

No dia 17 do mesmo mês, melhor, prosseguiu em sua jornada, acompanhado de uma mulher de cor preta. O seu corpo tinha sido invadido por uma erupção que começava a secar.

A variola pela primeira vez transportada para essas paisagens, era então desconhecida completamente e as pessoas, que viram e trocaram palavra com o doente, acreditaram-no vítima de umas cataporas bravas, que diziam estavam grassando concumitadamente com a coqueluche pelas redondezas.

Nove dias depois da partida do forasteiro, a variola manifestou-se num rapaz que havia tido um contato mais intenso com o doente; no dia seguinte, mais uma manifestação e, no 13^o dia, outra vítima. A população só foi saber da natureza da doença desconhecida através de outros estranhos:

Dois viajantes italianos, de passagem por Campinas, onde tencionavam pousar, vendo o Sr. Augusto Maria do Carmo doente, com quem trocaram palavra e a quem interrogaram pela moléstia que nele se tinha apresentado, pela erupção confluyente no seu rosto, desconfiaram e foram-se evitando Campinas, em disparada. O alarme da bexiga ecoou aos quatro ventos.

O pânico não podia ser maior, e quem pode retirar-se, não deixou de fazê-lo, ficando no arraial pouca gente. Em início de fevereiro, a 8, teve o Governo notícias de que reinava em Campinas, que muito se assemelhava a variola.

Isso se dava em Campinas, e o terror invadia as populações vizinhas e as quais puseram em prática rigorosos e despóticos cordões sanitários.

Destruíram pontes, impediram as estradas e deixaram Campinas entregue ao maior abandono. (Ibidem)

É ilustrativa do pânico por que passou a população com a presença dessa doença que, segundo comentário da época, acabava com *idades inteiras*, a carta de um dos habitantes a seu primo, um tal de Vicente, relatando a situação:

Os habitantes deste arraial retiraram-se em consequência de não ser possível retirar as vítimas desse terrível flagelo. Estamos cercados, em curta distância por todos os lados e portanto privados de qualquer socorro. (correspondência particular, Campinas, 1904, Cx 01- AHEG)

Essa doença que já atingira vários centros urbanos do Brasil também preocupou as autoridades estaduais goianas, principalmente no tocante a sua propagação

pelo Estado e principalmente nesta Capital, será de consequências funestíssimas e aterradoras, visto como o nosso serviço sanitário estadual ainda não está organizado e a nossa Capital não possui nenhuma das condições higiênicas. (Ofício, Semanário Oficial, Goiás, 1904 – AHEG)

Foi grande o medo das autoridades estaduais em relação à propagação da epidemia pela Capital. A primeira providência foi isolar o soldado José Alves que havia propagado a epidemia em Campinas e sua acompanhante (que faleceu no dia 8 de fevereiro de 1904), que haviam chegados na Capital no dia 25 de janeiro de 1904, em uma cabana nos arredores da cidade sob a vigilância policial. Posteriormente, o governador Xavier de Almeida tratou de avisar todas as localidades próximas a Campinas da doença, advertindo-as da necessidade de reforçar o cordão sanitário. À Capital Federal, especificamente ao Diretor do Instituto Vacínico Municipal do Rio de Janeiro, Barão de Pedro Affonso, ele enviou um telegrama, pedindo com “urgência mil tubos de vaccina antivariolica para esta Capital e cem ...[para 29] localidades do Estado.” (Semanário Official do Estado, 13 de fevereiro de 1904, Livro 43 – AHEG).

Em relação a Campinas, o governo enviou, primeiramente, o soldado Sr. Tomaz Bispo Pinheiro (que não era especialista em medicina) e que chegou ao arraial no dia 15 de fevereiro, retornando à Capital para relatar o estado da doença, voltando para Campinas no dia 24 de fevereiro com alguns medicamentos (óleo de rícimo, creolina, folhas de jaborandi, cal, etc.), ficando a partir daí como responsável pelo tratamento dos doentes, até o dia 26 de maio.

Parece que as medidas tomadas pelo Sr. Bispo Pinheiro não surtiram o efeito esperado: no mês de fevereiro, apareceram oito novos casos de varíola, sendo que um deles foi fatal; no mês de março, mais oito novos casos, com três mortes. Isso levou o padre redentorista, Rev. Wendel, Superior do Convento, a reclamar ao governo estadual, pedindo providências, no que foi atendido. (Semanario Official, Goias, 19 de março de 1904, Livro 43 – AHEG)

O Governo do Estado resolveu aceitar os serviços do jovem médico goiano recém-formado no Rio de Janeiro, Laudelino Gomes de Almeida, pagando-lhe a quantia de um conto de réis (anteriormente, o governo lhe oferecera a metade dessa quantia) e nomeando-o Diretor do Serviço Sanitário de Campinas. Ele lá chegou no dia 26 de março, permanecendo no cargo até o dia 20 de maio, quando foi exonerado, acusado de abandono de função, conforme ofício abaixo:

estando esta secretaria informada da extinção da epidemia da varíola em Campinas, onde se achava em desempenho da Comissão de Serviço Sanitário, cujo exercício deixou, ausentando-se dali, sem nada comunicar a mesma secretaria, resolveu o Governo, por isso dispensar os seus serviços profissionais (Semanário Official do Estado, Goiás, 11 de junho de 1904, Livro 43 – AHEG)

Pela troca de ofícios, nota-se que a relação entre o Governo do Estado e o Dr. Laudelino não era das mais amigáveis. Não concordando que a epidemia havia acabado, resolve ficar no Arraial, mesmo exonerado, como ele próprio relata:

Tendo sido exonerado pelo governo em 20 de maio, não podia entregar a proteção do sobrenatural o arraial, visto como não se achava por completo expurgado, pelo que deixei-me ficar lá até completar o serviço sanitário por que tinha obrigação de velar e só no dia 5 de julho levantei o interdito que havia excluído de comunhão o Arraial de Campinas. (Almeida, 1904, manusc.)

Percebe-se, por outro lado, que a relação entre Laudelino Gomes de Almeida e os principais membros da comunidade de Campinas era bem amigável: em seu Relatório ele tece elogios à inúmeras pessoas do arraial, como Joaquim Lúcio, José Rodrigues de Moraes, Salvador de Deus Amparo, etc.

Acredito que atuação de Laudelino Gomes de Almeida esclarece um ponto pouco abordado na historiografia sobre a mudança da Capital: a escolha do município de Campinas como local a ser construída a nova capital do Estado, apesar de toda campanha promovida pela cidade de Bonfim. Ele era primo de Pedro Ludovico Teixeira e, após a vitória dos revolucionários de 1930, foi escolhido como Diretor Geral do Serviço Sanitário do Estado. Nesta função, foi um dos membros da Comissão para Escolha do Local da Nova Capital. Como o Presidente da Comissão, o Bispo D. Emanuel Gomes de Oliveira era francamente favorável à escolha de Bonfim, acredito que Laudelino Gomes de Almeida exerceu um papel ativo na escolha de Campinas, neutralizando a influência do Bispo e ficando, portanto, Bonfim como suplente⁴.

Enfim, a epidemia de varíola em Campinas, no ano de 1904, marcou pejorativamente o arraial frente a outros lugarejos situados a sua volta. Isso talvez explique o cuidado preventivo que o Código de Postura do Município teve em relação às epidemias:

Art. 70º - É expressamente proibido a habitação nesta cidade e nas povoações do município de pessoas affectadas de moléstias contagiosas.

Art. 73º - Em época de epidemia, ou ameaças de sua invasão, as medidas preventivamente adoptadas pelo Conselho Municipal ou pelo Intendente obrigarão em todo município vinte e quatro horas após seu conhecimento. (Código de Posturas Municipaes, Campinas, 1921. Cx 02, AHEG)

Sob o efeito dessas medidas ou não, o certo é que Campinas recuperou a sua imagem de lugar saudável, quase bucólico, de clima bom. Quando da construção de Goiânia, os mudancistas utilizaram-se fartamente dessa imagem⁵ para justificar a escolha

de Campinas, contrapondo-a à cidade de Goiás, tida como uma cidade perigosa, do ponto de vista da saúde pública.

Cerca de 21 anos depois da epidemia de varíola, a população de Campinas teve novamente que fugir para as matas da redondeza. Agora os *estranhos* eram os revoltosos da Coluna Prestes que por volta de 1925 chegaram à cidade. Porém apesar do pânico da população, a cidade não foi saqueada: apenas a linha telefônica (Campinas-Trindade) foi cortada preventivamente pelos membros da coluna⁶.

Apesar dessas ocorrências históricas singulares, Campinas não diferia dos demais núcleos urbanos do Estado: levava uma vida pacata e provinciana. Estudá-la, portanto, é importante para se compreender a vida cultural de Goiânia. Campinas, como uma cidade tradicional, teve um peso relevante sobre Goiânia, que pretendo analisar.

As descrições sobre Campinas, desde o século XIX, sempre ressaltavam duas coisas: sua beleza natural e o seu tênue desenvolvimento urbano. Cunha Matos (1980: 233), em 1824, por exemplo resalta que nessa época, o lugarejo era formado por apenas 11 casas em volta da Capela. Setenta anos depois o acréscimo de habitações não foi relevante, pois de acordo com o padre redentorista Francisco Wand (apud Santos, 1976: 325), em 1894:

Campinas possuía apenas umas 30 casas pobres e mal construídas e a igreja, completamente descuidada, estava a ponto de ruir.

As narrativas dos redentoristas têm que ser vistas com cuidado, pois a tendência de seus relatos é de sempre desvalorizar o período antes de sua chegada (1896), para realçar sua atuação progressista no povoado, como no trecho abaixo, de 1926, em que um deles, chamado João Batista, diz que:

A povoação de Campinas não tinha importância nem recursos: uma meia dúzia de casebres em redor de uma igreja, cujas paredes ruínas davam livre entrada aos cabritos... Hoje Campinas é uma cidade florescente, que os padres dotaram de uma igreja bela e grande, de um colégio muito bem conceituado, de telefone, de luz elétrica. E o que é mais importante, por seu exemplo e trabalhos, os Padres conseguiram educar uma população morigerada e dedicada ao trabalho, não havendo em Campinas quem não tenha sua ocupação e seu meio de vida (apud Santos, 1976:50)

Apesar de inegáveis, as inovações materiais introduzidas pelos redentoristas em Campinas – a mudança no comportamento é algo difícil de ser comprovado –, não produziram o efeito na dimensão narrada. Tanto que, em 1904, oito anos depois da chegada dos padres, a descrição do arraial por Laudelino Gomes de Almeida (1904, manusc.) foi bem menos eufórica que a anterior:

Na sua monotonia de lugar pouco agitado e pequeno, jazia o arraial, cuja monotonia era quebrada de quando em vez, ora pela passagem de transeuntes, para vários pontos, ora pelo trânsito do correio, de três em três dias, carros, tropas, etc.

A luta estabelecida, diariamente, tinha a sua tregua, quando o sol tombando no ocaso, impunha a hora de repouso. Morejavam de sol a sol, havendo dos labores braçais a pequena renda para uma vida parca, mas honesta. O Domingo é o dia do convívio amistoso entre os habitantes do arraial e os moradores dos arrebaldes. Acodem para a missa, fazem as suas compras e a tarde está despovoado o arraial, oferecendo o aspecto dos dias comuns, isto é, dos dias de trabalho.

Pela narrativa acima, o arraial assemelhava-se a um bairro caipira, nos moldes definidos por Antônio Cândido (1982) no clássico *Parceiros do Rio Bonito*. O trabalho em atividades rurais era a base da sobrevivência⁷. O tempo era medido da forma medieval, o dia era dividido em três partes: o nascer do sol, o meio-dia e o pôr-do-sol. A sociabilidade era fornecida pela religião, que também organizava as atividades de lazer nos domingos e dias santos, nos quais os moradores da zona rural se abasteciam nas quatro casas de comércio existentes⁸. Nessa época, o número habitantes do núcleo urbano do arraial era apenas de 284 pessoas.

Campinas foi elevada a categoria de vila em 1907, quando se desmembrou de Bela Vista; em 1914 foi elevada à cidade. Compunha-se do distrito de Ribeirão (atual Guapó) e do Arraial de Trindade. Mesmo assim, o pessimismo em relação ao futuro da cidade incomodava muitos de seus habitantes. Com a emancipação do Arraial de Trindade, em 16 de julho de 1920, transformado em município, ele aumentaria ainda mais. Dois meses antes (18 de maio de 1920), o Conselho Municipal de Campinas fez uma petição ao Governo do Estado para que mudasse a sede do município para Trindade – talvez numa atitude lúcida de dar os anéis para preservar os dedos. O argumento básico dessa petição era que o Arraial de Trindade contava com

grande número de estabelecimentos comerciais, a saber vinte casas comerciais de fazenda, onze de negociantes de fumo, vinte taverneiros, e dezoito oficinas mecânicas, acrescendo ser a população do aludido Arraial de mil e quinhentas almas aproximadamente, [com] seiscentas casas habitáveis. (Petição do Conselho Municipal de Campinas, Campinas, 18 de março de 1920, Cx 02 – AHEG)

Em contrapartida, a situação de Campinas era bem mais desvantajosa:

Ao passo que nesta cidade somente existem seiscentas almas, noventa casas habitáveis mais ou menos, seis estabelecimentos comerciais, inclusive uma farmácia, quatro tavernas e um número insignificante de oficinas mecânicas. (Ibidem)

O Governo Estadual não deu um parecer favorável a à petição e Campinas perdeu o próspero distrito de Trindade.

Em 1926, a situação de Campinas descrita pelo semanário católico *Santuário de Trindade* parecia ainda pior:

o largo da Matriz e as ruas são pastos viçosos e baratos para manadas de bois, vacas, cavalos e burros, cabritos e cabras *et universa pecora* de alguns moradores da cidade e de viajantes de perto e de longe. Os carros de bois, do tempo de Noé, retalham as ruas, as enxurradas abrem enormes fendas, os sapos e as rãs habitam lagoas urbanas. (Apud Santos, 1976: 51)

A situação de penúria do município chegou a um momento crítico, quando, em 1931, um decreto do Governo Federal, determinava a extinção dos municípios goianos que tinham uma renda inferior a 20 contos de réis. Como a renda de Campinas era em torno de 16 contos de réis, a cidade só não perdeu a sua autonomia administrativa pela ação da administração municipal e da população, conseguindo arrecadar 20 contos e 500 mil réis⁹.

Se a falta de progresso foi sentida de forma constante na história de Campinas antes da construção de Goiânia, nunca faltaram, por outro lado, referências à beleza do seu meio físico. São inúmeras as descrições sobre a beleza do local. Uma das mais célebres, pelo seu teor profético, é a do Bispo D. Eduardo Duarte da Silva, em 1894:

Campininhas é um dos mais aprazíveis lugares de Goyaz: vasta é a planície, abundante e excelente a água, matas de primeira qualidade, de modo que presta-se para uma futura cidade e talvez mesmo para capital do Estado, tão mal localizada (...) (apud Santos, 1975: 45)

Em 1928, um artigo da revista "Informação Goiana" referia-se ao "clima invejável de Campinas" (apud Campos, 1985:32). Esses aspectos naturais não passaram despercebidos ao urbanista Armando de Godoy, encarregado de ratificar a escolha de Campinas como local para construção da nova capital. Ele disse no Relatório ao Interventor Pedro Ludovico, em 1933 (apud, Monteiro, 1938: 65)

Graças as suaves declividades que se nota nas formosas ondulações nos arredores de Campinas, o problema do esgoto será resolvido sem exigir consideráveis dispêndios. É outrossim necessário que se faça referência à fertilidade dos terrenos do que ora me ocupo. (...) Os pés de milho se elevam a grande altura e as espigas eram enormes. Examinei também alguns feijoados, mandiocais, arrozais etc. Em suma, as plantações e o gado que pude ver indicam que os terrenos são magníficos para a cultura de cereais, algodão, fumo, frutas e para a pecuária.

Enfim, Campinas aparecia com duas imagens, de certo modo, contraditórias: uma negativa de atraso urbano e social e uma, positiva, de beleza natural. Os mudancistas se apropriaram dessa imagem de beleza natural e de salubridade do meio físico, colocando-a como mais um argumento antitético em relação à cidade de Goiás. Se Goiás era uma cidade perigosa do ponto de vista da saúde pública e estacionária do ponto de vista da evolução demográfica, também existem elementos na história de Campinas que lhe permitem usar os dois adjetivos.

Com essas citações longas de relatos, pretendo mostrar que aquilo que muitos tratam como sendo realidade histórica, tem muito de representações. Mesmo contendo algo

de verdadeiro, elas também são interpretações da realidade que são feitas sempre utilizando de *imagens coletivas*, passada pela tradição oral e escrita. Quando, por exemplo, um viajante ou um redentorista relata a beleza natural do lugarejo, ele pode estar reproduzindo um discurso que ouviu sobre a região, seja de seus próprios moradores ou de pessoas de outros locais. Além disso, o fato de um viajante, após percorrer um longo percurso numa mata fechada¹⁰, como o Mato-Grosso Goiano¹¹ na época, e se deparar com uma clareira, poderia ser psicologicamente induzido a fazer apologia a beleza do lugar¹². De qualquer forma, Campinas ficou com a imagem de lugarejo atrasado e belo.

1.1. De Campinas a Goiânia

De todos os acontecimentos históricos por que passou Campinas, nada se comparou, em termos de conseqüências culturais, à construção de Goiânia. Escolhida em 1933 para ser o município em que se construiria a nova capital, Campinas, como núcleo urbano consolidado, passou a ser o local que dava apoio logístico às obras da nova cidade. Com isso, a pequena cidade foi invadida por estranhos:

A cidade de Campinas, em cujas proximidades o sr. Pedro Ludovico está levantando a mais formosa metrópole do sertão brasileiro é, atualmente, um formigueiro humano. Quem a viu há dois anos e quem a vê hoje, admira-se de sua rápida transformação. Tijolos, montes de areia, cimento, madeiras, telhas. Trabalha-se com loucura, construíram-se e constroem-se dezenas e dezenas de casa. (Ney, 1975:94)

Esse relato é bem diferente dos anteriores que ressaltavam sempre a decadência do local. Campinas passou a contar com hotéis, postos de gasolina, grandes casas comerciais que a preferiram a Goiânia, dando-lhe um desenvolvimento comercial superior ao da nova cidade. Toda essa movimentação urbana inédita empolgava os campinenses. Muitos deles demonstraram boa vontade em auxiliar na construção da nova Capital. Basta ver as doações de terras, a cessão de casas para alojar funcionários públicos, etc.

A antiga cidade, agora distrito de Goiânia, viu “em poucos meses, duplicar o número de casas” (Lima apud Monteiro, 1938: 66). Todavia, as construções não eram apenas destinadas a residências ou ao comércio. Aliás, muitas delas estavam destinadas a um tipo especial de comércio: as casas de prostituição. Elas vão integrar a paisagem da cidade, fazendo parte do imaginário coletivo da população sobre os primeiros dias de Goiânia.

O impacto de inovações, como a mencionada acima, com certeza não constituía motivo de orgulho numa sociedade fechada, na qual a religião católica, representada pelos redentoristas, exercia um peso social considerável, que compreendia o lazer, a educação e a política.

Campinas constituía um grupo fechado, mais homogêneo, de tradições centenárias; já Goiânia constituía um grupo mais aberto, mais heterogêneo e recente. Dois grupos humanos com características tão diversas só podiam manter uma intensa rivalidade entre eles. Foi o que aconteceu – as disputas veladas entre as duas sociedades podem ser notadas em vários aspectos de sua cultura: nos times de futebol, nas festividades sociais, nas brigas entre crianças, as piadas etc., embora o discurso dos mudancistas fosse o de que as duas localidades viviam em um clima fraternal. Essa rivalidade, típica de grupos pequenos, comprova a tese de que Goiânia, em seus primeiros anos, tinha uma existência provinciana.

Apesar de toda excitação que a construção de Goiânia, a cinco quilômetros de Campinas, gerava nos habitantes desta, os goianienses não deixavam de serem vistos como estranhos, pessoas de diferentes lugares que vieram interferir no seu modo de vida. Portanto, havia um sentimento de aprovação e repúdio por parte da população de Campinas a toda essa movimentação de pessoas diferentes.

Essa rivalidade manifestava-se em vários aspectos do relacionamento entre Campinas e Goiânia, porém era nas partidas de futebol que esse antagonismo se tornava mais visível.

A partir dos anos 30, o futebol tornou-se importante meio de lazer da população brasileira. Nas grandes¹³ e nas pequenas cidades, as partidas de futebol dos times mais imponentes realizadas principalmente no domingo mobilizavam grande parte da população e o resultado da partida era comentado por vários dias. Em Goiás, não era diferente: o futebol praticado em campos de terra era uma das principais diversões da população.

Em Goiânia, os imensos espaços vazios favoreciam a prática do futebol pelas crianças e adultos. O futebol, desse modo, pode ser utilizado para uma leitura da cultura da cidade, uma vez que valendo-se dele pode se obter informações sobre os aspectos, políticos e sociais da cidade. Isso significa conceber que

o espaço dos esportes não é um universo fechado sobre si mesmo. Ele está inserido num universo de práticas e consumos, eles próprios estruturados e constituídos como sistema. (Bourdieu, 1990: 207)

Desse modo, concebo o futebol como uma parte privilegiada para a análise de um problema cultural específico. Acredito que a análise da cultura pode ser feita a partir de qualquer aspecto, seja o religioso, o político, o social, o econômico, etc.; porém, existem aspectos mais favoráveis, pelo menos em nível argumentativo, do que outros para se tratar a cultura como um texto – como a briga de galos em Bali, analisada magistralmente por Geertz (1989: 278-321). No caso da relação de antagonismo entre Goiânia e Campinas, o futebol é um desses aspectos.

A primeira associação de futebol mais organizada que surgiu em Goiânia foi o *União Americana Esporte Clube*, fundado em 28 de abril de 1936 por jovens provenientes da antiga Goiás, que se mudaram para Goiânia, mas queriam preservar as antigas tradições vilaboenses. O nome por si só já é significativo: trata-se de uma homenagem aos dois times rivais da antiga capital, a saber, *Associação Atlética União Goiana* e ao *América Esporte Clube*. Um novo clube que sintetizava os dois maiores times de futebol da cidade de Goiás demonstra que num ambiente em que a velha cidade era ridicularizada oficialmente era necessário acabar com as velhas rivalidades, a fim de manter a autonomia cultural.

Não se tratava, porém, de um protesto político consciente contra a mudança da Capital. Os fundadores do *União Americana Futebol Clube*, apesar de serem da velha Capital, estavam ligados ao grupo mudancista. Inclusive, a primeira partida de futebol intermunicipal do novo time contra o *Botafogo S. C.* da cidade de Anápolis foi oferecida a Pedro Ludovico Teixeira, Coimbra Bueno e Venerando de Freitas (este atuando como árbitro da partida). Nesse jogo, ao qual compareceram “as figuras mais representativas da sociedade goiana”,

O placard marcou o honroso empate 1 x 1, que pode ser considerado uma excelente vitória do recém-surgido team local sobre o seu já adestrado adversário de Anápolis (...) (Correio Oficial, Goiânia, 13 de junho de 1935, apud Monteiro, 1938:514)

O tom hiberbólico do artigo do jornal, ressaltando o heroísmo dos jogadores do time de Goiânia que conseguiram igualar forças com uma equipe poderosa se insere na mesma *epopéia* que envolvia as ações de construção da nova cidade. Essa partida de futebol foi preservada na memória coletiva goianiense, graças aos mudancistas, por que possibilitava uma interpretação alegórica da construção da cidade. A partida de futebol representava a saga da construção de Goiânia, que apesar das dificuldades econômicas e políticas, estava-se igualando às grandes cidades do Estado. Do mesmo modo, Oscar Sabino Júnior (1980:265), relata um jogo que aconteceu em maio de 1936, entre

representantes de Goiânia contra os de Campinas; naturalmente os goianienses foram os vencedores desta partida...

Todavia, o time de futebol dos jovens saudosistas vilaboenses não teve uma atuação de destaque na nova cidade. Logo sua imagem ficou ofuscada pelo surgimento de novos times que representavam clivagens culturais mais profundas, como o antagonismo entre Campinas e Goiânia.

O time que representava os habitantes de Campinas era o *Atlético Clube Goianiense*, fundado no dia 2 de abril de 1937. Na fundação do clube, alguns queriam retirar o adjetivo *goianiense* do seu nome e colocar o termo *campineiro*. Como essa proposta mais xenófoba não foi aceita, alguns inconformados fundaram o *Campinas Esporte Clube*¹⁴ que não teve a mesma repercussão do Atlético, que se tornou o maior representante dos habitantes de Campinas.

Já o time que representava Goiânia (esse termo não se refere ao município, mas ao núcleo habitado que corresponde hoje ao centro da cidade) foi esboçado em 30 de julho de 1936, aproveitando as bases do *União Americana Futebol Clube*. Porém a fundação efetiva do *Goiânia Esporte Clube* só ocorreu no dia 28 de junho de 1938. A partir daí, ele foi o representante do núcleo urbano, contrapondo-se ao de Campinas.

A existência dos dois times rivais revelava também diferenças políticas e sociais. O *Goiânia*, como era chamado pela população, era um time de elite, ligado ao grupo aglutinado em torno de Pedro Ludovico, que lhe fornecia total apoio financeiro, por intermédio da figura de Joaquim Veiga Jardim. Interessava, portanto, ao governo estadual, ter um time forte que representasse dignamente a nova Capital. Dizia-se, inclusive, que vários jogadores do *Goiânia* trabalhava no serviço público estadual¹⁵. A sede do Clube era o estádio público *Pedro Ludovico Teixeira*.

Já o Atlético era considerado um time de massa. Apesar de estar ligado à figura de Antônio Accioly¹⁶, rico proprietário de cartório, considerado o grande protetor do Clube, o time vivia das colaborações de seus torcedores que presenteavam os jogadores com coisas diversas, que iam desde o tratamento dentário gratuito, passando por terno, até chuteira e outras coisas mais (Teles, 1995:40-42). A menor vantagem financeira dos jogadores atleticanos era compensada pelo maior prestígio junto ao seu grupo que, graças à posição de jogador, tinha alguns favores especiais, como o de entrar sem pagamento nas casas de prostituição, etc.

Com a redemocratização do país, a partir de 1945, a ligação futebol e política fica mais evidente: o *Goiânia* passou a ser considerado um time ligado ao grupo ludoviquista

do PSD, enquanto o Atlético era considerado o time daqueles que manifestavam oposição ao ludoviquismo, como a UDN.

Portanto, interessava muito à política ludoviquista as vitórias do time do *Goiânia*, que serviam, ao mesmo tempo, para passar uma imagem positiva da cidade (vitoriosa em todos sentidos, até no futebol) e também para denegrir a imagem de seus adversários políticos.

Esse interesse político nas vitórias do Goiânia, às vezes, extrapolava o âmbito exclusivamente esportivo, fazendo com que a aleatoriedade, que caracteriza o esporte recebesse interferência da premeditação, que caracteriza a política. Na partida final do campeonato amador de 1948, o placar estava 1 x 1, resultado que daria o título ao *Atlético*, quando um jogador¹⁷ do *Atlético* cometeu uma penalidade máxima. O tiro livre foi cobrado, mas foi defendido pelo goleiro do *Atlético*. O juiz, alegando irregularidade, determinou uma nova cobrança que foi novamente defendida pelo goleiro. O árbitro novamente determinou uma terceira cobrança, alegando que o goleiro atleticano se mexera. Em vista disso, a torcida atleticana, indignada, invadiu o campo e a partida foi suspensa. Uma semana depois, com apenas o juiz, o goleiro atleticano e o jogador do *Goiânia* o pênalti foi cobrado, convertido em gol e o *Goiânia* foi proclamado campeão. É difícil determinar atualmente até que ponto esses acontecimentos foram de má-fé ou *uma incrível coincidência*; porém interessa que ele serviu para alimentar ainda mais a rivalidade entre Campinas e Goiânia.

Desde a fundação dos clubes, as partidas entre os dois times eram esperadas com expectativa. A partir de 1944, foi organizado o campeonato amador entre os times da Capital que foi disputado até 1961, quando o futebol goiano se tornou profissional e o campeonato tomou dimensões estaduais. No período de amadorismo, *Goiânia* e *Atlético* praticamente monopolizaram o campeonato: dos 17 títulos disputados, o *Goiânia* ganhou 11, o *Atlético* 5 e o *Vila Nova* 1.

Essa rivalidade era tão acentuada que, quando um morador de Campinas, resolveu jogar no *Goiânia* foi motivo de indignação: “Eram elogios e cumprimentos lá pelas bandas do Goiânia, e sobrava bronca da Campininha (...)” (Melo, 1988:145)

Para os campineiros, foi motivo de muita satisfação quando o Atlético foi campeão invicto nos anos de 1955 e 1957. Esta satisfação não era tanto pelo título de campeão, mas principalmente pelo fato do time ser formado por *campineiros de raízes*¹⁸, fato que torna essa conquista quase inesquecível para os atleticanos mais antigos.

A rivalidade entre Campinas e Goiânia, não se estendia apenas a esses dois times de adultos. Os inúmeros times juvenis daquela época também a expressavam. De acordo com as lembranças de Ivo de Melo (1988), em seu time de infância, o *Feirinha Futebol Clube*, uma espécie de juvenil do Atlético, as rivalidades com o *Cemitério Velho*, outro time de Campinas, eram deixadas de lado e selecionavam os melhores atletas dos dois times para jogar com algum time de Goiânia. As disputas esportivas (principalmente vôlei e basquete) entre os alunos da Escola Normal de Campinas e os do Lyceu de Goiânia também eram um exemplo da rivalidade entre as duas localidades¹⁹.

Enfim, essa rivalidade, que aparentemente poderia apenas indicar uma preferência esportiva, revela, por trás dela, aspectos fundamentais daquele meio cultural. Ela durou até a década de 60, quando o crescimento da cidade minimizou a oposição entre Campinas e Goiânia. Depois dessa época, os principais rivais futebolísticos passaram a ser Vila Nova e Goiás, exprimindo outra mudança cultural (que analisarei mais tarde).

Embora no futebol que esse antagonismo entre as duas localidades ficasse mais latente, ele também era expresso de outras formas. Dentre elas, destacam-se os termos pejorativos usados, como uma forma de criticar, em nível do discurso, determinados valores de cada grupo.

Os habitantes de Campinas, especificamente os seus elementos mais jovens do sexo masculino, preocupados com a concorrência dos jovens goianienses sobre a população do sexo oposto de Campinas, denominavam-nos *almofadinhas* e *alinhadinhos*, termos que indicam uma crítica a um estilo de vida mais preocupado com a estética do que com o trabalho:

Os habitantes de Campininha eram operários, comerciantes, estudantes; enquanto os rapazes de Goiânia eram chamados de almofadinhas, pois eram, na maioria, filhos de políticos ou funcionários públicos(...) (Melo, 1988:40)

Os passeios na Avenida Anhangüera, lá no centro urbano da Capital, começaram a levar os rapazes da Campininha famosa, e bem assim muitas de nossas belezas femininas começaram a dar preferência aos "alinhadinhos" de Goiânia e gerando uma forte antipatia entre os dois aglomerados urbanos (...) (Ibidem, 167)

Em contrapartida, os habitantes de Goiânia referiam-se a Campinas, utilizando o termo *chacrinha*, indicando pejorativamente as raízes rurais do agora bairro. Segundo uma goianiense pioneira, Cerise Pinto Carramaschi,

nós estranhamos a linguagem usada pelos naturais de Campinas que usavam muitas palavras que não conhecíamos, como por exemplo "máquina", ao invés de automóvel, "varanda", ao invés de sala de jantar, etc. (...) (A pud Goiânia, 1989:67)

Uma quadrinha, publicada em 1940 (José das Dornas apud O popular na sociedade, O Popular, 11, jan. de 1940, microfilme: 40-45, CEDOC) denominada sugestivamente de *Goiânia x Campinas* demonstra outro aspecto dessa rivalidade:

Quem é louco por granfinas
E não quer morrer de insônia
Goze as noites em Campinas
Passe os dias em Goiânia

Esta é a cidade do dia
Aquela é o bairro da noite
Na cidade – o herói porfia
No Bairro – talvez se amoite.

A quadrinha critica as célebres casas de prostituição que existiam no *Bairro* (esta palavra tem um sentido pejorativo nos versos). Sobre isso era comum ouvir-se dizer por parte da população masculina de Goiânia, que se ia *trocar o óleo em Campinas*.

Os dois núcleos urbanos também diferenciavam-se no aspecto da convivência social. A elite de Goiânia, apesar de heterogênea, era formada de famílias tradicionais de diversas cidades goianas (Goiás, Rio Verde, Anápolis, Pires do Rio, Catalão, etc.) que tinham um nível sócio-econômico semelhante (isto desconsiderando a população do bairro operário). Uma das principais preocupações das famílias pioneiras era desenvolver espaços para a integração social, escassos na nova Capital naqueles tempo. Uma das primeiras iniciativas nesse sentido foi a criação do primeiro Clube Social, o *Automóvel Clube*, criado em 1935. A partir de 1943 esse clube mudou seu nome para *Jóquei Clube de Goiás* que foi o ponto de encontro da elite social de Goiânia.

Ser sócio desse clube era uma marca distintiva de *status* social. Ele também servia para discriminar a população de Campinas, impedida de participar dos famosos bailes de carnavais da época. (Teles, 1998: 23-6)

Restava para a população de Campinas, interessada em diversões mais familiares contentar-se com os eventos mais reduzidos (como as formaturas escolares) no Cine Campinas. Essa *humilhação* só foi resolvida no início da década de 60, com a criação do *Goiânia Tênis Club*, no Setor Coimbra que, apesar do nome, era um ponto de encontro quase exclusivo da sociedade campineira²⁰.

A rivalidade entre Goiânia e Campinas perdurou de forma mais aguçada até a década de 60, quando o acentuado crescimento demográfico de Goiânia diluiu essas disputas provincianas. A partir dessa época, a cidade passou por mudanças culturais importantes. No futebol, a maior rivalidade passou a ser entre os times do Vila Nova e de Goiás; no comércio, o centro de Goiânia passou a superar o de Campinas; no lazer, novos

clubes sociais reduziram o brilho do Jôquei Clube; em relação à prostituição, houve um movimento em direção às ruas do centro e aos motéis construídos à beira da BR-153. Apesar de tudo isso, até hoje, as pessoas mais velhas insistem em diferenciar *Goiânia* (a parte central da cidade) de *Campinas* (o bairro), não aceitando a integração entre as duas localidades.

Sociologicamente essa rivalidade não pode ser explicada simplesmente contrapondo as categorias *conhecidos* e *estranhos*. Isso seria viável apenas quando os *estranhos* estivessem em grande desvantagem numérica. Desse modo, acredito que as categorias mais viáveis para a análise da rivalidade entre Goiânia e Campinas seriam as de *amigos* e *inimigos*. Enquanto que não se conhece o *estranho* – não podendo, portanto, fazer-lhe uma oposição antitética; os *inimigos* servem para a auto-afirmação dos *amigos*, servem de espelho para que os *amigos* se enxerguem e se entendam. Segundo Zygmunt Bauman (1999:62),

Só cristalizando e solidificando o que eles não são (ou o que eles não querem ser ou que não diriam que sejam) na contra-imagem dos inimigos é que os amigos podem afirmar o que são, o que querem ser e o que querem que se pensem que são.

Desse modo, a grande diferença entre os inimigos e os estranhos é que os últimos são desconhecidos; enquanto os primeiros são bem conhecidos. Para os habitantes de Campinas (e também para os de Goiânia), a população de *estranhos*, quando se tornou conhecida, converteu-se em *inimigos*. Com isso, cada grupo pôde avaliar, com base em seus valores, as ações do outro, em termos do certo e do errado, do bem e do mal, do feio e do bonito. Assim, toda essa rivalidade pode ser lida em termos éticos.

Para ser inimigo ou amigo é necessário conhecimento mútuo. Portanto, quando se utilizam essas categorias para analisar coletividades, elas têm que obrigatoriamente ser de pequeno porte. Isso explica a perda de importância dessa rivalidade com o crescimento de Goiânia e também reforça a hipótese da vida provinciana de Goiânia nos seus primeiros anos.

2. ASPECTOS PROVINCIAIS DE GOIÂNIA

A conceituação de Goiânia (de 1933 a 1960) como uma cidade moderna encontra sérias dificuldades de ordem lógica e empírica. Em relação à primeira, pode-se argumentar que, se Goiânia não era apenas Goiânia, mas Goiânia e Campinas, essa simples junção de

uma cidade nova com uma antiga por si só produz uma simbiose entre dois modos de vida (moderno e tradicional). Em relação à fundamentação empírica, constata-se que na relação entre Campinas e Goiânia, a primeira teve um papel mais ativo do que se imagina.

Assim conceituar Goiânia nesse período como uma cidade provinciana encontra maiores facilidades na concatenação entre teoria e fatos. A seguir apresentarei uma argumentação com elementos empíricos e teóricos para a construção desse conceito.

2.1. O número de habitantes

Uma das principais características que comprova o caráter provinciano de Goiânia é o seu número reduzido de habitantes na época. Em 1940, a população urbana da cidade era de 18.889 habitantes; destes mais de 60% residiam no Bairro de Campinas. Em 1950, a população urbana da cidade era de 40.333 habitantes; em 1955, era de 74.781. Já em 1960, a população urbana elevou-se para 133.462 habitantes. Apesar da taxa de crescimento demográfico nesses 30 anos ser considerável – principalmente se se levar em conta que as cidades mais populosas do Estado na época contava com cerca de 10 mil habitantes – existe um número absoluto para produzir relações sociais novas.

Seria perigoso, porém utilizar como argumento o elemento quantitativo, concebendo pessoas como se fossem mero número? A resposta seria afirmativa, se o número fosse considerado unicamente como fator explicativo. Todavia, ele tem a sua força na constituição de determinadas relações sociais. Segundo Simmel (1983:90), um dos estudiosos que mais se preocupou com esse aspecto, é necessário considerar “a influência que o mero número de indivíduos sociados tem sobre estas formas de vida social”. O mais interessante é que o tamanho do grupo determina o tipo de comportamento do indivíduo, isto é, existe um número absoluto responsável por novas formas de sociação, como, por exemplo, o tipo de comportamento do indivíduo, como no caso da normas de comportamento.

Quando o comportamento do indivíduo é determinado apenas pela sua consciência, sua ação é normatizada pela moralidade. Nesse caso, ele próprio é o juiz de seus atos.

Por outro lado, quando o indivíduo resolve não realizar determinada ação porque ela não seria aprovada por outros indivíduos, sua ação está sendo normatizada pelo costume. Nesse caso, ele leva em conta aquilo que as outras pessoas irão dizer, isto é, a

opinião pública. Ora, a opinião pública como forma efetiva de controle só é viável em grupos pequenos, pois necessita-se do conhecimento mútuo.

Em grupos grandes, como uma grande metrópole, em que a opinião pública não consegue mais normatizar as ações dos indivíduos (com exceção das personalidades como políticos, astros de TV, desportistas célebres conhecidas por todos), as ações dos indivíduos têm que ser controladas com base em normas objetivas. Interfere, então, o papel do direito, relacionado com

O fato do grupo grande tanto exigir quanto permitir uma norma mais rigorosa e objetiva cristalizada na lei, relaciona-se de algum modo com a maior liberdade, mobilidade e individualização de seus membros. Esse processo envolve a necessidade de uma determinação mais clara e de uma fiscalização mais severa das inibições socialmente necessárias (Ibidem: 105).

Porém, fora dessas regras objetivas, a liberdade de ação do indivíduo é bem maior. Daí, em termos de controle normativo, o direito ser inferior ao costume e este, à moralidade.

Decorre que, nas pequenas cidades, há uma maior padronização da conduta. As relações face a face e o conhecimento mútuo permitem que o costume seja o principal regulador normativo das ações dos indivíduos. E Goiânia não fugia a esta regra. No trecho abaixo do depoimento de um dos pioneiros da cidade, Leyde Jaime, proprietário de uma farmácia, isso fica claro:

Todo mundo se conhecia em Goiânia naquela época. Em minha farmácia por exemplo, as vendas eram feitas a prazo, pois a maioria da população de Goiânia era constituída de funcionários públicos, então as vendas eram feitas com o prazo de trinta dias. (apud Teles, 1986:107)

O fato do comerciante conhecer a situação de seus clientes justificava a sua ação de *vender a prazo*. Se ele assim não procedesse, com certeza, seu relacionamento social no grupo seria afetado. Sua ação é determinada principalmente pelo *sentimento*²¹. A relação econômica não envolve apenas o interesse monetário, como nas grandes cidades, daí a existência de comportamentos, como o descrito acima, não submetido a lógicas monetárias, mas a lógicas afetivas.

O controle da conduta nas pequenas cidades era rígido, mas existiam pessoas que escapavam a seu controle. Estes recusavam-se a serem iguais eram vistos como exóticos. Como eram poucos, eram aceitos pelo grupo. Refero-me ao tipo de pessoa que ficou conhecido em Goiânia como *tipos de rua*.

2.2. Memória coletiva: tipos de ruas e crimes bárbaros

Em seu Relatório ao Chefe do Governo Provisório da República em 1933, justificando a necessidade de transferir a capital goiana, Pedro Ludovico Teixeira mostra a existência na cidade de Goiás de um tipo social específico:

A contingência secular de necessitar a população de um exército de baldeadores de água, deu lugar a que surgisse uma estranha instituição nitidamente local – o *bobo*. Caracteriza-se esta instituição pela tendência comum, verificável em muitas das famílias goianas, de manter cada uma delas um *bobo* – mentecapto, idiota, imbecil – para o serviço de transportes domésticos, especialmente o de água. Há numerosas famílias que se beneficiam dos serviços desses deserdados da sorte, transformando-os em escravos irremissíveis, a troco dos restos de comida e dum canto para dormir, não raro entre os animais domésticos(...) (grifado no original) (apud Monteiro, 1938:09)

As imagens da descrição são fortes e têm uma força apelativa muito grande; porém, talvez Goiás não fosse tão singular nesse aspecto. Em Goiânia, segundo Bariani Ortêncio, também havia

Mentecaptos, mas eram serviçais: o Querosene, o Pedro, que trabalhava na família José Hermano. Ele tinha os escrotos enormes, avolumando as calças, gostava de conversar com a gente, contava tudo o que acontecia, como trabalhava, e sempre reclamando da preta Natália. Recolhia montões de lenha da calçada da rua para dentro. (Apud Teles, 1986: 209-10)

Apesar de menos apelativo, esse relato refere-se ao mesmo tipo de *instituição social* que o anterior. Nesse aspecto, a *moderna* Goiânia não era muito diferente da *atrasada* Goiás – talvez a diferença fosse apenas de ordem quantitativa.

Esse tipo de pessoas é por demais comum para sua existência, na cidade de Goiânia ou em qualquer local ser motivo de surpresa. O interesse aqui é analisar por que esses tipos de ruas são lembrados, com ricos detalhes, na maioria dos depoimentos dos pioneiros sobre os primeiros anos de Goiânia.

Na pequena cidade como já foi dito, toda personalidade que tinha uma conduta diferente das demais era vista com desconfiança. O exemplo clássico disso foi a pólis grega. Cercada de ameaças por todos os lados, essa pequena cidade antiga condenou

a ostentação da riqueza, o luxo das vestimentas, a suntuosidade dos funerais, as manifestações excessivas da dor em caso de luto, um comportamento muito ostensivo das mulheres, ou o comportamento demasiado seguro, demasiado audacioso da juventude nobre (Vernant, 1996: 45).

As pequenas localidades goianas contemporâneas, embora com menos zelo e excesso, também não deram muito espaço à exibição da personalidade. Porém há algumas pessoas com um modo de agir diferente das demais: sua ação não é normatizada pelo

costume, mas pela moralidade. Essas pessoas (os loucos, os *bobos*, os alcoólatras, os homossexuais, etc.) não são exclusivas das pequenas cidades. Todavia, nas grandes cidades, o fato das relações serem impessoais (mais individualizadas) faz com que suas marcas distintivas passem mais despercebidas – elas não se cristalizam na memória. Elas são conhecidas pela categoria que os representa – mendigos, alcoólatras, doentes mentais, menor abandonado – ; nunca pelos seus nomes.

Já nos primeiros anos de Goiânia os tipos de ruas eram tão lembrados e conhecidos como as autoridades públicas. Aparecem nos depoimentos dos pioneiros, nas crônicas, e até em romances como *Chão Vermelho*²². Um dos mais populares era conhecido pela alcunha de Burro-Preto. De acordo com Gerson Castro Costa (Apud Teles, 1986: 86-7):

A figura mais popular da cidade em meu tempo de Grande Hotel era o Burro-Preto.(...) [seu] antropônimo era Sebastião, se encenava a todo instante, de tez negra, vestido sempre com largos ternos e usando sapatos velhos que lhe davam, era manso e bom como um cordeiro e, quando sóbrio, conversava normalmente, embora com a língua meio enrolada. Mas a maldade humana é grande: davam-lhe cachaça até a embriaguez e lhe metia na cabeça que ele era muito importante, como chefe de repartições, gerente de bancos, principalmente do Banco do Brasil, mas havia sempre alguém para lhe usurpar tais funções (e diziam nomes de chefes de departamentos e bancários, que seriam seus usurpadores). Aí ele virava uma fera: esbravejava, pulava, chutava o ar, gritava nomes obscenos, às vezes até caindo na excitação da defesa dos seus direitos ultrajados. Na época da Segunda Guerra, diziam que ele era filho de Hitler e sua reação era simplesmente furiosa.

Além dele, outros tipos de rua são lembrados. Nelly Alves de Almeida fala da *Mulher da Arara*:

Era conhecidíssima! Caminhando ligeira, cortava as ruas, falando sozinha coisas vistas e vividas apenas por ela em seu mundo misterioso. A arara barulhenta, era sem dúvida sua única companheira, seu único tesouro. (Apud Teles, 1986:126)

José Mendonça Teles (1996:38) fala também da mulher conhecida como *Seu Marido Morreu*:

Andava pelas imediações do Café Central, com aquele saco de *trens* nas costas. Suja, maltrapilha, o vestido escondendo a fedentina do corpo, mas sempre no meio dos homens. A garotada passava e vinha a afronta: – seu Marido Morreu, seu Marido Morreu! Aí ela enfezava, espumava, xingava, chorava, esperneava, virava uma onça (...)

Além desses, havia o *Quelé*, o *Badu*, o *Xaxado*, o *Querosene (Pedro Bobo)*, o *Óia-o-pé*, o *Luisinho Louco*, o *Zé Tintureiro*, etc. Havia também o *João Cego*, um mendigo que, segundo muitos, era proprietário de casas de aluguéis em Goiânia. Outra personalidade de destaque era um ladrão inofensivo, protetor das prostitutas, especialista na arte de brigar; seu nome era Alaor, mas era conhecido por *Boca Larga*:

Tinha o Boca Larga, um ladrão formidável. Era alto, da boca muito grande, simpático. Ele nasceu em Campinas, então a turma o admirava pela perícia que ele tinha, era muito esperto e inteligente. Tinha mania de roubar, mas devolvia o produto do roubo. Era o protetor das mulheres da zona. (Josaphat Nascimento Apud Teles, 1986: 82)

Entre as proprietárias das casas de mulheres em Campinas, nenhuma teve celebridade comparável à Maria Branca. Suas qualidades morais sempre são elogiadas nos depoimentos:

Maria Branca era uma mulher extraordinária, ela desenvolvia a sua atividade mas tratava as mulheres que moravam em seu lupanário como filhas, tinha um carinho muito especial por elas todas, preocupava-se com a pobreza fazendo doações e visitando as casas de pessoas mais pobres e levava gêneros alimentícios. (Paulo Gomide, Apud Teles, 1986: 164)

Maria Branca, embora dona de cabaré, de bordel, de *rendez-vous*, de casa de encontro, foi antes de tudo uma pessoa humana que exerceu forte liderança entre os políticos, ajudou muito os pobres e, se não mereceu nome de rua ou avenida, pelo menos ficou na memória de seus contemporâneos (...) (Teles, 1996:53)

Conta-se que Dona Gercina organizou um baile no Jôquei Clube, a fim de angariar recursos para a construção da Santa Casa. No dia do baile, descobriu-se que estava faltando o principal – a orquestra. Para trazê-la, teria-se que ir a Uberlândia a 400 quilômetros de Goiânia. Para resolver esta situação, o Prefeito Venerando de Freitas Borges, dirigiu-se, sob olhar espantado da população de Goiânia, em pleno dia, ao Bordel de Maria Branca a fim de requisitar-lhe a orquestra no que foi atendido prontamente. Esse acontecimento, que se tornou *folclórico* na história goianiense, demonstra a raridade das relações sociais entre uma personalidade *diferente* com as pessoas *normais*.

Dentre esses *diferentes*, incluíam-se também os homossexuais, como o *André Papudo*, cuja descrição segue abaixo:

baixo e grosso, pés arredondados, andar de macaco orangotango, chapéu de aba caída, desdentado mas sorridente. Pederasta, recebia garotos lá na sua tapera, na rua Anápolis ou no regão-dos-padres, que era o banheiro geral dos homens mais da molecada. (Bariani Ortêncio apud Teles, 1986: 209)

Mas o grande impacto nos valores conservadores dos primeiros anos de Goiânia se deu com o aparecimento de uma figura menos discreta, como descreve José Mendonça Teles (O Popular, Goiânia, 24 dez.1988 – CEDOC)

Lembro-me do alvoroço que provocou a presença de Geraldinho, o primeiro bicha oficial, que chegou em Campinas. Ele andava pelas ruas requebrando acintosamente, provocando a meninada que lhe jogava escárnios e gozações. As mulheres rezavam o creio-em-deus-padre e os homens sisudos ameaçavam chamar a lei (...)

Esses tipos de ruas, alcoólatras, doentes mentais, mendigos, prostitutas, vadios, homossexuais, etc., pelo fato de serem lembrados na maioria dos depoimentos sobre Goiânia, indicam o caráter de cidade-pequena da Capital. Em um ambiente em que

“predominam as impressões duradouras, impressões que diferem apenas ligeiramente uma da outra, impressões que assumem um curso regular e habitual e exibem contrastes regulares e habituais” (Simmel, 1967: 12), qualquer coisa que destoasse do habitual – os tipos de ruas não normatizavam suas ações pelo costume – seria motivo de maior atenção. Daí decorre o fato dos tipos exóticos ficarem cristalizados na memória coletiva dos pioneiros. Quando a cidade cresceu demograficamente e passou a ter centenas de mendigos, homossexuais, prostitutas, etc. eles não foram lembrados de forma personalizada, mas apenas categorial.

Da mesma forma que essas *peessoas diferentes* ficaram na memória coletiva dos goianienses, outros acontecimentos que quebraram a rotina diária dos habitantes da cidade também se cristalizaram na memória. Refiro-me aos crimes de maior repercussão em Goiânia.

Já por volta de 1937, já acontecera em Campinas um crime de grandes proporções, conforme o relato de Cerise Pinto Carramashi (apud Goiânia, 1985: 67)

Uma família foi esfaqueada por um rapaz de 19 anos. Uma família toda: seis filhos, a mulher, etc... Era um medo enorme que a gente sentia; o crime tinha horrorizado a cidade inteira. Dona Gercina ficou horrorizada, sei que depois a polícia pegou esse rapaz e o matou em picadinho. Eu cheguei a ver a orelha desse homem.

Esse relato mórbido comprova aquilo que as obras literárias dizem e que as mudancistas ignoram: Goiânia era um local, sobretudo, marcado pela violência. Dos vários crimes que aconteceram na cidade, alguns se destacaram.

Por volta de 1948, Adolfo Machado Vasconcelos e amigos assassinaram o porteiro do Grande Hotel, José Gonçalves de Souza, desfigurando-lhe seu rosto, a fim de que ele fosse identificado como o corpo do próprio Adolfo. O objetivo do assassino era o de receber o seguro de vida, feito em seu nome. Esse crime, pela sua atipicidade, teve grande repercussão na cidade e ficou conhecido como o crime da *Camionhonete Azul*, veículo usado pelos assassinos para desfigurar a vítima.

Já em 1952, um grupo de homens armados, utilizando máscaras, executaram um preso (Sebastião Rosa Pena), na Cadeia Pública de Campinas. A repercussão desse crime decorreu do fato de que os autores da chacina eram integrantes da Guarda Civil do Estado, responsáveis também por uma série de crimes não resolvidos até então – como o de um aleijado que foi assassinado a golpes de um pequeno machado.

No mesmo ano, policiais fortemente armados puseram abaixo e colocaram fogo em vários casebres de famílias que invadiram áreas particulares na Vila Operária. A repercussão desse ato foi grande na imprensa local da época.

Porém um dos crimes de maiores repercussão da cidade foi a morte do jornalista Haroldo Gurgel, em 1953. Este, juntamente com os jornalistas Antônio Carneiro Vaz e Américo Fernando editavam o jornal oposicionista *O Momento*, que fazia duras críticas ao Governo de Pedro Ludovico. Como naquela época, Goiânia enfrentava sérios problemas de abastecimento de energia elétrica (a usina do Jaó era insuficiente para atender a demanda), a Companhia de Força e Luz do Estado de Goiás promovia o racionamento de energia – de quatro em quatro horas os setores da cidade revezavam-se no recebimento do tão precioso produto.

Presidente da Companhia de Força e Luz, Pedro Arantes estava fazendo tratamento dentário em um consultório odontológico situado no centro da cidade e, como era o horário de racionamento naquele setor, ele determinou que a energia elétrica fosse ligada, para possibilitar o tratamento. O jornalista Haroldo Gurgel soube desse episódio e estampou no outro dia em seu Jornal a manchete: *O homem chegou e deu a luz*.

No outro dia, quando deixavam a redação do jornal, que ficava na Praça do Bandeirante, Haroldo Gurgel e João Carneiro Vaz foram alvejados por dois pistoleiros (Nenê Calango e Pernambuco) a mando de Pedro Arantes. Haroldo Gurgel morreu no local, enquanto o outro jornalista conseguiu sobreviver.

Esse crime teve uma repercussão política muito grande – quase provocou a renúncia do Governador Pedro Ludovico. Repercutiu no Congresso Nacional de Jornalistas realizado no Paraná e foi assunto da revista norte-americana *Times*.

Em 1957, outro crime de impacto aconteceu na cidade. Trata-se do assassinato da família de Wanderley Matteucci, comerciante do Bairro Popular (além dele, morreram sua esposa e seus quatro filhos). O crime conhecido por *crime da rua 74* provocou a renúncia do Secretário de Segurança Pública, além de vários protestos da imprensa sobre a ação da polícia. Ele foi tema do romance de Miguel Jorge, *Veias e Vinhos*, que vai ser analisado nesse trabalho, posteriormente.

Enfim, a permanência na memória, tanto dos *tipos de ruas* como dos crimes comprova que os acontecimentos e pessoas que fugiam à regularidade habitual eram mais difíceis de ser esquecidos, pois, de acordo com Maurice Halbwachs (1990: 80),

Embora seja fácil ser esquecido e passar despercebido dentro de uma grande cidade, os habitantes de um pequeno vilarejo não param de se observar mutuamente, e a memória de seu

grupo registra fielmente tudo aquilo que pode dizer respeito aos acontecimentos e gestos de cada um deles, porque repercutem sobre essa pequena sociedade e contribuem para modificá-la.

2.3. O lazer

Em cidades tradicionais, o lazer está ligado às atividades religiosas ou às atividades relacionadas à natureza (caça, pesca, banho de córregos, etc.). Em Campinas, onde os padres redentoristas tinham uma grande atuação, a religiosidade impregnava vários aspectos da vida social.

Campinas, ao contrário da maioria das cidades goianas, nunca teve uma festa religiosa que a caracterizasse. A explicação para isso é que Romaria de Barro-Preto (Trindade), distrito situado em suas redondezas, uma das maiores do Estado, desestimulava outro empreendimento do mesmo tipo. Apesar disso, não se deve subestimar a religiosidade de Campinas: tinha uma das maiores igrejas do estado, o maior convento, o maior colégio feminino (Santa Clara). A religiosidade influenciava o lazer da população de Campinas e também da população de Goiânia que, com menos tradições religiosas, participava, muitas vezes, das atividades litúrgicas no Bairro.

Em certas ocasiões, na igreja dedicada a Santo Antônio em Campinas, havia uma séries de festividades religiosas e laicas: barraquinhas de guloseimas e bebidas, espetáculos de circos, missas (em diversos horários), rituais mágicos (principalmente das moças ou de suas mães para conseguir casamento), etc.

Outras festas religiosas importantes eram as festas de São João (com quadrilhas e fogueiras) e as Folias de Reis. Em dias normais, fora da missa dominical (na matriz de Campinas ou na Igreja do Ateneu Dom Bosco em Goiânia), havia uma missa realizada todos os dias da semana, às cinco horas da manhã, freqüentadas por mulheres, geralmente solteiras. Esse era o principal tipo de *lazer* para as mulheres católicas de Campinas e Goiânia.

Para os homens, uma das diversões mais preferidas eram as pescarias e os banhos nos rios e córregos da região (Rio Meia Ponte, Anicuns, Cascavel, etc.). Interessante é que os habitantes de Goiânia (a elite e os operários) assimilaram esses hábitos dos campinenses:

Outro divertimento inesquecível dos primeiros dias de Goiânia era ir até o Meia-Ponte para tomar banho. A gente ia e voltava a pé. (Pedro Osório, Apud Teles, 1986: 168)

Além disso, havia os bares. Um dos primeiros foi o *Adis-Abeba*, freqüentado pela elite (famoso pela sua mesa de bilhar – a primeira da cidade). No bairro Botafogo, havia o *Céu Azul*, ponto de encontro dos operários. Outro bar famoso era o *Porta Aberta*, o primeiro a funcionar 24 horas. Além de diferenças econômicas, os bares expressavam também clivagens políticas: por exemplo os bares *Marabá* e *Brasserie*, na Avenida Goiás, um dos poucos locais acessíveis a senhoras e crianças, pois durante o dia funcionava como sorveteria e eram respectivamente redutos dos pessedistas (pedristas) e udenistas (antilodoviquistas).

A maior concorrência dos bares eram as casas de tolerância, em Campinas: as principais eram as da Maria Branca, da Virgulina, da Maria Bonita e da Etelvina, todas em Campinas. Elas eram freqüentadas tanto pela elite goianiense (chefes de alguma repartição pública), quanto pelos operários.

Já para a juventude, a principal diversão era a piscina existente no Lago das Rosas. Por se situar na divisa entre Goiânia e Campinas era considerado ponto neutro; por isso, era freqüentada por campineiros e goianienses. Como a única exigência para freqüentar esse local era uma carteira de saúde, era um local que reunia jovens de diversas camadas sociais e um dos principais pontos de lazer da juventude da época; porém, os costumeiros casos de afogamentos, a existência de uma *escandalosa* boate (chamada *Lago das Rosas*) tornou-o, a partir dos meados dos anos 50, um local rejeitado pela classe média.

No início dos anos 40, inicia-se em Goiânia uma prática de origem francesa que estava em moda nas grandes cidades brasileiras²³: o *footing*. Ele consistia em passeios geralmente de jovens por certas partes da cidade, aos domingos, após o término da primeira sessão de cinema (por volta das dezoito horas) e ia até o início da noite. Também chamado de *vai-e-vem*, ele era uma prática de diversão em que o fim se confundia com o meio: não se caminhava para chegar a algum lugar, mas simplesmente por caminhar.

O *vai-e-vem* é uma prática, por excelência, urbana. Certas partes das cidades, pela sua configuração estética especial como os famosos *Boulevards* parisienses ou a Rua do Ouvidor no Rio de Janeiro, produziam uma certa fascinação nos habitantes das cidades, que os levavam a sentir um prazer em contemplá-la. Assim, andar pela cidade como um *flâneur* benjaminiano (Benjamin, 1989), contemplando a paisagem artificial da cidade, era uma forma de diversão e prazer.

O *vai-e-vem* vincula-se, portanto, à apreciação estética da metrópole moderna. Em Goiânia, ele teve o seu sentido original desvirtuado, uma vez que, a meu ver, antes dos anos 60, é impossível conceituar a cidade como uma *metrópole*. Embora, é preciso que se diga que Goiânia, como uma cidade planejada, nunca deixava de exercer um certo fascínio em seus moradores e visitantes. Inclusive o Plano Diretor da cidade, feito pelo arquiteto Atílio Correia Lima, em 1935, já reservava uma das avenidas da Cidade para esta prática:

Adotamos o partido relativamente aos espaços livres de utilizar a avenida Pedro Ludovico [Av. Goiás] como jardim. Por isso demos a largura excepcional para uma aglomeração relativamente modesta. Apresenta esta com os seus 45% de área ajardinada e conveniente arborizada, aspecto monumental e pitoresco. Será futuramente o local onde a elite fará o *footing* à tarde e à noite. (apud IBGE, 1942:51)

Porém, como já foi referido neste trabalho, apenas os aspectos materiais de uma cidade são insuficientes para produzir configurações sociais novas a nível mental nos indivíduos. A prova disso é que o *vai-e-vem* foi realizado, de início, não em Goiânia, como fora planejado, mas em Campinas:

Era ali em Campinas, exatamente na praça Joaquim Lúcio, onde se reuniam rapazes e moças, muitos dos quais vindo do interior acompanhando as famílias que para ali se mudavam ou que aqui vinha a passeio. Com umas luzinhas pelo jardim, os jovens andavam, ou melhor, rodavam, durante duas ou três horas, toda a noite; os do sexo masculino num sentido, os do sexo feminino em sentido contrário. E se olhavam e se namoravam. Flertavam, como se dizia. Era o *footing*. De repente, um rapaz criava coragem, depois de muitas voltas e trocas de olhares, e se aproximava, todo trêmulo, da moça, para uma conversa sobre a chuva ou sobre o calor. (Castro Costa apud Goiânia, 1989: 98)

Nota-se na narrativa uma série de elementos provincianos que dava uma especificidade ao *vai-e-vem* em Goiânia dos inícios dos anos 40. A tradicional praça Joaquim Lúcio de Campinas era mais atraente para o população do que os monumentos modernos de Goiânia. Além disso, os adeptos dessa prática de lazer demonstravam um comportamento afetivo típico das sociedades sertanejas interioranas. Sobretudo faltava ao *footing* de Goiânia, o anonimato que somente a multidão metropolitana poderia conceder.

O estudo do *vai-e-vem* fornece informações valiosas para estudar a mudança cultural em Goiânia, pois sua prática variava no espaço de época a época, denunciando uma valorização ou desvalorização de certas partes da cidade.

Após a inauguração do Cine-Teatro Goiânia em 1942, o *vai-e-vem* passou ser realizado entre o espaço que ia desse prédio até a avenida Anhangüera. Porém já em 1945, ele muda novamente de lugar:

Aos domingos, prestigiava-se a primeira sessão do Cine-Goiânia às 6:30 da tarde, a sessão das moças, propiciando encontros e flertes. O *footing* se fazia na Avenida Goiás em frente ao Grande Hotel, onde também se localizava uma movimentada sorveteria, a *Brasserie*. Este

footing, uma instituição que não deveria desaparecer, oferecia as moças e rapazes oportunidade de se verem e serem vistos num vai-e-vem sem compromisso. (Andiara Basto Guimarães, *Ibidem*, 206)

À medida que a paisagem urbana se alterava com construção de prédios públicos ou particulares, mudava também a preferência da juventude em escolher um local para realizar esse passeio. A partir dos anos 50, quando houve urbanização da Praça Cívica que passou a contar com as famosas fontes luminosas, o *vai-e-vem* para ali se transferiu. Já no final dos anos 50, ele se deslocou para rua 8, no centro da cidade, para as proximidades do *Bar Acapulco*, do *Lanche Americano* e do cine *Casa-Blanca*.

Às vésperas dos anos 60, o *vai-e-vem* perde a sua importância como forma de lazer na cidade. O crescimento demográfico dificulta a homogeneização das práticas de lazer que se diversificavam entre as danceterias, bares, festas universitárias, etc. Deixou de ser um ritual e tornou-se, quando muito, um mero hábito.

Além do *footing*, as antigas famílias de elite de Goiânia procuravam formas próprias de diversão, procurando sempre seguir o padrão das grandes cidades brasileiras. O carnaval, por exemplo, desde cedo foi realizado em Goiânia. Primeiramente no Bairro de Campinas, realizado na rua e, posteriormente, com a construção do Jockey Clube, nesse local, ganhando o caráter familiar e elitista.

Essas famílias também realizavam, a partir de 1936, no último dia do ano, os famosos bailes de *réveillon* no Palácio das Esmeraldas. Sobre esses bailes, segue um relato pitoresco:

Tão logo ficou pronto o Palácio das Esmeraldas com seus salões amplos e bonitos, com seus vitrais representando cenas da formação de Goiás, estabeleceu-se o costume de no dia 31 de dezembro de cada ano dar o Governo Estadual um baile de confraternização com elite dos habitantes. Esse baile tinha o nome de *reveillon*, que era uma palavra nova incorporada ao léxico dos goianos, juntamente com outra. Para se ir a esse *reveillon*, o traje exigido era o *smoking* – esta a outra palavra – que designava uma indumentária pouco conhecida ainda. Quem vendia esse traje era um português brincalhão – o Lampeão. Certa vez, Lampeão vendia um *smoking* a um prefeito do interior, que, em vez de *smoking* pediu o traje de gala escafandro: Lampeão achou uma graça imensa e daí em diante passou ela ser conhecida unicamente por escafandro. (Antônio de Farias Filho, *Ibidem*, 52)

Segundo Simmel (1983: 165:181), a sociabilidade é uma forma desvinculada da vida concreta. Ela constrói um mundo artificial, cuja interação é um fim em si mesmo. Dentre esses aspectos artificiais, destaca-se a etiqueta que serve como meio de manter o igualitarismo interno do grupo e as diferenças em relação ao mundo externo. No caso das festas realizadas em Goiânia, a artificialidade chegava a um grau máximo, pois elas não condiziam com a realidade da maioria da população (interiorana) da região. Isso gerava algumas *gafes*, como confundir roupa de mergulho com trajes de gala.

Enfim, as principais formas de lazer da Goiânia pré-anos 60 ou eram uma apropriação dos hábitos antigos de Campinas (festas religiosas, banhos de rios, caça e pesca), ou eram formas novas (os clubes sociais, *réveillions*, *footing*, etc.). Estas últimas, apesar de terem uma aparência moderna, eram sempre *deformadas* pela mentalidade provinciana dominante. Qualquer que fosse a situação, as formas de lazer em Goiânia eram assentadas no pressuposto do conhecimento mútuo. O conhecimento era o fator que possibilitava tanto a distinção entre ricos e pobres, como a distinção entre os de Goiânia e os de Campinas ou os do Bairro Operário. Distinção que, apesar de não ser absoluta, caracterizou também esse aspecto da vida cultural de Goiânia, nesse período.

2.4. O reflexo do espelho: as imagens provincianas de Goiânia

Goiânia foi uma cidade que sempre procurou vincular a uma imagem cosmopolita – estar em igualdade com os demais centros urbanos do Brasil. A literatura mudancista, por exemplo, coletava comentários elogiosos feitos a Goiânia por pessoas de fora. Apesar desses esforços, a cidade foi alvo de inúmeras referências pejorativas, relacionadas principalmente ao seu aspecto interiorano.

Analisando os depoimentos dos pioneiros, nota-se uma descrição de Goiânia bem diferente daquela feita pela imprensa e pelos mudancistas. Esses depoimentos também servem como explicação das inúmeras referências cômicas de que a cidade foi (e ainda é) vítima.

Segundo o depoimento da pioneira Cerise Pinto Carramaschi, no dia em que sua família saiu de Belo Horizonte para mudar-se para Goiânia,

Todos [ficaram] horrorizados de irmos para Goiânia “onde havia índio na rua, onça e a gente tinha que ficar armado de espingarda o dia inteiro para combater os índios. (Apud Goiânia, 1989:70)

Exageros à parte, os mineiros talvez não estivessem tão longe da verdade, pois segundo a própria Cerise “Um fato interessante aconteceu em 1941: saindo lá de casa, passando pelo Lago das Rosas, Raul [seu marido] atropelou um jacaré (...)” (Ibidem)

Já no tocante aos índios, em conformidade com a entrevista de Adolfo Boari, eles

Andavam aos bandos aí pela rua. Eles vinham fazer compras... índios carajás. Uma vez eu vi uma turma indo embora carregando panelas. Os índios também sofrem coitados(...) (Ibidem:16)

Sobre a fauna dizia-se que “havia muita ema, muita perdiz e muita cascavel também.” (Antônio Farias Filho, *ibidem* 1989: 37)

A descrição do pioneiro Pedro Ponchet Meireles (*Ibidem*, 154) também é muito *ecológica*:

[no córrego do Botafogo] tinha piaba. Dava para pescar, a gente pescava. Aqui dentro da cidade dava até veado mateiro. Pois é, era um capinzal, aquela pastagem enorme. Aí da Avenida Anhagüera para baixo dava até veado aí dentro (...)

Essa caracterização da cidade em seus primeiros anos mostra-a muito mais próxima do sertão do que da metrópole. Estes fatos pitorescos ajudaram a criar uma contra-imagem da Goiânia moderna dos mudancistas que sobreviveu em dimensão paralela àquela.

Não ocorria em Goiânia dessa época apenas uma preponderância da natureza sobre a tecnologia urbana. Esta última nem sempre funcionava a contento. As infra-estruturas arquitetônicas modernas de Goiânia, por serem planejadas, prometiam uma eficiência nunca vista até então em Goiás. Todavia não foi bem isso que aconteceu.

O caso clássico foi a falta constante de energia elétrica. De início (1936) o abastecimento de energia elétrica da cidade era feito pela Usina do Jaó, no Rio Meia Ponte. Em 1945, uma enchente no Rio rompeu a barragem e a cidade ficou às escuras. Por dois anos, a energia elétrica era obtida, precariamente, de um motor (gerador) de um submarino até que se reconstruísse a Usina – nesse período o abastecimento era apenas interno, inexistindo a iluminação pública. A partir de 1955, com a conclusão das obras da Usina do Rochedo, o abastecimento energético se estabiliza um pouco, porém o crescimento populacional vai progressivamente exigindo mais energia. Esta só vem com um pouco de mais abundância em 1959, com a inauguração da primeira etapa da Usina Serra Dourada.

A falta ou a deficiência de energia elétrica de Goiânia, nesse período, tornou-se assunto sempre recorrente, seja na literatura, seja nos depoimentos dos pioneiros. É um fato que não condiz com a imagem passada pelos mudancistas de uma cidade cheia do mais moderno em nível de tecnologia.

Não quero dizer que esta não se fizesse presente em Goiânia. As casas-tipos, planejadas com encanamentos de água e luz e o Grande Hotel são alguns dos exemplos disponíveis sobre a sua existência. Porém a tecnologia nem sempre funcionava da maneira que era esperado. Pelo menos para alguns, como para Monteiro Lobato que visitou a cidade e deixou alguns versos célebres:

Goiânia, cidade linda
que nos encanta e seduz
de dia não tem água
de noite não tem luz.

Não foi só ele. No depoimento de Paulo Fleury da Silva e Sousa (Apud Teles, 1986: 162) ele diz que na Goiânia dos anos 30,

Não havia estrutura, para escovar os dentes tinha que pegar o copo d'água, a água era tirada da cisterna salobra. À tarde era comum banhos no poço do Bispo.

Isso que foi relatado acontecia no Grande Hotel, destinado a ser o local mais confortável da capital²⁴. Porém, se para o jovem advogado recém chegado de Belo Horizonte, a falta de canalização de água²⁵ dificultava escovar os dentes, para grande parte da população de Goiânia, vinda do interior ou moradora do bairro de Campinas, a higiene bucal, quando feita, era através da utilização de folhas de goiabeira para limpar os dentes²⁶. Do mesmo modo, existiam pessoas que ainda utilizavam as suas candeias ou lamparinas como iluminação, areia como produto de limpeza, *poços de córregos* como banheiros, cabaças como filtros, etc. Ao lado da tecnologia moderna, havia uma *tecnologia* sertaneja que estava mais próxima do cotidiano da maioria da população.

Um exemplo disso refere-se às habitações. As Casas-Tipos construídas pelo Governo, para serem vendidas aos funcionários públicos, foram submetidas totalmente ao planejamento arquitetônico. As especificações técnicas eram cuidadosas com os detalhes, como os relativos ao tipo de areia (“deverá ser limpa, silicosa, quartzosa e isenta de barro e matérias orgânicas²⁷”), ao saibro (“áspero, espurgado de materiais orgânicos e isento de barro”), às telhas (“planas de tipo Marselha, bem cozidas, duras, desempenadas e de 1^a”), etc. Essas casas eram equipadas com canalizações de água e esgoto, instalação elétrica, instalação de telefone. Inegavelmente, esse tipo de residências merecia o adjetivo *moderno*, principalmente se se comparar com o padrão de construção usual das demais cidades do Estado. Porém, essas casas eram numericamente menor do que as outras existentes em Goiânia, como demonstra o Cadastro Predial de 1940²⁸:

a) Goiânia – 1 ^a Zona do distrito da capital:	
Edificações principais.....	668
Dependências.....	225
Barracões e casebres.....	270
Total.....	1.163
b) Campinas – 2 ^a Zona do distrito da capital:	
Edificações principais.....	1.118
Dependências.....	36

Barracões e casebres.....	710
Total.....	1.184

c) Botafogo – Concentração operária da capital – edificações provisórias:

De alvenaria.....	115
Barracões e casebres.....	207
Total.....	322

Em Campinas, as moradias eram construídas segundo o secular modo tradicional: casas de adobes (espécie de tijolos feito de barro não cozidos), mantidos firmes por uma estrutura de madeira que sustentava a casa (os esteios). As casas de tijolos eram recentes e raras²⁹:

Construí em Campinas a primeira casa de tijolos, em 1920. Casa de tijolo não era conhecida no nosso meio. Foi um espanto para os roceiros. Dizia-me então, um fazendeiro: "seu Licardino, casa só com esteio, sem eles, esta geringonça vai cair. (Ney, 1975:22)

Casas que fugiam ao padrão moderno não era exclusividade de Campinas. Também em Goiânia, muitas casas, especialmente dos fazendeiros, eram verdadeiros clones de suas fazendas. Isso provocou indignação no autor do Plano Diretor da Cidade:

Estão a iniciar-se algumas construções em desacôrdo com as boas regras construtivas, como sejam: emprêgo de minerais para alicerces tais como o denominado de "tapiocanga"; adobe em panos de parede e assentamento de tijolos com argila, etc³⁰(...)

Existiam também as casas dos operários, bem modestas em termos de exigências arquitetônicas, conforme depoimento de Rosarita Fleury:

Em meio ao campo, quase sempre açoitado por fortes ventanias, erquiam-se as primeiras casas. Eram casas provisórias, inteiramente de tábuas, sem forro, com pisos toscos, que não ofereciam resistência nem segurança ante os tremendos vendavais de então. (apud Goiânia, 1989: 160)

Portanto Goiânia era uma miscelânea de casas dos mais variados estilos: dos modernos sobrados aos ranchos caipiras. Nesse aspecto, também os valores tradicionais acabaram sobrepujando os modernos. Ressalta-se que esses parágrafos sobre os estilo das casas em Goiânia não têm a intenção de fugir da orientação desse trabalho de restringir a análise ao nível dos valores mentais dos sujeitos. As casas só são relevantes porque expressam determinados valores de pessoas que as construíram, habitaram e nelas viveram.

Uma análise que vê as construções humanas isoladas dos valores que com elas se relacionam não tem condições de fazer uma história do pensamento. A demonstração disso é a consideração metonímica de ver o planejamento da cidade, como responsável pela sua modernidade. Não basta analisar apenas o planejamento, deve-se analisar também o relacionamento das pessoas com esse planejamento. Goiânia tinha as ruas retas e largas avenidas, mas de acordo com o depoimento de Andriara Bastos Lousa, (Ibidem, 206):

Ao traçado da cidade se sobrepunha outro criado por uma malha de caminhos que se abriam através dos lotes vagos.

Conforme outro pioneiro, Francisco Ludovico de Almeida “o pitoresco de Goiânia naquela época eram os trieiros, que como estradas de formigas ligavam as poucas casas do grande descampando” (Ibidem, 238). Trierios originariamente são caminhos típicos da zona rural, geralmente criados naturalmente pelo gado bovino e aproveitado pelos homens. Não possui nenhuma relação com qualquer tipo de projeto racional. Já as ruas planejadas, retas, são um dos maiores símbolos do planejamento moderno. Em Goiânia havia os dois tipos de caminhos: um criado pelo perito moderno, o outro, por por um portador de um outro tipo de saber (mais utilizado naquela época). Não se pode considerar apenas o primeiro, pois de acordo com Michel de Certeau (1994:179),

o caminhante transforma em outra coisa cada significante espacial. E se, de um lado, ele torna efetivas algumas somente das possibilidades fixadas pela ordem construída (vai somente por aqui, mas não por lá), do outro aumenta o número dos possíveis (por exemplo, criando atalhos ou desvios) e dos interditos (por exemplo, ele se proíbe de ir por caminhos considerados lícitos ou obrigatórios). Seleciona portanto.

Enfim, pode-se dizer que havia uma Goiânia bem diferente daquela dos discursos ufanistas de políticos e de jornalistas. Esta Goiânia era habitada por pessoas de origens provincianas com seus costumes tradicionais; era uma cidade pequena na qual todos se conheciam e a exuberância da natureza adentrava os limites definidos como urbanos.

A Goiânia dos mudancistas prometeu criar um ambiente social inédito no estado. O prefeito de Goiânia em 1935, Venerando de Freitas, escreveu um artigo denominado *A mentalidade dominante de Goiânia*, no qual demonstra a singularidade das relações sociais da nova capital:

Aqui, irmanados pelo mesmo ideal, num alvoroço contínuo, se confundem chefes e subordinados. Cada um cuida de seu mister, sem ter tempo de preocupar-se com outra coisa que não seja dotar Goiás de u'a Capital modelo e de acordo com as necessidades presentes. As castas tão comuns ainda, instituição ridícula e quasi regulamentada nas cidades do interior do Brasil, deixaram, ao penetrar o solo abençoado de Goiânia, a sua indumentaria preconcebida, para ceder lugar a essa confusão de indivíduos que comungam as mesmas idéias, que trabalham para um fim comum. (O Goiânia, 11 dez.1935 apud Monteiro, 1938:349)

Pode-se dizer que a não-existência de preconceitos relativos à diferença social foi mais um dos mitos mudancistas para legitimar Goiânia diante da antiga Goiás. Outros depoimentos contradizem essa concepção:

essa diferença sempre teve. Ficava cada um na sua classe. Nunca misturou nem na qualidade da roupa, nem na cultura, nem em nada. (Adolfo Boari, apud Goiânia, 1989:19)

Como foi visto, além dos preconceitos mútuos entre Goiânia e Campinas, havia também uma distinção entre ricos e pobres. Em Goiânia, os funcionários públicos mais graduados, juntamente com os políticos e alguns fazendeiros, formavam uma espécie de aristocracia fechada, com seus divertimentos próprios (como as festas no Jôquei Clube ou nas casas de famílias), sua educação própria (Liceu, Escola Técnica Federal), seus próprios times de futebol (“O Goiânia”), suas moradias próprias (casas-modelos), etc.

Já para a população mais pobre as formas de lazer eram mais limitadas: “...Não tinha muita distração naquela época, a não ser um cineminha, muito ruinzinho, em Campinas, o poerinha” (Jorge da Cunha Bastos, *Ibidem*: 122); “Era difícil. Eu saía com a patroa, às vezes, para passear na casa de algum conhecido” (Pedro Ponchet Meireles, *Ibidem*, 139); a educação era diferenciada: “Eu o levava à escola, que era a beira do ribeirão Capim Puba. Um barracãozinho muito ruim. Ali que ele começou” (Adolfo Boari, *Ibidem*, 20); as moradias eram diferenciadas (ranchos, casas de tábuas, adobes, etc.).

Enfim, vê-se portanto, ao analisar os valores dos indivíduos, uma Goiânia bem diferente daquela representada na literatura realista mudancista. Uma cidade mais longe da modernidade, mais próxima da tradição.

3. O CONCEITO DE TRADIÇÃO

Em termos categoriais, esta análise sobre Goiânia de 1933-1960 está relacionada com o conceito de tradição. Dizer que a cidade, nesse período, tinha caracterizações dominantes – embora não exclusivas – provincianas é reconhecer a sua vinculação com o mundo tradicional. Poderia ter utilizado o termo *cidade tradicional* nesta parte, mas preferi a utilização do adjetivo *provinciano*, pois ele semanticamente aproxima-se mais de *interiorano*, em oposição à capital, dando um efeito estilístico interessante: *uma capital provinciana*. Além disso, a utilização do termo tradicional³¹ geralmente está relacionado, no Brasil, às estruturas da época colonial ou pré-capitalistas – tipo de relações que pretendo evitar.

O termo tradição dá a entender um certo poder de controle do passado sobre as ações do presente. Isso implica em manter as coisas como estão, desconfiando das mudanças. Esse tipo de comportamento sempre esteve presente em todas as sociedades humanas, antes do advento da modernidade, que passou a ter a mudança como meta. Sabe-

se, no entanto, que apesar da valorização do passado, as tradições não são estáticas nem homogêneas – existem diversos tipos de tradições, em diversas épocas e lugares. Em vista disso, interessa saber como se dá o funcionamento da tradição na orientação da conduta do indivíduo, ou em, outras palavras, o que faz uma pessoa agir procurando não se diferenciar de seus antepassados.

Para entender a questão, vou utilizar o conceito de tradição de Anthony Giddens que a caracteriza nos seguintes aspectos: memória coletiva, práticas rituais, existência dos guardiães (intérpretes da tradição) e espaço local.

Já foi analisada a relação entre a memória coletiva e a percepção dos indivíduos em grupos pequenos (tradicionais) referente à cristalização de certos acontecimentos, como os tipos de ruas e os crimes bárbaros. Além disso, a memória coletiva aproxima-se da tradição no tocante ao fato de que o grupo tradicional precisa manter uma continuidade natural de sua existência. Ele precisa evitar as clivagens em sua história, ou tudo aquilo que anuncia um tempo novo; precisa evitar linhas nítidas de separação entre o passado, presente e futuro. Nesse sentido, Giddens (1997:81) refere-se à tradição como

um meio de identidade. Seja pessoal ou coletiva a identidade pressupõe significado, mas também pressupõe processo constante de recapitulação e reinterpretação observado anteriormente. A identidade é a criação da constância através do tempo, a verdadeira união do passado com o futuro antecipado.

Como o grupo, porém, consegue *manter essa constância através do tempo*, dado a troca constante de pessoas que a morte e o nascimento acarretam rotineiramente? De acordo com Simmel (1983:50-53), a uniformidade de grupos compostos por indivíduos separados temporalmente (os mortos, os vivos e os não-nascidos) é mantida pelo sentimento psíquico de permanência no solo que é capaz de absorver todas as mudanças que o grupo sofre no decorrer do tempo. Esse sentimento de localidade explica bem a noção de constância de grupos vinculados a alguma unidade territorial (tribo, pequenas cidades, cidade-estado e até o estado-nação); no entanto, é insuficiente para explicar unidade de grupos que não necessitam de se vincularem ao solo, tais como os grupos nômades, a família, as sociedades comerciais, etc. Nesses casos, Simmel aplica o que ele chama de *unidade fisiológica das gerações*: as gerações não se substituem de uma hora para outra, a reposição dos que se foram se dá de modo gradual, possibilitando um espaço de contato entre indivíduos de gerações diferentes. Daí a importância do velho em grupos tradicionais, ele é o elo de ligação entre a geração anterior e a atual, por isso ele sempre vai ter algo a ensinar.

Desse modo o velho³² é um dos guardiães da tradição, assim como os sacerdotes, o feiticeiro, o patriarca, chefes políticos, o melhor guerreiro, etc. Esses guardiães, em qualquer circunstância, serão diferentes das demais pessoas da comunidade. Sua área de influência ultrapassa o campo específico de sua competência: um chefe religioso, por exemplo, pode acumular, além das funções decorrente de seu ofício, funções políticas, econômicas, jurídicas e outras. O motivo, para isso, está no fato de sua autoridade originar-se das regras tradicionais rituais e da confiança pessoal. Ele difere do perito moderno que tem sua autoridade circunscrita à sua especialidade, apesar de, em determinados locais tradicionais, – como o caso do médico em pequenas cidades – se confundir-se às vezes com o guardião da tradição³³.

De qualquer forma, o trabalho contínuo desses guardiães é muito importante, pois é responsável por manter o sistema tradicional funcionando. Sua função é interpretar os fenômenos políticos, naturais, sobrenaturais, sociais, etc., utilizando uma estratégia que absorva as inovações sem provocar transtornos à comunidade. A competência deles não está no teor das suas interpretações, mas no fato de ser alguém reconhecido (pela idade, pela valentia, pelo força militar, etc.) pelo grupo para fazê-las.

O guardião é o responsável também pela interpretação do ritual. O ritual consiste em determinadas ações que precisam ser individualizadas das demais ações cotidianas. Segundo Roberto Damatta (1997:28), ele “permite tomar consciência de certas cristalizações sociais mais profundas que a própria sociedade deseja situar como parte de seus ideais eternos.” Desse modo, sua função principal nas sociedades tradicionais é a de conectar a ação do passado com a ação do presente. Este seu sentido pedagógico só vem à tona com a interpretação dos guardiães da tradição, que evita que o ritual seja confundido com o mero costume ou hábito. Outra função do ritual é a de demarcar limites entre aqueles que não pertencem (não tomam parte no ritual) e aqueles que pertencem (participam do ritual) ao grupo.

O ritual é formado por uma série de ações que devem ser usadas – repetidas – em determinadas situações, como por exemplo, casamento, velórios, atividades religiosas (como as missas diárias nas madrugadas), o lazer, etc. Assim a sua característica principal é a repetição. Ora, se nas sociedades modernas, a repetição está sempre presente – que o digam os burocratas – como definir sua especificidade tradicional?

As ações da sociedade moderna não são repetitivas. São compulsivas. De acordo com Weber (1996:47), os primeiros ascetas puritanos foram incompreendidos por seus

contemporâneos, não por acumularem bens; mas, por o fazerem sem nenhum objetivo prático ou mesmo eudemonista:

Que alguém possa ser capaz de fazer dela [acumulação de bens] a única finalidade de sua vida profissional e de descer à tumba sobrecarregado com um grande fardo material de dinheiro e bens, somente lhe parece explicável como produto de um instinto perverso, a *auri sacra fames*.

Na modernidade, a ausência de guardiães da tradição para interpretar e dar um sentido prático ao ritual, faz com que a repetição se transforme em vício. Segundo Giddens (1997: 90), o vício é a “repetição que perdeu a sua conexão com a verdade da tradição”, sem ligação com o passado e, portanto, de origens obscuras para quem pratica esse tipo de ação.

O vício, apesar de possuir a característica básica do ritual – a repetição – é o contrário deste. O praticante do ritual faz questão de afirmar seu ato perante todos (o ritual é público), pois é motivo de orgulho para si. Já no vício, o praticante não tem orgulho de seu ato; por isso, ele, geralmente o nega – *não sou alcoólatra, não uso drogas*. Desse modo, o vício é a ação desprovida do contexto social, desprovida do passado, desprovida de memória e, portanto, desprovida de sentido. Por isso, na sociedade moderna, tudo se transforma em vício – sexo, comida, bebida, trabalho, etc. O vício é a substituição vazia dos rituais práticos que davam sentido à vida cotidiana tradicional: sexo como uma das funções da relação entre marido e esposa, rezar antes das refeições, pedir bênção aos pais, beber nos mutirões, etc.

A tradição implica em uma relação especial com o espaço. O lugar em que se pode observar em grau máximo as características tradicionais é onde vivem as pequenas comunidades, como a aldeia, o bairro caipira, ou a pequena cidade. As características tradicionais em grupos fechados já foram suficientemente abordadas neste trabalho, utilizando o caso de Campinas como exemplo; no entanto quero abordar aqui outro aspecto: o saber produzido nesses lugares.

Enquanto a modernidade é una (universal), as tradições são várias, pois cada local, por mais pequenino que seja, produz o seu saber. Ele tem seus próprios provérbios, seus contos anedóticos, sua memória coletiva, seus rituais, sua especificidade política e histórica. Campinas, por exemplo, apesar de estar inserido no contexto sócio-econômico do Goiás do século XIX, tem um desenvolvimento histórico-cultural marcados por muita especificidade (a beleza natural, a varíola, os redentoristas, etc.).

De modo geral, a História desprezou as singularidades locais em busca de uma singularidade regional ou nacional. Apenas com a aproximação com a Antropologia foi

que começou a dar importância ao que Geertz (1997) denomina de “saber local”, isto é, além da autoridade científica, existe também uma “autoridade etnográfica³⁴”. Seja qual for o termo utilizado, a nova proposta implica em reconhecer que existe um *saber* que dá sentido as ações de várias pessoas. Para analisar esse sentido, é insuficiente uma abordagem descritiva, indutiva, ou quantitativa como quer uma vertente da ciência moderna; em vez dela, é preciso uma postura mais compreensiva, como propôs Dilthey, Weber, Freud e outros.

Enfim, a tradição é um universo que explica as características culturais da cidade de Goiânia, antes dos anos 60. Apesar disso, pelo fato de ser uma cidade planejada para ser uma capital, não pode ser caracterizada como um exemplo ideal de cidade tradicional – como Campinas. Acredito, porém que ela, nesse período delimitado, aproxima-se muito mais deste conceito do que, por exemplo, o de *modernidade*. Ouso dizer que a modernidade não é a energia que movia esse universo de valores e ações dos sujeitos. E, portanto, se considerá-los somente – e não os seus produtos materiais – tradição é a meu ver o conceito mais adequado para analisá-los.

NOTAS:

- ¹ De acordo com Roberto E. Park (1967:29) “a cidade não é meramente um mecanismo físico e uma construção artificial. Está envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõem; é um produto da natureza e particularmente da natureza humana”
- ² Não confundir relacionamento íntimo com relacionamento fraternal – a inimizade é uma forma de reconhecimento social tão intensa quanto a amizade.
- ³ Conforme Carta da Diretora do Colégio Santa Clara, J. Mr. Benedita ao Sr. Gumercindo, datada de 19 de setembro de 1929 – Campinas Cx 03. AHEG
- ⁴ Segundo o Sr. Licardino de Oliveira Ney (1975:33), prefeito de Campinas e quem a apresentou como concorrente para sediar a nova capital no Congresso dos Municípios em Bonfim em 1932, as chances da cidade não eram muito grandes: “... Achava que no fim, Anápolis ou Bonfim seriam os locais escolhidos. Julgava-as mais adiantadas, prósperas e com prefeitos inteligentes e ‘preparados’”.
- ⁵ ver neste trabalho “Poesia mudancista” (cap. VI)
- ⁶ Ver Campos (1985).
- ⁷ De acordo com uma lista de devedores da Coletoria Estadual de Campinas, já do ano de 1923, no total de 168 devedores, a distribuição das atividades profissionais era a seguinte: TRABALHADORES EM ATIVIDADES AGRO-PECUÁRIAS (dono de sítio, fazenda, chácara e pasto): 157; FERREIRO: 2; FARMAUCÉTICO: 1; CARPINTEIRO: 4; OLEIRO: 1; TABELIÃO: 1; SAPATEIRO: 1; TRABALHADOR EM ALAMBIGUE: 1. (Coletoria de Campinas, CX. 02- AHEG) Isso demonstra o caráter rural predominante no lugarejo.
- ⁸ Segundo Licardino de Oliveira Ney (1975: 21), nas lojas comerciais “Vendia-se de tudo: maná, ruibarbo, pílulas de grãos de saúde, de Reuter, ferragens, chapéu, calçados, sal, arame e ferro em barra. Havia até balança para pesar os sais da farmacopéia brasileira”.
- ⁹ Sobre isso, ver Ney, 1975: 31)
- ¹⁰ matas fechadas, florestas, sempre foram objetos de temor para o homem, basta ver os contos infantis, em que elas servem de moradas para bruxas, feras e demônios. Somente agora, com a ideologia de proteção ambiental é que elas são vistas de outra forma.
- ¹¹ De acordo com a Revista Informação Goiana, Rio de Janeiro, v. 4, 15 de maio de 1920, Campinas situava-se no limite dessa mata: “O nome de Mato Grosso só ella o tem dentro de um retângulo irregular cujos vértices são: Pyrinópolis, Currealinho, Campininha e Anápolis, em algumas partes já transformado em capoeiras, cerrados e campos de abundantes pastagens para criação de gado vaccum.” (p. 114)
- ¹² Em 1919, Venerando de Freitas (1980:36-7) viajando de Inhumas a Campinas, relata: “... De início, o cerrado grosso, de árvores retorcidas e folhas duras... A quina, a caroba, a faveira, o pequiizeiro, a caraíba, o imburuçu e a lixeira são espécie que só vicejam no cerrado. À medida que nos aproximávamos de Campinas, os horizontes se alargavam.”
- ¹³ A respeito do futebol em São Paulo nos anos 20, ver: Sevcenko, 1998:43-6
- ¹⁴ Ele terminou a sua modesta existência, entrando em fusão com o Vila Nova em 1975
- ¹⁵ Ver Teles, 1996: 41. A Lei Municipal n. 363, de 5/11/40 concede auxílio ao Goiânia Esporte Clube. A Lei Estadual N. 602, de 4/7/52 autoriza a doação de terreno ao Goiânia Esporte Clube. Apud Reis, 1979: 1105)
- ¹⁶ Procedente de Piracanjuba, chegou a Campinas em 1936. Daí em diante sempre exerceu um papel ativo no Atlético. Um dos seus atos mais importantes foi a doação ao clube do terreno baldio em que o time treinava ao Clube. O atual Estádio do Atlético tem o seu nome como homenagem. Faleceu no ano de 1973. ver: Teles, 1995:45-56.
- ¹⁷ Esse jogador, apelidado *Pequetito* foi acusado pelo atleticanos de ter se vendido ao *Goiânia*: verdade ou não, depois desta partida ele transferiu-se para esse clube. Ver O Popular, Goiânia, 24 de outubro de 1982, Caderno Especial. Coletânea de Jornais/Goiânia. AHEG.
- ¹⁸ Sobre isso ver: Teles, 1995:62 - 78
- ¹⁹ A respeito, ver o depoimento de Cerise Pinto Carramaschi (Apud Goiânia, 1985, 67-8). Ela diz: “Havia uma grande rivalidade entre as duas turmas. Lembro-me de um versinho feito por um rapaz que estudava no Liceu, diziam os versos: ‘os meninos da Escola Normal só conseguiram ganhar porque roubaram’(...) por causa daqueles versos fomos suspensos.”
- ²⁰ Do período que vai de 1964 a 1974, Jôquei Clube ficou em reforma, perdendo a população de Goiânia o seu principal local de encontro. Enquanto isso, “O Goiânia Tênis Clube” era o orgulho da sociedade de Campinas até entrar em decadência na década de 70.
- ²¹ Segundo Robert E. Park (1967: 44) “[o sentimento] indica que existem motivos para ação, dos quais o indivíduo tem consciência plena; motivos sobre os quais ele apenas tem um controle parcial. Todo

sentimento tem sua história, seja na experiência do indivíduo, ou na experiência da raça, mas a pessoa que age por esse sentimento pode não estar ciente de sua história”

²² “Um dia, ao escurecer, [Marcelo] regressava do serviço e parou junto a um parque de diversões para assuntar. A multidão que estava à entrada do parque aplaudia um preto que discursava trepado num caixote. Discurso violento, gesticulação de doido. Não entendia uma palavra. O povo ria e batia palmas.” (Brasiliense, 1986: 92)

²³ Esse costume parisiense, justamente por ser parisiense, fascinou os habitantes da cidade do Rio de Janeiro a partir do início desse século. Ver Pesavento, 1999:194

²⁴ sobre o “Grande Hotel” ver: Parrode, 1995.

²⁵ Os banhos em córregos e rios também era um costume da população da antiga Capital: “Há registros do costume, bastante disseminado entre os homens, do banho vespertino em poços existentes nos rios que intercorrem a cidade. O Poço da Carioca, no Rio Vermelho, a jusante da cidade, era o local mais freqüentado.” (Freitas, 1999: 258)

²⁶ Essa prática sertaneja é relatada por Élis, 1984: 57.

²⁷ As citações desse parágrafo foram retiradas do “Contrato que assina a firma Coimbra Bueno e Pina Chaves para assumira a Direção Geral das Obras da Nova Capital do Estado”. Monteiro, 1938:158-167

²⁸ Venerando de Freitas Borges “Goiânia” (apud IBGE, 1942:65-66) (Palestra realizada na Sociedade “Amigos de Alberto Torres”,

²⁹ O depoimento de Cerise Pinto Carramashi (apud Goiânia, 1989:67) confirma isso: “...As casas de Campinas eram, em sua maioria, de barro (adobe), poucas eram feitas de tijolos.”

³⁰ LIMA, Atilio Correia ,Plano Diretor de Goiânia. IBGE: 1943:56. Um ano depois, pela Lei Municipal N. 2, de 20 de janeiro de 1936, Cap. III, art. 31, tenta-se regulamentar a situação: “Fica proibida a construção de casas com esteios de madeira e a construção de taipas na zona especial urbana”. (apud Monteiro, 1938: 369)

³¹ Pelo menos foi o sentido que Florestan Fernandes (1972) de a esse termo

³² Ver Bosi, 1973

³³ O exemplo disso é do Interventor Pedro Ludovico que era visto além de um simples espectador, conforme descrição de Egidio Turchi (Apud Goiânia, 1989: 181): “Vi pela primeira vez, o Dr. Pedro no Cine Teatro Goiânia, o único cinema da cidade em 1944. Fui à sessão das 20 horas e achei estranho que, às 20 e 15 o filme ainda não havia começado. Somente após a entrada de um senhor de passos firmes, empertigado, que foi sentar-se sozinho, numa espécie de galeria, ao lado direito da platéia, teve início o programa. Nem precisei perguntar, era o Dr. Pedro Ludovico Teixeira.”

³⁴ No livro de Clifford, 1998: 17-62, ele discute várias questões que interessam a antropólogos e historiadores culturais, dentre elas, uma aproximação mais íntima (etnográfica) com o objeto, na busca de uma experiência autêntica. Ver principalmente o artigo “Sobre a autoridade etnográfica”

CAPÍTULO II

A METRÓPOLE

A construção de Brasília, a menos de 200 quilômetros de Goiânia, gerou nesta um surto de otimismo progressista que não se via desde 1942 nos festejos de inauguração da cidade. A partir da década 60, até o início dos anos 80, Goiânia passou por mudanças que afetaram os indivíduos em termos mentais. Isto é, muitos dos valores provincianos analisados anteriormente foram substituídos por novas práticas de relacionamentos sociais afins, ao tipo de comportamento que surgiu com o advento da modernidade – o comportamento metropolitano.

A metrópole, ou literalmente cidade-mãe, possui várias diferenças que a distingue radicalmente dos outros tipos de cidades, e a principal seria a maior concentração de pessoas no ambiente urbano:

definiremos a metrópole como uma concentração de pelo menos 500 mil pessoas vivendo em uma área na qual o tempo de viagem dos subúrbios mais afastados até o centro não é maior do que 40 minutos (...) (Blumenfeld, 1977:53)

Embora seja difícil avaliar até que ponto essa definição tão matematicamente precisa seja válida e correta, não restam dúvidas sobre o peso que aglomeração acentuada de pessoas exerce nas formas de sociabilidade metropolitanas típicas. Outra especificidade da metrópole é o fato dela exercer uma função de liderança econômica e política sobre as cidades que estão à sua volta; essa liderança é proporcional ao tamanho da metrópole e à proximidade da cidade contígua. Além disso, a existência de meios de transportes rápidos e constante possibilita um deslocamento populacional diário muito grande dentro da metrópole e até nas cidades próximas.

Desse modo, o objetivo deste capítulo é o de estudar a mudança cultural em Goiânia que fez com que ela adquirisse, de forma dominante, características de cidade moderna. Como o interesse deste trabalho baseia-se no efeito dessas mudanças no nível individual, a literatura constitui uma fonte importante para a sua localização, demonstrando principalmente a resistência aos valores modernos.

1. BRASÍLIA

A construção de Brasília, a menos de 200 quilômetros de Goiânia, gerou nesta um surto de otimismo progressista que não se via desde 1942 nos festejos de inauguração da cidade. Brasília seria o final da *Marcha Para Oeste*, iniciada com a construção de Goiânia nos anos 30. Desse modo, as duas cidades, ambas planejadas com as mais modernas teorias urbanísticas disponíveis em suas épocas, destinadas a serem centros administrativos e destinadas a trazer progresso para o Brasil e para Goiás respectivamente, ambas filhas do saber moderno, eram vistas como *cidades-irmãs*. Goiânia, como irmã mais velha, forneceria todo apoio necessário para que se efetivasse a construção da *cidade-caçula*.

Por isso, a mudança da capital federal foi esperada com muita ansiedade pelo povo goiano¹, o goianiense em particular. Em 1953, ainda nem iniciadas as obras no Planalto Central, já havia uma escola no setor Campinas com o nome de *Ginásio Brasília*; a partir do dia 10 de fevereiro de 1953, família de imigrantes italianos, os Lisitas, passou a editar o *Brasília Jornal* – são apenas dois, dos vários exemplos que mostram o quanto a expectativa da construção da nova cidade no Planalto Central excitava a população comum de Goiânia. Os administradores públicos goianos também acompanhavam cada detalhe da construção de Brasília, como se estivessem diretamente envolvidos nela o que explica o ponto facultativo dado aos servidores públicos 23 de fevereiro de 1960, dia em que o presidente norte-americano Dwight D. Eisenhower visitou Brasília².

A Academia Goiana de Letras publicou especialmente um *Número Comemorativo da Mudança da Capital para o Planalto Central de Goiás*, em que Zoroastro Artiaga, no artigo *Salve Brasília!* (1960:03) expressa otimismo em relação a Brasília dimensões surpreendentes:

A ocupação do vasto araxá do Brasil-Central é um convite à independência econômica; a quebra da tutela secular; a marcha para a liberdade e para a felicidade, porque, todos os que se transferirem para o interior, ficarão ricos, sem nenhum esforço, como aconteceu em Goiânia, onde, os que tiveram fé e confiança, unicamente com a valorização da terra, acham-se milionários. Os que trabalharam e agiram, estão multimilionários. Éste é um convite do Oeste para a fortuna, para a abastança, para a quebra dos grilhões do sub-desenvolvimento. Ave, pois, Brasília! Sejam bem-vindos, todos os que acreditam em um Brasil grande, poderoso, prestigioso e livre, que já está vivendo por si mesmo, e que dentro de cinco anos terá progredido 50.

Brasília representava paraíso perdido, impulsionadora do desenvolvimento do Brasil e da prosperidade para a vida das pessoas que para lá se dirigissem. O artigo, por suas idéias hiperbólicas – perfeitamente naturais dentro das disputas em torno da transferência da Capital para o Planalto Cental – parece, para um leitor da nonagésima década deste século,

mais um folhetim vulgar do que um escrito de um intelectual da estirpe de Zoroastro Artiaga.

Desse modo, as atenções dos goianienses voltam-se para Brasília. O jornal *Diário do Oeste* (Goiânia, 26 de outubro de 1960 – AHEG), publicou sobre o aniversário de Goiânia que a

Nossa Capital, que não é mais caçula, porque perdeu esse título para Brasília e porque já é realmente cidade adulta, completou anteontem 27 anos

Porém, a *perda de título* não foi vista de forma negativa, pelo contrário, significou motivo de muito orgulho para os habitantes da cidade, como relata o mesmo jornal dois anos depois:

Teve Goiânia o condão de acordar nosso Estado de um sono que parecia infundável que o submergia no atrazo. Foi ela ainda que propiciou condições para que Brasília se tornasse realidade. (Diário do Oeste, 24 de outubro de 1962 – AHEG)

Esse trecho demonstra que a construção de Brasília significou um acontecimento tão importante, como o desenvolvimento do Estado advindo da construção de Goiânia.

Por um lado, graças à proximidade de Brasília, Goiânia tornou-se um grande centro populacional, uma verdadeira metrópole como muitos queriam; por outro, o incremento populacional foi responsável pelo crescimento desordenado da cidade e, conseqüentemente, pelos loteamentos sem infra-estrutura e pelas inúmeras ocupações (invasões) urbanas que descaracterizaram o planejamento inicial da cidade. Além disso, as relações entre as duas *cidades-irmãs* nem sempre foram de pura fraternidade, como o episódio do *Movimento da Legalidade*³ em 1961, ocasião em que o Governador Mauro Borges Teixeira elaborou um *Plano Geral de Ação* que numa de suas *Linhas de Ação a Seguir* objetivava:

Planejar ações ofensivas contra os rebeldes em Brasília e, posteriormente, integrarmos no conjunto das operações do País e eventualmente atuarmos ofensivamente fora do Estado de Goiás. (apud Teixeira, 1994:44)

A medida acima não se efetivou, pois o impasse foi resolvido pacificamente. Porém, três anos depois, com os Governos militares da Revolução de 64, decretou-se de Brasília, a intervenção política em Goiás, e o Governador Mauro Borges Teixeira foi substituído pelo Interventor Carlos de Meira Matos.

A desilusão dos goianos com Brasília foi explorada literariamente por Bernardo Élis (1984) no conto *Urbanização (Relatório)*. Trata-se de uma sátira sobre o advento de Brasília denominada *Newtown*, a linguagem é irônica, com severas críticas à vinculação da cidade à ideologia do progresso, como na “Fala do Presidente ao inaugurar Newtown”:

Outro aspecto de significação básica é a função cibernética da Newtown: foi imaginada para funcionar como cérebro das altas decisões nacionais. Só poderá desempenhar seu papel de centro de comando administrativo (e centro produtor de uso e bens de gozo) aceitando as concepções novas, modernizando não apenas as estruturas dos edifícios públicos (e privados – não confundir com W.C. – inclusive fábricas, estabelecimentos comerciais, etc.) como o aparelhamento de seus órgão burocráticos (comerciais, industriais etc.).(ibidem: 168)

O estilo técnico-informativo da fala do *presidente* representa uma ironia aos discursos por demais otimistas à capacidade de Brasília resolver os problemas do país (como o da Academia Goiana de Letras). Em lugar disso, “para se construir essa ultramoderna cidade, o país do Terceiro Mundo contraiu uma dívida tão grande que os credores se viram na obrigação de receber a metade do território que se constituía o País”. Além disso, ela foi responsável pela “mais terrível e temível ditadura, graças a qual seria possível continuar a obra progressista de terminar a construção de Newtown (ibidem:168)”. A cidade, controlada pela mais alta tecnologia presenciou a população subversiva refugiar-se nos subterrâneos da cidade, comendo ratazanas ou subindo à superfície à procura de alimentos, atacando os parques em que eram criados bovinos e eqüinos – uma vez que os habitantes da superfície só se alimentavam de “iguarias quimicamente elaboradas pelas avançadíssimas indústrias locais, cujo sabor era intolerável pelo primitivo paladar e grosseiro apetite dos moradores subterrâneos (...)”.(ibidem:171) No final do conto, os administradores de Newtown, não conseguindo pagar a dívida, abandonam a cidade. Os moradores dos subterrâneos passam a ocupá-la, reinstalando o seu antigo modo de vida:

Num dos mais belos e artísticos parques da cidade montaram uma fazenda de gado, isto é, colocaram um cocho à sombra de uma árvore, deitaram sal, e as vacas principiaram a parir com a maior perfeição jamais presenciada. Noutro parque fizeram uma vasta roça de toco, como sabiam fazer e sempre fizeram os avós, bisavós e tetravós. (ibidem: 167)

O autor propõe um retorno ao modo de vida tradicional para minimizar as mazelas produzidas em nome do progresso. Esse conto foi publicado em 1984, depois que as possibilidades prometidas com a construção de Brasília não se tornaram realidade, o que provocou uma mudança no discurso de muitos goianienses sobre a Capital Federal, como fica evidente no poema *Capital* (Teles,1982:110):

Dista 202 km de.
Disto lhe vêm
todos os males
presentes e futuros.

Os males do passado
vinham da lonjura
do Rio de Janeiro.

Todavia, a euforia provocada pela construção da nova capital federal em terras goianas permaneceu operante na fundamentação de um discurso afinado com a ideologia do progresso por toda a década de 70, como demonstra o trecho de um artigo de jornal de 1975 (O Popular, 23 de fev. de 1975, Recortes/Goiânia – AHEG):

Goiânia que fica a 200 quilômetros de Brasília ganhou progresso e prestígio após a construção da Capital Federal. Possui bom tráfego aéreo, além de ser servida por rodovia asfaltadas. Goiânia tem a tradição de ser uma metrópole aconchegante e com uma tradição de receber bem seus visitantes.

Enfim, a transferência da capital federal para Brasília deu novo ânimo a imagem de Goiânia, como símbolo de progresso e de desenvolvimento e graças ao suporte dado pela cidade à construção de Brasília, Goiânia era vista como impulsionadora do progresso futuro do Brasil.

Se a construção de Brasília não trouxe o progresso, pelo menos representou dos principais fatores do notável crescimento demográfico de Goiânia a partir dos anos 60, como se verifica na tabela abaixo.

Ano:	Pop.
1955	74.781
1960	135.505
1965	251.000
1970	389.784
1975	518.469
1980	817.343

Fonte: IBGE, Censo demográfico de 1940 a 1980

As taxas de crescimento de Goiânia durante esse período – 10,34% na década de 50, 10,96% na década de 60 e 9,69% na década de 70 – ficaram entre as maiores do Brasil. A taxa média de crescimento, que ficou em 9,25%, só perde para a de Brasília com 14,64%.

Se cresceu o número de pessoas vivas, também cresceu o número dos mortos. O primeiro cemitério de Goiânia – o *Cemitério Santana*, no Bairro de Campinas, foi construído em 1940 pelo governo estadual⁴, em substituição ao antigo cemitério dos padres redondoristas também Campinas. A partir dos anos 60, no entanto, seu espaço tornou-se insuficiente em razão disso, foi edificado um novo cemitério pelo poder público municipal – o *Cemitério Parque*, inaugurado no ano de 1961. No início dos anos 70 surgiu um

cemitério particular, o Jardim das Palmeiras. A saturação do *Cemitério Santana* e a construção de novos campos de sepultamentos demonstram o efeito do crescimento demográfico que a cidade sofreu. Além dos cemitérios, também nesse período (1964) foi inaugurado, na cidade vizinha de Aparecida de Goiânia, o Centro Penitenciário de Goiás (CEPAIGO), o primeiro do estado com capacidade para absorver centenas de condenados.

A migração foi o maior responsável por esse crescimento. A tabela abaixo mostra a origem demográfica dos migrantes:

Estado de Origem do migrante	Nº de migrantes em Goiânia – 1970
Bahia	12.635
Minas Gerais	35.210
Espírito Santo	236
Rio de Janeiro	1.025
Guanabara	998
São Paulo	10.915
Paraná	1.004
Santa Catarina	201
Rio Grande do Sul	240
Mato Grosso	3.905
Goiás (interior)	150.154
Distrito Federal	2.533
Exterior	1.248
Sem especificar	031

Fonte IBGE, Recenseamento 1970

Ser formada por uma população migrante representa uma das mais importantes características sociológicas de Goiânia. O Hino à Goiânia (Musica: João L.C. Fleury); Letra: Anatole Ramos, oficializado em 3 de outubro de 1967 – CEDOC), por exemplo, faz referência a isto:

Capital de Goiás foi eleita
 Desde o berço em que um dia nasceu;
 Pela gente goiana foi feita,
 Com um povo adotado cresceu.

Vê-se que a maioria desse *povo adotado* era proveniente do próprio estado de Goiás. Dentre aqueles oriundos de outros estados, destacam-se os procedentes de Minas Gerais, da Bahia e de São Paulo, historicamente fornecedores de migrantes para Goiás.

Mesmo com o agravamento do problemas de infra-estrutura da cidade, como saneamento básico, transporte coletivo, habitação, etc., o crescimento demográfico de Goiânia era visto como um sinal de progresso que a cidade prometia ao Estado, conforme deixa explícita a mensagem do Prefeito Iris Rezende no aniversário da cidade de 1966 (Cinco de Março, 24 out. 1966 – Coletânea/Goiânia - AHEG):

Há trinta e três anos, alertado pelo grito mudancista de Pedro Ludovico Teixeira, Goiás inteiro acordou para o amanhã do progresso: a fundação de Goiânia. Hoje, o que era sonho para muitos se tornou realidade palpável que transformou todo o Estado numa nova fronteira humana, no marco incontestado de uma nova civilização que (...) renova a cada passo a sua confiança inquebrantável no futuro grandioso desta terra abençoada

Enfim, o crescimento populacional foi responsável por inúmeras mudanças culturais que afetaram Goiânia neste período. A seguir, apresento um breve relato das modificações por que passou a cidade.

2. MUDANÇA CULTURAL EM GOIÂNIA

O crescimento demográfico fez com que perdesse importância a rivalidade entre Goiânia e Campinas, o que caracterizava estruturalmente as relações sociais de Goiânia nos primeiros anos. Não que ela tenha desaparecido – até os dias de hoje ainda há resquício de sua presença entre os pioneiros – todavia, ficou sufocada dentro das novas relações sociais que se impunham na cidade.

2.1. O futebol

O exemplo disso foi o futebol. Se nos anos anteriores os times do Atlético e de Goiânia praticamente monopolizaram o campeonato amador promovido pela Federação Goiana de Desportos, a partir de 1962, com a implantação do futebol profissional⁵, a situação muda de forma radical. Os novos migrantes que chegaram, sem ligações históricas

com o *Atlético* e com o *Goiânia*, engrossaram a massa de torcedores de dois novos times: O *Vila Nova* e o *Goiás*, fundados no ano de 1943, somente bem depois conseguiram impor sua força esportiva⁶.

O *Vila Nova* recebeu o nome do lugar em que foi criado. A *Vila Nova* foi fundada pelos trabalhadores que participaram da construção de *Goiânia*; portanto, era um bairro de operários migrantes, desvinculados tanto do tradicionalismo de *Campinas*, como do elitismo de *Goiânia*. Desse modo, o *Vila Nova* foi sempre um time de massa motivo de denominações pejorativas que seus torcedores recebiam dos rivais, como *vileiros* ou *maloqueiros*. Esse caráter popular com certeza influenciou o enorme crescimento de sua torcida, a partir dos anos 60, e explica a sua afinidade com outros times de massa, como a fusão, na década de 70, com outro time popular, o pequeno *Campinas*.

Se o *Vila Nova* é considerado como substituto do *Atlético* em termos de popularidade, o *Goiás* substituiu o *Goiânia*, como time de elite, absorvendo os novos torcedores das camadas mais altas de *Goiânia*. O *Goiás* sempre teve estreitas ligações com o governo do estado, principalmente após o ano de 1973⁷, que, como único representante do estado no Campeonato Nacional de Futebol, passou a divulgar uma imagem positiva de *Goiás* pelo Brasil – um dos argumentos para a construção de uma obra com as dimensões do Estádio Serra Dourada foram *as boas campanhas do Goiás* nesse campeonato.

Consolida-se, então, dois times no cenário goianiense: o *Clássico das Multidões* entre o *Goiás* e o *Vila Nova* substitui o *Choque Rei* entre o *Goiânia* e o *Atlético* da época anterior e a nova configuração futebolística expressa a nova configuração social da cidade.

2.2. O lazer

O antigo monopólio de lazer para a elite de *Goiânia* exercido pelo *Jóquei Clube*, a partir da década de 60, começa a perder seu vigor. Há uma diversificação de novos clubes sociais como o *clube privêe*, mais tarde (1960) *Country Clube* (formado quase exclusivamente por médicos), o *Clube de Regatas do Jaó* (fundado em 1962), O *Goiânia Tênis Clube*, o *Balneário Meia Ponte*, o *Clube Oásis*, etc. A desagregação da elite goianiense ocorreu em consequência de seu crescimento.

Segundo Simmel, (1983: 93-4)

Existe um limite absoluto, além do qual a forma de grupo aristocrática não pode ser mantida. (...) para ter eficiência como um todo, o grupo aristocrático deve ser visível para cada um de seus membros. Cada elemento deve conhecer pessoalmente todos os outros.

Desse modo, as festas de *revellion* e os bailes de carnavais, que eram expressão metonímica do lazer em Goiânia vão se fragmentar de acordo com o surgimento de novos grupos sociais, desvinculados das antigas famílias tradicionais.

Do mesmo modo, as centenárias formas de lazer dos habitantes de Campinas, como o banho nos córregos e rios, as pescarias e as caçadas, vão ser gradativamente impedidas pela poluição dos rios e dos córregos e pela destruição das matas.

Já as tradicionais casas de prostituição de Campinas perdem cada vez mais espaço para os hotéis que se instalam às margens da rodovia que liga Goiânia a São Paulo. Os prostíbulos situavam-se na zona residencial, com risco de serem confundidos com as casas de família – a exigência de se colocar uma luz vermelha discriminatória nesses locais era para evitar desagradáveis mal-entendidos; já os hotéis, geralmente separados das áreas residenciais, oferecem a garantia de maior discrição. Na literatura, essas novas casas destinadas a práticas sexuais são vistas com resistência, como no conto “Lua Cheia” de José Mendonça Teles (1971:22), em que a personagem principal utiliza o local para encontros extra-conjugais:

— Tenho uma novidade para ti, inauguraram outro na saída para São Paulo, e vamos estreá-lo. É o quente, ar condicionado, geladeira, telefone, cama giratória, espelho até no teto, te levo lá, prometo. Ok. Ok.

Mesmo referindo-se a todas inovações tecnológicas presentes no ambiente, o conto o vê de forma crítica, com um final moralista: a personagem contrai uma doença sexualmente transmissível, colocando-a em uma situação constrangedora: “se aquela fresca me pegou esse troço já transmiti para a minha mulher”. O conto também revela uma mudança de visão a respeito da prostituição. Nos anos 40 e 50, o hábito de freqüentar os bordéis era um modo de se afirmar a masculinidade diante dos outros homens. Já nos hotéis, afastados da cidade, a relação sexual ganha maior discrição.

Não houve, no entanto, o desaparecimento total dos bordéis de Campinas. Eles permaneceram, mas com mudanças em seu papel na sociedade goiana, pois deixaram dar *status* social aos seus freqüentadores – a maioria autoridades públicas da Capita – como relata Bernado Élis (apud Teles, 1986:24):

Uma nota interessante do tempo é que os bordéis, sobretudo o de uma Maria Branca, por exemplo, eram freqüentados pelas figuras mais destacadas do mundo político, como algumas secretários de Estado; parece que ao tempo era de bom tom ou era uma alta recomendação a notícia de que um alto funcionário era assíduo freqüentador de um bordel.

A partir de 1962, com a inauguração da Estação Rodoviária de Campinas, as casas de prostituição passaram a ser freqüentadas por viajantes, quer dizer, por pessoas que chegavam ou saíam de Goiânia. Assim, como meio de atrair clientes, cada vez mais escassos, muitas mulheres ficavam na rua fazendo propaganda de seu produto. Iniciava-se a prostituição de rua em Goiânia⁸.

Enquanto em épocas passadas, casas de prostituições aparecem, em muitos casos, de forma estilizada com proprietárias caridosas, fregueses cavalheiros, agora a prostituição é retratada de forma nua e crua, tendo como exemplo o conto “A irmã do Inácio” de Marietta T. Machado. Inácio é um rapaz do interior, cansado de “pegar no rabo da enxada”, vem para Goiânia, casa-se com Irene, trabalha o dia inteiro e estuda à noite. Mesmo enfrentando dificuldades financeiras, traz a sua irmã Rosa para morar com sua família. Rosa começa, então, a aparecer com roupas caras que não condizem com seus rendimentos. Inácio, desconfiado, resolve segui-la, descobrindo seu segredo:

O galaxie branco seguiu para a rodovia de São Paulo, paraíso dos motéis. Andava em marcha regular, o taxi seguindo-o com discrição. O galaxie parou em frente a um motel. Pare, disse eu ao motorista do taxi. Fiquei perplexo e confuso. Não sabia o que fazer (Machado, 1978: 49-53).

Esses contos retratam Goiânia com todos os qualitativos negativos de uma metrópole moderna, suas relações sociais distorcidas, capazes de levar uma moça interiorana a se prostituir. A cidade é um lugar sem alegria, como no poema “Vou indo (à margem da vida)” de Felício (1979:13):

Rondo a cidade à procura de nada.
Aqui levei um tombo,
por ali levei porrada.
Vejo a cidade transmutada.
Passeio aqui, desolado
onde pisaram-me o calo
pisoteou-me a vida.
Passeio sem alegria.
Nesta praça fui beijado
pela biscate negrinha
que pôs-me a sífilis nos olhos
até hoje espantado.

A visão negativa de Goiânia revelada pela literatura constituiu, nesse período, uma das poucas exceções, pois na maioria das vezes, as inovações urbanas são vistas com fascínio.

Com relação ao lazer da juventude goianiense, a prática do *footing* deixa de existir para dar lugar a uma proliferação de casas noturnas (*boates* e *dancings*) destinadas ao

público mais jovem, cuja maioria concentra-se no centro da cidade – no subsolo do Hotel Bandeirante, a boate *Kafuné*, o boliche *Bola Preta* (o primeiro de Goiânia), as boates *Chanel* e *Tasca 8*, *Bamboo* e *Porão 47*, com sua luz negra e iluminação psicodélica, freqüentados principalmente por jovens universitários. Com a inauguração da Praça Universitária, em 1968, os estudantes deslocam-se para lá, principalmente para a boate *Chafariz*. O conto *Divina* José M. Teles (1971:52) apresenta lances desses novos locais de diversão da juventude goianiense:

A noite cobre Goiânia neste Domingo de ócio e mistério. Os vampiros descem às soltas pelos bairros onde as meninas-moças, descuidadas, suspiram sessões do Capri ao lado do mocinho de calça justa, ou guardam, no íntimo, um sublime desejo de chopiar no Mário's, Sanchopança, Abdalla, Casarão ou, em último caso, um rápido e bem segregado encontro pelo *drive-in*.

Já na década de 70 presenciou-se a extinção ou a descaracterização de muitas das casas noturnas do Centro e do Setor Universitário. Em vista disso, deslocaram para a Praça Tamandaré, no setor Oeste. Lá proliferaram várias casas de diversões noturnas, dentre as mais célebres: *Azambuja*, o *Siryus*, o *Tot's*, a boate *Number One*, o *Zero Bar*, o *Saloon*, o *Boteko*, o *Dom Quixote*, o *Pilão*, o *Papillon*.

Essas casas dançantes, freqüentadas principalmente por jovens exprimem mudanças de valores culturais, já que nos anos 40, a diversão tinha caráter mais familiar:

A única diversão eram reuniões simples que se fazia no Grande Hotel. As famílias ali se reuniam, e havia lá um piano que era executado pela esposa do dr. Manoel Gomes Pereira (...)
(Paulo Flery da Silva Goiânia, 1989:160)

Já as festas em boates e danceterias dos anos 60, 70 e 80 tornaram mais movimentadas. Sob ritmos americanos, moças e rapazes faziam movimentos frenéticos até altas horas da madrugada; a luz negra ou o jogo de luzes impediam que se reconhecessem as pessoas que dançavam ao seu redor – enquanto a conhecibilidade era o pré-requisito da festas dos anos 40 e 50, agora o anonimato tornou-se o ideal. Isso dava uma certa liberdade aos freqüentadores desses ambientes, se comparado às festas nos clubes ou em casas de família, situação expressada no poema composto por assíduos freqüentadores desses ambientes:

Sobre luzes negras
numa casa cheia de música
A dona da casa, assentada
sobre um despotismo duvidoso,
Aqui, Maria dos olhos bonitos,
onde os olhos do preconceito, não
te vêem, estar longe de ti
faz frio, dá saudade!⁹

As casas noturnas, apesar de provocarem sensação de maior liberdade da conduta, certamente causavam o estranhamento em muitos jovens de valores mais provincianos, como a personagem Margarida do conto *Mergulhada na Urbe*. Ela veio do interior para trabalhar em Goiânia, conseguiu emprego numa loja de roupas e teve um relacionamento com seu patrão que a levou para conhecer a noite goianiense:

Eu nunca tinha ido a uma boate. E não sabia bem, que casa era aquela, que gente era aquela, que ria, dançava agarrado, um vozerio, som berrado, escuro, os dentes, as roupas, os olhos das pessoas brilhando muito, como se fosse tudo de prata. (Machado, 1978:119)

Se alguns jovens estranharam, parte da população mais velha da cidade indignava-se ainda mais: “os bailes acontecem cada quinze dias, luz negra no salão, imaginem! Menores se embebedando, danças de rosto colado, quando não a gritaria indecente do rock, meninas mostrando os seios e o umbigo, absurdo!” (ibidem: 81)

Outra diferença entre essas festas e as do período anterior baseia-se no fato de serem organizadas geralmente por jovens e para jovens. Segundo Hobsbawm (1995:323), no século XX,

a cultura jovem tornou-se a matriz da revolução cultural no sentido mais amplo de uma revolução nos modos e costumes, nos meios de gozar o lazer e nas artes comerciais, que formavam cada vez mais a atmosfera respirada por homens e mulheres urbanos.

Goiânia não foi exceção. Muitos jovens nasceram em Goiânia¹⁰, ao contrário de seus pais, não moraram em cidades interioranas ou na zona rural – portanto cresceram com a convicção, embora exagerada, de que viviam em uma cidade cosmopolita e moderna, o que, aliado aos novos valores transmitidos pelo cinema, televisão e rádio, tornava-os mais abertos à cultura moderna.

Houve também um considerável aumento da participação autônoma da juventude feminina no lazer. No dia 29 de março de 1959 realizou-se, para espanto de muitos, o primeiro jogo de futebol feminino em Goiânia entre as garotas do *Operário de Araguari* e um combinado goianiense¹¹. Em 1963, no Bairro de Nova Vila, seis anos antes do surgimento da Academia Feminina de Letras e Artes do Estado de Goiás, já existia uma Associação Cultural Feminina. Os contos urbanos já retratavam em Goiânia, a partir de 60 uma mulher sozinha, independente, sem contudo, deixar transparecer o lado bastante conservador.

Como no conto *Medo* em que a personagem principal, apesar de ser uma chefe de repartição pública e pintora, vive em estado de permanente tensão – tem medo de perder o emprego e o namorado, de roubarem seu carro, de contrair alguma epidemia. Em outro

conto, *A solteirona do pensionado*, a personagem Luísa, por opção própria, não quis casar-se. Agora, com trinta e dois anos, sente-se deprimida e solitária. O fato dela não ter feito o que era comum para as demais, isto é, casar-se, é tratado no conto como seu grande erro: “Mas Luísa se descuidou demais do tempo ou o tempo se descuidou de Luísa e passou levando seus admiradores e deixando-a estática naquele mundo visionário”. (Teles, 1973: 43)

Enfim, estes contos, mesmo que imbuídos de uma visão conservadora, mostram o alto preço pago pela independência feminina, mesmo em uma cidade como Goiânia com valores mais abertos.

A melhoria da iluminação da cidade com a inauguração da Usina Hidroelétrica de Cachoeira Dourada permitia que a juventude divertisse até altas horas da noite¹². O aumento do número de automóveis na cidade também foi fator preponderante para o prolongamento do período de diversão. Nos anos 40, a maioria da juventude utilizava a bicicleta para se locomover, como relata a folclorista Regina Lacerda (Apud Goiânia, 1989: 293)

Tinha meu próprio veículo (como a maioria das moças) uma bicicleta inglesa era a minha. Por toda parte a gente pedalava e pedalava e até mesmo para assistir a chegada de uma amiga no aeroporto, que era ali mesmo. Pela constante falta de luz na cidade, as bicicletas tinham que ser equipadas com farol, campainhas e exibir placas de licença como os carros. Os ciclistas deviam carregar os documentos de propriedade sem o que, a polícia de trânsito aplicava sanções legais.

Na década de 40, o racionamento de combustível provocado pela II Guerra Mundial fez como que os poucos automóveis particulares – como o Ford azul metálico da família caiado, a Ramona ano 29 de Altamiro de Moura Pacheco, o carro de Augusto Gontijo em Campinas e do Paulo Fleury da Silva e Sousa e os carros de praças existentes tivessem que utilizar um combustível alternativo – o gasogênio. Os primeiros veículos a utilizar esse tipo de combustível foram dois caminhões procedentes do Rio de Janeiro que chegaram a Goiânia em 1938 (Reis, 1979:707), sendo posteriormente utilizado em veículo de menor porte, como descreve Ivo de Melo (1998: 221) destacando a excentricidade desses carros:

Um enorme cilindro de metal, instalados na parte externa, traseira, do veículo, com uma tampa na parte superior, muito bem fixada por sargentos externos bem fortes, para evitar a perda de uma pressão: uma espécie de fornalha ambulante, que recebia pequenas bolas de naftalina e fazia ferver um tanque de água que, a partir dessa combustão, gerava vapor suficiente para forçar a movimentação dos cilindros do motor e... O negócio andava!

Além dos carros e das bicicletas, havia as carroças e as charretes, inclusive em 1959 foi fundada uma associação dos carroceiros e charreteiros de Goiânia (Ibidem, 265).

Existiam também as lambretas, que se moviam-se tranqüilamente nas ruas largas e com poucos carros.

Gradualmente, as ruas de Goiânia foram cada vez mais ocupadas por carros, até que em 1958, já houve a necessidade de instituir-se no quadro da polícia a Guarda de Trânsito de Goiânia, que teve muito trabalho, pois os atropelamentos tornaram-se rotineiros, conforme descrição abaixo:

o guarda solícito, apresenta-se ao patrulheiro-chefe dizendo que foi um atropelamento, que o homem da bicicleta devia ter ido fazer compras, que por certo vinha do Mercado, pois levava um pacote de arroz que se espatifou com o choque, que o atropelador evadiu-se, que não anotaram a placa do automóvel (...) (Teles, 1971:62)

Aliás, os atropelamentos ou inabilidade dos motoristas goianienses são temas sempre recorrentes na literatura sobre Goiânia. As ruas largas e retas de uma cidade planejada como Goiânia, com uma população de raízes rurais, não habituada ao trânsito mais pesado, certamente criaram um ambiente propício aos acidentes.

De qualquer forma, o automóvel representa um dos símbolos de modernidade para a juventude elitista de Goiânia. Sempre associado a poder e a velocidade, é utilizado como arma de conquista, servindo para levar garotas aos motéis ou a locais desabitados: “Depois de mais algumas tentativas, ela acaba cedendo. O carro se arranca rápido, ante os olhares curiosos das pessoas que passam.” (Teles, 1973:103) Em 1970, já são mais de 14 mil veículos de passeio licenciados¹³; em 1975, esse número chega a quase 40 mil (Sabino Júnior, 1980:62); em 1982 circulam pela cidade mais de 100 mil carros (Folha de Goiaz, 24 out, 1982 – CEDOC)

Em termos de lazer infantil, a universal criatividade da criança supria a ausência de serviços especializados, improvisando diversões com qualquer coisa que estivesse ao alcance (brincadeiras em grupo, banho em córregos, futebol, fabricação própria de brinquedos, etc.). Porém, em alguns momentos, havia uma oferta de serviços especializados, principalmente dos circos e de alguns parques de diversões itinerantes que, desde os tempos em que Campinas era cidade, fazia a alegria dos pequeninos. Dentre os vários eventos que marcaram a inauguração oficial de Goiânia em 1942, o que mais chamou a atenção do público infantil foi a presença do *Americano Parque*, com várias diversões nunca vistas por aqui: a *menina-prodígio*, a *mulher decapitada*, números de mágicas, a Roda Gigante, a Pista Infantil, o Tiro ao Alvo (Netto, 1993:21), etc.

Nos anos 60, havia alguns parques infantis com poucos brinquedos em alguns bairros da cidade, como a Vila Operária e a Fama. Apenas em 1969, com a inauguração do Mutirama, a cidade passa a ter um parque infantil de grandes dimensões, com brinquedos

modernos, como o Tobogã, a Montanha Russa, etc. fazendo dele um dos *mais modernos do país*. Além disso, foi criado o Jardim Zoológico, “um dos mais importantes do território nacional pela variedade de espécies, e [por ser] também centro de pesquisa” (Folha de Goiaz, 24 out, 1982, Recortes/Goiânia – AHEG). Tanto um, como o outro eram utilizados como argumentos da modernidade da cidade.

Enfim, após a década de 60, aparecem em Goiânia formas de lazer mais ligadas a um modo de vida moderno, embora não se possa afirmar que as práticas antigas de diversões simplesmente desapareceram – elas continuaram coexistindo com as outras, contribuindo para, também nesse aspecto, dar um caráter ambíguo à cidade.

2.3. Moradia

Com o crescimento demográfico, Goiânia também cresceu fisicamente, primeiramente para os lados, depois para cima. O influxo da construção de Brasília produziu um grande número de empresas da construção civil¹⁴. Após o término das obras na Capital Federal, muitas delas passaram a atuar em Goiânia, contribuindo para mudar o panorama físico da cidade.

Não interessa realizar um estudo sistemático do processo de implantação desses edifícios privados, mas o seu efeito sobre os valores dos indivíduos. Na década de 40, o ideal de padrão de moradia para a elite era o sobrado, como o da descrição abaixo de Gerson Castro Costa (Goiânia, 1989: 100):

Foi desse tempo a construção de um sobrado, na esquina da avenida Tocantins com a rua 2, feito pelo Dr. Carlos de Freitas, verdadeiro pioneiro das primeiras horas da fundação de Goiânia. Com belos jardins dando para os dois lados das vias públicas, parecia, aos olhos provincianos dos passantes, o palácio de Nabucodonosor, em Babilônia, com seus jardins suspensos, só que as hastes dos pés de flores estavam ao nível do rés-do-chão.

A principal característica dessa edificação eram os detalhes singulares de sua arquitetura; graças a ela, sua imagem ficou preservada na memória do pioneiro. Já a forma de habitação dos edifícios de apartamentos é caracterizada sobretudo pela sua aparência externa homogênea. São dezenas de apartamentos semelhantes, cujo número de identificação na porta se torna realmente necessário para evitar confusões constrangedoras.

A modernidade fez-se acompanhar da produção em série, a homogeneização dos objetos de consumo e até do espaço, trouxe “o movimento no sentido de criar um ambiente

homogêneo, um espaço totalmente modernizado, no qual as marcas e a aparência do velho mundo tenham desaparecido sem deixar vestígio.” (Berman,1986:68) O edifício de apartamentos além de homogêneo, é totalmente racional: desde o aproveitamento do espaço com a superposição de habitações até o controle de entrada e saída de moradores e visitantes feito pelo porteiro numa guarita. Em termos de racionalização e normatização da conduta, só fica atrás da prisão moderna, nos moldes em que foi analisada por Foucault. Pode-se dizer que a *jaula de concreto* que os apartamentos representam para o indivíduo tenha um sentido mais literal do que a *jaula de ferro* weberiana.

Esse tipo de habitação apesar da proximidade física, provoca nos moradores relacionamento social mais distanciado. Segundo Robert E. Park (1967: 67),

Uma parcela bem grande das populações das cidades grandes, inclusive as que constituem o seu lar em casas de cômodo ou apartamentos, vivem em boa parte como as pessoas em algum grande hotel, encontrando-se, mas sem se conhecer umas às outras.

Desse modo, a antiga relação de vizinhança, característica fundamental das pequenas cidades e da zona rural fica limitada pela estrutura arquitetônica que restringe os contatos sociais aos encontros fortuitos (nos elevadores) ou formais (nas reuniões de condomínios).

Os prédios residenciais, portanto, dificultam a afirmação da personalidade do indivíduo por meio de sua moradia. Para compensar a falta de indiferenciação externa, existe a compensação interna com a decoração – forma moderna de afirmar a personalidade pela residência, detalhe que não passou despercebido a Walter Benjamin (1989:43-44):

Desde Luís Felipe, a burguesia se empenha em buscar uma compensação pelo desaparecimento de vestígios da vida privada na cidade grande. Busca-a entre suas quatro paredes. (...) a moradia se torna uma espécie de cápsula. Concebe-a como um estojo de ser humano e nela o acomoda com todos os seus pertences, preservando, assim, os seus vestígios, como a natureza preserva no granito uma fauna extinta.

Desse modo, a verticalização representa a transformação nos valores da elite de Goiânia em direção a um comportamento mais metropolitano. O anúncio de um desses apartamentos em 1975 aponta as principais qualidades do edifício: “Edifício de 9 andares; Garagem individual, 02 elevadores, luxuoso Hall de Entrada, Central de Gás, Gelosias de alumínio em toda as janelas.” (O Popular, 5 out., 1975, seção classificados, microfilme out,set/75 – a CEDOC)

A altura, o controle da entrada e saída o individualismo e a funcionalidade da tecnologia moderna, fazem com que os *arranha-céus* provocassem não só a fascinação nos

indivíduos, mas também repúdio, elogios e críticas. Quanto às críticas, partem principalmente da criação poética, como no poema *progresso* (Figueredo, 1980:27-8):

GLÓRIA AO HOMEM NAS ALTURAS

O lombo liso dos prédios
velozmente verticaliza
a antívida das cidades

GLÓRIA AO HOMEM NAS ALTURAS

Confinado o homem sobe
esnobe, quadriculado
isola e se multiplica
coisificado no ar

GLÓRIA AO HOMEM NAS ALTURAS

O isolamento em quadrados
se por um lado, é verdade
elimina a comunicação
compartimenta, por outro
a neurose e a solidão
uniformizando a cidade
e assegurando na terra

PAZ A HOMEM SEM VONTADE

Esse poema, publicado em 1980, é fundamentalmente irônico, a começar pelo título *progresso* e pela citação bíblica. Ele critica o sentimento de onipotência do homem que, como os que construíram a torre de Babel na Bíblia ou os que edificaram em 1970 o *Edifício Bemosa*¹⁵, com 26 andares, o mais alto de Goiânia na época, pretendia chegar as alturas celestes. O edifício de andares aparece em oposição à vida: é antívida, sendo também o responsável por “coisificar o homem no ar”, tirando-lhe a consciência, isto é, a sua vontade. O poeta é pessimista em relação às novas possibilidades geradas para o homem na metrópole moderna.

De modo geral, a crítica dirige-se à impessoalidade do sentimento de nostalgia pelo tempo em que as relações eram mais íntimas e afetivas. Em *Cidade petrificada* (Felício, 1981:105), o poeta compara a cidade sua infância com a atual:

Já percorri
com meus olhos de menino
esta cidade de pedra.
(estava cheia de vida
quando menino
a habitava).
(...) Tem uma doença
que agiganta seu ventre
e traga seus sobreviventes
(é impossível salvá-la).
Está podre, e absurda.
Há edifícios nobres:
Luís de Camões,
Condomínios de Versailles.
Só sei dizer dos quintais pobres
onde perdi, sem ter encontrado
as ilusões de menino.

Cidade de pedra, cidade sem vida, cidade doente, cidade poder. Metáforas pejorativas indicando a transformação acarretada pelo crescimento (ou agigantamento). Os edifícios, como representantes dessa transformação, estão em oposição à época tradicional em que se brincava nos quintais.

Também nos contos, os apartamentos são vistos como lugares de solidão:

Primeiro seus olhos azuis dirigiram-se da janela do décimo sétimo andar para a rua estreita, ondulada pelo movimento colorido dos carros. Depois uma angústia sem conta foi brotando do peito e espalhando pelo corpo como garras frias e cruéis. (...) Não, ninguém. Apenas sombras deslizando pelos quartos vazios e a constante iminência de alguma voz. De vez em quando parecia-lhe sentir alguma aproximação humana. Quem sabe? Quem sabe? Girava o corpo rápida, atravessava a peça correndo, detinha-se no vão de alguma porta, mergulhava a cabeça no corredor ou no outro cômodo, espreitava à direita, à esquerda. Nada. Só silêncio e sombras. (Machado, 1978:65)

A personagem em questão enlouquece: raspa parte de seus cabelos, pinta o corpo de azul, inunda a casa, deixando a torneira aberta. Não existem vizinhos para notar o seu período de reclusão e oferecer-lhe ajuda. Os únicos seres humanos, que estão em seu ângulo de visão privilegiada, aparecem na rua, distantes, preocupados com seus afazeres cotidianos.

De modo geral, as críticas aos aspectos metropolitanos da cidade recorrem como contraponto a um ambiente idealizado, com características próximas ao mundo rural. Recuperam a oposição entre cidade e o campo, universal na literatura mundial. Essas críticas permaneceram, no entanto, sufocadas diante da euforia causada por grandes edifícios, considerados como mais um adjetivo da Goiânia moderna: “Goiânia com 86 mil residências e seus arranha-céus é hoje a Rainha de Sabá dessa marcha gloriosa da conquista do Brasil pelos brasileiros”. (O Popular, 23 de jan. de 1975, recortes/Goiânia – AHEG)

Muitos dos goianienses talvez desconhecessem – ou nem estivessem preocupados – com a relação entre Marcha para Oeste e arranha-céus. De qualquer modo, muitos preferiram a nova forma de morar: em 1969, dos pedidos de financiamento para construção de residências, 1.300 eram para construção de casas e apenas 135 para construção de apartamentos; já em 1.978, os financiamentos para construção de casas subiram para 1.652 e para apartamentos, chegaram a 2.431; no ano de 1982 foram construídos mais de 4 mil apartamentos em Goiânia, o que provocou a mudança na paisagem urbana: em 1969 existiam cerca de 169 edifícios na cidade; dez anos depois eles já eram 1.815¹⁶.

Além dos grandes edifícios destinados à moradia privada, na década de 70, Goiânia também contava com vários monumentos da construção civil pública ou comercial. Dentre os primeiros, destaca-se o Centro Administrativo, inaugurado em 1973, tendo literalmente colocado à sua sombra o outrora grandioso, Palácio das Esmeraldas. No ano de 1974 foi inaugurado o Autódromo Internacional de Goiânia e, um ano depois, o Estádio Serra Dourada. De dimensão extraordinária para Goiânia, no Estádio, por exemplo, caberia quase um quarto da população goianiense na época de sua inauguração¹⁷.

Em 1976, no local em que funcionava o antigo Mercado Municipal de Goiânia no Centro construiu-se um prédio comercial denominado *Parthenon Center*, de grandeza que, na época, impressionou bastante. Além do seu tamanho, o edifício chamava atenção por conter uma rampa em círculo destinada a levar os veículos para o estacionamento, no terraço.

3. CARACTERÍSTICAS MODERNAS DE GOIÂNIA

3.1. A cidade numerada

Ao contrário de Campinas¹⁸ com suas ruas estreitas, mas com nomes de pessoas ou coisas concretas, Goiânia teve a maior parte de suas ruas numeradas¹⁹. O número como identificação das ruas reflete uma racionalização sem igual: a orientação pela seqüência, a possibilidade de adivinhação pelo raciocínio aritmético, a ausência de historicidade. Desse modo, as ruas numeradas de Goiânia são símbolos da modernidade, embora muitas vezes, também fontes de confusão.

Benjamin (1989:43) diz que, muitos operários negaram-se a aceitar a numeração dos imóveis dos bairros operários em Paris, realizada durante a administração napoleônica: “Quando se perguntar a um morador desse bairro pelo seu endereço, ele sempre dará o nome que sua casa leva e não o frio número oficial”. Em Goiânia não se tem registro de incidente semelhante, porém sempre existiu a crítica aos números: “Numerada e mal, como gigantesca ficha, Goiânia adquiriu maior contraste com sua babá Campinas (parabéns aos pais, pelo batismo), onde *gente aparece nas placas (...)*” (Folha de Goiás, 25 a 31 de out, 1981, Suplemento da Folha de Goiás, coletâneas de jornais - CEDOC)

Para o homem com valores rurais, a orientação é feita por meio de marcos geográficos ou históricos, isto é, dá-se pela identificação com algo concreto. Em Goiânia, uma das

principais ruas do centro da cidade, a Rua 74, ficou conhecida como *a rua do Estádio Olímpico*, em referência à construção nela existente. Mesmo quando passou a ter nome de *gente*, do *Deputado Alfredo Nasser*, a metonímia continuou a ser utilizada. O mesmo aconteceu com a *Praça A*, cujo nome foi mudado para *Desembargador Antônio Perillo*; nem a letra, nem a antroponímia prevaleceram – ela ficou conhecida como *praça da OK*, em virtude da existência de uma estabelecimento comercial com idêntico nome a sua volta. Desse modo, mesmo o nome de pessoas, acha-se preterido pela identificação referencial: a *praça Santos Dumont* é conhecida como *do avião* porque tem um avião no seu centro, que funciona como monumento; a *praça Antônio Borges Teixeira* é conhecida como *Praça do Botafogo*, em razão do córrego do mesmo nome. Enfim, Goiânia moderna, numerada, convive com outra Goiânia, com nomes de coisas, em vez de números.

Goiânia tem um aspecto moderno que poucas vezes é notado: o seu nome totalmente abstrato. Não se sabe ao certo a sua origem. A versão mais comum é que Pedro Ludovico inspirou-se em um concurso realizado pelo jornal *O Social* para escolher o nome da nova capital, em outubro de 1933. No entanto, *Goiânia* foi um dos menos votados, perdendo para nomes como *Petrônia* (cidade de Pedro), *Anhangüera*, *Crisópolis*, *Heliópolis* e outros. Além disso, o nome da Capital só foi oficializado pelo Decreto n. 325, de 2 de agosto de 1935²⁰. Outra versão é que o nome foi inspirado no poema épico *Goyania*, composto por Manuel L. de Carvalho Ramos em 1896.

A origem do nome da cidade não é tão importante, mas sim o fato dele, por não ter significado concreto – é uma adaptação de *Goiás* –, diferir dos nomes das demais cidades goianas. Nas cidades tradicionais, o antropônimo inicial sempre se refere a algo concreto: Campinas originou-se de Campininha das Flores de Nossa Senhora da Conceição; o nome bucólico-romântico *Bela Vista* de uma simpática cidade do Entorno de Goiânia, só se firmou depois de perder os de *Jaboticabal* e *Suçupara*.

Goiânia provocou um efeito transformador sobre os vários nomes concretos das cidades que ficavam a sua volta. Sob o seu efeito o povoado chamado *Biscoito Duro*, nome que indica referência ao estado físico desse produto, passou a se denominar *Aragoiânia*. Do mesmo modo, *Aparecida* passa a ser *Aparecida de Goiânia*; *Cerrado*, torna-se *Goianira*. Desse modo se considerarmos que a troca de nome pode significar “perder valores psicológicos que mobilizam la solidaridad social; o el sentimiento de pertencia a un grupo humano o a un lugar específico”. (Fonseca, 1987:83)

Pode-se afirmar, portanto, que os nomes mais abstratos significam um modo de se aproximar dos valores modernos, rejeitando os antigos nomes²¹, mais vinculados ao

sistema tradicional – geralmente, a mudança de nome é uma iniciativa de políticos, interessados em trazer progresso ao município. Assim, os nomes de santos católicos tendem a ser suprimidos por afixos ou prefixos gregos, ou nomes indígenas que poucos sabem o significado, como *Santo Antônio das Grimpas*, atualmente *Hidrolândia* ou *São Sebastião*, hoje *Guapó*.

Enfim, nomes de cidade que nada significam, além de jogos de sílabas; números e letras em vez de nomes das ruas ou praças são aspectos relacionados ao racionalismo moderno²². Em Goiânia e em algumas cidades do seu entorno foi um meio de se afastar dos valores rurais e de aproximar dos valores cosmopolitas, todavia, houve a convivência desses dois mundos.

3.2. a multidão:

De acordo com os pioneiros, nos anos 40 e 50 Goiânia era “como uma cidadezinha do interior, todo mundo conhecia todo mundo” (Sabino Júnior apud Teles, 1986: 147). Com o crescimento demográfico, o aspecto da cidade começou a mudar, passando a ter um dos requisitos essenciais de uma metrópole, a multidão.

De acordo com Simmel (1967:22), “a concentração de indivíduos e sua luta por consumidores compelem o indivíduo a especializar-se numa função na qual não possa ser prontamente substituído por outro”. Como conseqüência, a personalidade do indivíduo fica suprimida, não é conhecido como pessoa, mas como uma categoria; na grande cidade, até a mendicância tem caráter de uma profissão. O desconhecimento mútuo entre vendedor e cliente facilita o estabelecimento de relações frias e impessoais. O exemplo disso é o poema *Putá* (Felício, 1981:91):

Quem ama por ofício
tem que ter
um amor vastíssimo.
E jamais se empobrece.
Antes,
a cada perda,
depois de cada ferida,
fica cada vez mais rica.

Na época anterior, os nomes das prostitutas eram conhecidos por todos; agora, conhece-se apenas a sua vocação. O caráter monetário do *ofício* fica evidente – até o *amor*

vastíssimo transforma-se numa mercadoria, e o dinheiro compensa as *feridas* que porventura ocorram²³.

Para compensar a perda da personalidade, o indivíduo passa a realçar o comportamento. Na cidade pequena, como na *Goiânia provinciana*, o comportamento individual é padronizado ao extremo, qualquer extravagância é repudiada:

No começo dos anos 50, o professor Sebastião de Souza, que mais tarde viria a ser desembargador (de saudosa memória, por sinal) primava pelo bom gosto de se vestir (chegou a ter 28 pares de sapatos e não sei quantos ternos em seu guarda-roupas) e, por isso mesmo, tentou usar uns paletós mais avançados, isto é, com algumas costuras e botões a mais e lascados atrás. Foi um deus nos acuda. Até os seus amigos passaram a achar que o jovem mestre não era muito chegado. Ele não teve outra solução a não ser mandar costurar as aberturas dos paletós, única forma de provar que era macho mesmo. (Lourival Batista *apud* Goiânia, 1989: 259)

Já na metrópole, ser excêntrico é a regra. A moda substitui o costume como forma de orientação das condutas. O exemplo da nova situação em Goiânia é a personagem Bira, que andava pelas ruas da cidade “de roupa esporte, apertadinha, calças boca de sino, no meio da jovem-guarda, falando gíria ...” (Teles, 1971:64). Com certeza, o modo de vestir de parte da juventude goianiense, nos anos 60 e 70, recebia olhares de reprovação de grande parte da população, mas não eram suficientes, como no relato anterior, para impedir esse estilo de se vestir.

A multidão possibilita um estímulo à manifestação do individualismo, mas também é vista como lugar de opressão. A grande concentração de pessoas – como por exemplo, no centro de Goiânia, principalmente na Avenida Anhangüera, local que centralizou o comércio varejista; no Centro Administrativo, prédio por onde circulavam diariamente cerca de 10 mil pessoas, contingente humano maior do que da maioria das cidades goianas; ou no “Clássico das multidões” que reunia no Serra Dourada mais de 60 mil pessoas para assistir à disputa entre Vila e Goiás, – trata-se de um dos fatores metropolitanos que provoca nos indivíduos é o que Simmel chama de indiferença²⁴, ou seja, a não-reação aos estímulos das outras pessoas. O conto “O Homem” (Teles, 1973:25) mostra o estado mental, vivido em um dos lugares mais movimentados de Goiânia:

O homem se aproxima da praça do Bandeirante. (...) A multidão está na rua. O vai-e-vem é constante pelas calçadas da avenida. As luzes brincam de apaga-acende no descortinar das janelas dos edifícios. o homem deixa de pensar para olhar. E como olha enigmático para os seres que transitam na sua frente! Seus olhos estão no meio da massa. O homem olha e pensa. Seus pensamentos vão além dos cérebros cansados que se envolvem na atmosfera pesada dos mil-problemas. Cada pessoa que passa via levando o seu drama, o seu problema, a sua angústia. E o homem vai captando esses momentos que tomam forma diante de seus olhos parados, mortos-vivos: “E se o cheque for à compensação?”... “Amanhã vou chegar mais cedo ao serviço, preciso impressionar o chefe”... “Aquele vigarista me paga”... “Ah, meus trinta

3.3. Trans anos!"... Onde estará Emília a estas horas?"... Desta vez eu tenho que passar no vestibular!"(...)

Quando o *homem* deixa, por um instante, de ser indiferente aos estímulos que provocados pela multidão, ele chega ao limiar da loucura: *olhos parados, mortos-vivos*; porém, rapidamente recupera sua atitude de reserva: " – 'Uma ajuda, pelo amor de Deus'. Olha zangado o pedinte e resolve seguir a morena de mini-saía que o fitou de soslaio." (ibidem) Não se trata de mera falta de sensibilidade ou indelicadeza da personagem. Para sobreviver na Metrópole, não dá para responder aos estímulos dos passantes – o ato de cumprimentar as pessoas, característica da cidade tradicional, é impossível de ser executado na multidão. Sobra apenas a alternativa de acompanhar fugazmente com os olhos a morena de mini-saía, até que algo lhe roube novamente a atenção.

A impessoalidade da massa humana oprimia os moradores mais antigos de Goiânia ou aqueles que viviam nas pequenas cidades à sua volta. Neles, a multidão parecia impessoal, coisificada. O autor do poema *A multidão esmaga-me em sua consistência*"(Felício, 1977:24) captou esse estado:

A multidão esmaga-me em sua consistência
vazia e oca de coisa inútil e necessária.
O colorido é intenso, e a brancura é tão
vazia, na consciência mediana dos que aplaudem
sem saber porque ou como – apenas o instinto
que leva o rebanho à direção da matriz
e da ovelha que se adianta; apenas a geratriz
matemática de todas equações metafísicas
me faz distante dos que me apertam e subjagam.
Não sei quais designios divinais ou inumanos
Perfazem o mistério desse isolamento corporal
entre o meu corpo e o da massa. Entre
o que existe e o que é real

Em Paris do século XIX, homens como Baudelaire amavam sentir a solidão produzida pela multidão (Benjamin, 1989:49). Enquanto o poeta goiano, experimenta o *isolamento corporal* entre ele e a massa, causando-lhe *esmagamento* em sua consciência. Ao contrário daqueles que têm consciência mediana e agem por instinto, o poeta tenta fugir da consistência vazia e oca, porém ele consegue; o consolo efêmero é o refúgio abstrato nas construções metafísicas.

Enfim, a presença gradual da multidão nas ruas de Goiânia, a partir dos anos 60, condicionou novas de relações sociais, mais próximas de um modo de vida metropolitano.

3. 3. Transporte urbano

De acordo com Simmel (1967:14) “os relacionamentos na metrópole são tão variados e complexos que, sem a mais estrita pontualidade nos compromissos e serviços, toda estrutura se romperia e cairia num caos inextricável”. Para que haja a pontualidade é necessário um sistema de transporte coletivo que permita um deslocamento em massa da população e Goiânia só passou a contar com um sistema de transporte coletivo mais ou menos sincronizado (controlado por um centro único) a partir de 1975.

No início da construção de Goiânia, quando o relacionamento maior era com o Bairro de Campinas, então o transporte entre os dois núcleos populacionais era feito pelos auto-ônibus como eram conhecidos oficialmente. O Decreto Municipal n. 89, de 8 de janeiro de 1937, estabeleceu uma planilha de horário do transporte – iniciava-se as sete horas de Campinas a Goiânia e as sete e trinta de Goiânia a Campinas; o último horário era as dezoito horas e trinta minutos de Campinas a Goiânia e dezenove horas de Goiânia a Campinas – a partir desse horário o trânsito era livre, mas geralmente nunca passava das vinte e duas horas. O intervalo das partidas variava de trinta minutos até duas horas (Monteiro, 1938: 383).

O primeiro *auto-ônibus* ficou na memória dos pioneiros e tinha até nome personalizado:

Surgiu o primeiro meio de transporte coletivo, logo batizado com o nome de *Tareca*. Todos nós gostávamos da *Tareca*. Era uma espécie dos antigos bondes do Rio de Janeiro, com rodas de borracha. Inteiramente aberto dos lados, o inconveniente era que, com a chuva, as pessoas ocupando os lugares da beirada, ficavam molhadas (...) foi montada na Cidade de Goiás, pelo motorista Getúlio de Andrade, sobre o chassi de um velho caminhão abandonado, que antes transportara soldados para a fronteira de Minas-Goiás, na revolução de 1932. (Rosarita Fleury apud Teles, 1986:177)

Além da *Tareca*, a partir de 1939, outro auto-ônibus começa a fazer o trajeto entre Campinas e Goiânia e chamava-se *Rabuda*²⁵. Um ano antes já havia auto-ônibus que levava as pessoas, principalmente aos domingos, para a cachoeira do Jaó. Gradativamente, mais pessoas passaram a atuar no transporte urbano de Goiânia e em 1958, organizaram-se em uma Associação dos Concessionários de Transporte Coletivo (Reis, 1979:979) para defender os seus interesses de classe. Em 1960, o poder público interveio no transporte urbano da cidade criando *O Regulamento de Transporte Coletivo de Auto-ônibus e auto-lotação de Goiânia*. (ibidem, 457)

No transporte coletivo goianiense faltava ainda uma organização central que garantisse uma atuação sincronizada, permitindo que as pessoas se deslocassem com

pontualidade como requer a complexa divisão de trabalho de uma metrópole o que só começou a ser resolvido a partir de 1975, quando sob a assessoria do arquiteto Jaime Lerner, elaborou-se o Plano de Implementação do Sistema Integrado de Transporte de Massa de Goiânia (Goiânia, 1992:23). Trata-se do primeiro plano financiado pela Empresa Brasileira de Transportes Urbanos, que transformou Goiânia em um laboratório de ponta para o modernizar, via planejamento, o transporte urbano brasileiro.

Em 1976, criou-se a Empresa de Transporte Urbano de Goiânia (Transurb), encarregada de centralizar a administração do transporte urbano de Goiânia. Em outubro de 1976, foi inaugurado o novo sistema de transporte, cujas festividades contaram até com a presença do Presidente Ernesto Geisel.

O novo transporte urbano de Goiânia tinha por base a Avenida Anhangüera, que cortava a cidade de ponta a ponta no sentido Leste-Oeste. A maioria dos seus 12 quilômetros de extensão foi pavimentada e por ela passaram a circular cerca de quarenta ônibus, em pista exclusiva – o que gerou protestos dos comerciantes, temendo o comprometimento do comércio, tradicional da Avenida. Foram assim integrados ao transporte coletivo mais 195 bairros – dois deles ficavam no município de Aparecida de Goiânia – que passaram a ser servidos pelos duzentos ônibus que circulavam nas 43 linhas existentes.

Em 1981, a Transurb modernizou ainda mais o transporte urbano de Goiânia, implantando empreendimento pioneiro no Brasil: as estações fechadas ou terminais de passageiros. Foram criadas três – denominadas *Praça da Bíblia*, *Praça A* e *DERGO* – todas na Avenida Anhangüera. Os terminais acabaram com a venda de bilhetes integrados que eram feitos por centenas de crianças na Avenida Anhangüera, uma vez que só tinham acesso os passageiros que iam embarcar. No mesmo ano, além das estações fechadas, o número de linhas subiu para sessenta e o de ônibus passou para quinhentos e vinte veículos.

As mudanças ocorridas no transporte coletivo de Goiânia colocaram-na entre as cidades mais modernas no Brasil, motivo de orgulho para seus habitantes. O jornal *Folha de Goyaz*, no aniversário da cidade, em 1981, teve como manchete: “Goiânia 48 anos Transporte de Massa: um exemplo para o Brasil”; um trecho do artigo dizia:

No passado, eram os velhos e obsoletos ônibus do sistema de transporte coletivo, num emaranhado de linhas que faziam de Goiânia uma verdadeira teia-de-aranha. A opção por um eixo principal, percorrendo a cidade de ponta a ponta, e a adoção das linhas integradas minimizou substancialmente o sofrimento do goianiense – mas a implantação das estações

fechadas e das roletas de bilhetagem automática significaram ainda mais: significaram comodidade, segurança e pontualidade. (Folha de Goiaz, 24 out, 1981:49, coletânea, CEDOC)

A metáfora *teia-de-aranha* demonstra a falta de sincronia do transporte urbano anterior a 1976, contrapondo-se à racionalização advinda com o novo sistema elaborado pela Tramsurb. A preocupação básica é garantir a pontualidade (segurança e comodidade são de menos) – sem a qual a vida metropolitana estaria comprometida.

O fato de Goiânia ser uma cidade experimental para desenvolvimento de projetos federais, estaduais e municipais, no âmbito do transporte coletivo, reforça a sua imagem de cidade moderna. Nas linhas abaixo, pretendo analisar outro aspecto do transporte de massa – o seu efeito sobre os valores dos indivíduos.

Benjamin, baseando-se em Simmel, diz que a grande cidade é local em que as atividades visuais predominam sobre as auditivas e a responsabilidade, adveio da criação do sistema de transporte coletivo no século XIX, em que os ônibus, trens e bondes colocavam, durante vários minutos pessoas frente a frente uma das outras, sem se falarem (Benjamin, 1989:36). Essa situação é mais desagradável para os indivíduos do que na multidão, pois nesta as pessoas estão sempre circulando o que possibilita a fuga do olhar; já naqueles, não há como evitar o olhar no olho – desagradável, quando não há nada a se dizer.

Nos primeiros anos de Goiânia, as tabelas de horários fixas e o pequeno número de habitantes possibilitavam uma certa conhecibilidade. No entanto, isso acabou, quando foi implantado o novo sistema de transporte coletivo. O deslocamento diário de grande quantidades de pessoas apressadas fez com que surgisse um fenômeno sociológico diverso da pequena cidade – o fato de conhecer visualmente a pessoa, mas não ter intimidade com ela. Isso gera uma situação angustiante, como na personagem João, do conto do mesmo nome:

Goiânia, meio-dia. João dentro do ônibus que faz a linha Redenção-Centro. Calor de rachar tomates, ônibus lotado de funcionários públicos, comerciários, operários, soldados. Gente pisando no calo de gente que bronqueia, revolta, geme. (Teles, 1973:41)

A personagem, mesmo não conhecendo as pessoas, sabia a categoria que eles representavam. Além disso há o processo de racionalização da conduta das pessoas, obrigadas a ficar em vila, a descer e entrar em ônibus nas estações fechadas, ler placas de orientação, puxar a campanha para descer, não falar com o motorista, etc. Essas novas regras são bem diferentes das existentes nas pequenas cidades, onde a fala substitui a necessidade de sinais convencionais. Isso gera uma certa resistência às regras

racionalizadoras – os terminais de passageiros são conhecidos popularmente em Goiânia como *currais*, uma crítica ao fato de se manter pessoas cercadas por grades, como os fazendeiros fazem com o gado; as filas de embarque são quase sempre desrespeitadas; as placas de orientação são interpretadas de maneira equivocadas ou nem observadas; a proibição de se falar com o motorista é burlada. De acordo com Michel de Certeau (1994:122), a cultura popular tem seu próprio modo de agir frente às regras estabelecidas:

As estratégias, combinações sutis (o agir é uma astúcia), navegam entre as regras, jogam com todas possibilidades oferecidas pelas tradições, usam esta de preferência àquela, compensam uma pela outra. Aproveitando o macio que esconde o duro, vão criando nesta rede as suas próprias pertinências.

Desse modo, é importante observar as sutis práticas dos indivíduos diante de certos elementos mais estruturais que tentam condicionar as suas ações. Acredito, como Certeau, que sempre existe um espaço de liberdade por mais ínfimo que seja, no qual se tem condições de mostrar os valores originários das pessoas.

3. 4 Tecnologia, arte e cultura moderna

As cidades sempre foram pólos de desenvolvimento artístico e cultural, pois permitem que determinadas pessoas se especializem nessas atividades. Nas de capitais, a mais próximas do poder público, a vinculação fica ainda mais evidente. Desse modo, a mudança da capital de Goiás para a cidade Goiânia representou um marco na história artística e cultural do Estado.

Além de se valer do saber científico moderno, os mudancistas também tinham as suas inclinações artísticas – Pedro Ludovico ocupava a cadeira número um da Academia Goiana de Letras, além da Academia de Letras de São Paulo. Também, muitos dos seus auxiliares escreviam poemas, artigos e contos, destacando-se na parca intelectualidade goianiense daquele período. A Revista *Oeste*, criada pelo Governo do Estado, em 1942 nos festejos de inauguração de Goiânia, dava espaço para que exercitassem os talentos artísticos – como inúmeros autores de poemas analisados neste trabalho. Depois de 1943, foi publicada a *Bolsa de Publicações Hugo de Carvalho Ramos*, iniciativa do governo municipal para estimular a produção literária de grandes nomes das letras goianienses. Portanto, graças ao incentivo do poder público muitos literatos experimentaram, mesmo

com certo atraso, as tendências literárias modernistas que surgiram, no Brasil, a partir de 1922.

A revista *Oeste* não durou muito. Como uma cria do Estado Novo, com ele sucumbiu em 1945. A bolsa *Hugo de Carvalhos Ramos*, com a premiação de apenas um livro por ano era, restrita por demais restrita para dar uma movimentação cultural mais relevante.

Na década de 50, a situação tornou-se mais efervescente e um dos grandes responsáveis foi um pequeno bazar – “Era uma portinha de 2,00 metro e aquele corredor” (Olavo Tormim, *apud* Goiânia, 1989: 263). Seu nome, bem ao estilo das vanguardas modernistas, era *Oiô*. Seu proprietário era o paulista Olavo Tormim, que o fundou em 1952. Segundo ele, o Bazar Oiô teve uma projeção extraordinária:

Todo mundo conhecia o Bazar Oiô – São Paulo, Rio. Em 1957 foi considerada a 8ª Livraria em vendagem no Brasil. Eu não sei explicar a razão de ser, não vou dizer porque foi isso, foi aquilo, não... Para vocês terem uma idéia, formava-se fila, que ia da Anhangüera, subia a rua 6 para comprarem livro escolares. (Ibidem)

Ele não estava exagerando. Quando Luiz Carlos Prestes veio a Goiânia, em 1957 para receber homenagem do Partido Comunista, impedido de entrar na Assembléia pelos deputados de direita, então desceu a Avenida Goiás (onde ficava o Bazar e também a Assembléia Legislativa) e deparando com o Bazar comentou: “conheço isto aqui, vou entrar” (Ibidem:264)

Não era só ele. Conheciam-no, especialmente o Jornal *Oiô*, que circulou 25 números de fevereiro de 1957 a novembro de 1958, o paulista Paulo Dantas e o baiano Jorge Amado, dentre alguns (Teles, 1983:175). Além do jornal havia os debates públicos organizados entre os intelectuais sobre temas que envolviam questões desde o Canal de Suez à doença de chagas. Além dos debates, houve os lançamentos de livros e exposição de quadros. Enfim, o Bazar Oiô significou o ponto de referência artística de Goiânia na década de 50, embora tenha durado até o ano de 1968, quando foi fechado, em virtude da execução de um processo movido pela Caixa Econômica Federal contra o seu proprietário.

O maior acontecimento do mundo das artes em Goiânia ocorreu na década de 50, com a realização do I Congresso Brasileiro de Intelectuais, nos dias 14 a 21 de fevereiro de 1954. Deste o Batismo Cultural em 1942, nunca se viu tanta gente ilustre pelas ruas da Capital – estrangeiros como o chileno Pablo Neruda, o português Fernando Corrêa Silva, o haitiano René Depestre, e brasileiros, como Jorge Amado, Hector Flores, Ascenso Ferreira, Estelinha Egg, Maria Della Costa, etc. O congresso tinha característica eclética, em termos artísticos: literatura, teatro, música foram temas discutidos em palestras informais no Liceu

até o entardecer, valendo-se ressaltar que esse congresso, em especial, não foi promovido por nenhuma iniciativa governamental. Os congressos brasileiros de escritores eram comuns desde 1945, quando foi realizado em São Paulo; em 1947, foi realizado em Belo Horizonte; em 1949, na Bahia e, em 1951, em Porto Alegre. O quinto congresso era para ser realizado em Goiânia, mas como houve nessa época um racha (entre prós e contra as idéias comunistas) na Associação Brasileira de Escritores (ABDE) que os promovia, realizou-se, então, em Goiânia o *I Congresso Brasileiros de Intelectuais*, uma tentativa bem sucedida de contar com a participação das duas facções rivais. (Teles, 1983:135, nota 8)

O Congresso Brasileiro de Intelectuais e a celebridade do Jornal e Bazar Oió significou alguns apontamentos cosmopolitas na história de Goiânia, embora, seus efeitos tenham sido efêmeros no primeiro caso e localizados no segundo. Somente a partir dos anos 60, a cidade contaria com instituições culturais de dimensões metropolitanas.

Trata-se das universidades, verdadeiros centros tecnológicos e pedagógicos das grandes cidades. Em 1959, criou-se a Universidade de Goiás, mantida pela Igreja Católica, com a junção das faculdades de Direito, Filosofia e Serviço Social. Em 1960, fundou-se a Universidade Federal de Goiás, com cinco faculdades: Direito, Farmácia e Odontologia, Engenharia, Medicina e Conservatório de Música, ocasião em que Goiânia se tornou “um centro universitário ativo e o mais importante, depois de Brasília, da região centro-oeste (...)” (Sabino Júnior, 1980:101). A instalação das universidades trouxe para a cidade uma mentalidade nova em relação ao intelectual, como bem notou Gilberto M. Teles (1983:166):

São inúmeras atividades, para cujo exercício já não é suficiente apenas uma certa auréola de erudição. Vivemos o momento das especializações, e o goiano que não estiver preparado forçosamente será substituído pelo especialista de outro Estado.

Um exemplo de antigo erudito, embora em modestas dimensões, aparece no conto *O livro inacabado ou uma teoria não divulgada*, na figura de um professor dos subúrbios de Goiânia, o professor Quinca, autoditada que escrevia um livro em que

Elaborava uma teoria para desvendar certos mistérios do destino humano, mistura fantástica de astrologia, arqueologia, geografia, astronomia. Ele expunha tudo de modo confuso, seguro, seguríssimo de que iria acrescentar algo de valioso para a compreensão do destino humano. (Machado, 1978:74)

Ele fora responsável pela educação dos meninos do bairro: “Ensinava a escrever, ler e contar e uns rudimentos do humanismo e civismo” (Ibidem:73). Quando a cidade começou a se metropolizar, seu estilo erudito foi desprezado:

O bairro foi crescendo, virando bairro de cidade grande, reclamam uma escola maior, reclamam um professor novo, separação de classes de graus diferentes de adiantamento, onde já se viu o prof. Quinca ensinando a mesma coisa entra ano, sai ano, confundindo os alunos com seu modo de escrever e ensinar, não, o mundo é outro, precisamos tomar providência, formar uma liga dos amigos do bairro, queremos progresso, não, o professor Quinca não serve, está muito velho, tem a cabeça nas nuvens. (Ibidem: 75)

Lentamente, os profissionais dos cursos técnicos de pedagogia foram tomando espaço dos antigos professores autoditadas das turmas mistas (aquelas em que não havia diferenciações de séries)²⁶. Recentemente, a especialização voltou-se contra esses professores técnicos considerados não especialistas o suficiente; em seu lugar, vieram os profissionais formados em cursos superiores de licenciaturas²⁷. Desse modo, a criação das universidades em Goiânia, principalmente da Universidade Federal com a liberdade de cátedra²⁸ representou a modernização do ensino na cidade.

Além das duas universidades, a década de 60 assistiu também ao surgimento de uma nova tendência literária em Goiânia, esboçada por vários escritores que se autodenominaram de Grupo de Escritores Novos (GEN), os quais inegavelmente deram um novo fôlego à produção literária em Goiânia, já que de 1963 a 1967 publicaram mais de 80 livros, entre poesias, contos, ensaios, teatro, etc.

Em termos estéticos, o GEN representou uma reação a um grupo anterior, *Os Quinze*, criado em 1956. Esse grupo de escritores tinha como principais expoentes Gilberto Mendonça Teles, Regina Lacerda, Jesus Barros Boquady, Helvécio Goulart, etc., que se consideravam os representantes goianos da Geração de 45²⁹, procurando corrigir os excessos do modernismo de 22, como o poema-piada e o verso livre.

Contra este grupo o GEN canalizou as suas forças, com a adoção do verso livre, e alguns até experimentaram tendências vanguardistas, como Concretismo e Poesia Praxis (Brasil, 1997:55). As novas tendências poéticas do grupo foram sistematizadas em junho de 1966 durante a realização da I Semana Goiana de Poesia Moderna (GEN, 1967), da qual participaram 70 poetas. Na prosa, as principais características são a sondagem psicológica das personagens (como por exemplo o romance *Veias e Vinhos* de Miguel Jorge), a prosa urbana (enfocando o conflito do indivíduo ante o meio social da cidade, como os contos de José Mendonça Teles e Marietta Telles Machado, utilizados nesta parte) e a prosa regionalista (como goiano Bernardo Élis, grande nome em termos nacionais).

Enfim, o GEN representou a retomada dos valores estéticos modernistas que se haviam esboçados em Goiânia em 1942, sendo que no entanto, sufocado pela tendência mais conservadora do grupo *Os Quinze*. Não é de se estranhar o atraso de Goiânia na

recepção das idéias modernistas. O Modernismo é um fenômeno urbano, segundo David Harvey (1992:34),

A crescente necessidade de enfrentar os problemas psicológicos, sociológicos, técnicos, organizacionais e políticos da urbanização maciça foi um dos canteiros em que floresceram movimentos modernistas. O modernismo “era uma arte das cidades” e, evidentemente, encontrava “seu habitat natural nas cidades” – e Bradbury e McFarlane reúnem uma variedade de estudos de cidades individuais para sustentar esta tese.

Não somente a literatura renovou-se nesta época, tendo em vista que em junho de 1966, foi criado o primeiro cineclube de Goiás – o Centro de Cultura Cinematográfica (CCC), ligado à Universidade Federal e ao Diretório Central dos Estudantes, promovendo diversas mostras de cinemas (de filmes italianos, japoneses e franceses) e cursos sobre o cinema. O CCC foi extinto em 1969, em razão de perseguições político-militares sofridas por seus integrantes durante o regime militar (Santos, 1997:55). Na década de 70, surgem mais cineclubes, como o *Antônio das Mortes*, fundado pelo movimento estudantil em 1978.

Ao lado dos cineclubes, houve em Goiânia uma considerável produção cinematográfica. Em 1967, João Bennio produziu o primeiro filme de ficção em Goiás – *O Diabo Mora no Sangue*; no mesmo ano, Jocelan Mequiades realizou o média-metragem, *A Fraude*; e em 1968, Bennio exibiu o filme *Tempo e Violência*, retratando a violência urbana, em 1969 *Simeão*, *O Boêmio* e, em 1970 *Azarento, um homem de sorte*. Na década de 70, a produção cinematográfica continuou: Iberê Cavalcanti dirige em 1970 *O Dia Marcado*; Carlos Del Pino em 1973, *O Leão do Norte* e André Luiz de Oliveira em 1974 produz a *A Lenda de Ubirajara* (Ibidem:95). Nessa época, ocorreram significativas alterações no cinema nacional com o advento do Cinema Novo e Centro de Cinemas Populares que refletem-se em Goiânia, ocasionando um contato mais intenso com a sétima arte.

Novos valores ligados ao culto ao corpo fascinam também a juventude goianiense. Em 1959 foi fundada a primeira academia de fisioculturismo da cidade, a Academia *Musculo y poder*. Quatro anos depois, os adeptos desse tipo de esporte já eram suficientes para o surgimento de outra academia – a Academia Goiana de Cultura Física. Essa prática foi muito incentivada pelo cinema norte-americano, com seus heróis de musculatura perfeita e pela televisão que chegou a Goiânia em 1962³⁰. Para esse esporte, a transformação do corpo é o fim, e não consequência como nos outros esportes – o corpo torna-se objeto passível de ser trabalhado e modificado pela tecnologia. Nesse sentido, não

é de se admirar que em 1968 já existisse a *Associação Macrobiótica de Goiânia* (Reis, 1979:321).

Havia, portanto, uma verdadeira invasão de inovações tecnológicas em Goiânia. Em 1967, chegou à cidade o primeiro computador. Em uma coluna do *Jornal Cinco de Março* (Goiânia, 2 jan. 1967, coluna do autor, p.2 – AHEG), o colunista Geraldo Vale fica deslumbrado com essa máquina moderna:

Foi por mim grata surpresa ver funcionar o Computador Eletrônico recentemente instalado em Goiânia. Fiquei conhecendo na hora, também uma dúzia de homens geniais, engenheiros especializados em Eletrônica, que trabalham naquilo. Trata-se de uma monstruosidade moderna que somente existe no Rio, Brasília e São Paulo(...) Sem dúvida foi um avanço tremendo no progresso da hiterlândia brasileira a instalação em Goiânia do Computador Eletrônico. As forças superiores do cosmos, arcanjos engenheiros siderais, marcaram encontro com o destino em Goiás: primeiro o Bandeirante cuja estátua está no Centro da cidade; depois a fundação de Goiânia; depois a criação de duas universidades e agora a instalação do computador eletrônico.

O texto demonstra, descontando evidentemente a retórica típica de colunista, o quanto era importante que Goiânia ficasse no mesmo nível que os grandes centros urbanos brasileiros no tocante ao pioneirismo tecnológico, principalmente em algo cuja modernidade assume, no texto, dimensões quase místicas.

As inovações tecnológicas relativas à comunicação desenvolveram-se de forma um pouco mais lenta. Em 1963, o Palácio das Esmeraldas, sede do governo estadual já estava conectado com a Central de Telex do Rio de Janeiro, mas apenas em 1968 Goiânia contaria com sua própria central de Telex. E, somente em 1969, a cidade teria o seu primeiro telefone público moedeiro; enquanto o serviço de discagem direta a distância foi implantado no ano de 1971³¹.

Enfim, a partir dos anos 60 em termos artísticos e tecnológicos, Goiânia caracteriza-se por uma aproximação aos valores modernos, o que se torna um motivo a mais para argumentação discursiva da cidade como moderna e adiantada.

4. O CONCEITO DE MODERNIDADE

Como já foi dito, as mudanças culturais que ocorreram em Goiânia a partir dos anos 60 podem ser melhor entendidas utilizando-se o conceito de modernidade. A sua definição mais célebre foi proposta por Marshal Berman (1996:15):

Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos.

Esta definição incorpora as análises de Marx e Baudelaire que vêem a modernidade como caracterizada essencialmente pela transitoriedade e pela ambigüidade (atração e repúdio ao mesmo tempo).

Outra definição de modernidade foi feita por Anthony Giddens (1991:11): “Refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que posteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência.”

Agora, a principal característica da modernidade é a sua tendência a tornar-se universal. Ela é um modo de vida de um grupo em certo lugar e em certa época que, por alguma razão, torna-se um padrão de vida válido para a humanidade inteira.

Significa dizer, ainda, segundo Giddens, que a modernidade produz formas sociais *desencaixadas* do contexto em que foram produzidas. Um dos mais claros exemplos, é o dinheiro. Como um símbolo, ele é o mediador entre a mercadoria que se quer comprar e a mercadoria que se quer dar em troca. A especificidade do dinheiro na modernidade é que ele não tem valor concreto (como tinham as moedas de metais preciosos antigas) – todo o sistema monetário moderno está assentado sobre um frágil sistema de confiança que corre risco de ruir, se, hipoteticamente as pessoas em conjunto desconfiarem dele, o que é muito improvável de acontecer.

De modo geral, as pessoas confiam no sistema monetário, não por ele ser criação divina, mas por saber que ele envolve cálculos técnicos de especialistas em áreas econômicas e que há um interesse do Estado em manter o seu valor. Da mesma forma que também confiam em especialistas de outras áreas, como na medicina, na física, na psicologia, etc; porém, a confiança não é simplesmente no especialista como pessoa, mas dele como representante de um sistema abstrato. Apesar disso, os especialistas procuram esconder dos leigos alguns elementos aleatórios que podem abalar a confiança no sistema, explicando o fato de profissionais, como médicos, pilotos e outros técnicos exercerem suas atividades profissionais em sigilo. Desse modo, a existência dos peritos modernos também

é um exemplo de sistemas de desencaixe, pois são mediadores entre os leigos e o saber requisitado.

As relações sociais da modernidade estão assentadas sobre a confiança. Se ela é necessária, é porque existe uma falta de informação plena, isto é, uma margem de risco. Por isso é comum confiar (ter fé que dinheiro recebido no final do mês vai ser aceito por terceiros ou que os professores estão ensinando coisas úteis às crianças). No entanto, nas sociedades tradicionais a fé era um elemento integrante das relações sociais, talvez em maior escala do que no mundo moderno. Nesse sentido qual seria a diferença?

Ainda de acordo com Giddens a diferença é que no mundo tradicional a confiança significava crença. Não havia noção de que as coisas poderiam, por causas intrínsecas a elas próprias, não funcionarem ou falharem. Se o resultado fosse errado era creditado ao sobrenatural ou ao destino. Já na modernidade, a noção de confiança é inseparável da noção de risco que substitui a de destino – sabe-se que um avião pode cair simplesmente por falha do sistema (mecânico ou humano). O risco implica em ter consciência de que as falhas podem ocorrer.

Desse modo, há uma considerável transferência da confiança pessoal, característica de sociedades tradicionais, para a confiança impessoal em sistemas abstratos, “restrucam apenas de uma maneira estatística quando não cumprem com os resultados buscados pelo indivíduo.” (Ibidem:117) A caracterização genérica da modernidade, feita por Giddens, como um sistema de confiança em fichas simbólicas (dinheiro) e em sistemas de peritos, casa-se com a caracterização mais específica feita por Simmel da *metrópole moderna*.

Para ele, o modo do indivíduo absorver sem seqüelas os inúmeros estímulos sensoriais, que a grande cidade lhe oferece de modo intermitente, seria considerar todas as outras pessoas como se elas não tivessem rosto. Pessoas sem rosto não recriminam, não julgam. Por isso a grande cidade, difere da pequena cujo, exemplo mais clássico é pólis grega, é representa um lugar em que o indivíduo pode exercitar sua excentricidade, seus sinais de ostentação e andar de acordo com a moda. Isso é possível porque pessoas sem rostos são tratadas, ainda que em grau menor, com a mesma impessoalidade da relação monetária. Como o próprio Simmel (1977:541) afirma:

Esto es manifiesto, también, en la falta de carácter del dinero. Igual que éste, en y para sí, es el reflejo mecánico de las relaciones valorativas de las cosas y se ofrece igualmente a todas las partes, así también, dentro de los negocios financieros, todas las personas tienen el mismo valor, no porque cada una de ellas tenga alguno, sino porque ninguna tiene valor; únicamente el dinero es valioso.

Desse modo, na grande cidade, não são apenas os negócios financeiros dão o mesmo valor as pessoas, também a massa disforme que forma a multidão, na seqüência das moradias homogêneas dos apartamentos, nas danceterias em que se diverte com pessoas estranhas (sem rostos); nas ruas numeradas, como cédulas, em que a pessoa não passa de um pedestre; na pontualidade do sistema de transporte. Em todos esses aspectos, fica evidente o individualismo que provoca alterações consideráveis na maneira de se comportar.

O individualismo é sempre criticado como pretendo ter demonstrado utilizando exemplos da literatura, porque, de acordo com Luiz Sérgio Duarte da Silva (1997:107), a modernidade na periferia é caracterizada principalmente pelo “esforço de atualização visando auto-afirmação”, cujo resultado é quase sempre a ambivalência – a convivência forçada dos valores tradicionais e dos modernos que leva quase sempre à destruição da personalidade, mas que pode acarretar também a criatividade. Interessa-me analisar como se dá a ação social do indivíduo diante dessa ambivalência.

No período estudado (1960-80), o crescimento demográfico da cidade e a sua complexa divisão de trabalho possibilitaram a emergência de atitudes modernas que não puderam mais ser ignoradas pelos sujeitos: novas formas de moradia, de diversão e meios de transportes de massas, a multidão nas ruas e contato mais intenso com tecnologia e com a arte moderna sufocaram as atitudes provincianas que caracterizaram a Goiânia pré-60.

Portanto, para exprimir essas novas atitudes foi utilizado o termo *metrópole*. Desnecessário enumerar as inúmeras diferenças em relação as metrópoles clássicas, como Paris, por exemplo, todavia espero ter apresentado argumentos convincentes sobre sua operacionalidade na compreensão de determinadas formas de sociabilidade que emergiram em Goiânia nesse período.

NOTAS:

- ¹ A respeito ver Silva, 1997:37-54
- ² Isso foi feito através do Decreto Estadual N. 02 de 23/02/60. Reis, 1979:317
- ³ O "Movimento da Legalidade" foi o apoio dos Governadores Mauro Borges de Goiás e Leonel Brizola do Rio Grande do Sul ao cumprimento da Constituição, quando da posse do Vice-Presidente João Goulart.
- ⁴ Ver Carvalho, 1997
- ⁵ O futebol profissional foi implantado em Goiás a partir do dia 2 de agosto de 1962, quando o Atlético Goianiense e o jogador Ulisses Pereira assinaram o primeiro contrato profissional. (Sabino Júnior, 1980: 274)
- ⁶ Da implantação do Futebol Profissional (1962) até o ano 1980, o resultado do Campeonato Estadual foi o seguinte: Atlético – dois títulos (1964 e 1970); Goiás – cinco títulos (1966, 1971, 1972, 1975, 1976.); Vila Nova – oito títulos (1962, 1963, 1969, 1973, 1977, 1978, 1979 e 1980)
- ⁷ Antes do advento do Campeonato Brasileiro de Clubes 1971, o campeonato nacional desde 1944 era disputado pelas seleções estaduais. A seleção goiana era freqüentemente auxiliada pelos cofres do poder público para participar desse campeonato. Os exemplos disso são o Decreto Municipal N. 422 de 3/11/41 e o Decreto Estadual N. 2811 de 12/11/59 auxiliando o selecionado goiano.
- ⁸ Ver Vaz, 1997.
- ⁹ Poema de Adory Otoniel e João Neder composto no "Índia Bar" na Avenida Anhangüera. João Neder apud Goiânia, 1989: 245)
- ¹⁰ o garoto Goiani Segismundo Roriz, nascido no dia 5 de abril de 1935, o primeiro registro de nascimento de Goiânia, (apud Monteiro, 1938:391) estaria, por exemplo, com vinte e cinco anos em 1960.
- ¹¹ Ver Reis, 1979: 345
- ¹² um anúncio de jornal de 1960 de uma boate demonstra isso: "PORÃO 47: aberta das 21:00 hs as 2:00 hs da madrugada". O Popular, Goiânia, 15 de maio de 1960. AHEG
- ¹³ Esse número estimulou a implantação em Goiânia, em 1971, do primeiro depósito de combustível da Empresa Brasileira de Petróleo Ipiranga. Em 1968, foi aprovada a lei que obrigava a construção de garagens no edifício do centro de Goiânia, demonstrando que o automóvel já era um produto comum da classe média.
- ¹⁴ As principais são: as criadas em Goiânia: ENCOL (atualmente em processo de falência), Santa Bárbara, EBM, EMSA, ELETROENGE, ELLUS, WARRE; as de outros estados: Mendes Júnior e Norberto Odebrecht.
- ¹⁵ Ele foi construído pela Firma Dália S.A. inaugurado no dia 18 de julho de 1970
- ¹⁶ Dados do Anuário Estatístico do IBGE, 1970 e 1980
- ¹⁷ Em 1970, a população da cidade era de 361. 904 habitantes. (IBGE, censo de 1970) a capacidade do Estádio era para 80 mil pessoas.
- ¹⁸ No mês de abril do ano de 1941 foram colocadas placas e numeradas as casas de Campinas. In. Reis, 1979: 365
- ¹⁹ Em alguns casos utilizam-se como identificação das ruas um código alfa-numérico (como as ruas "9-A" ou "9-B", no Setor Oeste).
- ²⁰ Antes disso, a situação ficou indeterminada: "No início da construção de Goiânia, como ninguém sabia e não existia o nome da cidade, lembro-me bem que nossa primeira correspondência para fora começava assim: Nova Capital, 5 de janeiro de 1934." Depoimento de Eurico Calixto Godoi. (Apud Goiânia, 1989:231)
- ²¹ Em Aragoiânia, fazer referência ao seu antigo nome era motivo até para brigas. O cronista Nelson Siqueira se sentiu constrangido, quando "(...) já no carro, disse ao meu júnior [de cinco anos] que não deixasse de agradecer ao chefe político local a boa acolhida dada à caravana. Qual não foi o meu desespero quando, talvez traído pelo cuidado que estava tendo ou por ter feito força para mastigar alguns biscoitos nada moles, saiu-se ele com esta: *muito obrigado, seu Armando pelo biscoito duro.*" Crônica de 22/09/75. (Siqueira, 1982:65)
- ²² Segundo Chesneau, (1996:32): "Com a generalização dos códigos numéricos para o encaminhamento postal, o espaço nacional como construção política situada historicamente se dissolve em sistema abstrato. Basta colocar no envelope os números 13230 c/ou 3550 ao lado de um vilarejo francês ou australiano e a carta chega."
- ²³ "Só a massa de habitantes permite à prostituição estender-se sobre vastos setores da cidade. E só a massa permite ao objeto sexual inebriar-se com a centena de efeitos excitantes que exerce ao mesmo tempo." (Benjamin, 1989:52)
- ²⁴ Segundo Simmel, (1967:18) a indiferença indiscriminada seria tão antinatural quanto a sugestibilidade indiscriminada. "A antipatia nos protege de ambos esse perigos da metrópole moderna".
- ²⁵ Ela pertencia ao Sr. Fernando Ribas e seu motorista foi o Sr. Francisco Xavier de Lima.

²⁶ Ver "A Expansão do Ensino após a Revolução de 30 (1935 – 62)" (Bretas, 1991: 575-603).

²⁷ A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFG foi criada em 8 de novembro de 1962 com os cursos de Pedagogia e de Letras, dois anos mais tarde foram criados os cursos de Geografia e História. (Teixeira, 1997: 30)

²⁸ O argumento da Liberdade de Cátedra foi um dos mais utilizado para a criação de uma universidade pública, de acordo com Orlando Ferreira de Castro, fundador de um Movimento para Criação da Universidade Federal, "(...) a Liberdade de Cátedra foi um dos grandes argumentos de Campanha: na Universidade Pública existe liberdade de Cátedra ou expressão enquanto na Particular, inclusive nas Católicas não existe". (apud Teixeira, 1997:63)

²⁹ A nível nacional, os grandes nomes desse grupo de poetas, também conhecidos como neo-parnasianos foi foram Péricles Eugênio da Silva Ramos, Ledo Ivo, Geir Campos e Mário Quintana.

³⁰ Nesse ano é inaugurada a antena de transmissão entre Goiânia e Brasília; Em 65 foi constituída a TV Anhangüera da Organização Jaime Câmara.

³¹ Informações obtidas em diversas listas telefônicas, citadas no final deste trabalho

Em termos da evolução histórica interna da cidade, isso ocorreu por dois motivos básicos: a intensificação dos contatos entre Goiânia e as cidades circunvizinhas e o acidente radioativo de 1987.

1. AS CIDADES DO ENTORNO DE GOIÂNIA

1.1 O processo de metropolização

Nos anos 40 e 50, o relacionamento entre os núcleos populacionais de Goiânia e de Campinas explicava muitas características culturais de Goiânia; nos anos 60 e 70, o relacionamento com Brasília foi determinante na mudança da cultura da cidade; e nos anos 80 e 90, a relação entre Goiânia e as cidades situadas ao seu entorno vai influenciar na mudança de muitos valores de seus habitantes.

Esta relação vai ser uma troca desigual, pois trata-se de uma interação social entre uma metrópole moderna, como Goiânia, e as pequenas cidades do Entorno; permeadas de valores tradicionais – diferente da relação igualitária entre Goiânia e Campinas nos anos 40 (duas pequenas cidades) e Goiânia e Brasília (duas cidades planejadas pelas modernas teorias urbanísticas) nos anos 60. Isso produz duas consequências: em primeiro lugar, intensifica o processo de modernização das cidades do entorno; por outro lado, produz uma tentativa de retorno aos valores tradicionais em Goiânia.

As cidades situadas em volta de Goiânia podem ser denominadas de cidades tradicionais, na medida em que se tratam de pequenas cidades, e vinculadas a valores diferentes daqueles que surgiram com a modernidade. Todavia, existem várias diferenças

CAPÍTULO III

A CIDADE PÓS-MODERNA

O objetivo deste capítulo é caracterizar culturalmente a cidade de Goiânia no período que vai de 1980 a 1999. Nesse intervalo de tempo, a cidade passou por algumas mudanças em sua cultura (e as várias imagens da cidade registram-nas) que permitem relacioná-la com o conceito de pós-modernidade.

Em termos da evolução histórica interna da cidade, isso ocorreu por dois motivos básicos: a intensificação dos contatos entre Goiânia e as cidades circunvizinhas e o acidente radioativo de 1987.

1. AS CIDADES DO ENTORNO DE GOIÂNIA

1.1 O processo de metropolização

Nos anos 40 e 50, o relacionamento entre os núcleos populacionais de Goiânia e de Campinas explicava muitas características culturais de Goiânia; nos anos 60 e 70, o relacionamento com Brasília foi determinante na mudança da cultura da cidade; e nos anos 80 e 90, a relação entre Goiânia e as cidades situadas ao seu entorno vai influenciar na mudança de muitos valores de seus habitantes.

Esta relação vai ser uma troca desigual, pois trata-se de uma interação social entre uma metrópole moderna, como Goiânia, e as pequenas cidades do Entorno, permeadas de valores tradicionais – diferente da relação igualitária entre Goiânia e Campinas nos anos 40 (duas pequenas cidades) e Goiânia e Brasília (duas cidades planejadas pelas modernas teorias urbanísticas) nos anos 60. Isso produz duas conseqüências: em primeiro lugar, intensifica o processo de modernização das cidades do entorno; por outro lado, produz uma tentativa de retorno aos valores tradicionais em Goiânia.

As cidades situadas em volta de Goiânia podem ser denominadas de cidades tradicionais, na medida em que se tratam de pequenas cidades, e vinculadas a valores diferentes daqueles que surgiram com a modernidade. Todavia, existem várias diferenças

entre elas – algumas são centenárias, enquanto outras surgiram apenas na segunda metade desse século.

No século XIX, os núcleos populacionais que hoje correspondem a algumas cidades do Entorno de Goiânia eram: Campininhas das Flores de Nossa Conceição (Campinas), fundada em 1810; Barro Preto (Trindade) em 1840; Suçuapara (Bela Vista), em 1852; Mata dos Taveiras (Nerópolis), em 1894; Santo Antônio das Grimpas (Hidrolândia) em 1896; Aparecida (Aparecida de Goiânia) em 1892. No século XX, surgiram os seguintes núcleos urbanos: São Sebastião do Ribeirão (Guapó), em 1905; Patrimônio da Boa Esperança (Goianápolis) em 1935; Malhadouro (Aragoiânia), em 1940; Abadia de Goiás, Senador Canedo, Goianira.

Institucionalmente, quase toda a região do atual Entorno de Goiânia estava subordinada ao município de Bonfim, que possuía as freguezias de Campinas e Suçuapara. Este foi o primeiro desses povoados a se tornar distrito, em 1880; a partir daí se chamou Bela Vista e, em 1896, foi elevado a município, com o mesmo nome. A Bela Vista ficou subordinado o povoado de Campinas, que se tornou distrito em 1907 e município, em 1914. A Campinas estava subordinado o povoado de Barro Preto que se tornou distrito em 1920 e, no mesmo ano, cidade, com o nome de Trindade. A Trindade ficou subordinado o povoado de Ribeirão que também se tornou distrito nesse mesmo ano. Já o povoado de Santo Antônio das Grimpas tornou se distrito em 1896, subordinando-se ao município de Pouso Alto (Piracanjuba) e elevado a município em 1930 com o nome de Hidrolândia. A Hidrolândia estava subordinado os povoados de Biscoito Duro (Aragoiânia) e Aparecida. Já os povoados que deram origem às cidades de Nerópolis (município em 1948) e Goianápolis (emancipação em 1958) estavam subordinados à cidade de Anápolis.

Sintetizando esta cadeia de subordinação administrativa, há três núcleos originadores dessas cidades: o de Bonfim, do qual se originou Bela Vista, desta Campinas, desta Trindade, desta Guapó; o de Pouso Alto, do qual se originou Hidrolândia, e desta Aparecida e Aragoiânia; e o de Anápolis, responsável pelas cidades de Nerópolis e Goianápolis e desta, Teresópolis. A estes juntam-se povoados que surgiram, após 1935, em terras já pertencentes ao município de Goiânia, os quais são os povoados de São Geraldo (Goianira), Senador Canedo e Abadia de Goiás.

A criação do município de Goiânia, em 1935, produziu uma profunda alteração geopolítica nesses municípios. Com isso foram extintos (transformados em distritos) os municípios de Campinas e Hidrolândia e perderam terras os municípios de Anápolis, Bela Vista e Trindade. Em 1938, um novo decreto incorpora a Goiânia as terras do município de

Trindade, que foi extinto. Desse modo, o município de Goiânia ficou com uma dimensão de terras quase equivalente à área atual da Grande Goiânia. Essa dimensão exagerada do ponto de vista administrativo constituiu um meio do governo estadual de consolidar a força geopolítica da nascente capital.

Quando Goiânia já tinha condições de se auto-legitimar, gradativamente, a área de seu município foi diminuída. Em 1943, houve o desmembramento de Trindade que voltou a se tornar município. Em 1948, foi a vez de Hidrolândia (este levou consigo o povoado de Aragoiânia que se emancipou em 1958), Guapó e Goianira. Em 1963, Goiânia perdeu o distrito de Aparecida de Goiás. Em 1988, o distrito de Senador Canedo dela se emancipou. Em 1995 a cidade perdeu o distrito de Abadia de Goiânia que se torna município com o mesmo nome. Assim Goiânia fica atualmente reduzida a apenas a sua sede.

Com todas alterações de ordem administrativa que a construção de Goiânia provocou nos núcleos urbanos vizinhos, a vida prática dos habitantes desses lugares, com exceção de Campinas, quase nada mudou, pois a dificuldade de locomoção em razão de deficiência ou inexistência de estradas e a deficiência dos meios de transportes, – a maioria de tração animal, – inibia o contato entre esses habitantes e os da capital. Desse modo, a Goiânia dos anos 40 e 50 quase não afetava a vida cotidiana da maioria das pessoas moradoras de suas redondezas. Posteriormente, com o seu crescimento, após a década de 60, iniciou-se uma maior interferência sobre elas.

A primeira vítima, desconsiderando mais uma vez Campinas, foi a cidade de Aparecida de Goiânia. Distante apenas 18 quilômetros da capital, era inevitável que não conseguisse escapar da metropolização de Goiânia¹. Em 1972, tentando coibir a expansão desordenada de loteamentos sem infra-estrutura que estava desvirtuando o plano urbanístico de Goiânia, foi instituída a Lei de Loteamento Urbano e Remanejamento de Goiânia (Lei Municipal No. 4.526, de 31 de dezembro de 1971) que condicionou a aprovação de novos parcelamentos de solos à execução dos serviços de infra-estrutura urbana. Isso inibiu as ações das imobiliárias na capital, mas elas se dirigiram para os municípios do entorno, que tinha uma legislação mais frouxa, nesse aspecto. Além disso, o crescimento físico e demográfico era visto nestas pequenas cidades como sinônimo de progresso, daí houve até estímulo por parte das prefeituras ao processo de parcelamento.

Aparecida de Goiânia, portanto, que tinha 34 loteamentos até a década de 60 teve esse número aumentado para 241, na década seguinte. Praticamente toda a área de seu município transformou-se em loteamentos. Do mesmo modo, a cidade de Aragoiânia teve

um aumento de 92% no número de lotes, nessa década; em Guapó, aumentou 50%; Hidrolândia, 80% e Trindade, 54, 24%. (SEPLAN, 1987:11)

O surgimento desses loteamentos provoca modificações culturais significativas nessas cidades cujo crescimento se deu de forma lenta em volta de um centro, geralmente uma capela. Quanto mais central as residências, mais tradicionais são as famílias que as habitam. Os loteamentos desvirtuam essa lógica, fazendo que o crescimento físico seja desproporcional à antiguidade dos moradores.

Além disso, esses novos habitantes geralmente não têm ligação com a cidade em que estão localizados. Não conhecem, nem se relacionam com os habitantes tradicionais e seus contatos sociais restringem-se a Goiânia, como é um caso de um morador de um desses loteamentos em Trindade: “Saía de casa às 4 horas da manhã. Nos dias em que fazia serão, só chegava em casa às 11 da noite. Deitava um pouquinho e já voltava para trabalhar.” (Jornal Opção, Goiânia, 19/25 abr. 1998, p. A-22 – AHEG)

Desse modo esses moradores estão numa situação de total estranhamento. Eles estão situados num lugar, mas não se sentem pertencentes a ele. Por isso a referência é ambígua ao local em que habita: “Moro no NEM, nem Goiânia, nem Aparecida, nem nada.” (Ibidem) Esse modo de se expressar justifica-se, pois sempre são vistos com desconfiança e de modo pejorativo pelos habitantes mais antigos dos municípios do entorno.

Esse contingente humano dos loteamentos é responsável pela denominação das cidades do entorno de *idades-dormitórios*. Para que haja esse movimento pendular diário é necessário que existam vias de circulação apropriadas e meios de transportes rápidos.

À medida que se recua no passado desses povoados, que hoje constituem as cidades do entorno, verifica-se que eles viviam, pela deficiência dos meios de transportes, em situação quase de isolamento, com reduzidos contatos com habitantes de outros lugares, o que dificultava até as ações por parte da burocracia estatal em controlar administrativamente esses núcleos populacionais. No distrito de Ribeirão, por exemplo, o encarregado do Cartório de Registro Civil comunicou, em 1918, o Secretário do Interior e Justiça sobre a dificuldade de realizar o seu trabalho:

Em face da grande necessidade de se registrar os nascimentos e da impossibilidade em que se acham os Oficiais do Registro de convencerem o povo ignorante a cumprirem o seu dever (...) Mesmo trabalhando gratuitamente: vendo-me exposto a perigos pela falta de garantias, abandonei o registro dos nascimentos só conseguindo registrar 30 crianças, permanecendo até hoje com este registro. (ofício, Guapó, 1918 – AHEG)

No ano de 1877, o funcionário encarregado da Coletoria Estadual de Campinas relatava ao seu superior o Secretário de Finanças da Capital que mais de 70% (cerca de 13 pessoas) dos contribuintes recusaram-se a pagar a “produção de gado vacum e cavallar” (ofício, Campinas, 1877 – AHEG). Aliás, esses funcionários, no papel de representantes da administração racional estadual, entravam em conflito com o seu papel de membros de um grupo comunitário fechado. Pelo menos, fica implícito no ofício de um deles, um tal de Agostinho Gonçalves, coletor estadual do povoado de Campo Alegre (Nerópolis) ao Diretor Geral da Fazenda, já no ano de 1932:

Achando que o estado vem tendo certos prejuízos com a falta de cobrança de impostos por muitos devidos, compondo esta povoação de pessoas da minha família e outras mais com quem não quero me indispor (...) [a fim de] dar a nossa contribuição ao Estado, venho então pedir a V. Excia uma relação acerca dos talvez infratores, sem que eu me indisponha com isto, que ao certo trará muito proveito para o Estado. (Ofício, Nerópolis, fev./1932 – AHEG)

Para não ser acusado de delator, em um local em que as relações afetivas predominavam sobre as impessoais, ele tenta se isentar, colocando-se como um mero cumpridor de ordens do Estado. Quatro meses depois, apareceu um outro ofício, agora de um outro coletor, que tem uma atitude mais ousada na defesa de seus conterrâneos perante o Diretor Geral da Fazenda:

A fim de justificar as dificuldades na parte atinente à cobrança de impostos atrasados, dirijimo a V. Excia solicitando-lhe conceder aos contribuintes em atraso, dispensa das multas regulamentares até Dezembro próximo, caminho mais viável que encontro em favor do Estado, visto o inconveniente de se executar pequenos devedores, cujas propriedades mal dão para os custos. (ofício, Nerópolis, jun/1932 – AHEG)

O fato de conhecer a situação de seus vizinhos “que no momento atravessam um período angustioso, financeiramente falando”(ibidem) o faz interceder por eles. Caso fosse aceita a sua proposta ele ficaria numa situação confortável, tanto em relação aos membros de sua comunidade, quanto em relação aos seus superiores hierárquicos. Todavia, a resposta foi decepcionante: “no ano passado, o governo concedeu a dispensa, não pagando quem não quis. Agora o Estado era para proceder a execução”.(Despacho, Nerópolis, ago/1932, 1932)

A resposta fria do órgão estadual também decepcionou coletores estaduais de outros lugares. O de Trindade, diante da proximidade da Romaria ao Divino Pai Eterno relatou ao Diretor da Fazenda que

nos dias daquele festejo há uma infinidade de comerciante ambulante, porém na sua maioria tem capital limitado, portanto, vem dele em pequena escala não se podendo cobrar a taxa de 500\$000 aplicável aos de capital superior àquele, o quais possuem uma mesa com artigos em uma esquina e ali tratam do negócio. (Ofício, Trindade, fev./1932 – AHEG)

A sua sugestão de taxas diferenciadas proporcionais à quantidade de capital, apesar de lógica do ponto de vista econômico e administrativo, também foi rechaçada pela Diretoria da Fazenda. Na recomendação para despacho estava escrito: Responder que o imposto a ser cobrado é de 500\$000, além dos adicionais para qualquer espécie de negociantes ambulantes. (Despacho, Trindade, fev./32 – AHEG)

O fato desses três últimos ofícios serem do ano de 1932 não é mera coincidência. Uma das propostas do governo revolucionário era a de implantar com mais eficiência uma administração pública do tipo racional-legal. Para isso, era necessário melhorar os meios de comunicação. Em relatório ao Secretário do Interior e Justiça, o juiz distrital de Trindade reclamava desse requisito:

Também é preciso notar que a cidade está pessimamente dotada de meios de comunicação, presentemente. Temos o correio de seis em seis dias, em costas de burros, nos chegando as correspondências com um atraso que irrita. (...) Não se compreende, repito, que uma cidade assim fadada aos mais levantados destinos, viva condenada a receber as notícias do Rio ou da Capital do Estado com quinze ou mais dias de atraso. (Relatório da Justiça, Trindade, fev./1928 – AHEG)

Em vista disso, uma das grandes preocupações de Pedro Ludovico ao assumir o Governo foi o de estimular as vias de comunicação. Assim, ao construir Goiânia, procurou dotá-la de estradas que lhe possibilitassem um fácil acesso. Em 1938, determinou a construção da estrada de rodagem de trezentos quilômetros de extensão ligando Goiânia a Rio Verde: “tudo feito a picareta, enxada, enxadão e instrumentos tais” (Teixeira, 1973:236). No mesmo ano, foi construída, sob idênticas condições tecnológicas, a estrada ligando a Capital a Trindade. Todavia, essas estradas ainda não pavimentadas e os veículos rústicos da época não favoreciam o deslocamento rápido de passageiros². Isso só mudou com o asfalto. Em 1960, foram asfaltadas as rodovias que ligavam Goiânia a Anápolis, a Inhumas e a Trindade. Em 1979, foi asfaltado o trecho da rodovia Aragoiânia-Goiânia.

Faltava então um meio de transporte constante e barato que possibilitasse os habitantes das cidades do Entorno se deslocarem diariamente a Goiânia. Isso aconteceu quando a rede de transporte coletivo de Goiânia foi estendida aos municípios do Entorno, a partir da década de 80 que integrou os municípios de Aparecida de Goiânia, Goianira, Trindade, Aragoiânia e Guapó. Desse modo, as tarifas foram sensivelmente reduzidas, se comparadas com o sistema anterior de transporte interurbano, sendo que as de Trindade e Aparecida têm o mesmo valor das de Goiânia. Além disso, os terminais de integração de passageiros que antes existiam apenas na Avenida Anhangüera, foram construídos em

setores periféricos de Goiânia e no município de Aparecida de Goiânia. O Terminal Padre Pelágio por exemplo integra, além de vários bairros da periferia, as cidades de Trindade e Goianira; o Terminal das Bandeiras integra os bairros de Aparecida de Goiânia e de Aragoiânia; o Terminal Cruzeiro também integra bairros de Aparecida de Goiânia. Com isso, o número de linhas de ônibus passou para 116 e o número de veículos para 764 em 1987.

Enfim, o processo de metropolização da região do Entorno de Goiânia assenta-se sobre três fatores básicos analisados nas linhas anteriores e que estão intrinsecamente ligados – loteamentos, vias de transportes rápidas e transporte coletivo. Quanto mais desenvolvidas essas características, mais o município se encaixa na definição de cidade-satélite. Assim, o tipo ideal dessa cidade é o município de Aparecida de Goiânia, que possui toda sua área territorial dividida em loteamentos, uma rodovia pavimentada a apenas 18 quilômetros de Goiânia, e um sistema de transporte urbano com tarifas similares as praticadas na Capital. O caso que mais foge a essas características é do município de Goianópolis que quase não possui loteamentos, situa-se a uma distância de 45 quilômetros da Capital e tem um sistema de transporte semi-urbano, com tarifas cerca de três vezes o valor das praticadas em Goiânia. É no interior do espaço criado a pelos extremos, tentarei compreender o relacionamento dessas cidades com Goiânia. Suas origens tradicionais gradativamente sofrem um processo de modernização, resultante da intensificação dos contatos com Goiânia.

Nas linhas anteriores, foi visto como Goiânia influenciou em vários aspectos as cidades que estavam à sua volta; agora, interessa analisar as influências dessas cidades sobre ela. Assim, a partir dos anos 80, já não é mais possível falar de Goiânia, seja no aspecto político, administrativo e sociológico, sem se referir ao Entorno.

A primeira iniciativa oficial visando à formação de uma identidade da região ocorreu com a elaboração, em 1979, da *Carta da Grande Goiânia*. (1979, CEDOC) que contou com a participação das cidades de Goiânia, Aragoiânia, Bela Vista, Guapó, Nerópolis e Trindade. As principais propostas que vieram desse encontro foram: criação de uma região metropolitana de Goiânia, estabelecer critérios para aprovação de novos loteamentos, criação de um sistema integrado de transporte coletivo e reverter a situação de esvaziamento do comércio das cidades integradas. Em 29 de novembro de 1980, com base na Carta da Grande Goiânia foi promulgada a Lei Complementar n. 9 de 27 de novembro de 1980 que criou o Aglomerado Urbano de Goiânia, formado inicialmente pelos

municípios participantes da elaboração da Carta, mas que sofreu alterações, à medida que era incluído um ou outro município.

A primeira consequência para Goiânia do processo de metropolização foi diminuir seus índices de crescimento demográfico e aumentar o das cidades do Entorno, conforme se verifica na tabela abaixo:

Tabela 2

Aglomerado Urbano de Goiânia: crescimento populacional

REGIÃO	1940	1950	1960	1970	1980	1991	1993
Aglug	66.375	116.721	235.833	496.732	887.392	1.296.990	1.390.600
Goiânia	26.065	52.201	153.505	378.060	714.484	922.222	973.626
Aparecida de Goiânia	-	-	-	7.470	42.632	178.843	212.056
Trindade	9.738	17.342	22.519	30.612	30.612	54.072	59.115
Senador Canedo	-	-	-	2.716	3.042	23.905	26.134
Bela Vista	8.195	10.544	11.710	11.865	17.254	17.316	15.938
Nerópolis	4.758	5.739	6.596	7.735	9.368	12.987	14.024
Goianira	-	1.188	5.060	6.091	7.488	12.896	11.778
Hidrolândia	5.299	6.356	6.576	8.014	8.561	10.024	10.587
Aragoiânia	-	-	1.594	2.848	3.701	4.910	5.224
Bonfinópolis	-	-	-	2.265	2.688	3.224	3.557
Brazabrantes	-	-	2.262	3.312	2.249	2.334	2.347
Caturai	-	-	4.507	4.669	3.895	4.134	4.260
Guapó	-	5.722	5.168	8.804	9.995	11.785	12.168
Inhumas	12.320	17.629	21.320	30.144	31.423	38.368	39.766

Fonte: *Goiânia em Dados*, Goiânia: Prefeitura de Goiânia, UCG, 1996, p. 10

Verifica-se pelos dados da tabela acima que, a partir dos anos 80, quase todas as cidades do Entorno tiveram taxas de crescimento demográfico superiores às de Goiânia, o que aumentou os problemas administrativos dessas cidades e também os de Goiânia, como revela, em tom pessimista, um artigo de jornal, no dia do aniversário da Capital:

Aos 57 anos Goiânia tem os mesmos problemas de uma grande metrópole, como São Paulo – resguardadas as proporções –, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. Aparecida que faz parte da “Grande Goiânia”, pode ser considerada a “ABC paulista de Goiás, ao contrário”, pois não existem indústrias suficientes que deem serviço mão de obra ociosa do município. (Diário da Manhã, Goiânia, 24 out.1990. coletânea – CEDOC)

1.2.1 Esses problemas contribuíram para que aumentassem os discursos críticos ao ufanismo progressista que se iniciaram nos anos 70, quando o crescimento demográfico de Goiânia intensificou seus problemas sociais. Na década de 80, a imagem de cidade irradiadora do progresso passou a ser cada vez menos aceita. A tendência dos artigos de jornais especiais de aniversário é a de não camuflar os problemas da cidade, como o do aniversário da cidade do ano de 1982:

Mais um aniversário de Goiânia, o 49º, sugere a colocação em prática da discussão mais racional do futuro da capital. Se até agora o crescimento populacional foi tratado sem planejamento mais detalhado, cabe, então, buscar soluções mais firmes e definitivas para os problemas que se avolumam dia a dia. Não basta dizer que a nova capital é um orgulho. É preciso mostrar na prática como é a capital, como ela é tratada e quais as condições em que a população vive. (O Popular, 24 out. 1982, coletânea/Goiânia - AHEG)

Mesmo o discurso oficial torna-se mais realista diante dos problemas da cidades, como demonstra a fala do prefeito da cidade, Índio Artiaga (1981:17), na *National University* em San Diego, em 1981:

Not finding the means to settlement in the Federal District these migrants, invariably poor unskilled workers, moved to the urban Agglomeration of Goiânia. If they left their home places because they did not possess land or because of poor living conditions in the cities, they continue without land and settle in the outskirts (periferia) of the urbanized space, improvising and living in precarious conditions of under-employment and unemployment.

Além de contribuir para a mudança dos discursos sobre a cidade, a metropolização também produziu significativas mudanças culturais, assunto que vai ser tratado posteriormente, pois primeiro analisarei as mudanças nas próprias cidades do entorno.

1.2 Mudança cultural nas cidades do Entorno

A aproximação sociológica da maioria dessas cidades antes do processo de metropolização é com o conceito de comunidade, pois há uma interdependência econômica e cultural das pessoas que ocupam o espaço comum. A comunidade apóia-se em fundamentos afetivos, opondo-se à sociedade, “compensação de interesses racionais (de fins e valores) e também numa união de interesses com idêntica motivação.” (Weber, 1971:14)

1.2.1 Formas de ajuda mútua

Economicamente, as formas sociais comunitárias expressam-se no auxílio mútuo entre os vizinhos. Uma das formas mais utilizadas pelas comunidades caipiras era o mutirão que existiu em todas essas cidades. Ele consiste na reunião de vizinhos convocados por um deles – quando é convocado sem o conhecimento do beneficiário, ele é denominado, em Goiás, de traição – a fim de ajudar na efetuação de determinado trabalho: derrubada da roça, plantio, limpa, colheita, construção da casa, fiação, etc. Ao lado do aspecto econômico, acontecia também o lazer, pois nessas ocasiões sempre se serve alimentação farta e havia festa (o pagode) no encerramento. Em Bela Vista, uma *moda* de viola, dos anos trinta, criativamente, retrata o “Mutirão dos Bichos” (Rodolfo Antônio de Souza apud Teixeira, 1979:121-2)

Incuntrei cum u papaventu
 U calangu mais u sapu,
 Qui ia pru mutirão
 Duam festa du macacu
 Fazê um arquêr de rocá
 Lá na ponta do rressacu,
 Na fazenda du Orelu
 La na mata dos buracu

Em Hidrolândia, eram freqüentes, até os anos 80, os mutirões das fiandeiras. Marcolina Garcia (1981:40) documentou um deles, em 1976, no qual o envolvimento da vizinhança no evento fica evidente:

No dia do mutirão, já pela manhã, toda população feminina se movimentava, reunindo pequenos grupos, a fim de se dirigir à fazenda; algumas mulheres mandavam justificativas pelo não comparecimento; outras emprestavam ou tomavam emprestadas *rodas* ou *cardas*, ou ficavam tomando conta das crianças, a pedido das mães que se dirigiam à reunião.

Essas forma de ajuda mútua, com o processo de metropolização das cidades do entorno, tenderam, em sua feição inicial, a desaparecer. A economia de auto-subsistência foi substituída pela economia de mercado. Os produtos básicos da alimentação (arroz e feijão) que eram obtidos mediante o plantio, na maioria das vezes, pelo sistema de meação, e armazenados em grandes caixas de madeiras que ficavam, geralmente, na sala, passaram a ser obtidos pela compra. A fabricação de tecidos pela fiação que utilizava tecnologias rústicas como a pintura pela ferrugem e pela lama também foi substituída pela compra.

Nos anos 90, no entanto houve um esforço do poder público para o retorno a formas comunitárias de ajuda mútua. Um deles é o projeto “Lavoura Comunitária” desenvolvido por várias cidades do Entorno: Bela Vista, Aragoiânia, Nerópolis, Goiandira, etc. As

Prefeituras oferecem uma área de terra já arada para o plantio de arroz. Este é feito coletivamente, nos sábados, domingos – já que a maioria trabalha em Goiânia ou em atividades do setor secundário ou terciário no próprio município – e consiste na limpa e na colheita. O produto é dividido proporcionalmente aos dias trabalhados.

Esse projeto teve uma grande aceitabilidade popular, pois é uma forma de retorno aos valores comunitários. É um meio das pessoas satisfazerem a nostalgia pelo passado tradicional. Desse modo, muitos participantes do projeto não são pessoas que têm interesses econômicos nele, pois dispõem de posses suficientes para obter seu próprio alimento, mas mesmo assim, participam do trabalho coletivo para relembrar o trabalho rural, as disputas para encontrar o melhor de serviço, etc.

Do mesmo modo, as prefeituras promovem também os mutirões das fiandeiras que, desde 1991, ocorrem em Goiânia e em algumas cidades do Entorno. Neles, as detentoras desse saber, geralmente senhoras idosas, reúnem-se para relembrar as técnicas de tecelagem artesanal. Enquanto os mutirões anteriores tinham um caráter prático de ajuda mútua, agora predomina o caráter folclórico.

Enfim, não acredito que a Lavoura Comunitária ou os Mutirões das Fiandeiras possam ser consideradas formas tradicionais comunitárias. Na verdade, ambos constituem formas sociais desencaixadas do seu contexto, pois têm como objetivo justificar a preservação da tradição. E segundo Giddens (1991:45), “Tradição justificada é tradição falsificada e recebe sua identidade apenas da reflexividade do moderno.”

Desse modo, estas formas comunitárias não existem de modo autônomo, pois não passam de simulações. Assim distinguem-se três fases: a primeira em que essas formas de ajuda comunitária tinham uma função social na comunidade; a segunda em que se verifica o gradual desaparecimento em decorrência da modernização e a terceira, em que se tenta preservá-las.

1.2.2. Lazer

A maioria das formas de lazer das cidades do Entorno estava ligada à religiosidade católica. No início dos aglomerados urbanos, a capela era o principal instrumento estimulador da convivência social. Geralmente era edificada em homenagem a algum santo católico, que se tornava o padroeiro da cidade. Desse modo, a principal festividade da

comunidade eram as datas comemorativas desse santo. Nelas, havia o envolvimento da maioria da população urbana e rural do município – os festeiros, escolhidos entre os membros da comunidade, eram encarregados de organizar a festa. Em Bela Vista, por exemplo, a tradicional festa da cidade é em homenagem a São Sebastião a qual

No dia da festa, faz-se barulhenta alvorada, com bandas de música, foguetes e toque de sinos. Há missa solene, pela manhã, e durante o dia, festas profanas. À noite, procissão, sermão e benção do Santíssimo. Assim, em todos os anos realizam-se esses festejos, cujos brilho e esplendor dependem muito da boa vontade e prestígio dos festeiros escolhidos. (Bela Vista, 1983)

De modo geral, essas são as características de quase todas as festividades das demais cidades, seja em homenagem à Santa Luzia em Aragoiânia, a Santo Antônio em Hidrolândia, a São Sebastião em Guapó, a Nossa Senhora Aparecida em Aparecida de Goiânia e em Goianópolis, a São Benedito em Nerópolis, a Nossa Senhora d'Abadia, em Abadia de Goiás e ao Divino Pai Eterno em Trindade, a maior e mais célebre de todas.

Na década de 80, mesmo com o processo de metropolização, essas festas continuaram a ter um papel fundamental no lazer dos habitantes dessas cidades, embora cada vez mais, o aspecto religioso perdesse espaço para o secular. A existência de novas formas de lazer laicas, como as danceterias, o aumento de novas religiões (como as protestantes e espíritas especialmente) retiraram o monopólio do lazer da Igreja Católica. Os exemplos típicos desse efeito da metropolização foram a Festas do Alho em Nerópolis, e a Festa do Tomate em Goianópolis – produtos destinados a abastecer grandes centros.

Em Nerópolis, em 1979, foi instituída a Festa do Alho que rapidamente se tornou a maior festa da cidade até ser extinta em 1993 com a crise de produção desse produto. A Festa do Tomate de Goianópolis foi instituída por iniciativa da Prefeitura Municipal (Lopes, 1990:26), em 1984, em virtude da cidade se destacar no cultivo a produto. Dois anos depois, ela já havia superado a festa religiosa tradicional e já integrava o calendário turístico do Estado. Em 1991, era uma das maiores festas da cidade do Entorno. As festas em homenagem a um produto vegetal, sobrepujando o produto religioso, resultaram da influência direta das transformações econômicas por que passaram essas cidades.

Todavia, nas demais cidades, as antigas festas religiosas continuaram ter a sua importância; porém, nos anos 90, isso começou a mudar. Surgiram, inspirado na Festa da Pecuária de Goiânia, as similares nas cidades do Entorno. Em Bela Vista, depois de sete edições, é mais importante do que a festa de São Benedito; em Aparecida de Goiânia, também; em Guapó e Aragoiânia, as festas do peão como são conhecidas depois de nove e quatro edições respectivamente, já ameaçam, em termos de importância, as festas

tradicionais. Organizadas por particulares, apoiadas pelo poder público, utilizam as estratégias de promoção de eventos, tais como, divulgação em meios de comunicação, contratação de locutores e cantores famosos, patrocínio de cervejarias, etc. e são direcionadas para um público mais jovem.

1.2.3. Economia

Como já foi dito, as cidades do Entorno de Goiânia, antes da metropolização, tinham uma economia fundamentalmente ligada à subsistência, com o plantio de arroz, feijão, milho, etc. e a criação de gado bovino, suíno e ovino, etc. Fora disso, havia alguns poucos produtos artesanais que eram exportados, por exemplo, o famoso fumo de Bela Vista. Em 1907, a cidade já aparecia como uma das principais produtoras de fumo no Estado, conforme um artigo transcrito na *Informação Goiana* (v.3,n. 5, 1919:54)

Exporta Bella Vista saboroso fumo, e os compradores de tal producto vão de Uberaba, lá se demorando dois mezes, de Setembro a Outubro, às vezes até o fim de Novembro, levando numerosas cargas, ou, como agora estão preferindo, as folhas de fumo emmassadas, formando pequenos fardos impresados, não perdendo, por conseguinte o suco e o aroma, que dizem os fumantes que desse feito tem mais sahida no mercado de Minas e São Paulo.

O fumo continuou sendo o principal produto do município até a década de 70, quando começou a perder a sua importância. Aí vieram as pastagens e a pecuária tornou-se a principal atividade econômica do município. O papel econômico de exportação do fumo em Bela Vista, que era vendido para além das fronteiras goianas, constituiu uma exceção, quando consideradas as cidades do entorno no conjunto, já que elas se caracterizavam economicamente pelo cultivo de produtos de subsistência.

O processo de metropolização, porém, provocou alterações significativas nesse aspecto. A principal foi a diminuição da economia tradicional de subsistência e o aumento de produtos hortifrutigranjeiros para abastecer a capital. Dos 27 maiores municípios fornecedores desses produtos na Central de Abastecimento de Goiás (CEASA), doze são do Entorno. A proximidade de um grande mercado como Goiânia alterou a paisagem agrícola desse municípios. As hortaliças de alface de Aragoiânia, com seu verde vivo, destacam-se no meio da paisagem árida do cerrado – são milhares de exemplares, alguns cultivados em canteiros acima do solo e protegidos das variações climáticas e que abastecem diariamente os grandes supermercados e as feiras livres da capital. Os tomates de Goianópolis, onde há plantação com mais de 30 mil mudas amarradas cuidadosamente

em varas, em alinhamento perfeito, lembrando um grande exército em marcha; e ainda, imensas granjas como a *Granja Saito* de Bela Vista com iluminação artificial, responsável por uma produção de dois ovos/dia por cada ave. A produção hortifrutigranjeira em escala imensa constitui forma de produção moderna, pois, de acordo com Jean Chesneau, (1996:20) “o fora do chão constitui uma categoria geral da modernidade, uma situação de dissociação para com o ambiente natural, social, histórico e cultural.” Nada mais dissociado da forma de produzir tradicional (como as *roças de tocos*, em que lavoura e florestas quase se confundiam) do que as culturas citadas anteriormente.

O desenvolvimento da economia hortifrutigranjeira das cidades do entorno foi estimulado pelo crescimento de Goiânia e pela melhoria das vias de comunicação entre ela e as demais cidades a sua volta. Além disso, há outro fator importante. A construção do CEASA em Goiânia em 1975. Antes dele, a produção agrícola e animal era vendida nos mercados e feiras livres de Goiânia, na maioria ao varejo, o que dificultava a venda em grandes quantidades. Com o CEASA, os produtores passaram a contar com um local específico em que encontravam de forma aglutinada os seus clientes – a maioria intermediários (feirantes, proprietários de frutarias ou supermercadistas). A instalação desse Centro de Abastecimento foi mais um indício da complexidade da divisão de trabalho que ocorreu em Goiânia, a partir dos anos 60.

O CEASA é um mercado no qual predomina a troca econômica racional. Weber (1994: 44) distingue dois tipos de trocas: a tradicional, como “as trocas de presentes entre amigos, heróis, caciques e príncipes”; e a troca racional, “quando ambas as partes esperam beneficiar-se dela ou quando uma delas se encontra numa situação forçada, condicionada por algum poder econômico ou por simples necessidades.” No caso da comercialização no CEASA predomina a segunda, pois o interesse monetário entre vendedores e clientes são determinantes. No seu centro, em local denominado *pedra* os produtos hortifrutigranjeiros são expostos aos compradores. Lá, o funcionamento da lei de oferta e da procura deixaria até Adam Smith surpreendido – durante as seis horas de funcionamento o preço varia (para mais ou para menos) numa taxa que ultrapassa 100% várias vezes. O que determina o preço não é o cálculo do custo (do qual a maioria não sabe o seu valor) acrescido de uma margem de lucro, mas o instável preço de venda, regulado pelo interesse de clientes e vendedores. Isso faz com que essa operação econômica, quando analisada como um todo, seja tão irracional quanto uma operação econômica do tipo de um jogo de azar – em ambas, o acaso tem um papel fundamental na definição do sucesso ou insucesso do empreendimento.

agosto Assim, no momento de vender seus produtos no CEASA o produtor é obrigado despir-se de todos os seus laços comunitários. Lá o seu vizinho não é visto como um parceiro de ajuda mútua, mas como um potencial concorrente. Além disso, ele convive com tipos sociais bastante diversos de seu local de origem. Lá existem pessoas que, aproveitando a oscilação dos preços, compram dos produtores as mercadorias para revendê-la a um preço maior. Para ter sucesso nessa atividade é necessário uma habilidade de negociação e um *faro de mercado* muito grande, uma vez que seu lucro decorre da especulação financeira. Eles são conhecidos, tanto pelos produtores, como pelos compradores pejorativamente de *marreteiros*. Para evitar confusão entre os *marreteiros* e os produtores, a partir do ano de 1998, foi separado o local de comercialização dos dois segmentos. *regateio, considerado por toda ética algo condenável entre os irmãos.* Pelo

contrário O outro tipo social são os jovens, geralmente habitantes dos bairros periféricos, próximos ao CEASA que trabalham como carregadores de caixas de produtos. É o proletário clássico, uma vez que sua força física é o único requisito exigido para executar o seu trabalho, que é pago imediatamente. Trabalham tanto para os produtores como para os *marreteiros*. São conhecidos também pejorativamente por *malas*, pelo comportamento ligado a uma cultura urbana periférica. (1984). *Marwi (1984), Finotti (1985), Max Clevo*

(1986) Finalmente, outro tipo social é o dos compradores que podem ser desde um pequeno feirante morador da periferia ou mesmo um proprietário (ou na maioria da vezes, um funcionário especializado) de um grande estabelecimento comercial. A interação social entre produtores, atravessadores, carregadores e compradores é moldada principalmente pelos valores do mercado, embora os valores tradicionais também encontrem, em menor intensidade, o seu espaço, pois pode haver laços de afetividade entre os membros destas categorias. Enfim, essa forma de comercializar os produtos de origem rurais em ambiente de mercado foi uma das conseqüências que a metropolização trouxe sobre as cidades do entorno. *pela gramática normativa, tais como GOIASLAC (1980).*

DIBR) Todavia, não foi apenas a economia rural desses municípios que se transformou, também o comércio urbano sofreu modificações culturais. Em Guapó, percebe variações significativas nos nomes dos estabelecimentos comerciais, a partir dos anos 80. Até o final dessa década, eram freqüentes na cidade os nomes de santos católicos, predominando o de *Santo Antônio, Santa Maria, Santa Lúcia, Nossa Senhora, Santa Edwiges e Santo Onofre*. Gradativamente, esses nomes sagrados foram deixando de inspirar os nomes fantasias dos estabelecimentos e, depois da *Santa Emilia Representações LTDA*, constituída em 23 de

agosto de 1993, não foi constatado nenhum desses nomes no comércio guapoense³. Isso indica o aumento da secularização na mentalidade coletiva desses habitantes. *desde 1991* Não foi só isso. A partir dos anos 80, verificou-se também um aumento considerável nos *reclam* estrangeirismos, principalmente dos anglicismos. Antes dessa época era comum ver o nome do proprietário servindo de nome ao estabelecimento comercial, como a *Lanchonete do Beto* e o *Peg Pag do Queiroz*, fundados em 1979. Essa vinculação entre o nome do proprietário e nome do estabelecimento demonstrava que a relação mercantil não era fundamentada exclusivamente em interesses econômicos, pelo menos aqueles descritos por Weber (1994:420) que caracterizariam “o mercado livre, isto é, não comprometido por normas éticas, com sua exploração da constelação de interesses e da situação de monopólio e com seu regateio, considerado por toda ética algo condenável entre os irmãos.” Pelo contrário, o nome comum proprietário-estabelecimento possibilitava um maior conhecimento entre vendedor e cliente.

Na década de 90, no entanto, aumentaram os nomes comerciais desvinculados de sentido comunitário-prático perceptível, a não o ser o estético. Isso implicou no aumento dos estrangeirismos: na década de 70 só foi localizado um – *Swat* (1978); nos anos 80, oito – *San Martins* (1980), *Gallop* (1984), *Marvel* (1984), *Finotti* (1985), *Max Clero* (1986), *Gab Dan* (1988), *Ellu* (1988), *Tita's* (1989); nos anos 90, 23 – *Maizon Elegance* (1990), *San Felipe* (1990), *London* (1990), *Rep Vest* (1990), *Serro Park* (1991), *Marcehani* (1991), *Bio-life* (1992), *Phenix* (1992), *Montenery* (1993), *Power* (1993), *Wal Disney* (1993), *Walter Marshan* (1993), *Wellu* (1994), *Shekenah* (1995), *Nelore Grill* (1995), *Target* (1995), *Mr. Ficks* (1995), *Schissel* (1995), *Estoril* (1995), *Mário's*⁴, (1996), *Camargo's* (1997), *Nestle* (1997), *Fress e Midia* (1998) (Sistema Integrado de Registro Público, Guapó – JUCEG). Além das palavras estrangeiras, houve também o aumento de nomes formados por combinações de letras, números ou palavras, ou palavras escrita numa grafia diferente da exigida pela gramática normativa, tais como: *GOIASLAC* (1980), *DIBRASEN* (1981), *W2* (1987), *Jota Esse* (1989), *Pau Vêi* (1989), *Jota Cê* (1992), *TDK* (1997), etc. *ixc* (Nascimento, 1981)

O aumento dessas palavras indicam um aumento de valores ligados ao mundo moderno, pois conforme Berman (1996: 156),

Essa linguagem é assim vital e atraente porque é linguagem internacional da modernização. Seus neologismos são poderosos veículos de novas formas de vida e movimento. Tais palavras podem parecer dissonantes e excêntricas, contudo é tão fútil resistir a elas quanto resistir à própria iminência da modernização.

Nesse sentido, a tendência de utilizar um vocabulário mais cosmopolita é universal; no entanto, no caso de uma cidade como Guapó, onde os comerciantes desde 1991 reclamavam da concorrência *desleal* do comércio de Goiânia, ela pode ter sido uma estratégia inconsciente de diminuir as diferenças entre os dois. Desse modo, em 1989 apareceram os primeiros supermercados na cidade, diferenciando-se dos *peg-pags*, e dos armazéns de secos e molhados; Em 1981, foi constituída a primeira panificadora (*Ramos Ltda*), que se diferenciava das antigas padarias, embora em 1995, alguém ainda ousasse a constituir a *Silva Merceria e Padaria Ltda*, demonstrando que a modernização não ocorria mecanicamente, sem resistência.

1.3 Discursos da metropolização

As transformações ocorridas nas cidades do Entorno foram decorrência da acentuação do processo de metropolização que provocou alterações nos valores dos seus habitantes – foram produzidas dois tipos de respostas: um discurso ufanista e um discurso crítico a essa mudança cultural. Como nessas cidades é mais complicado recolher *discursos*, pois nelas não existe uma imprensa específica, uma produção literária e historiográfica significativa e editada, vou-me ater às *migalhas do discurso*, isto é, às fontes não usuais que incorporam discursivamente essas alterações de valores.

1.3.1. discursos ufanistas

Muitos habitantes viram as transformações que ocorreram em suas cidades como positivas. Um deles foi o autor do poema “Bela Vista, ontem e hoje”, do qual seguem duas estrofes abaixo: (Nascimento, 1981)

O pequeno arraial
 Que pouco evoluía
 Por falta de transporte
 Que quase não existia
 Era através do carro de boi
 O transporte de mercadoria
 Compradas em Araguari
 O velho carro conduzia

1.3.2. Discurso
 Agora é Bela Vista
 O progresso sempre aumentando
 Temos rodovias asfaltadas
 Que liga a capital dos goianos
 Temos prefeito trabalhador
 Honestamente administrando
 A cidade e o município
 Hoje está aniversariando.

Esta poesia em linguagem antitética separa o ontem (o mundo da tradição) do hoje (o mundo da modernização). O progresso é visto como meta a ser alcançado. Isso gerava um discurso otimista, como o da Prefeitura Municipal de Bela Vista (1983):

Por sua localização estratégica e situação limítrofe com a Capital do Estado que possibilitam e enfatizam um rápido e fácil acesso do progresso, será, com o asfaltamento da GO-020, prevista para o próximo ano, um grande centro urbano, economicamente estável.

O verbo no futuro – *será* – confere um sentido progressista ao discurso, que vê acontecer no asfalto a causa disso acontecer. Esse tipo de discurso sempre foi utilizado pelos políticos; a novidade, agora, é o fato de vinculá-lo à proximidade com Goiânia.

Todavia, não foram apenas os políticos que absorveram a ideologia do progresso. Ainda que escassas, algumas obras acadêmicas (monografias de final de cursos de graduação) também usam esse tipo de discurso. Numa delas, intitulada “Goianópolis, a Capital do Tomate”, o teor desenvolvimentista fica evidente:

A localização da cidade, entre Goiânia e Anápolis, contribui sobremaneira para que haja um melhor intercâmbio com outros centros, por isso o seu desenvolvimento se dá em ritmo acelerado (Lopes, 1990: 10).

Não é apenas por meio do discurso escrito que o progresso é apregoado. Os brasões de alguns municípios também incorporam de modo simbólico esta ideologia. Nos de Abadia de Goiás, por exemplo, há o desenho de uma rodovia asfaltada (e símbolo de material nuclear) convivendo com figuras representativas da natureza física: milho e gado bovino⁵.

Enfim, o discurso que vê a intensificação dos contatos culturais, políticos, econômicos das cidades do Entorno como um indicio de desenvolvimentismo é muito freqüente nessas cidades. Apesar de ser mais difundido pela administração pública, ele também foi incorporado pelo discurso poético e acadêmico.

1.3.2. Discursos críticos

As mudanças ocorridas pela metropolização também produziram um discurso crítico, um contra-discurso à ideologia do progresso, demonstrando que o processo de modernização encontrou considerável resistência por parte de pessoas portadoras de valores tradicionais. Geralmente essa resistência não foi feita de maneira sistematizada e consciente – o mesmo indivíduo que é contra determinado aspecto inovador pode ser favorável a outro.

Como o discurso crítico ao progresso é feito mais pelas pessoas comuns que o fundamentam na tradição oral, raras vezes, é encontrado de forma cristalizada, isto é, na forma de um enunciado escrito, e sim de enunciados verbais (linguagem falada). Desse modo, esse tipo de discurso oral não pode ser desvinculado do seu autor individual, porém, conforme Bakitin (1997:239),

Quaisquer que sejam o volume, o conteúdo, a composição, os enunciados sempre possuem, como unidades da comunicação verbal, características estruturais que lhes são comuns, e, acima de tudo, fronteiras claramente delimitadas.

Desse modo, é possível estudar formas individuais de expressão (como as piadas e os *causos*) como exemplos de um modo de pensar coletivo.

Exemplos desses enunciados são as piadas e anedotas, coletadas em uma das cidades do Entorno, Aragoiânia, que serviam como uma forma de reforçar os valores tradicionais, ameaçados pelas conseqüências da metropolização. Muitas dessas piadas e anedotas não são originais; porém, ao serem adaptadas, lançou-se mão do nome de pessoas reais, moradoras da cidade. Pelos nomes das pessoas que se tornaram personagens das piadas, pode-se inferir que elas foram adaptadas, a partir dos anos 80, época da intensificação dos contados com a cidade de Goiânia. Geralmente, ao contar essas piadas ou anedotas, utiliza-se pejorativamente o adjetivo pátrio *biscoiteiro*⁶ ao lado do nome da personagem. Nesse trabalho, vou utilizá-lo como forma de identificação dos personagens principais.

Existe em Aragoiânia uma anedota, em que o *biscoiteiro* entra em grande loja de departamento de Goiânia e cumprimenta um manequim diante do olhar divertido das pessoas presentes. O humor da anedota é decorrente do fato da personagem atribuir características humanas a um ser inanimado. Nesse sentido, ela é interpretada de forma metafórica, pois utiliza uma analogia entre ser e coisa.

Assim. No entanto, ela pode ser interpretada também com um sentido irônico. A ironia é uma figura de pensamento que tem como objetivo dizer o contrário do que se está pensando ou em satirizar, questionar, certo tipo de comportamento, com a intenção de ridicularizar, de ressaltar algum aspecto passível de crítica. Uma expressão, para ser irônica, necessita de que tanto o emissor da mensagem, quanto o destinatário da mesma saiba de algo mais do que está expresso literalmente. Exemplificando: a expressão *eu só quero o seu bem* é irônica, se for dita por inimigos manifestos (informação que não está na expressão), mas seria literal, quando dita por amantes. Desse modo, a ação literal da personagem de *cumprimentar* o manequim é uma crítica à atitude metropolitana de não cumprimentar ninguém, de tratar pessoas como se trata coisas. A personagem, portanto, radicalizou a atitude típica de uma pequena cidade de cumprimentar a todos, dentro de um ambiente em que isso é impossível de ser feito.

A maioria das piadas e anedotas coletadas refere-se ao momento da alimentação, considerada como “o centro de um dos mais vastos e complexos culturais, abrangendo atos, normas, símbolos e representações” (Cândido, 1982:29). Realmente, é na hora da alimentação que as etiquetas urbanas oprimem o interiorano, como se observa nas piadas e anedotas que se seguem.

A primeira refere-se a um *biscoiteiro*, portador de uma deficiência fonaudiológica (gagueira) que foi almoçar num restaurante da Capital. Após o almoço, o garçom trouxe-lhe como sobremesa arroz-doce e foi imediatamente enchendo o vasilhame do rapaz que balbuciava:

– “Mais... ma... ma... mais...” (à medida que falava, o garçom colocava mais arroz-doce). Por fim, ele conseguiu articular a frase a que se propunha:

– “Mais... eu não gosto disso, uai!”.

Numa pequena cidade como Aragoiânia, onde todos se conhecem, os gagos têm a sua deficiência conhecida pela comunidade. Na grande cidade, as marcas distintivas personalizadas muitas vezes passam despercebidas. Na piada, o gago foi tratado pela categoria *cliente* e não como uma *pessoa-gaga*. Assim a ironia da piada é o fato dele ter sido tratado genericamente, quando ele requeria um tratamento específico: numa pequena cidade onde o garçom e cliente se conhecem como pessoas, dificilmente ocorreria o mal-entendido, que resultou no humor da piada. Desse modo, esta piada outro discurso crítico à impessoalidade das relações sociais que a metropolização impõe.

Outra piada refere-se a dois irmãos *biscoiteiros* que comiam diariamente abóbora. Comiam-nas no café, no almoço e no jantar, estando, portanto, fartos de tanto comê-las.

Assim, resolveram ir a Goiânia a fim de comer algo diferente. Entraram em um restaurante e o garçom se aproximou trazendo o cardápio cheio de nomes afrancesados. Como eles não conseguiam entender o seu conteúdo, escolheram ao acaso a refeição. Azaradamente, a escolhida foi abóbora. Os pobres irmãos, resignados, resolveram comê-la (para aquele que possui valores tradicionais não fica bem rejeitar comida). Um dos irmãos, mais esperto, passou a observar uma mesa próxima em que se comia carne. O ocupante desta mesa, querendo repetir, chamou o garçom e disse: – “Bis!” (o garçom imediatamente trouxe-lhe mais carne).

Ao ver aquilo, o irmão mais esperto chamou o garçom e disse: – “Bis!” (imediatamente o garçom lhes trouxe mais sopa de abóbora...).

Na anedota, os dois irmãos têm consciência de que não sabem decifrar o código urbano (o cardápio) para escolher comida, mas, mesmo assim, procuraram agir como se o soubessem. Para isso, procuram imitar o comportamento urbano dos ocupantes da mesa ao lado). Essa atitude mimética é irônica, pois seu intuito “é afirmar tacitamente a negação do que no nível literal é afirmado positivamente, ou inverso.” (White, 1995: 51) Ao imitar literalmente o modo urbano, eles agem como não-urbanos. Criticam-se portanto, as etiquetas modernas, muitas vezes importadas de outros países, como a língua francesa dos cardápios de restaurantes, que dificultam a utilização prática pelas pessoas comuns. E pior, a falta de conhecimento dos ritos e etiquetas urbanas coloca o interiorano em situação socialmente desagradável.

Enfim, essas piadas e anedotas têm sua trama realizada na cidade de Goiânia. A personagem, ao contrário do *flâneur* benjaminiano, não se sente bem na grande cidade que para ele é, um lugar de opressão, de relações sociais distorcidas; assim, ele é portador de um discurso crítico ao progresso. Por isso, elas são construídas no modo lingüístico da ironia. Em grego, *ironia* significa interrogação. Cada uma das piadas é uma interrogação crítica aos valores modernos: por que não se cumprimentam as pessoas na cidade grande? Por que nela se tratam pessoas de modo indiferenciado? Por que a complexidade de se comer no mundo moderno? Essas perguntas não foram formuladas em termos literais, mas ficam subentendidas na estrutura irônica em que foram construídas.

Outro exemplo de discurso não-apologético ao progresso são os *causos* de Geraldinho. Ele era um pequeno sitiante caipira que residia na área rural do município de Bela Vista. Pelo seu modo de falar, caracteristicamente sertanejo, e pela sua habilidade em prender atenção do público com seus *causos*, foi convidado a participar de um comercial

na TV em 1987. A partir daí, fez *shows* em teatros, participou de programas de auditórios e gravou discos. Fez muito sucesso na mídia até falecer, em 1994.

Em termos lingüísticos, os *causos* de Geraldinho são resquícios, talvez o último, do dialeto caipira⁷ que era o modo de expressar predominante na região do Entorno (e de todo o Estado) no século XIX. Gradualmente, com o desenvolvimento urbano e, conseqüentemente, com o desenvolvimento do sistema educacional e a implantação de uma maneira de expressar baseado em regras – gramática normativa – o modo sertanejo de se expressar foi-se extinguindo. Atualmente, apenas em raras ocasiões, pode-se se encontrar alguém (quase sempre um velho) que fale esse dialeto, embora não o faça mais de forma pura, mesclando a fala caipira com expressões urbanas. O caráter exótico dessa maneira de expressar é um dos fatores que explicam o sucesso na mídia de pessoas como Geraldinho – o que era uma forma de comunicação natural caipira se transforma em forma de humor.

O interesse dos *causos* de Geraldinho neste trabalho advém do fato dele, como um dos representantes de uma cultura popular camponesa, efetuar críticas ao processo de modernização advindo com a metropolização. Para não fugir ao tema proposto, vou-me ater a apenas um de seus *causos*: *A bicicleta*, um dos mais célebres.

Nesse *causo*, ele relata as suas aventuras (ou desventuras), quando resolve utilizar como meio de transporte a bicicleta, a fim de visitar sua esposa em um hospital: idéia infeliz, visto que, no final, ele fica com vários ferimentos decorrentes da sua imperícia com o veículo. Este *causo* está cheio de elementos de origem urbana: bicicleta, médicos, campo de pouso de avião, cigarros de papel, lotes, soldados, etc.

A bicicleta, nos anos 30, era sinônimo de inovação tecnológica e presença obrigatória nos eventos mais importantes, como, por exemplo, a comemoração do aniversário da nova Capital do Estado, conforme anúncio de jornal da época:

(de exagero) Goiânia vive hoje momento de intensa vibração com as provas de ciclismo e motociclismo a se realizarem a partir das onze e meia da manhã na Avenida 24 de outubro em Goiânia (O Popular, 24 out. 1939, microfilme, CEDOC)

Era comum a presença de alguns ciclistas da cidade de Bela Vista, contando, até com o apoio oficial⁸.

Para a maioria dos sertanejos, o meio de transporte mais comum era o cavalo. Por isso, no *causo*, Geraldinho trata a bicicleta como se fosse animal de montaria, como demonstram as metáforas seguintes: *estrivu dela, chifre dela; lombo dela, tornô a refungá, amançá esse trem*. Essas imagens representam um boi em uma arena de rodeio; logo, o

ciclista tem a imagem de um *cowboy*: “ajeitei o cinto direitu, dei um tapa na aba do chapéu (...) pisei naquele estrive (...) joguei a perna no lombo dela”.

O *causo* relata também a substituição das práticas curativas homeopáticas pela medicina alopática, demonstrando uma certa descrença do sertanejo com aquelas práticas:

Uma ocasião, a muié arrumô lá uma perrenguice, uma clamura, uma gemura esquisita... aquilo num miorava... eu rancava uma saroba ali nu terreiro memo, fazia uma xaropada, dava pra ela bebê: foi ficando pió. Aí eu pensei: “danô!”.

E uma confiança quase incondicional (que se torna irônica) no saber do especialista moderno:

Ai eu intentei levá ela pra cidade pr'um dotô dá uma reforma nela pra mim. Ai fui lá, arrumei um agazaio e levei ela. Falei pru dotô: “oia, eu truxe a muié; u sinhô espia u que tá fartanu nela, arruma ela pra mim... eu num posso ficá não!”

Além disso há a substituição do cigarro de palha, pelo cigarro de papel industrializado. Isso, numa cidade como Bela Vista, conhecida como *a terra do fumo*, indicava a decadência dessa prática artesanal.

A existência de lotes cercados por arame fora da cidade indica o parcelamento do solo: cerca de 50% dos loteamentos (14) de Bela Vista surgiram na década de 70 (SEPLAN, 1987:18). Assim, este *causo* descreve alguns aspectos iniciais do processo de metropolização da cidade de Bela Vista. Nota-se que o narrador tem uma visão negativa das inovações urbanas: o médico era aquele que pretendia consertar gente da mesma forma que conserta coisas; a bicicleta era uma fonte de escoriações; o cigarro de papel, de queimaduras; e o lote cercado representava um perigo potencial de acidentes. De início, o leitor dos *causos* tende a rir da inaptidão do autor de lidar com essas inovações; no entanto, em uma leitura mais atenta, pode-se notar que esses incidentes referidos de forma caricaturadas podem acontecer com qualquer leigo que utiliza a tecnologia moderna. Assim, como nas piadas, em meio ao aspecto cômico, desse *causo*, há um aspecto irônico (de exagerar uma expressão para produzir uma segunda leitura) e crítico, um discurso bem longe do apologismo ao saber moderno.

Portanto, a existência desses dois pólos, o crítico e o ufanista, indicam que o homem do entorno também via a mudança cultural de forma ambígua – um conflito incessante entre seus valores tradicionais com os valores urbanos.

2. O ACIDENTE COM O CÉSIO-137 EM GOIÂNIA

Desde os anos iniciais da cidade de Goiânia, seus habitantes sempre se preocuparam em passar uma imagem de desenvolvimento para as outras cidades do Brasil e do mundo. Assim, as avaliações positivas feitas sobre a cidade por estrangeiros eram bastante valorizadas localmente, pois realçavam a imagem de uma cidade cosmopolita, como deixa claro a entrevista de um jornal local ao jornalista mineiro Mario Rabelo, que disse:

Goiânia, cujo progresso admirável surpreende o visitante é bem uma prova de que muita coisa se aproveitou com a transformação política do Brasil. A sua linda paisagem com esse rápido desenvolvimento, completa a satisfação de quem busca visitá-la. (O Popular, 20 out. 1940, microfilme – CEDOC)

As palavras-chaves do depoimento acima são *progresso*, *transformação política* e *desenvolvimento* – as mesmas que fundamentaram o discurso mudancista para a construção de uma nova capital.

Outro momento em que Goiânia se via como uma cidade cosmopolita, era quando recebia a visita de pessoas ilustres, como a visita do Ministro da Polônia, o Sr. Thadei Grabowski (Monteiro, 1938:520), em fevereiro de 1936 ou do Presidente Getúlio Vargas em 1940, o primeiro chefe de Estado a visitar Goiás.

Foi nas festividades que marcaram a inauguração da cidade em 1942 que Goiânia foi vista nacionalmente com uma imagem extremamente positiva: como uma cidade moderna marcado pela eficiência administrativa. Sobre a inauguração da cidade, o jornalista Pimenta Netto, que cobria o evento disse:

marca o dia em que a nova capital do Estado se projetou no cenário nacional, trazendo para conhecê-la os maiores expoentes da administração federal, as mais representativas figuras da intelectualidade nacional e delegados de todos os demais Estados da Federação. (Neto, 1993: 05)

Nesses dias, a cidade recebeu a visita de mais de 1.633 pessoas provenientes de várias unidades federativas do país e cerca de 140 pessoas de outras nacionalidades. Vários estados participaram da *Exposição de Goiânia*, apesar da dificuldade dos meios de transporte da época – o material do estado de Piauí, por exemplo, demorou 32 dias para percorrer a distância entre Teresina e Goiânia. (Ibidem: 23)

Foram feitas inúmeras referências elogiosas à nova capital. O Chefe de Serviço da Imprensa do Ministério do Exterior, o Dr. Renato de Almeida, por exemplo, discursou:

Para ser sincero eu devo saudar o ilustre Interventor Federal Pedro Ludovico Teixeira, como um artista moderno, o criador de Goiânia, que oferece hoje à admiração do Brasil. E Goiânia é uma obra de arte, porque não é apenas uma formosa cidade que se edifica no coração do Brasil, mas contém uma sugestão profunda que encanta e comove. O chefe do Governo goiano não é só um plantador de cidades – (a evocação do Bandeirantes é inevitável) – ele é, sobretudo, um animador do Brasil moderno. (Ibidem: 20)

Nos elogios ao Interventor, ressalta-se a *eficiência* de Goiânia (e de sua administração), motivo de admiração nacional.

Nos anos que sucederam o Batismo Cultural, Goiânia não brilhou tanto fora de suas fronteiras, a não ser por acontecimentos mais pontuais, como as visitas de autoridades⁹, os congressos nacionais¹⁰ nela realizados, e vitória da garota goianiense Jussara Marques, no concurso para escolher a Miss-Brasil, em 1949¹¹. Em 1953, Goiânia foi manchete internacional no *Times de New York*: infelizmente pelo assassinato do jornalista Haroldo Gurgel¹².

No final dos anos 50, os goianienses vêm com orgulho as inúmeras visitas de celebridades as obras de Brasília – era como se visitassem a própria Goiânia. Alguns, realmente o faziam, como em junho de 1957, quando quarenta deputados federais, em comitiva, vieram até Goiânia; no ano de 1958, vieram os célebres jogadores de futebol da Seleção Brasileira, Belini, Orlando e Vavá; em 1959 foi a vez do escritor norte-americano a serviço da revista *Life*, estender até Goiânia sua visita a Brasília (Reis, 1979: 216,315). Nos anos 60 e 70, os aspectos cosmopolitas de Goiânia, foram legitimados pelo seu crescimento demográfico, grandes construções arquitetônicas, e o pioneirismo da cidade em relação à absorção da tecnologia moderna, como o computador eletrônico.

Todos esses acontecimentos refletiram numa imagem positiva de Goiânia como um lugar de eficiência e desenvolvimento. Essa imagem foi, inicialmente, abalada com os inúmeros problemas resultantes do crescimento demográfico exagerado da Capital nos anos 60 e 70 e das cidades do Entorno nos anos 80. Infelizmente, porém, o Acidente Radioativo de 1987 colocou novamente a cidade no centro das atenções do Brasil e do mundo.

Sobre ele, escreve, poeticamente, Fernando Gabeira (1987:11-12), ainda no ano de 1987:

A notícia em sua maior simplicidade era esta: dois catadores de papel recolheram uma bomba de césio 137, abandonada num terreno baldio. Romperam seu invólucro de chumbo com golpes de marreta e descobriram uma cápsula fluorescente, altamente radioativa, que passou a circular na cidade como se fosse uma pedra preciosa, como se fosse um pedaço do azul do céu, caído, subitamente no Bairro Popular para fazer a felicidade dos pobres do planeta. Quando aconteceu ninguém sabe ao certo. A primeira notícia vazou no dia 28 de setembro e o episódio, segundo os catadores de papel, começou cinco dias antes. Um sapateiro chamado

Felinto de Oliveira confirma a tese de que a bomba sumiu do terreno alguns dias antes. Ele estava na feira hippie de Goiânia, na avenida Goiás, resolveu ir embora para casa e, no meio do caminho, precisou de um banheiro. Não havia nada em torno e resolveu usar o terreno baldio. A bomba de césio estava lá, visível na escuridão, e o sapateiro evitou fazer pipi em cima dela.

A partir daí, a radioatividade espalhou-se e contaminou outras pessoas. O caso mais célebre e grave foi o da garota Leide das Neves, de seis anos, que tocou no pó do césio e comeu um pão com ovo, contaminando-se internamente e morrendo no dia 23 de outubro de 1987.

A garota era filha de Ivo Alves Ferreira, o dono do ferro-velho que comprou o aparelho de raios x. O ferro-velho estava localizado na rua 57, no antigo Bairro Popular (agora setor Central), o bairro em que acontecera exatamente trinta anos antes (1957) a chacina da família Matteucci¹³. Os primeiros sintomas de contaminação radioativa não foram reconhecidos pelos médicos do Hospital de Doenças Tropicais. Um físico, Walter Mendes Ferreira, que estava a passeio por Goiânia examinou a peça que fora levada para o hospital como suspeita de provocar as queimaduras que algumas pessoas apresentavam, e detectou a contaminação radioativa de Goiânia (Staciarini, 1986:20). Era o dia 29 de setembro de 1987.

A partir daí, Goiânia ficou sobre a mira da imprensa nacional e internacional. O jornal *Barricada* da Managua (03 out. 1987 – CNEN), assim descreveu o acidente:

Según sus declaraciones, le llamó la atención el polvo que “brillaba como purpurina” y lo regaló a sus parientes y vecinos, así es que durante varios días el césio-137 circuló de mano en mano sin control.

O termo *sin control* sugere *irresponsabilidade*. O jornal *El Pais*, de Madri (3 de out, 1987 – CNEN) também teve opinião semelhante:

El incidente, que já se conoce com el *Chernobil* brasileño, puso de relieve una vez más el total abandono por parte de las autoridades en que se encuentran los proyectos nucleares en Brasil.

Para o jornal *La Presse* de Tunís (3 out. 1987 – CNEN):

L'accident nucleaire de Goiânia, capitale de L'Etat-brésilien de Goiás, à 200 Km environ au Sud de Brasília, au cours duquel 57 peronnes au moins ont été contaminées dont 16 gravement, est la conséquence d'une incroyable négligence, estiment les observateurs.

O trecho acima avalia que o acidente de Goiânia foi um ato de negligência. Na mesma linha, um jornal de Bruxelas (3 out. 1987 – CNEN) colocou em manchete: “Négligence nucléaire: 58 irradiés au Brésil”. Até um jornal do Vaticano – “*Observatore Romano*” (4 out. 1987 – CNEN) contido em suas declarações, achou o acidente de Goiânia *inexplicável*:

La capsula apparteneva all'Istituto di lotta al cancro dello Stato di Goiás, del quale Goiania é la capitale. Questo servizio di radiazioni era stato sospeso dall'Istituto, che avrebbe dovuto

Campinas informare la commissione nucleare per la rimozione della sostanza radioattiva. Ma, *inspiegabilmente*, un grosso recipiente contenente capsule radiattive é stato scaricato in un deposito di rottami, dove é stato raccolto da commercianti di ferrami¹⁴. (grifo meu)

Nos jornais brasileiros, a avaliação foi semelhante. O Jornal do Brasil, por exemplo, escreveu em letras garrafais: “Entre a pobreza e a ignorância, a tragédia nuclear” (Rio de Janeiro, 1º nov. 1987 – CNEN). A imagem de eficiência e progresso que a cidade conseguira passar em seu Batismo Cultural em 1942, foi totalmente invertida.

Ironicamente, o acidente radioativo aconteceu quando estava sendo realizado em Goiânia o Grande Prêmio Mundial de Motociclismo, no Autódromo Internacional. Um jornal local captou essa relação de imagens positivas e negativas entre esses dois acontecimentos:

Uma semana depois de Goiânia ser assediada pela imprensa mundial, que veio relatar de perto a festa do Grande Prêmio de Motociclismo, um momento trágico faz da cidade, novamente, alvo das atenções jornalísticas, trazendo para cá um batalhão de profissionais da informação. (O Popular, 3 out. 1987 – CNEN)

Só que agora, os jornalistas não vieram para elogiar, mas para criticar. O acidente radioativo provocou a maior discriminação da história de Goiânia. Reservas de hotéis de turistas goianos foram canceladas, nas fronteiras de Goiás exigia-se o atestado de não-contaminação para atravessá-la. Até a barraca de Goiás foi impedida de participar na Feira da Providência no Riocentro, Rio de Janeiro¹⁵. Essa discriminação atingiu dimensões surpreendentes, conforme revela uma carta de uma leitora ao Jornal do Brasil (9 nov. 1987 – CNEN):

Aqui em Cuiabá, onde resido, a Associação Comercial fez circular um comunicado, convocando seus associados a suspenderem suas compras no Estado de Goiás. Numa escola, o responsável pelo cerimonial de uma formatura, sugeriu que os formandos originários de Goiás evitassem a enviar convites a seus familiares.

Além dessas atitudes de poucas conseqüências práticas efetivas e das inúmeras piadas¹⁶, houve algumas atitudes discriminatórias mais sérias: os pilotos de Stock Cars cancelaram uma corrida no Autódromo Internacional de Goiânia, vários produtos exportados por Goiás foram recusados, causando um sério prejuízo à economia do estado de Goiás.

Analisando o acidente radioativo de Goiânia, pode-se fazer uma certa analogia com a epidemia de varíola ocorrida, 78 anos antes, na cidade de Campinas. Em primeiro lugar, em ambos os casos, tratava-se de algo nunca visto na região e, que depois de avaliações errôneas, foi descoberto por pessoas de fora (os italianos, no caso do varíola; o físico paulista, no acidente do césio); em segundo lugar, em ambas situações a população ficou aterrorizada¹⁷ e sofreu uma grande discriminação (cordões sanitários em volta de

Campinas e a exigência de atestados para os goianienses saírem da fronteiras do Estado); em terceiro lugar, vieram especialistas para controlar a situação (o médico Laudelino Gomes de Almeida, em Campinas; e os técnicos da CNEN, no césio); e por fim, Campinas recuperou seu prestígio, utilizando a sua imagem bucólica, o que também foi feito por Goiânia, conforme pretendo demonstrar nas linhas que se seguem.

3. CARACTERÍSTICAS PÓS-MODERNAS DE GOIÂNIA

3.1 A cidade ecológica

Em outro parte este trabalho já analisou a mudança de imagem da cidade na poesia após o acidente radioativo. Agora, farei uma complementação, utilizando outros materiais. Este trabalho tem como uma de suas hipóteses que o acidente com o césio-137 contribuiu para que a cidade repudiasse suas características progressistas e se voltasse para uma postura pós-moderna (no sentido de crítica à ideologia do progresso). Desse modo, ela vai repudiar suas características de metrópole, tais como crescimento populacional, desenvolvimento industrial, verticalização, poluição ambiental. Assim, há uma mudança nos discursos dos administradores da cidade que agora utilizam como palavras-chaves na propaganda da cidade respeito ao meio ambiente, a qualidade de vida, a recuperação da memória histórica, etc.

Um exemplo do novo discurso está em um artigo da revista "Oásis", de postura favorável ao governo, meses após o acidente radioativo:

Goiânia é uma das cidades mais bonitas do Brasil, das primeiras que foram planejadas neste País, cresceu bonita e cada dia mais faz transparecer o arrojo de sua formas arquitetônicas, a beleza de toda flora que se espalha pelos adornos maravilhosos que fazem da cidade um imenso jardim. (Faria, 1987)

No trecho acima, ao lado dos argumentos desenvolvimentistas, como *cidade planejada e formas arquitetônicas arrojadas*, aparecem argumentos de natureza estética – *cidade mais bonita, beleza de toda a flora, adornos maravilhosos, imenso jardim*. No desenvolvimento do artigo, aparecem mais desses argumentos, como o que diz: "porque não é à toa que Goiânia tem fama de ser a cidade que tem mais mulher bonita por metro quadrado em todo o mundo".

No aniversário da cidade em 1988, um artigo de jornal intitulado sugestivamente *Rumo ao futuro* dizia:

são problemas [de Goiânia] variados e de extensão. Situam-se na segurança, na assistência médica e social, na educação, no lazer, no meio ambiente e, especialmente, no trânsito.

Mas a despeito de tantos problemas, Goiânia cresce mantendo as linhas harmoniosas de uma cidade bonita. É agradável, aconchegante, com atrativos que costumam fazer com que aqui se fixem aqueles que vêm a passeio ou estão apenas de passagem. (O Popular, 24 out. 1988 – CEDOC)

Nota-se no texto acima que os problemas de Goiânia estão relacionados com a qualidade de vida (segurança, lazer, meio ambiente, assistência médica), bem diferentes das críticas feitas na década passada aos descuidos com os monumentos históricos e com a urbanização; agora o indivíduo está no centro das ações públicas e não a cidade – entendida apenas no seu aspecto material. Desse modo, os maiores atrativos da cidade os viajantes (a preocupação em mostrar uma imagem externa permanece), demonstrados pelos adjetivos *agradável e aconchegante* tornam-se exigências relacionadas à qualidade de vida das pessoas.

No aniversário da cidade no ano de 1995 a manchete de uma matéria sobre a cidade dizia: “Plano Diretor busca expansão racional: ordenar o crescimento é a solução para maior qualidade de vida”. (O Popular, 24 out. 1995 – CEDOC)

Esse plano diretor, aprovado pela Lei Orgânica do Município de 1992, tem uma postura mais precavida em relação ao crescimento: em vez de se orgulhar com as taxas recordes de crescimento, como era feito nos anos 60; agora, procura contê-lo. Busca-se principalmente a qualidade de vida. Isso demonstra uma postura crítica em relação ao ufanismo progressista. E o césio foi um dos grandes responsáveis por isto.

Em artigo denominado “Chernobyl Tupiniquim” do informativo do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro (nov. 1987 – CNEN), o seu presidente, o Engenheiro Mateus Schnaider, escreveu:

O progresso e o desenvolvimento científico vêm trazendo à humanidade uma melhoria constante da qualidade de vida, mas, concomitantemente aporta também o perigo do dano físico, perigo à saúde e destruição total.

Essa postura crítica ao saber moderno é digna de ser notada, principalmente porque partiu de um engenheiro. Foi um deles, o engenheiro João Argenta¹⁸, que forneceu subsídios técnicos a comissão que procurava um local para construir uma nova capital em 1933; foram dois outros, Atilio Correia Lima e Armando de Godói, que rascunharam as primeiras formas de Goiânia; foram engenheiros os que instalaram o primeiro computador eletrônico na cidade¹⁹.

A perda de confiança na razão como capaz de resolver os problemas do homem é um fenômeno global, ligado a uma postura reflexiva em relação aos postulados clássicos da modernidade. Em uma cidade como Goiânia fundamentada nestes postulados, sua

rejeição é digna de nota. Quem imaginaria, no dia 20 de agosto de 1950, quando foi instalada o primeiro aparelho de raios x de Goiânia (Reis, 1978:861), que uma máquina destas provocaria, trinta sete anos depois um acidente de tamanha proporções?

A postura crítica à ciência não foi feita apenas pelos engenheiros. Em uma monografia de final de curso em história, em 1996, a autora também tem essa postura:

O fantástico progresso científico e tecnológico que presenciamos foi desencadeado de forma inconseqüente e hoje temos que pagar por isso. Vivemos sob constante ameaça frente a uma crise ecológica de escala mundial. (Staciarine, 1996:9)

Os discursos oficiais sobre a cidade também não ficaram indiferentes a esse acontecimento. Analisando as diversas imagens sobre Goiânia nas capas das listas telefônicas, nota-se, após o acidente com o césio, a inclusão da agenda ecológica, como um dos principais argumentos positivos sobre a cidade. Antes disso, eram utilizados como argumentos as características desenvolvimentistas da cidade. Assim, o guia telefônico de 1981 (Telegoiás/Guiatel, 1981:2) traz na capa a foto do Parque Mutirama, um dos símbolos modernos da cidade. No ano de 1981 (p. 16), sobre uma foto que mostra vários arranha-céus de Goiânia, está escrito:

Hoje, aos 47 anos, perto de um milhão de habitantes, realmente é o polo de progresso e beleza capaz de impulsionar o desenvolvimento das demais comunidades, de norte a sul, de leste a oeste, a de crescer com todas elas.

Na lista telefônica de 1982 (p. 1), sua capa era representada pela foto do Estádio Serra Dourada, a modernidade da construção é descrita no texto explicativo:

De concepção arquitetônica moderna, é chamado o Estádio da paisagem, pela sua formação paisagística possuindo nos Setores Norte e Sul 2 praças que une os pórticos das arquibancadas e cadeiras. (...) Além de oferecer conforto e bem estar ao público e aos atletas, possui Motor- Gerador, Placar com Eletrográfo, Relógio Digital, podendo emitir mensagem estacionárias, circulantes e repetitivas.

No guia telefônico de 1983 (p. 15), ao lado de uma foto da Avenida Goiás (também focalizando os prédios de andares), um texto, com o título de “A capital – Goiânia: uma cidade moderna e vibrante”, diz:

Goiânia, é uma cidade vibrante e moderna, que nada fica a dever às maiores capitais do país. Quem mora em Goiânia não quer deixá-la e quem a visita promete voltar em breve.

Seguindo, esta mesma linha, o Guia de Endereços de 1984 (p.1), traz na capa a foto do primeiro shopping da cidade, o *Flamboyant Shopping Center*. No de 1985, a foto de uma indústria, representando a esperança de industrialização:

A economia goiana se baseia em sua capacidade agro-pecuária, entretanto, estamos ingressando na fase de industrialização de nossos produtos.

Enfim, os discursos acima têm a mesma concepção ufanista em relação ao progresso que os discursos das décadas de 60 e 70. Como discursos propagandísticos da administração pública, ao contrário de parte da imprensa e da literatura, continuaram durante a maior parte dos anos de 80 com uma visão desenvolvimentista. Todavia, o acidente radioativo abalou essa visão.

No guia de endereços de 1989 (p. 1) apretan na capa o quadro *Paisagem Urbana com Figura*, de Alexandre Liah. O texto explicativo a ele se refere:

No quadro dentro da escola impressionista, o autor capta um momento do cotidiano urbano e, fazendo uso criativo das formas e das cores, mostra o *elo de integração entre o ser humano – representado por uma sombra indeterminada – e o meio de comunicação, o telefone público*. A partir daí, as coisas acontecem e continuam, tudo numa dinâmica, onde o passado, as recordações (as várias casas pintadas ao fundo) se mesclam com o tempo, com hoje.

Assim, o quadro é formado com imagens do passado (casas de estilo antigo) sobrepostas à imagem do presente (um telefone público) que, aliás, fica numa posição bem discreta em relação àquelas.

No guia de 1990 (p. 1), a fuga é em direção à natureza bucólica. Sua capa é a foto do quadro *Os Tucanos* de Iza Costa, pertencendo a série *Pássaros e Aves da Região de Goiás*. Na mesma perspectiva ecológica, a lista telefônica dos anos 1991/1992 (p. 1), utiliza na capa, o quadro *Mãe Celestial*, de autoria de Divino Gonçalves de Castro. A justificativa da capa diz que:

O pintor retrata nessa tela a natureza como guardiã maior da vida sobre a Terra. É a mãe velando a existência dos elementos naturais tais como plantas, lagos e animais, contornados em forma e matizados em cores que transcendem dos contos de fadas de *Era uma vez (...)*

A preocupação com a natureza continua na lista da cidade nos biênios 92/93 (p. 1). Nesta, a capa é o quadro *Harmonia*, de João Abrão. Sobre ele está escrito:

O planeta Terra chega à contagem do ano 2000 com rios poluídos, buracos na camada de ozônio e atmosfera contaminada. Esta ano o Brasil será a sede da ECO/92, que traçará novos caminhos para o mundo, na tentativa de evitar que o progresso e a tecnologia destruam.

O medo do progresso e da tecnologia não é exclusivo dos goianienses – é ainda uma preocupação global, todavia, após 1987, os goianenses têm motivos mais fortes para temê-los. O interessante é que foram aquelas categorias que fundamentaram o discurso público oficial sobre as vantagens de Goiânia, durante mais de 50 anos.

Na lista telefônica de 1994 (p.2), a capa reproduz o quadro de Wilson Jorge *Coisas de Goiás* que:

destaca uma reprodução da escultura São Miguel Arcanjo do artista barroco José Joaquim da Veiga Valle, cuja obra se encontra no Museu da Boa Morte na cidade de Goiás. Ao fundo está retratada a vista de Goiânia, um Buriti, coqueiro típico da Capital e, ao lado, a casa da poetisa Cora Coralina, lembrando a Velha Vila Boa.

Desde o início de sua história, os discursos sobre Goiânia tentaram diferenciá-la da antiga Goiás; agora, esse quadro provoca uma miscelânea de imagens das duas cidades. Porém, ao contrário, do discurso mudancista que utilizava imagens antitéticas (rural e moderno), o quadro utiliza o recurso da aditivção: imagens tradicionais da cidade de Goiás são justapostas à imagem bucólica de Goiânia (representada pelo buriti²⁰) – nesta operação, não existe valorização da modernidade de Goiânia, nem sentido pejorativo quanto ao *atraso* de Goiás.

Na lista telefônica dos biênios 98/99 (p. 1), a foto de um bosque, do fotógrafo Marcus Soares, no centro da cidade, serve como capa, mostrando Goiânia como uma cidade ecológica:

Poucas cidades podem desfrutar do privilégio de, em pleno núcleo central, no meio da agitação da vida metropolitana, conviver com bosques, lagos e área de preservação ambiental (...)

Enfim, assim como na poesia, no discurso oficial houve uma considerável mudança de conteúdo após o acidente com o material radioativo, em direção à imagem ecológica. Não foi por acaso que na capa da publicação da ata da conferência internacional “Goiânia, ten years later” (CNEN/IAEA, 1997) realizada nos dias 26-31 de outubro de 1997, o símbolo de radioatividade seja apresentado em forma de flor²¹.

A guinada em direção aos movimentos ecológicos não ficou apenas no discurso, foi colocada em prática na recuperação da imagem de Goiânia. A administração pública de Goiânia da época do acidente²² preocupou-se com a recuperação estética da cidade – o programa *SOS Goiânia* criou frentes de trabalho para, tendo o Centro como referência, limpar a cidade; as obras de construção do Mercado Central foram adiantadas e o prédio foi entregue à população; com isso, a área que funcionava provisoriamente como mercado, serviu de local para a instalação do Centro Comercial Popular assim alojando “os ambulantes que se encontravam instalados nas principais avenidas da cidade, causando tumultos, inconvenientes, sujando e enfeando a capital.” (Revista Oásis, 1987:21) Isso continuou nas administrações posteriores: a de 1988-1992²³ teve como plataforma administrativa básica a transformação de Goiânia na *cidade das flores*, através do ajardinamento de ruas e praças; esse embelezamento foi tão bem aceito pela população que até a administração de esquerda, que governou a cidade de 1992 a 1996²⁴ não teve condições de abandoná-lo; e no quadriênio (1996 a 2000) Nion Albernaz reassumiu novamente o controle administrativo da cidade, tendo novamente como principal programa o embelezamento da cidade.

Na verdade, no Plano Diretor elaborado por Atilio Correia Lima, (Apud IBGE, 1942: 105) ainda em 1933, havia uma grande preocupação em dotar a cidade de Goiânia de áreas verdes:

Dentro do critério moderno que manda prover às cidades de áreas livres plantadas, afim de permitir que o ambiente seja beneficiado por essas reservas de oxigênio, procuramos proporcionar à cidade o máximo que nos foi possível de espaços livres.

Os espaços livres eram formados pelos parques do Botafogo, dos Buritis e Paineira; Pelos *Park-ways* (parques que acompanhavam o curso dos córregos), pelos jardins e ruas arborizadas. Assim, Goiânia seria uma *cidade-jardim*, a cidade com maior área verde por habitante do mundo.

Isso não foi prioridade para os administradores da cidade, em especial entre as décadas de 50 e 70, e muitos dos bosques e parques previstos no Plano Diretor tiveram a sua área reduzida ou foram extintos: por exemplo, o parque dos Buritis que tinha 400 mil de área foi reduzido para 120 mil metros quadrados; o Parque Botafogo, com 540 mil metros quadrados, reduziu-se para 172 mil; o Horto Florestal, previsto para ter 1 milhão de metros quadrados, desapareceu totalmente nas décadas de 50 e 60 (tornou-se parte dos setores Aeroporto, dos Funcionários e Fama). Enfim, a questão ambiental não constituiu prioridade para a administração pública municipal nesses anos, embora como um dos componentes essenciais para melhorar a aparência estética da cidade, não estivesse totalmente descartada das ações do executivo. No início dos anos 60, na administração do prefeito Íris Rezende, houve até um concurso de canteiros de flores das praças da cidade; no início dos anos 70, quando era prefeito Manoel dos Reis e Silva, o seu *slogan* administrativo *Goiânia, a cidade que vivia numa eterna primavera* ficou conhecido nacionalmente.

Todavia, a partir dos anos 90, a questão ambiental tornou-se uma questão política que não podia mais ser deixada de lado ou colocada numa posição periférica pelos administradores municipais²⁵. Ela converteu-se em questão essencial nos discursos daqueles que se propunham administrar a cidade – se até que ponto esses discursos foram efetivamente colocados em prática é outra história, que não pretendo analisar aqui. Por exemplo, quando o Estado comprou em 1991 uma fazenda entre Goiânia e Anápolis para ser nela estabelecida o Parque Ecológico de Goiânia, o governador Iriz Resende “observou que se não estabelecer uma política de conservação da natureza, o progresso irracional trará grandes problemas ao homem.” (Jornal Opção, 24 out. 1991 – AHEG)

Discurso bem diferente de quando ele fora prefeito da cidade no início dos anos 60, época do otimismo com a construção de Brasília²⁶.

De acordo com Ulrich Beck (1997:31), uma das características da pós-modernidade (ele não utiliza esse termo, mas *modernização reflexiva*) é que houve uma mudança na natureza do poder político – as instituições políticas clássicas da modernidade, tais como os partidos, as classes e o Estado perdem espaço para formas “políticas subjetivas”:

O fenômeno social mais assombroso e surpreendente – e talvez o menos compreendido – da década de 1980 foi o inesperado renascimento de uma subjetividade política, dentro e fora das instituições. Neste sentido, não é exagero dizer que os grupos de iniciativa do cidadão tomaram o poder politicamente. Foram eles que colocaram em debate a questão de um mundo em perigo, contra a resistência dos partidos estabelecidos. (...) A compulsão para se engajar na salvação ecológica e na renovação do mundo, enquanto isso, torna-se universal.

Em Goiânia, a participação da população nas questões ecológicas como força política pode ser exemplificada mediante vários fatos. Um deles foi a construção das pistas marginais no córrego Botafogo, reconhecidamente de fundamental importância para a melhoria do trânsito de Goiânia, iniciada em 1991, sofreu inúmeros processos judiciais que alegavam degradação ambiental. Assim o primeiro trecho da obra, de três quilômetros, foi concluído *subjudice*²⁷, o que provocou desgaste político e crítica à administração municipal:

um projeto voltado para a solução do problema viário de Goiânia, mas que, na sua concepção original, foi formulado de acordo com o conceito de *desenvolvimento a todo custo*. No seu nascedouro esta obra encarnou a irresponsabilidade ecológica das decisões apressadas que escondem objetivos não confessáveis publicamente (Martins Júnior: 1996:90). (grifado no original)

A continuação da obra, em outra administração²⁸, foi feita tentando minimizar ao máximo os prejuízos ecológicos.

Outro fato foi a recuperação do parque dos *Beija-flores*. Ele foi criado legalmente em 1952, quando foi aprovado o loteamento do Setor Jaó. Por meio de uma negociação obscura, a loteadora encarregada escriturou a área para uma entidade particular que vendeu o terreno em 1992 para um empresário que intencionava construir um condomínio no local. Imediatamente os moradores do local, organizados no “Movimento Pró-Parque” acionaram o Ministério Público, contra a obra. Em uma decisão inédita em termos de jurisprudência no Brasil, a área foi retomada como parque público (Martins Júnior, 1996:92-3).

A participação do cidadão comum nas questões ecológicas não se restringiu ao parque *Beija-flores* – surgiram as Associações de Amigos dos Parques Vaca Brava, Areião, Botafogo e Jardim Botânico. Destaca-se, também, a luta para despoluição do Rio Meia

Ponte que já conseguiu do poder público estadual o comprometimento de gastar mais de 100 milhões de dólares na Estação de Tratamento de Esgotos de Goiânia.

Enfim, acredito que a mudança de imagem de Goiânia em direção à ecologia foi responsável pela recuperação da imagem positiva da cidade, externamente abalada após o acidente radioativo em 1987. Em 1996, Goiânia ganha o título de “Cidade Ecologicamente Correta”, dado pela Sociedade Brasileira de Valorização ao Meio Ambiente. No mesmo ano, um artigo da *Revista Oásis* (Silva, 1996:62), com o título de “Goiânia, a capital da qualidade de vida” fazia referência a uma publicação da revista “Exame” em que Goiânia aparece como a segunda Capital do país em investimentos por causa de sua qualidade de vida.

Em agosto de 1997, a revista *Isto É* publicou um artigo sobre Goiânia, denominado *A Dallas Brasileira* com referências elogiosas à cidade:

Situada no centro de uma região onde circula grande parte da riqueza agropecuária do País, a capital de Goiás é rica e próspera. Dona da maior frota per capita de caminhonetes, a cidade tem 57 mil pick-ups para cada um milhão de habitantes. Ostenta ainda a maior proporção de veículos por habitantes no País – há um carro para cada duas pessoas em Goiânia (Melo, 1997:114).

Atitude surpreendente, se se considerar que a mesma revista colocou na sua capa de outubro de 1987 as palavras: *Goiânia nunca Mais*. Assim, as características de Goiânia elogiadas pela imprensa nacional estão relacionadas à ecologia, à qualidade de vida e a suas raízes sertanejas, como o estilo *country*.

3.2. Lazer

Com a metropolização houve alterações significativas no lazer do goianiense. O desenvolvimento dos meios de transporte fez com que as distâncias entre as cidades do Entorno e Goiânia pudessem ser percorridas em menor tempo, abrindo espaço para que os moradores da Capital pudessem praticar um lazer mais ligado à natureza, nessas cidades, já que em Goiânia a poluição dos rios e o desmatamento inviabiliza essa prática. Assim, houve, a partir dos anos 80, o ressurgimento de formas de diversão naturais que eram comuns nos primeiros anos da cidade, mas que agora só podiam ser realizadas um pouco mais longe.

Desse modo, nos finais de semana, ou em feriados prolongados, há uma verdadeira migração de goianienses em direção às cidades vizinhas. A consequência disso é que os

pequenos sítios familiares dessas cidades tornaram-se chácaras de recreios de final de semana da classe média e alta de Goiânia. Esse processo foi notado por um memorialista de uma dessas cidades:

O Município de Aragoiânia, com uma população que não chega a casa dos 6.000 habitantes, no final de semana incha chegando mesmo a conter umas 9.000 pessoas em seu bojo, devido aos loteamentos de chácaras. Onde em cada chácara apenas um caseiro, passa a ter às vezes, até 10 ou mais pessoas, entre proprietários parentes e amigos. (Silva, 1998:69)

Ele foi extremamente modesto em suas avaliações. A apenas seis quilômetros dessa cidade, desde o final dos anos 70, uma fazenda com uma queda d'água de uns cinco metros de altura, chamada *Cachoeirinha* era altamente atrativa para os moradores de Goiânia. Além dela, foi construído, em 1987, nesse município um lago artificial chamado *Campos Dourados* que fica a quatro quilômetros de distância da G0-040 que a liga à Capital. Os dois lugares, sozinhos, são capazes de atrair em um só dia mais de seis mil pessoas, a maioria absoluta de Goiânia. Isso não é um fenômeno específico de Aragoiânia; nas demais cidades do Entorno, seus rios, córregos e lagos são também invadidos por goianienses.

Além dos banhos naturais, outra forma de lazer são as pescarias. Pescar sempre foi a forma preferida do sertanejo. Como já relatei, essa era uma prática freqüente em Campinas e em Goiânia dos anos 40 e 50. A partir do final da década de 80, a pescaria é feita de forma diferenciada. Surgiram os *pesque-pagues* – viveiros de peixes, nos quais o turista mata a sua nostalgia das antigas pescarias. Neles, o produto *pescado* é pesado e vendido para o cliente. Esse tipo de empresa expandiu-se com sucesso pelas cidades do Entorno: são mais de noventa delas²⁹ – até em Aparecida de Goiânia, praticamente estéril de áreas verdes, eles são freqüentes. São exemplos característicos da sociedade de uma época pós-moderna, em que se procura simular a tradição – uma prática de subsistência como a pesca é transformada numa venda, que mantém apenas aparência de pesca.

Isso não acontece apenas com a pesca. Uma das maiores atrações turísticas de Hidrolândia é uma fazenda chamada *Jaboticabal*. Ela contém mais de 15 mil pés dessa fruta e atrai centenas de visitantes por dia, muitos estimulados pelo lendário desafio do proprietário: *aquele que conseguir comer uma fruta de cada pé, ganha a fazenda inteira*. Ela também é uma simulação da coleta de frutos do cerrado – uma forma do cliente se sentir em harmonia com a natureza.

A forma clássica de tentativa de reconstituição do mundo tradicional são os hotéis-fazendas. O próprio nome indica a mistura entre uma forma moderna, como o hotel, que pressupõe um certo cosmopolitismo, com a tradicional fazenda. Neles, o cliente tem tudo que se encontra nos hotéis, como serviço de quarto, bar, sala de conferências, etc. em um lugar sob a forma de uma fazenda, com passeios a cavalo, opção de beber leite no curral, comida em panela de ferro e fogão a lenha, etc. Assim, a partir dos anos 80, os hotéis-fazendas proliferaram nas cidades do Entorno, destacando-se: o *Serro Park Hotel*, no município de Guapó; o *Hotel Lago Idéias Molhadas*, em Hidrolândia; o *Hotel Nova Taverna*, em Brazabrantes etc.; todos atendendo, quase exclusivamente, a goianienses.

Enfim, as cidades do Entorno absorveram os impulsos dos goianienses, ávidos de forma de lazer tradicional. Como a tradição fora do seu contexto não é tradição, mas formas modernas reflexivas, elas se inserem dentro do contexto pós-moderno de Goiânia, após os anos 80. O aproveitamento turístico das formas acima citadas não é específico de cidades-satélites; todavia, elas se destacam nesse aspecto por servirem quase exclusivamente à população de Goiânia, uma vez que são raros os próprios habitantes dessas cidades utilizarem esses lugares como formas de lazer.

Todavia, não é apenas em busca de um lazer com aparência tradicional que os goianienses buscam as cidades vizinhas. No sábado à noite, milhares de jovens de Goiânia dirigem-se a essas cidades em busca de diversão, lotando desde o tradicional Salão Paroquial, da pequena Abadia de Goiás, uma das poucas opções dos jovens dessa cidade que ainda não separou por inteiro o lazer da religião, até a moderna Boate de Inhumas, a Catedral, uma das maiores do Estado – entre esses dois pólos ficam as inúmeras danceterias, como o *Tupã Clube* de Guapó, o *Flash Dance* de Aragoiânia, etc. responsáveis pelo lazer comum de goianienses e nativos dessas cidades. Evidentemente isso gera rivalidades, similar à de Campinas e Goiânia nos primeiros tempos, especialmente no segmento masculino, uma vez que os naturais das cidades do Entorno se vêem prejudicados pela concorrência *desleal* dos goianienses, na disputa pelo sexo oposto.

3.3. Shopping center

Os estabelecimentos comerciais mais importantes de Goiânia, nos anos 40/50, estavam localizados em Campinas. Somente a partir dos anos 60/70 é que o comércio do centro da cidade superou o do Bairro (pelo menos, o comércio varejista, já que no atacadista este

continua predominando. Já nos anos 80/90, há uma forte tendência em curso de fragmentação da zona comercial para diversos pontos da cidade, provocando o enfraquecimento do comércio do centro da cidade.

Isso aconteceu de forma gradativa, e se intensificou com a implantação dos *shopping centers* na cidade, a partir da década de 1980. Esse tipo de estabelecimento comercial é construído pela iniciativa privada, reunindo várias lojas comerciais e de prestação de serviço e tem, como uma de suas principais propostas, aliar consumo e lazer.

Os *shopping centers* expandiram-se após a II Guerra, nos EUA e na Europa. No Brasil, os primeiros apareceram ainda na década de 1960, em São Paulo, mas a grande proliferação desses estabelecimentos deu-se após os meados da década de 80 (Montessoro, 1999:30-40). A expansão dessa forma nova de comércio está relacionada com a popularização do automóvel e a força da mídia, que minimizaram a importância do Fundo de Comércio³⁰ para o sucesso de qualquer empreendimento comercial destinado à venda.

Assim, o *Flamboyant Shopping Center*, o primeiro de Goiânia, foi construído longe do Centro, na área leste (Jardim Goiás), contribuindo para implementar a ocupação desta área da cidade. Ele foi recebido na cidade como mais um dos seus símbolos modernos:

Com a inauguração e o funcionamento do Flamboyant Shopping Center – com mais de uma centena de lojas especializadas e grandes magazines de departamentos – a cidade passou a contar com um moderno centro de compras. Ocupando uma vasta área construída e amplos estacionamentos, escadas rolantes, elevador panorâmico e grandes espaços ajardinados e com espelhos d'água, o Flamboyant também é uma excelente opção de lazer para o goianiense e para os que visitam a cidade. (TELEGOIÁS/GUIATEL, 1984:16)

Na década de 90, mais *shoppings* surgiram na cidade: o *Bougainville*, o *Goiânia Shopping* e o *Buriti Shopping* (situada no município de Aparecida de Goiânia numa área conurbada à Capital. Eles foram os principais responsáveis pelo esvaziamento do comércio varejista do Centro da cidade. Em tom de pesar, um artigo de jornal constata essa mudança:

Hoje os tempos são outros e muita coisa mudou. E mudou para pior. O que se vê no Centro de Goiânia é um retrato totalmente diferente de dez anos atrás. O Centro perdeu o atrativo comercial para as pessoas de melhor poder aquisitivo. As lojas exibem praticamente produtos populares. Aquelas de artigos mais sofisticados mudaram-se para os bairros nobres ou para os *shoppings*. Até as entidades de classe e as instituições financeiras estão procurando pontos onde há facilidade de acesso, estacionamento fácil e, sobretudo, segurança. (O Popular, 9 mai. 1999, CEDOC)

Além de perder as lojas comerciais, o Centro da cidade perdeu a sua função de lazer. A partir dos anos 60, o Centro passou a ter o maior número de cinemas, tendo perdido essa posição para os *Shoppings*. Perdeu também a sua função de servir como local

de *footing* da juventude mais elitizada dos anos 50. Agora, os *shoppings* são locais que atraem esse grupo.

Esse tipo de estabelecimento tem muitos aspectos que o identificam com a racionalidade advinda da modernidade clássica – ambiente totalmente controlado, seja por seções, por funcionários, por sistemas de segurança interna, etc. Ele representa um mundo criado e controlado por especialistas no saber moderno que fornece segurança e conforto para os usuários.

Todavia, essa vinculação com a modernidade clássica é apenas aparente. Os *shoppings* representam de certo modo a constatação da falência dos pressupostos iluministas. De acordo com Bauman (1999:239),

De fato eles oferecem um mundo perfeito, controlado pela razão, com toda ambivalência existente (ou deliberadamente planejada) sob cuidadoso controle; mas o mundo governado pela razão que eles oferecem só é uma ordem global graças às espessas e impenetráveis paredes fortemente guardadas dentro das quais se encerra. A utopia dos sábios afastou-se do mundo real para um retiro seguro onde não precisa mais temer o caos gerado pelo zelo ordenador. Vigias eletrônicos, alarmes contra roubo e entradas e saídas estreitas que se fecham sozinhas separam essa utopia miniaturizada do resto do mundo.

Desse modo, os *shoppings* são uma constatação concreta da falência dos grandes sistemas abstratos que pretendiam racionalizar a humanidade inteira. Como poucos atualmente acreditam nisso, o espaço de ação dos especialistas se restringiu a algumas áreas que são totalmente submetidas ao controle da razão. Estas áreas constituem-se um mundo simulado, distante da irracionalidade do mundo real – nos *shoppings* até a temperatura é estabilizada artificialmente.

Assim, eles estão no mesmo contexto cultural que explica o surgimento, em Goiânia, da Delegacia de Proteção a Mulher, do Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Ruas, da Associação de Recuperação e Conservação do Ambiente (ARCA), etc., no final dos anos 80. Como não se acredita mais na transformação total da sociedade através da racionalização, busca-se, pelo menos, reformas setorizadas.

3.4 A moradia

A elite goianiense nos primeiros anos da cidade preferiu os sobrados residenciais como forma de morar; já na década de 70, surgiram os prédios de apartamentos, em que a

funcionalidade substitui o desejo de afirmação pela diferenciação (pelo menos externa), própria do ser humano.

Na década de 90, surgiu em Goiânia um novo tipo de morar que promete oferecer as duas coisas ao mesmo tempo. Trata-se dos condomínios horizontais fechados, que surgiram a partir de 1995. Deste então já existem mais de seis desses condomínios na cidade, o que prova a boa repercussão nos integrantes das classes goianienses mais altas.

Trata-se de uma área com muito verde, cercada por muros altos e com um forte sistema de segurança. Os lotes dentro da qual são vendidos para construção de residências ao estilo do habitante, embora haja especificações sobre a qualidade do material a ser utilizado na edificação. Do lado de fora, a segurança é rigorosa; dentro, não existem grades, muros; as ruas são arborizadas e os lotes recobertos de gramas que estão sempre verdes, e cheios de flores.

Ao contrários dos prédios de apartamentos que apareceram inicialmente nos setores centrais da cidade, os condomínios horizontais de Goiânia, estão situados em regiões periféricas – o primeiro deles foi construído no município de Aparecida, em uma área conurbada com Goiânia. O desprestígio da zona central indica uma nova postura, que rejeita conceber a cidade como uma totalidade, na qual há uma interligação entre as várias partes. Busca-se então

uma forma de cidade formada por comunidades urbanas completas e finitas, cada uma delas constituindo um quarteirão urbano independente dentro de uma grande família de quarteirões urbanos que formam, por sua vez, "cidades no interior de uma cidade. (Harvey, 1992:70)

No planejamento urbano de Goiânia, foi deixado um espaço para as comunidades urbanas completas e finitas, quando se projetaram as cidades-satélites, isto é núcleos urbanos situados até quinze quilômetros da Capital. Além disso, plano já previa as construções residenciais mais afastadas do Centro:

Zona residencial: divide-se em duas secções principais: "A" ou urbana, e "B" ou suburbana, ambas ocupando sempre situações mais favoráveis e tranquilas, longe dos centros movimentados. (Correia Lima, 1935 apud Sabino Júnior, 1960:102)

Se esse projeto nunca foi implementado de fato, os condomínios horizontais fechados podem ser vistos, de certa forma, como um retorno a certos traços já previstos no planejamento inicial.

Houve, portanto, com o advento desses condomínios horizontais fechados, uma mudança na forma da elite da cidade morar. Desse modo, muitos abandonaram os condomínios verticais e mudaram-se para os horizontais. Um desses adeptos dos condomínios horizontais justificou assim sua escolha:

Onde moro atualmente já conheço os 18 moradores do condomínio, estamos constantemente em contato nas quadras de esportes, praças e inúmeras áreas verdes existentes. Nossos filhos podem andar de bicicleta despreocupados e não precisamos sair de casa em busca do lazer, já que temos praticamente tudo nas redondezas. (apud Diário da Manhã, Goiânia, 3 nov. 1999)

Nota-se no depoimento acima que há um anseio por recuperar as relações sociais mais íntimas e efetivas que foram perdidas no crescimento da cidade. Procura-se resgatar as formas comunitárias de vizinhança. Esses aspectos aparentemente indicam um certo retorno a um modo de vida tradicional. Apenas aparentemente.

Os condomínios horizontais representam um forte indício da perda de confiança na razão iluminista como capaz de emancipar a sociedade. De acordo com o Plano Diretor, elaborado por Atílio Correia Lima (apud IBGE, 1942: 45-56), Goiânia teria:

LAGO: "a represa do Jaó poderá, se bem preparado o seu terreno, constituir um centro de atrações esportivas inédito no Estado. Pela extensão que alcançará o lago formado, todos os esportes aquáticos poderão nele ser praticados."

PREOCUPAÇÃO COM O LIXO: "A coleta e o transporte do lixo far-se-ão na zona comercial, dentro das áreas públicas; deverá ser adotado o tipo de caixas metálicas com tampa, fechadas hermeticamente."

LOTES URBANOS ESPAÇOSOS: "foi adotado o critério de dar como área mínima 360 metros quadrados e uma testada nunca inferior a 12 metros. Hoje é universalmente aceito que, abaixo destes algarismos, a construção não pode oferecer condições de iluminação, insolação, boa distribuição interna e aspecto agradável."

GRANDE QUANTIDADE DE ÁREA VERDE/HABITANTE: "significando, portanto, uma proporção de 308 habitantes para cada hectare de parque ou jardim."

Porém esses aspectos não foram implantados ou quando o foram, de maneira deturpada. Goiânia tornou-se tão caótica e problemática quanto as outras cidades. Em vista disso, procura-se implantar aquilo que era para ser feito na cidade inteira em algumas pequenas partes. Um desses condomínios, por exemplo, oferece:

15 lagos com nascentes próprias; centro de lazer interno e exclusivo; coleta seletivo de lixo; terrenos a partir de 1250 metros quadrados; ausência de muros entre as residências; 678 metros quadrados de área verde por habitante. (Anúncio do Condomínio Aldeia do Vale, s.d.)

Desse modo, os condomínios horizontais, lugares onde especialistas tornaram a convivência do homem e da natureza mais harmônica, são simulações da realidade. Eles só são possíveis, porque existem fortes muros separando-os do mundo real, caótico e irracional. São, portanto exemplos de uma época em que as propostas totalizantes de intervenção na sociedade perderam a credibilidade.

3.5. Preocupação com o passado

No dia 6 de dezembro de 1935, o Correio Oficial publicou um artigo de um dos altos funcionários do Governo de Pedro Ludovico, Vasco do Reis (*apud* Teixeira, 1973: 129), denominado *A mudança da capital e a cidade de Goiás*. Ele dizia:

Porque não podemos compreender que um Estado rico como o nosso, e que somente agora vai galgando a estrada luminosa do progresso, tenha como Capital uma cidade de respeitáveis tradições históricas, mas sem nenhuns requisitos que possam fazê-la acompanhar o ritmo do desenvolvimento que Goiás vai alcançando.

Não interessa repisar novamente as oposições dicotômicas entre a antiga e a nova capital da literatura mudancista. Interessa-me apenas uma: a que opõe pejorativamente tradições históricas ao progresso.

De modo geral, essa foi a tônica determinante na história de Goiânia, principalmente nas décadas de 60 a 80. Muitos dos monumentos históricos foram destruídos ou tiveram desvirtuado sua função. No final dos anos 60, o *Obelisco*, marco inicial da cidade, no centro da Praça Cívica, foi substituído pelo *Monumento das Três Raças*³¹; no início dos anos 70, o famoso *Coreto* da mesma praça tornou-se uma floricultura e sede dos escoteiros; em 1975, o Mercado Central foi destruído para a construção de um prédio moderno – o *Parthenon Center*.

A preocupação em defender as tradições históricas não era vista, até os anos 80, como uma agenda política importante. Assim, a defesa desses monumentos era feita por alguns poucos intelectuais entusiastas do passado. No aniversário da cidade, em 1975, um artigo já chamava a atenção, ainda que em um tom medroso, para esse aspecto:

Em nome do progresso e do desenvolvimento, em apenas pouco mais de 40 anos, vem-se praticando inconscientemente, ainda com a maior e melhor boa intenção, uma depredação cultural e urbanística de Goiânia. (O Popular, Goiânia, 24 out. 1995 - AHEG)

Pouco a pouco, vozes em defesa do passado da cidade foram somando-se, conquistando mais espaço na mídia e, pelo Despacho n. 1.096 de 1982, do Governador Ary Valadão, foram tombados os primeiros monumentos de Goiânia³². Mesmo assim, em 1985, o histórico prédio da Santa Casa de Misericórdia foi demolido pelo Governador Iris Rezende. Porém, meses depois, ele desistiu, pelas fortes reações contrárias, ao seu projeto de demolir o Convento dos Padres Redentoristas, em Campinas para a construção de um Centro Esportivo.

Nos anos 90, a preservação dos monumentos históricos, assim como a questão ambiental, não podiam ser tratadas com indiferença por qualquer pessoa com ambições políticas. Em 1998, foi inaugurada a primeira etapa do projeto de revalorização do centro

histórico da cidade. A Praça Cívica retomou sua aparência dos anos 50, com as fontes luminosas e com seus prédios que recuperaram o estilo *Décó* original. Essa postura preservacionista difere substancialmente da desenvolvimentista e enquadra-se no ambiente da pós-modernidade. Segundo David Harvey (1992:46) “A *cidade-colagem* é agora o tema, e a *revitalização urbana* substituiu a vilificada *renovação urbana* como a palavra-chave do léxico dos planejadores.”

Essa nova atitude inverte aquela que subordinava tradições históricas ao progresso. Interessante é que, em Goiânia, essa preocupação com o passado se inicia com a constatação dos inúmeros problemas que o crescimento demográfico acarretou e se intensifica, ou pelo menos é absorvida pelo discurso oficial de forma mais intensa, a partir do acidente radioativo. O primeiro aspecto trazia um pessimismo em relação ao futuro; o segundo, em relação ao horror do presente. Sobrava, então, o passado – trazê-lo de volta era a melhor solução.

3.6. Prostituição

Nos anos 40 e 50, a prostituição era praticada nos bordéis. As prostitutas que neles trabalhavam eram pessoas públicas, no sentido de serem conhecidas por todos. Não havia nesses locais muita preocupação com a privacidade; salvo na hora do ato sexual, os fregueses conviviam entre si e com as prostitutas no salão. Nos anos 60 e 70, surgiram os motéis, com formas arquitetônicas (altos muros, estacionamento privativo, etc.) que garantem o sigilo dos usuários.

O aparecimento do motel está ligado ao surgimento da prostituição de rua e à massificação dos automóveis. Assim, nos anos 80, seu número continuou aumentar. O guia de endereços da cidade a eles se referia em 1990

A capital do amor. Assim Goiânia poderia ser chamada, se fossem observados número e variedade de motéis que a servem. Sem perder em qualidade, bom gosto e estilo para os motéis das principais capitais brasileiras, os motéis goianienses, em sua maioria, estão localizados na BR-153, saída para São Paulo. (Telegoiás/Listel, 1990, p. 1)

Desse período até os dias atuais, os motéis³³ de Goiânia estão distribuídos nas principais saídas da cidade, não apenas na saída para São Paulo.

No final dos anos 80, começou surgir uma novo tipo de prostituição em Goiânia: a prostituição via telefone (Vaz, 1997:18). Trata-se de uma forma bastante diferente daquela

feita nos bordéis, em que a prostituta e o seu cliente entravam num contato prévio antes do ato sexual, exigindo até um certo galanteio por parte do cliente. Já na prostituição por telefone, o cliente entra em contato com a prostituta por meio de anúncio de jornais. Os primeiros anúncios sobre essa prática apareceram em Goiânia, a partir de 1989. Um deles, utilizava o eufemismo *guias turísticas*, para se referir a essa prática milenar: “A Samara Simpson está com alto nível de garotas guia turísticas. Ligar fone xxx. Está ao alcance dos dedos” (O Popular, 4 set. 1990 – CEDOC)

Esse tipo de prostituição distingue daquela realizada nos antigos bordéis do bairro de Campinas, pois neles, as prostitutas, eram reconhecidas como tais por todos na cidade, gerando às vezes alguns conflitos entre ela e parte da população, conforme relato de Paulo Gomide de um fato acontecido em 1937 (Apud Teles, 1996:165):

E Maria Branca [a mais famosa prostituta da época] resolveu fazer uma festa e todos os deputados moravam no Grande Hotel a não ser Moisés Costa Gomes (...) E para a festa Maria Branca imprimiu convites e mandou entregá-los aos deputados lá no Grande Hotel. As madames da época se posicionaram contra e foi um escândalo dos diabos.

Agora, as garotas de programas, como elas são conhecidas atualmente, ao contrário, não são identificadas nas atividades do dia a dia como prostitutas pelas as outras pessoas, pois elas se escondem por meio do telefone e de pseudônimos.

Dessa forma, a prostituição por telefone e os motéis são dois exemplos de uma mudança em relação à prostituição em Goiânia. Eles indicam uma postura em que se procura o máximo de privacidade e sigilo em relação à prostituição, indicando um individualismo na conduta. Isso retirou o estigma da prostituta como um tipo social exótico. Além disso, a prostituição fragmentou-se em várias áreas da cidade, não concentrando em zonas específicas, como acontecia anteriormente com Campinas.

Todavia a partir dos anos 90, surge um novo tipo de prostituição em Goiânia que difere daquelas práticas mais sigilosas. Trata-se das Estâncias, que, segundo um anúncio de uma delas, contém “Lindas Garotas, música ao vivo de quinta a sábado. Telão junto à piscina.” (O Popular, 5 de ago. de 1995 – CEDOC)

Nesses ambientes luxuosos, as garotas, geralmente capas de revistas de circulação nacional, são disputadas pelos ricos clientes. Frequentar esses lugares é motivo de aumentar o status social, principalmente se conseguir ficar com a atração da noite. Tirando o luxo da decoração, há muita semelhanças entre essas casas e os antigos bórdeis de Campinas frequentados pela elite goianiense da época: há um contato pelo menos visual entre os freqüentes, há atrações musicais, galanteios com as garotas, etc.

Assim, a postura mais discreta dos m6teis e da prostitui63o por telefone tende a ser substituída, pelo menos entre a elite, por uma postura mais comunitária dessas estâncias.

4. O CONCEITO DE PÓS-MODERNIDADE

O termo *pós-modernismo* apareceu nos anos 50 e 60 (Connor, 1992: 14), porém ele só ganhou força nas disciplinas acadêmicas e de áreas culturais, a partir dos anos 70, quando várias áreas do conhecimento passaram a coletar provas de que estava havendo uma mudança substancial em vários campos que envolvem a existência humana. Todavia, não existe um consenso – este é um dos principais motivos desse termo ser tão controverso – sobre até que ponto essa mudança justifica a utilização do prefixo *pós*. Desse modo, para alguns a pós-modernidade já estava *dentro* da própria modernidade; para outros, ela é algo *além* da modernidade.

Controvérsias à parte, a definição de Giddens (1991:52) pela sua simplicidade e clareza, satisfaz a este trabalho:

Afora o sentido geral de se estar vivendo um período de nítida disparidade do passado, o termo com freqüência tem um ou mais dos seguintes significados: descobrimos que nada pode ser conhecido com alguma certeza, desde que todos os “fundamentos” preexistentes da epistemologia se revelaram sem credibilidade; que a “história” é destituída de teleologia e conseqüentemente nenhuma versão de “progresso” pode ser plausivelmente defendida; e que uma nova agenda social e política surgiu com a crescente proeminência de preocupações ecológicas e talvez novos movimentos sociais em geral.

Assim, as categorias básicas da modernidade – progresso e universalidade – perderam o seu valor. Com elas, houve a derrocada também da razão positiva. Em busca da emancipação humana, os herdeiros do pensamento iluminista produziram várias conseqüências negativas: indústria bélica, poluição ambiental, aumento da miséria humana nas grandes metrópoles, etc. Isso ficou mais evidente em lugares e em processo de modernização, nos quais se mesclam formas tradicionais com formas modernas, resultando, na maioria das vezes, no aumento do sofrimento.

O desenvolvimento da modernidade trouxe como conseqüência básica, a familiarização com a categoria risco. O papel dos especialistas é o de minimizar o máximo possível sua ocorrência (ou pelo menos, convencer os leigos disto.) Acontece que eles não estão em consenso entre si. Segundo Beck (1997:02),

Especialistas são anulados ou depostos por especialistas de áreas opostas. Políticos encontram resistência de grupos de cidadãos, e gerência industrial encontra boicotes de consumidores organizados e politicamente motivados.

Essa falta de um referencial (como era a teologia na tradição ou razão no Iluminismo) afeta os valores individuais. O indivíduo perde as suas referências mais gerais, como as que eram garantidas pelo partido e pelas religiões tradicionais. Agora ele busca satisfação personalizada – quer ser tratado como pessoa e não como uma categoria ou um membro de um grupo. Ele busca formas religiosas novas, como o zen-budismo, as seitas evangélicas e os movimentos carismáticos, com ritos litúrgicos mais individualizados; busca os movimentos sociais mais específicos, como o movimento negro, das mulheres, de proteção aos animais, etc.

Dessa forma o homem pós-moderno quer trazer de volta alguns valores do mundo tradicional, quando se vivia mais próximo da natureza e da sua comunidade. Só que agora, tudo se torna objeto de consumo. Então, ele *compra essas formas tradicionais*, tira-as de seu contexto natural e as artificializa. Ele tenta fabricar a tradição, mas tradição fabricada não é tradição, é mercadoria. É simulação de tradição. Daí, ele se contenta com esses hologramas da realidade.

A própria estética pós-moderna é fundamentada nessa premissa. Enquanto na arte tradicional, procurava-se imitar a vida; na arte moderna, interpretá-la; já na arte pós-moderna, procura-se fundir a vida com a arte. O exemplo disso é o Monumento da Paz, criado pelo artista plástico goiano Siron Franco, em resposta ao acidente radioativo de 1987. Ele é uma ampulheta que contém terras dos cinco continentes. O sentido artístico é dado justamente por ela conter terras (que foram realmente colhidas, não interpretadas ou representadas como tal) em outros lugares.

A cidade de Goiânia é um lugar privilegiado para estudar os valores pós-modernos. Ela foi construída por especialistas modernos para se opor a todos os males de uma sociedade tradicional. Essas promessas não se concretizaram, o que levou-a tecnologia moderna *contaminou* a cidade com um preconceito muito grande. Isso levou-a absorver, com certa precocidade, alguns valores pós-modernos. Isso é problemático no sentido de que ainda não se esgotaram as possibilidades abertas pela modernidade, havendo uma convivência com características tradicionais.

Por isso, muitas características pós-modernas dos anos 80/90 têm formas das características tradicionais dos anos 40/50, como espero ter demonstrado na relação de

Goiânia com as cidade do entorno e nas formas de moradia mais comunitária dos condomínios horizontais, nas formas de prostituição dos privês e na revitalização do passado da cidade. Isso acontece porque o eixo dinâmico da modernidade que era direcionado para o futuro, agora é invertido para o passado; no entanto, difere da perspectiva tradicional – nela, o passado servia como parâmetro da escolha das ações no presente; já na perspectiva pós-moderna, o presente serve como parâmetro na escolha dos elementos do passado.

Enfim, acredito que os estudos sobre a teoria da pós-modernidade ajudem a entender a mudança de valores que caracterizou Goiânia a partir dos anos 80. Foi feita uma abordagem da evolução histórica da cidade, descartando, de certa forma, uma análise mais estrutural (nacional ou internacional). Como o objetivo do trabalho é o de analisar como os sujeitos absorvem (ou rejeitam) estas mudanças não faz, então, sentido considerá-las somente externamente.

¹ Os linguistas consideram regionalismo a preferência de certas expressões ou construções a outras em uma determinada região de um país, quando elas se aprofundam, tornam o dialeto. A maneira dos autores que estudo a forma de expressar do serganejo, considero-o como um dialeto. Ver Trado, 1982 e Vilela, 1985.

² O Decreto-Lei (municipal) n. 34, de 26 de outubro de 1938 estabelece: "Sebastião Lobo, Prefeito Municipal de Bela Vista (...), resolve abrir uma verba especial (...) para recomeçar as despesas feitas por esse Prefeitura com os exaltados que foram representar este município nas reuniões realizadas em Goiânia, no dia 24 do corrente (...)". Bela Vista, G. 95. AHEG.

³ No dia 19 de janeiro de 1909 ocorreu a segunda visita de um presidente a Goiás, o Gal. Eurico Gaspar Dutra, que visitou Goiânia.

⁴ Em 1949, acontece em Goiânia a 3ª Conferência Brasileira de Imigração e Colonização; em 1953, a VI Conferência Nacional dos Exaltados; em 1954, o I Congresso Nacional dos Imigrantes; em 1956, a III Conferência Nacional dos Jornalistas; em 1958, a IV Reunião Estadual de Conferência Nacional dos Jornais do Brasil.

⁵ Esse tipo de concurso era muito valorizado pela sociedade brasileira da época. Em Goiás, as representações teatrais realizadas em espaços públicos para participar dos eventos em nível nacional. A volta vitoriosa de Leovani Mourão foi marcada por desfiles por ruas e praças na sede do Palácio das Escolas. Seu personagem a ele foi dado, em 1950, o seu nome ao povoado de Alma Limpas, que a partir daí se chamou Jussara, embora a homenagem não concedesse o lugar. No dia 1977, pela Lei Estadual n. 1490 de 1 de junho, a rua da Maria Lobo Figueiredo, recebeu auxílio para representar o Estado.

⁶ Ver neste trabalho meus artigos e artigos publicados (Cap. II).

⁷ Ver neste trabalho, itens de nota e artigos publicados (Cap. II).

⁸ Tradução: "A capital goiana se ao término de Luta contra o Câncer do Estado de Goiás, de sua Goianês e a Capital. Este serviço de redação está sob o patrocínio pelo Instituto, que deverá ser entregue a Comissão Nacional para a realização de atividades culturais. Mas inicialmente, em nome de pessoas comunitárias, realizadas no âmbito de um projeto de trabalho, de onde foi organizado por uma comissão de trabalho".

⁹ Com apoio do Partido Verde, a comissão organizadora do projeto, a comissão de Trabalho foi criada em primeira de maio de 1998. Graças ao apoio da comissão, em sua primeira reunião realizada.

¹⁰ Uma das mais importantes fontes de informações sobre a história de Goiás, é o arquivo de documentos do

¹¹ Sobre as relações entre o processo de modernização e a cultura, ver: Trado, 1982.

¹² Ver Mourão, 1984-85.

¹³ Ver neste trabalho, artigos, ensaios e artigos publicados (Cap. II).

¹⁴ Ver neste trabalho, artigos publicados.

¹⁵ Ver anexos.

¹⁶ Ver neste trabalho, artigos publicados (Cap. II).

¹⁷ Mourão, 1984-85.

Notas:

- ¹ Em 1968 foi criado o Distrito de Vila Brasília, pertencente à Aparecida de Goiânia, mas limítrofe a Goiânia.
- ² Exemplificando esta situação, os trinta quilômetros entre Aragoiânia e Goiânia eram percorridos por uma antiga jardineira nos anos 50 em cerca de três horas. (Silva, 1998: 82)
- ³ Em termos percentuais do ano de 1960 (data inicial dos registros) até o de 1985 foram constatado cerca de 75% dos estabelecimentos com nomes de santos encontrados. O restante (25%) foi encontrado no período de 1987 até 1998. A pesquisa sobre os estabelecimentos comerciais foi feita com base nos arquivos da Junta Comercial do Estado de Goiás – Sistema Integrado de Registro Público de Empresas Mercantis – Município Guapó, p. 1- 30.
- ⁴ O uso dessa forma demonstra o quanto a utilização dos anglicismo se dá sem preocupação de entender o seu significado: a forma “s” é a abreviação da forma pronominal “it is” que é utilizada, no inglês, exclusivamente para animais e coisas. Portanto não pode indicar a proprietário do estabelecimento, como é feito comumente.
- ⁵ ver anexos
- ⁶ Este adjetivo pátrio, visto de forma pejorativa na cidade, relaciona-se com o antigo nome do povoado “Biscoito Duro”.
- ⁷ Os lingüistas consideram regionalismo a preferência de certas expressões ou construções a outras em uma determinada região de um país; quando elas se aprofundam, temos o dialeto. A maioria dos autores que estuda a forma de expressar do sertanejo, considera-a como um dialeto. Ver Veado, 1982 e Vilefort, 1985.
- ⁸ O Decreto-Lei (municipal) n. 34, de 26 de outubro de 1938 estabelece: “Sebastião Lobo, Prefeito Municipal de Bela Vista (...) resolve abrir uma verba especial (...) para ocorrer as despesas feitas por esta Prefeitura com os ciclistas que foram representar este município nas corridas realizadas em Goiânia, no dia 24 do corrente (...)”. Bela Vista, Cx 05. AHEG
- ⁹ No dia 29 de janeiro de 1950 ocorreu a segunda visita de um presidente a Goiás, o Gal. Eurico Gaspar Dutra, que visitou Goiânia.
- ¹⁰ Em 1949, acontece em Goiânia a 1ª Conferência Brasileira de Imigração e Colonização; em 1953, o VI Congresso Nacional dos Estudantes; em 1954, o I Congresso Nacional dos Intelectuais; em 1956, a III Conferência Nacional dos Jornalistas; em 1958, a IV Reunião Ordinária da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.
- ¹¹ Esse tipo de concurso era muito valorizado pela sociedade brasileira da época. Em Goiás, as representantes goianas recebiam até recursos públicos para participar dos eventos em nível nacional. A volta vitoriosa de Jussara Marques foi marcada por desfiles públicos e discursos na sacada do Palácio das Esmeraldas. Em homenagem a ela foi dado, em 1950, o seu nome ao povoado de Água Limpa, que a partir daí se chamou Jussara, embora a homenageada nem conhecesse o lugar. No de 1957, pela Lei Estadual N. 1490 de 6 de junho, a senhorita Marta Leão Pincowsca, recebeu auxílio para representar o Estado.
- ¹² Ver neste trabalho *tipos de ruas e crimes bárbaros* (Cap. I)
- ¹³ Ver neste trabalho, *tipos de ruas e crimes bárbaros* (Cap. I)
- ¹⁴ Tradução: “A cápsula pertencia ao Instituto de Luta contra o Câncer do Estado de Goiás, do qual Goiânia é a capital. Este serviço de radiação tinha sido suspenso pelo Instituto, que deveria ter informado à Comissão Nuclear para a retirada da substância radioativa. Mas inexplicavelmente, um grande recipiente contendo cápsulas radioativas foi descarregado em um depósito de ferro-velho, de onde foi apanhado por dois comerciantes de ferro.”
- ¹⁵ Com apoio do Partido Verde e de outros partidos da esquerda, a barraca de Goiás foi exposta, sob protesto, do lado de fora. Graças ao apoio da mídia, todos os seus produtos foram vendidos.
- ¹⁶ Uma das mais comuns era: “como se faz para identificar um goianiense? É só apagar as luzes, se brilhar, é.”
- ¹⁷ Sobre os efeitos psicológicos do acidente radioativo na população goianiense, ver: Helou/Neto, 1995.
- ¹⁸ ver Monteiro, 1938:44
- ¹⁹ Ver, neste trabalho, *tecnologia, arte e cultura moderna* (Cap. II)
- ²⁰ Ver neste trabalho a *poesia mudancista*
- ²¹ Ver anexos
- ²² Nesta época o prefeito da cidade era Joaquim Roriz.
- ²³ Prefeito Nion Albernaz

²⁴ Prefeito Darci Acorci

²⁵ De acordo com a Lei Orgânica do Município Goiânia, 1990 – Capítulo VI, art. 194, Parágrafo Único, itens III e IV era competência do Poder Público Municipal “inserir a educação ambiental em todos os estabelecimentos de ensino do Município, ou com ele conveniados, promover a conscientização pública para a preservação do meio ambiente e estimular práticas conservacionistas”.

²⁶ ver neste trabalho Brasília, cap. II

²⁷ Administração 88-92 – Prefeito Nion Albernaz (PSDB)

²⁸ 1992-96 – Prefeito Darci Acorsi (PT)

²⁹ Esse número foi baseado na consulta às prefeituras dessas cidades.

³⁰ Termo contábil que se refere a um dos bens imateriais que a empresa possui: o ponto, considerando sua localização e tradição.

³¹ Foi feito pela artista plástica goiana Neusa Moraes. Foi inaugurado em 1967. Hoje é um dos símbolos da cidade. É conhecido pela população de “Negrões Pelados da Praça Cívica”.

³² Eles foram: Praça Cívica, Prédio do Grande Hotel, Relógio da Avenida Goiás, Liceu de Goiânia, Teatro Goiânia, Prédio da Justiça Federal, Lago das Rosas, Casa de Pedro Ludovico Teixeira, Ateneu Dom Bosco, Estação Ferroviária, Prédio do antigo Grupo Escolar “Modelo”, Igreja do Sagrado Coração de Maria, Igreja do antigo Seminário dos Padres Redentoristas, Sede do Forum e da Prefeitura Municipal de Campinas, Prédio da Escola Técnica Federal de Goiás. In. TELES, 1988:120

³³ Em 1996 havia cerca de 34 motéis na cidade. In. Goiânia em Dados, op. cit. p. 58

PARTE II: AS IMAGENS

Uma das novas possibilidades advindas com a História Cultural foi a valorização das diversas interpretações do real como sendo tão importantes quanto o próprio. Ela não interessa apenas em analisar como é uma realidade social, mas como ela é pensada, construída e lida pelos diversos sujeitos que a compõem. Desse modo, as representações que as pessoas do passado têm sobre si e sobre os outros podem ser explicadas pelas ciências que têm por objeto a cultura. O pressuposto básico para isso é considerá-las, não como discursos neutros, mas sim como discursos que

predizem estratégias e práticas que tendem a apoiar uma autoridade e combater outras, por isso manipuladas, a legitimar um projeto repressivo ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. (Chartier, 1990: 12)

Desse modo, os discursos sempre têm uma finalidade pragmática, pois são construídos em um tempo concreto por determinados grupos sociais para legitimar suas posições, o que desde o conceito de ideologia de Marx, deixou de ser novidade nas ciências sociais. Porém, há dois exemplos atuais. Ao se legitimarem, os discursos são apropriados de discursos de outros grupos e constroem imagens.

PARTE II: AS IMAGENS

O estudo de um objeto complexo como as cidades não pode ser realizado sem a análise de suas imagens, considerando que o conhecimento produzido sobre o mundo social é mediado pela linguagem, o que deve ser feito com muita atenção para, de acordo com Ferrara, 1993: 255:

... a imagem da cidade e o seu objeto não é um programa unívoco, mas, ao contrário, uma percepção do objeto, isto é, se projeta como imagem, algo que não é, mas deveria ser e assim, deve ser entendido, na realidade, enquanto "imagem" a imagem da cidade constitui um campo de sinais representativos de aparência de cidade, possível de ser conhecida e reconhecida, embora não seja diretamente acessível a todos que vivem a realidade cotidiana em seus hábitos e no modo de vida.

Neste sentido, este trabalho utiliza o termo imagens com sentido de um discurso construído, utilizado por diversos grupos sociais. O exemplo disso é o discurso que considera Goiânia como moderna e que foi construído pelos burocratas para legitimar suas posições perante os adversários da municipalidade. Este discurso circulou e foi apropriado por diversos outros discursos sobre a cidade, como o da academia, da imprensa, da literatura, etc., embora sempre haja uma, paradoxalmente, um discurso crítico a respeito disso. A

A análise dos diversos discursos deve considerar também a questão estética, pois o discurso e a linguagem são também estéticos. O discurso é também uma linguagem e a principal diferença de linguagem acadêmica e linguagem literária (poética e artística) é a principal diferença de

estilo entre eles se dá em relação ao discurso literário. Este, por refletir, em maior grau, o indivíduo. Uma das novas possibilidades advindas com a História Cultural foi a valorização das diversas interpretações do real como sendo tão importantes quanto o próprio. Ela não interessa apenas em analisar como é uma realidade social, mas como ela é pensada, construída e lida pelos diversos sujeitos que a compõem. Desse modo, as representações que as pessoas do passado têm sobre si e sobre os outros podem ser explicadas pelas ciências que têm por objeto a cultura. O pressuposto básico para isso é considerá-las, não como discursos neutros, mas sim como discursos que

Produzem estratégias e práticas que tendem impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezadas, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. (Chartier, 1990:17)

Desse modo, os discursos sempre têm uma finalidade pragmática, pois são construídos em um tempo concreto por determinados grupos sociais para legitimar suas posições, o que desde o conceito de ideologia de Marx, deixou de ser novidade nas ciências sociais. Porém, não é tão simples assim. Ao se legitimarem ideologicamente – isto é, ao colocar um discurso particular como sendo geral – os grupos sociais podem se apropriar de discursos de outros grupos e construir imagens.

O estudo de um objeto complexo como as cidades não pode ser realizado sem a análise de suas imagens¹, considerando que o conhecimento produzido sobre o mundo social é mediatizado pela linguagem, o que deve ser feito com muita precaução pois, de acordo com Ferrara, 1993: 255:

entre a imagem da cidade e o seu objeto não existe propriamente similaridade, mas, ao contrário, uma perversão do objeto, visto que se projeta como imagem algo que não é, mas deveria ser e, assim, deve ser entendido. Na realidade, enquanto linguagem, a imagem da cidade enfatiza seu caráter de signo representativo de aparência da cidade, possível de ser concreta e ideologicamente construída, mas não necessariamente similar à cidade que abriga o cotidiano dos seus habitantes e seu modo de vida.

Nesse sentido, este trabalho utiliza o termo *imagem* com sentido de um discurso cristalizado, utilizado por diversos grupos sociais. O exemplo disso é o discurso que considera Goiânia como moderna e que foi construído pelos mudancistas para legitimarem suas posições perante os adversários da mudança. Esse discurso cristalizou-se e foi apropriado por diversos outros discursos sobre a cidade, como o da academia, da imprensa, da literatura, etc., embora sempre houvesse, paralelamente, um discurso crítico a respeito disso. X

A análise dos diversos discursos deve considerar também o aspecto estilístico, pois dentre os diversos gêneros dos discursos – o discurso ideológico (mudancista), o discurso científico (acadêmico) e o discurso literário (poético e romance) – a principal diferença de

estilo entre eles se dá em relação ao discurso literário. Este, por refletir, em maior grau, a individualidade de quem fala ou escreve, mantém uma relação mais íntima com os enunciados verbais (mais ligados à cultura popular). Desse modo, ele diferencia-se dos outros gêneros dos discursos, que, por sua natureza, têm um estilo mais padronizado (Bakhtin, 1997:283).

Enfim, a análise dos discursos tem por objetivo detectar historicamente as diversas imagens produzidas sobre a cidade de Goiânia, o que são potencialmente informativas para o estudo da mudança cultural da cidade.

Notas:

¹ Um dos exemplos de estudo de cidade a partir das imagens benjaminianas foi feito por Willi Bolle, 1994, Especialmente parte I (49-140)

AS IMAGENS DE GOIÂNIA NA LITERATURA MUDANCISTA

Denomino *literatura mudancista* o conjunto de obras de escritores partidários da mudança da capital da cidade de Goiás para Goiânia, que, na maioria das vezes, estavam aglutinados em torno da figura do interventor Pedro Ludovico Teixeira. Eles foram os primeiros a produzir uma imagem de Goiânia², em termos gerais, a imagem por eles produzida foi apropriada pela imprensa, pela literatura, pelas obras acadêmicas e pela a população em geral.

Essas obras sobre Goiânia não pertencem ao mesmo período temporal, variando desde 1938, data da publicação de *Como Nasceu Goiânia* até 1980, época da publicação de *Goiânia Global*; porém, no que diz respeito a sua estruturação discursiva, há muitas semelhanças entre elas.

Embora este trabalho não tenha por objetivo fazer uma análise pormenorizada das articulações dos antimudancistas, é necessário uma rápida estudo de seus argumentos discursivos contra a mudança de capital, pois foi para se contrapor a eles que os mudancistas criaram as primeiras representações discursivas de Goiânia.

1. O DISCURSO ANTI-MUDANCISTA

Desde o momento em que Pedro Ludovico Teixeira manifestou publicamente sua intenção de mudar a capital da cidade de Goiás, por volta de 1930, o projeto mudancista sofreu fortes críticas por parte da maioria da população da Capital. Os opositores não ficaram apenas nisso - fizeram diversas ações positivas para evitar a concretização da transferência da capital, e as principais foram - além assembleias, como a de João Alencastro Veiga, um dos maiores comerciantes da cidade de Goiás, pedindo para que o interventor revogasse o decreto de mudança - apelação às autoridades federais no Rio de Janeiro, enviando para a Junta Benjamim de Lourenço, então chefe do departamento Alfredo Necker de aprovar uma emenda ao Decreto nº 927, de 2 de agosto de 1935, condicionando

CAPÍTULO IV

AS IMAGENS DE GOIÂNIA NA LITERATURA MUDANCISTA

Denomino literatura mudancista o conjunto de obras de escritores partidários da mudança da capital da cidade de Goiás para Goiânia, que, na maioria das vezes, estavam aglutinados em torno da figura do interventor Pedro Ludovico Teixeira. Eles foram os primeiros a produzir uma imagem de Goiânia e, em termos gerais, a imagem por eles produzida foi apropriada pela imprensa, pela literatura, pelas obras acadêmicas e pela a população em geral.

Essas obras sobre Goiânia não pertencem ao mesmo período temporal, variando desde 1938, data da publicação de *Como Nasceu Goiânia* até 1980, época da publicação de *Goiânia Global*; porém, no que diz respeito à sua estruturação discursiva, há muitas semelhanças entre elas.

Embora este trabalho não tenha por objetivo fazer uma análise pormenorizada das articulações dos antimudancistas, é necessário uma rápido estudo de seus argumentos discursivos contra a mudança da capital, pois foi para se contrapor a eles que os mudancistas criaram as primeiras representações discursivas de Goiânia.

1. O DISCURSO ANTIMUDANCISTA

Desde o momento em que Pedro Ludovico Teixeira manifestou publicamente sua intenção de mudar a capital da cidade de Goiás, por volta de 1930, o projeto mudancista sofreu fortes críticas por parte da maioria da população da Capital. Os opositores não ficaram apenas nisso – fizeram diversas ações práticas para evitar a concretização da transferência da capital, e as principais foram¹: abaixo assinados, como o de José Alencastro Veiga, um dos maiores comerciantes da cidade de Goiás, pedindo para que o interventor revogasse o decreto da mudança; apelação às autoridades federais do Rio de Janeiro, enviando para lá o jurista Benjamin da Luz Vieira; tentativa do deputado Alfredo Nasser de aprovar uma emenda ao Decreto nº 327, de 2 de agosto de 1935, condicionando

a mudança da capital à dotação da cidade de Goiás de assistência financeira que estimulasse o seu progresso, incluindo, chegar até ela os trilhos da estrada de ferro². Essas ações não tiveram o resultado esperado.

Um dos mais respeitados adversários da idéia da mudança o deputado Alfredo Nasser, tentando apresentar uma emenda ao Decreto nº 327, para criar o município de Goiânia, fez um discurso em que contestou os argumentos dos simpatizantes da idéia da mudança da capital. Segundo ele, os principais argumentos dos mudancistas eram que a construção de uma nova capital em um ponto central do estado concorreria substancialmente para o seu desenvolvimento econômico e que a cidade de Goiás não possuía “os requisitos essenciais de uma cidade moderna” (Alfredo Nasser, 1935 apud Câmara, 1973: 169). Pelo seu valor histórico e pela sistematização das argumentações, esse discurso será utilizado para uma análise do discurso mudancista.

Quanto ao primeiro argumento mudancista, Alfredo Nasser contestou-o com a seguinte argumentação: primeiramente que a responsabilidade pelo atraso do Estado não deveria ser creditado à antiga capital, mas à sua “ausência de absoluta de orientação econômica” por causa do descaso do governo nacional com os estados centrais do País. Desse modo, o desenvolvimento do estado só ocorreria depois de dotá-lo de vias de “transporte fácil e barato, rasgando novas rodovias, acelerando o avanço dos trilhos” (Ibidem:170); depois que se instituísse o “Banco do Estado” para incentivar à produção. Assim, “Vila Boa não é, nem poderia ter sido a responsável pela sorte da nossa economia”.(Ibidem)

Apesar de contrapor à mudança da Capital, seu discurso apresenta pontos semelhantes ao discurso mudancista. Primeiramente, concorda com a idéia do atraso³ do estado:

Se tomarmos, ao acaso, a vida de qualquer pequeno proprietário, nas nossas regiões mais prósperas, nós veremos que ele se resume no amanho de modo primitivo, do gado, que vende anualmente por preços muitas vezes irrisórios. (...)

O seu nível é abaixo do mediocre, sem higiene, sem o mais rudimentar conforto, sem alimentação, sem escola para os filhos, sem saúde (...) (Ibidem, 1973:70)

Depois ele aceita a necessidade de modernização do Estado, no entanto, a diferença entre o seu discurso e o dos mudancistas é que ele não vê a necessidade de mudança da capital para haver esta modernização, questão fundamental para os mudancistas.

Quanto ao segundo argumento dos mudancistas de que Goiás não reunia condições de ser uma cidade moderna, ele responde que esse ponto era perfeitamente contornável,

ressantando que “Com a metade do empréstimo contraído no Banco do Brasil, Goiás seria hoje uma Capital com todos os requisitos de uma cidade moderna “ (Ibidem)

Continuando a sua defesa da permanência da capital do estado na cidade de Goiás, o deputado utiliza a história como justificativa: a mudança da capital seria abortar um processo⁴ histórico que começou com os bandeirantes paulistas e continuaria com a cidade de Goiás. Desse modo: “Voltar para Campinas é fugir à predestinação” (ibidem, 174).

Nota-se, portanto, que Alfredo Nasser vê com bons olhos a idéia de uma cidade moderna, desde que seja a antiga Goiás, para o Estado. E, da mesma forma que os mudancistas, fundamenta seus argumentos na história⁵. Pode-se dizer que ele concebe o campo histórico de uma maneira orgânica, no qual todas as suas partes têm um igual valor para compor o todo. Assim ele quer integrar as novas aspirações de modernização dos anos 30 em uma continuidade histórica que remonta à época colonial (movimento das bandeiras e mineração), evitando uma explicação com cortes e rupturas, como fazia os mudancistas. Quanto à postura ideológica, o discurso dos antimudancistas, assim como os mudancistas, pode ser classificado como liberal⁶, pois vê necessidades de mudanças estruturais no Estado, como ressalta o trecho abaixo do jornal antimudancista *A Razão* (apud Câmara, 1973:20):

A obra mudancista, focalizada em toda sua nudez, era o Cavalo de Tróia, com o ventre repleto de inimigos, desvirtuada em sua finalidade, mutilada em seu espírito de construção de uma cidade que correspondesse plenamente às necessidades econômicas e geográficas do Estado, ela se transformou, desde o início, em lamentável campanha de descrédito e insultos ao povo e à cidade de Goiás. Dir-se-ia que estava em tela, não a construção de uma cidade, mas a destruição de outra.

Verifica-se pela leitura do texto acima que não se questiona a legitimidade da mudança, mas o modo *como* foi feita. Desse modo, verifica-se que aqueles que queriam preservar a cidade de Goiás como capital do estado não questionaram os principais conceitos utilizados pelos mudancistas, mas apenas a maneira (a direção) utilizada. A análise desses discursos é importante, porque foi dando-lhes respostas que os mudancistas criaram grande parte de seus próprios discursos sobre Goiânia.

Desse modo, os argumentos dos mudancistas concebiam Goiânia como uma cidade moderna, dinâmica e nova que traria o desenvolvimento econômico para o Estado. Em contrapartida, a cidade de Goiás passou a ser representada em seus argumentos como tradicional (principalmente nos aspectos de terem famílias privilegiadas), extática, e velha, e que era a principal responsável pelo o atraso econômico do Estado.

Assim a cidade de Goiânia, nos primórdios de sua história, teve que construir uma imagem para se impor positivamente diante das críticas, de sua maior rival e do ceticismo

de muitos⁷. Logo ela deveria possuir, nem que fosse apenas no discurso, todas as qualidades que a cidade de Goiás não contava.

2. AS OBRAS MUDANCISTAS

2.1 *Relatório sobre a conveniência da mudança da capital*

O relatório técnico do urbanista Armando Augusto de Godói, de 24 de abril de 1933, destinado ao interventor Pedro Ludovico Teixeira é importante por se tratar da primeira análise mais pormenorizada sobre a mudança da capital e por conter também a os principais argumentos dos mudancistas. Pode se dizer que ele construiu a primeira imagem de Goiânia, quando a cidade ainda nem mesmo existia, além do primeiro a referir-se à nova capital que planejavam construir, utilizando o termo *cidade moderna*:

A cidade moderna, quando se lhe proporcionam todos os elementos de vida e ao seu estabelecimento e à sua expansão se prende um plano racional, isto é, que obedece às determinações do urbanismo, é um centro de cultura, de ordem, de trabalho e de atividades bem coordenadas. (Armando de Godói, 1933, apud IBGE, 1942:15)

Nota-se também que o urbanista concebe o saber da ciência moderna (especificamente o Urbanismo) como capaz de racionalizar a sociedade e promover as mudanças (modernização), a fim de trazer o progresso ao Estado:

Atribuo o pouco ponderável progresso do vosso Estado ao fato de nele ainda não ter podido surgir um centro urbano com todos os elementos necessários para se expandir e estimular as múltiplas atividades que caracterizam a vida econômica e social de um povo. (ibidem)

Os argumentos de Godói de que a cidade moderna resolveria o atraso do Estado foi apropriado pelos mudancistas para justificar a transferência da capital da cidade de Goiás.

2.2 O Relatório de Pedro Ludovico Teixeira ao Presidente Getúlio Vargas

Em 1933, o interventor enviou um relatório ao Governo Provisório da República, encabeçado por Getúlio Vargas, manifestando sua intenção de mudar a capital do Estado. Desse modo, praticamente repetindo o argumento de Armando de Godói, ele diz:

Uma capital acessível, que irradie o progresso e marche na vanguarda, coordenando a vida política e estimulando a econômica, ligada à maioria dos municípios por uma rede rodoviária planejada, é o órgão que o Estado de Goiás necessita para reivindicar, no seio da Federação um lugar de saliência que os seus imensos recursos, as suas possibilidades infinitas já lhe teriam conquistado, sem dúvida, se a capital atual, retrogradamente, incapaz de promover o seu desenvolvimento, não lhe tivesse estreitado os horizontes e embargado os impulsos de engrandecimento. (Teixeira, 1933; apud Sabino Júnior, 1960:59)

Se uma nova capital era o fator maior para o progresso do estado, a cidade de Goiás passa a ser vista como principal fator de atraso para a região. Para defender essa tese, Pedro Ludovico analisa os fatores negativos da cidade centenária ao progresso do Estado:

Como poderia dirigir e acionar o desenvolvimento do colossal território goiano uma cidade, como Goiás, isolada, trancada pela tradição e pelas próprias condições topográficas ao progresso, e que em meio século não dá um passo a frente, não se mexe, não se remoça, não resolve um só dos seus problemas? (Ibidem: 52)

Assim inaugura-se uma das principais características do discurso mudancista: uma linguagem antitética. Os adjetivos da nova capital *moderna, dinâmica, nova, centro de progresso* só têm sentido quando contrapostos aos adjetivos aplicados, pejorativamente, à cidade de Goiás: *tradicional, extática, velha, centro de atraso*. Além disso, esses discursos são hiperbólicos, isto é, as características *metropolitanas* de Goiânia nos anos 30 são bastante exageradas.

Enfim, os relatórios de Pedro Ludovico Teixeira e de Armando de Godói foram os primeiros a criarem a imagem de cidade moderna para Goiânia, antes mesmo dela existir. Vão servir como paradigmas para fundamentar as obras mudancistas posteriores, como as da Ofélia Sócrates do Nascimento Monteiro, Gerson Castro Costa e Oscar Sabino Júnior.

2.3 Como nasceu Goiânia

Ofélia Sócrates do Nascimento Monteiro nasceu em 1900 na cidade do Rio de Janeiro. Veio com sua família para Goiás em 1907 – seu pai, funcionário público federal fora transferido para esse Estado. Posteriormente, sua família mudou-se para São Paulo, onde ela concluiu o curso normal. Retornou à cidade de Goiás na década de 20, abrindo lá

um curso primário. Graças à boa repercussão do curso, foi nomeada professora do grupo escolar, depois assumiu a sua a diretoria, permanecendo no cargo até 1930, quando é nomeada professora da cadeira de didática da Escola Normal.

Ofélia tinha um bom relacionamento com Pedro Ludovico: seu marido, João Monteiro, era diretor geral da Segurança Pública, mudou-se para Goiânia em 1932, acompanhando a transferência do governo. Ela foi uma ativa colaboradora da revista "Oeste" a favor do projeto mudancista. Em 1938, publicou o livro *Como nasceu Goiânia*, o primeiro a fazer uma abordagem histórica da jovem cidade (na época, ainda nem inaugurada). Por isso e por conter uma série de documentos sobre a construção da cidade, seu livro é referência para quem for analisar os primeiros anos de Goiânia.

Neste trabalho, o livro *como nasceu Goiânia* é de fundamental importância pelo fato de ser a primeira obra mudancista sobre Goiânia. Desse modo, serve de paradigma para as outras obras posteriores que, de certa forma, reproduzem a estrutura e os argumentos básicos do livro. Em vista disso, pretendo analisar a concepção de cidade que a autora emprega, o modo como ela explica essa concepção e a estrutura discursiva do livro.

O livro da professora Ofélia é *pesado de se ler*; por isso, acredito que poucos o leram por inteiro. A autora quase não aparece no texto: ela fica suprimida entre os inúmeros decretos, trechos de jornais, atas, relatórios, contratos, leis, quase todos citados integralmente – alguns desses documentos contêm mais de trinta páginas. A maioria das afirmações da autora é imediatamente comprovada com a citação de algum documento.

Apesar da infinidade de informações documentais, o livro conta uma história que tem uma trama e uma personagem central. A trama principal é a mudança da capital do Estado de Goiás e dá coerência a toda a estrutura do livro, que é organizado da seguinte forma – na primeira parte *A idéia da mudança da capital de Goiás* é uma espécie de pré-história da mudança, em que a autora faz um levantamento gradativo da idéia de mudança pela história de Goiás de 1830 até a concretização em 1930 por Pedro Ludovico Teixeira; na segunda parte, denominada *estudos*, a autora mostra os preparativos de Pedro Ludovico Teixeira desde que assumiu publicamente a idéia de mudar a capital: ela cita de modo pormenorizado os documentos sobre a comissão destinada a estudar os locais apropriados para ser edificada a nova capital, cita o Relatório do urbanista Armando de Godói que dá o aval ao local escolhido pela comissão e fecha esta parte com o decreto do Interventor escolhendo o município de Campinas como local onde será construída a nova cidade.

Na terceira parte, denominada *Trabalhos preliminares*, Monteiro mostra os trabalhos prévios já no local destinado à construção da nova capital, como a primeira missa, roçagem do terreno e confecção de um plano da nova capital. A quarta parte, intitulada *Construção* é uma das mais longas – são cerca de duzentas páginas, com vários contratos entre o governo e as firmas construtoras, com dezenas de cláusulas; decretos regulamentando a infra-estrutura da cidade (água, luz, escolas, prédios públicos, delegacias, etc.).

A quinta parte, denominada *A mudança*, é cheia de suspense, formada principalmente de artigos de jornais do *Correio Oficial* que especulavam sobre a data da mudança da capital, contém também uma longa discussão entre os mudancistas e os antimudancistas (representados pelo Deputado Alfredo Nasser). a autora, curiosamente, não apresenta o histórico discurso de Nasser contra a mudança, em contrapartida, cita integralmente os argumentos dos deputados Salomão Faria e Oscar Campos Júnior, ambos mudancistas. O clímax desta parte acontece quando finalmente Pedro Ludovico transfere-se para Goiânia, em 4 de dezembro de 1935⁸. A autora mostra esse episódio citando artigos de jornais de Goiás e de outros Estados (Distrito Federal e Minas Gerais) que exaltam o ato do interventor. Depois ela enumera os primeiros decretos do interventor em solo goianiense e os decretos de transferência dos funcionários para Goiânia, os primeiros decretos da Prefeitura de Goiânia. Enfim são mais de 250 páginas cheias de austeros documentos oficiais e alguns fatos pitorescos, como a primeira retreta, a primeira mala do correio, a primeira chuva forte, etc. que marcaram os primeiros dias de Goiânia.

A última parte, *Mudança definitiva*, é o clímax da trama. A autora mostra, primeiramente, as investidas dos antimudancistas para atrapalhar o projeto de mudança (ela cita um pequeno trecho do jornal antimudancista “A Razão”, e mostra, por meio da imprensa nacional a repercussão da crise política, resultante da tentativa dos deputados da oposição de impedir o projeto da mudança); depois desses *dias sombrios*, ela realça o Decreto de 23 de março de 1937, regulamentando a mudança definitiva da capital do Estado. Esse ato representa a vitória definitiva do projeto mudancista e a derrota dos antimudancistas.

Segundo a tipologia desenvolvida por Wayden White, pode-se classificar “como nasceu Goiânia”, em nível de elaboração de enredo, como romanesco. Ele é um modo narrativo que exprime um otimismo do homem diante do mundo: o bem sempre vencerá o mal. Observando a estrutura do livro – antecedentes históricos da mudança, estudos da mudança, trabalhos preliminares da mudança (incluindo aqui a parte dos trabalhos da

construção da cidade), a mudança provisória e a mudança definitiva – vê-se que o *bem* é a idéia de mudança que existia desde os tempos remotos, e o *mal* eram os antimudancistas que queriam atrapalhar o projeto. Ela faz uma abordagem genética da mudança, demonstrando, em cada etapa, as dificuldades do empreendimento, até que finalmente, a mudança concretiza-se: o bem vence o mal para a felicidade do homem goiano. Desse modo, atrás do labirinto de citações, as 641 páginas do livro organizam-se em torno de um eixo básico: mudancistas *versus* antimudancistas. Assim, do ponto de vista lingüístico, o livro é estruturado na figura de linguagem denominada antítese, e deve ser lido considerando todas as suas afirmações como resposta a uma tese contrária – se a nova capital representava o progresso, a velha representava o atraso; se o projeto de mudança era legítimo do ponto de vista moral e racional (técnico-científico), o projeto antimudancista era ilegítimo, moral e racionalmente.

Apesar de Goiânia em si não ser a personagem central da trama, aparece formando uma subtrama, um elemento a mais para o enredo principal que é a mudança da capital. Assim, Goiânia é vista de modo idealizado, nova, bonita, sem dificuldades e sem os antigos vícios da cidade de Goiás, como demonstram os trechos dos artigos abaixo, publicados no *Correio Oficial*, em 8 de abril de 1936 (apud Monteiro, 1938:347):

Gerada por uma idéia radicada em uma necessidade social, Goiânia vencerá todos os interesses privados que se opuserem a ti.

Ou ainda, do artigo de Venerando de Freitas Borges, de 11 de dezembro de 1935, publicado no jornal "Goiânia" (apud Monteiro, 1938:349)

As castas, tão comuns ainda, instituição ridícula e quase regulamentada nas cidades do interior do Brasil, deixaram, ao penetrar o solo abençoado de Goiânia, a sua indumentária preconcebida, para ceder lugar a essa confusão de indivíduos que comungas as mesmas idéias, que trabalham para um fim comum.

Enfim, o livro de Ofélia foi um dos responsáveis por difundir uma imagem de Goiânia, como uma cidade moderna, dinâmica, sem famílias privilegiadas, opondo-se à cidade de Goiás. Essa imagem (que vai ser constante entre os mudancistas) deixa de lado as dificuldades dos primeiros anos de Goiânia, as rivalidades provincianas entre os habitantes de Goiânia e os de Campinas, e o cotidiano quase interiorano da cidade. Trata-se de uma definição que contraria até as impressões da própria autora sobre a cidade, quando ela a viu pela primeira vez:

Quando cheguei em Goiânia tive uma grande decepção. Eu pensei que ao chegar encontraria várias ruas formadas e só encontrei um trecho de rua (...). A gente sentia que estava morando numa grande fazenda, muito moderna, em casas modernas, com água, luz etc. (apud Teles, 1986:138)

Uma das formas com que a autora utilizou para demonstrar a modernidade de Goiânia foi os argumentos históricos, principalmente na primeira parte do livro em que procura resgatar a idéia da mudança na história de Goiás. Todavia, dizer que este livro é uma obra histórica (não no sentido acadêmico que pressupõe uma vinculação a uma matriz teórica e uma metodologia de pesquisa rigorosa, mas no sentido de ter como objeto algum aspecto do passado humano) é uma afirmação questionável em muitos aspectos. O principal deles é que a grande maioria das citações referem-se aos anos 1935, 1936 e 1937 – o livro foi publicado em 1938; desse modo, a autora preocupava-se em registrar para a posteridade fatos contemporâneos, alguns pitorescos, como o primeiro registro de nascimento, o primeiro piano de Goiânia, primeiro natal de Goiânia, primeiro decreto, etc.

Porém, não se pode negar que a autora tenha uma concepção de história. Nota-se que ela não está interessada no passado em si, concebido como algo importante para explicar a sociedade humana; para ela, alguns fatos do passado, por serem especiais, por se destacarem dos outros, precisam ser guardados na memória, o que faz lembrar a justificativa de Heródoto de preservar os feitos e fatos grandiosos de gregos e bárbaros. Para Monteiro, a mudança da capital era um momento singular na vida histórica do Estado:

Enfim, raiou o dia 24 de outubro de 1933, o maior e mais festivo dia que o Estado de Goiaz já teve em sua história. Nessa histórica manhã, nos altiplanos de Campinas, foi lançada a primeira pedra da cidade que rira roubar à poética e lendária Goiaz a sua coroa de rainha. E goianos de vários pontos do Estado, assistiram, entusiasmados, ao nascimento de Goiânia, a chave do progresso e da glória de Goiaz. (Monteiro, 1938:86)

Assim, por estar registrando um momento tão especial, ela se preocupa tanto em coletar documentos e fatos do cotidiano da cidade, que seu livro tem a aparência de um *museu-escrito*. Desse modo, o significado da mudança da capital para o Estado fornece a luz para que os acontecimentos a ela relacionados ganhe um destaque extraordinário, tornam-se historicamente importantes.

O fato desses acontecimentos serem extraordinários teria que ser explicado em termos nomológico-dedutivos: por que motivos (ou causas) a mudança da capital ocorreu? O objetivo maior do livro de Monteiro não é analisar com detalhes as *causas históricas* que possibilitaram a *mudança da capital*. Porém em seu texto, nota-se que o assunto é explicado como um anseio antigo do povo goiano e só foi possível de ser concretizado graças à personalidade fora comum de um único homem:

E então, [Pedro Ludovico Teixeira] indiferente à gritaria dos *anti-mudancistas*, firme no seu propósito de dotar Goiaz de uma capital moderna, vendo, talvez, em sua imaginação, o ridente quadro da nova cidade, obra de sua tenacidade e vontade férrea (...) (Ibidem:67, grifo da autora)

E mais:

2.4 *Goiânia* E firme em seu propósito, surdo a campanha que lhe movia os antimudancistas, encorajado em sua inquebrantável força de vontade, lança Pedro Ludovico o primeiro passo para a realização de tão grandiosa idéia – assina o primeiro decreto relativo à mudança. (ibidem: 31)

Desse modo, seguindo a tipologia desenvolvida por Hayden White, pode-se dizer que a autora utiliza, em termos nomológico-dedutivos, uma explicação mecanicista, concebendo, assim, o campo histórico em termos de causas e efeitos, também que existem fatos que, pela sua importância (como a personalidade de Pedro Ludovico), determinam o rumo dos acontecimentos.

Além do mais, nos textos acima, vê-se que a autora não dá muito valor ao contexto histórico político, econômico, social e cultural como meios explicativos. O determinante foi a personalidade de Pedro Ludovico que venceu *obstáculos quase insuperáveis* e construiu uma nova cidade. Assim, essa concepção de História não estabelece uma explicação com base no desenvolvimento dos acontecimentos da história em si, mas em uma premissa que não foi engendrada pelos próprios fatos, porque sentimentos pessoais, como vontade e obstinação, não podem ser determinados com exatidão com base na história – uma grande personalidade poderia ter morrido precocemente ou não ter nem nascida⁹.

Ainda, seguindo a tipologia de White para analisar os aspectos discursivos de obras que pretendem transmitir uma visão realista de mundo, nota-se que a postura pessoal ética do autor influencia o teor da obra. Considerando que *Como nasceu Goiânia* tem implícita uma concepção de transformação do *statu quo*, sem alterar radicalmente a estrutura social, tendo em vista um futuro próximo de considerável melhorias (progresso), a mudança da capital seria o fator determinante para a transformação da ordem vigente. Classifico como liberal a postura da autora.

Enfim, o livro *Como nasceu Goiânia* expressa uma determinada imagem de Goiânia (a dos mudancistas) e foi responsável também em difundir essa imagem, pois tornou-se referência para as obras mudancistas posteriores. De modo geral, suas características principais estão presentes em diversas obras que tentaram explicar realisticamente o surgimento de Goiânia.

2.4 Goiânia, a metrópole do Oeste

O autor do livro, *Goiânia, a metrópole do Oeste*, Gerson de Castro Costa, nasceu em 1917 na cidade de Trindade. Faz o curso ginásial no Lyceu da cidade de Goiás, concluindo-o em 1932. Mudou-se para Goiânia em 1936, onde trabalhou na administração pública e exerceu também a profissão de jornalista. Ele candidatou-se com este livro ao concurso realizado pela Academia Goiana de Letras, para promover a propaganda da inauguração oficial de Goiânia em 1942. As exigências do concurso eram as de que

sob feição literária e amena, deve ser tratado o aspecto da mudança *tal como se deu*, através de seus diversos episódios, afastando-se do caráter de compilação ou coletânea de decretos de natureza unicamente histórica. (Costa, 1985:07)

De acordo com os critérios acima especificados, o livro *Como nasceu Goiânia*, não teriam nenhuma possibilidade de sucesso nesse concurso. Realmente, Castro Costa evitou ao máximo as longas compilações de documentos. Seu livro é bastante sintético, são apenas 95 páginas¹⁰, divididas em 29 capítulos. No entanto, apesar dessas palpáveis diferenças formais, há uma grande semelhança em termos estruturais entre as duas obras. Atrevo-me a dizer mais o livro *Goiânia, a metrópole do Oeste* pode ser visto como uma síntese do livro de Monteiro, acrescido de alguns acontecimentos posteriores a 1938 (ano da publicação de *Como nasceu Goiânia*).

Como Monteiro, Castro Costa, no primeiro capítulo de seu livro denominado *Sonho Secular*, procura resgatar a idéia de mudança no passado do estado, reportando-se a Miguel Lino de Moraes (1830), Couto de Magalhães (1863), a Constituição do Estado (1891) e o governo de Pinheiro Chagas (1930). No intuito de mostrar que a cidade de Goiás não poderia ser – por sua condição higiênica precária, sua topografia acidentada e falta de riquezas econômicas de seu povo – a capital do Estado, no entanto, a idéia da mudança só passou de *sonho secular* à realidade quando *surgiu o realizador*, Pedro Ludovico Teixeira, que desde 1933, no congresso de municípios em Bonfim, assumiu oficialmente o projeto mudancista, a despeito das críticas dos antimudancistas.

Desse modo a organização dos capítulos de seu livro é feita na forma gradativa: dos *Estudos preliminares* (englobando a escolha do local para a nova capital, o relatório de Armando de Godói a Pedro Ludovico, a primeira missa no local a ser construída a nova cidade, o planejamento da cidade por Atilio Correia Lima, a pedra fundamental, os primeiros edificios construídos, a escolha do nome, etc.), passa pela *Mudança provisória*

(transferência de Pedro Ludovico para Goiânia em 1935), até chegar à mudança definitiva em 1937, analisada por um capítulo enfático denominado *Afinal*; depois, os capítulos ressaltam alguns aspectos de Goiânia, como o bairro de Campinas, os distritos que formam o município (Trindade, Hidrolândia, Ribeirão e São Geraldo), até o capítulo denominado *Inauguração oficial de Goiânia*, depois dele, os outros dois capítulos (*Finanças de Goiás e O sentido ideológico de Goiânia*) podem ser vistos como integrantes da *Conclusão*.

A estrutura do livro é bem semelhante à estrutura romanesca da obra de Monteiro. Ele conta a história da mudança, desde um passado remoto, até a sua concretização heróica por Pedro Ludovico que, enfrentando muitas dificuldades. Existe um capítulo chamado *Esboça-se uma tempestade*, que versa sobre a tentativa de emenda a constituição proposta pelo deputado antimudancista Alfredo Nasser; além disso, o autor destaca a crise política de 1936, quando dois deputados governistas passam para a oposição – os antimudancistas estão sempre presentes, ou literalmente, ou nas entrelinhas do livro. Depois dos contratempos, Pedro Ludovico consegue enfim mudar a capital. A diferença é que o clímax da história de Monteiro foi a mudança definitiva (1937), e o livro de Castro Costa refere-se à inauguração oficial da cidade em 1942.

Desse modo, as características estruturais de “Como nasceu Goiânia” se aplicam-se também a este livro, pois diz respeito a uma história romanesca otimista quanto ao papel do homem no mundo. Também explica a mudança da capital ressaltando a personalidade de Pedro Ludovico Teixeira, além de apresentar uma postura liberal e ser favorável à transformação gradual da ordem vigente.

Castro Costa também concebe a história como formada por determinados acontecimentos que se destacam, pela sua importância, dos outros, como foi o dia 27 de maio de 1933, quando se roçou o terreno em que seria construída a nova cidade e foi celebrada a primeira missa de Goiânia, ressaltando que “Foi essa uma cena inegavelmente histórica do Estado mediterrâneo. Histórica e deslumbrante.” (Ibidem: 25)

Esse acontecimento, para o autor, tão importante, só é comparável ao acontecimento fundador do Brasil-português: “Foi desse modo, com uma missa campal, revivendo um episódio longínquo do descobrimento da Terra de Santa Cruz, que os trabalhos da futura capital de Goiás tiveram início.” (Ibidem, 26)

Além do mais, o autor dedica um capítulo inteiro chamado de *Curiosidades goianienses* (Ibidem: 55-58) à citação dos primeiros fatos sociais de Goiânia, como, o primeiro jornal, o primeiro orçamento do município, o primeiro decreto de Goiânia, a primeira lei, o primeiro casamento, etc. Segundo ele, esses fatos são “questiúnculas

históricas que fazem cócegas na pena do cronista, dando-lhe vontade de contá-las, de esmiuçá-las, à maneira de reminiscências dos contos fabulosos ou pitorescos que se ouvem na infância.” (Ibidem: 55)

O interesse do autor por essas questões decorre da relação que elas têm com um acontecimento maior, uma vez que a mudança da capital confere a esses fatos cotidianos uma luminescência que os fazem destacar-se dos outros, tornando-os fetichizados. Desse modo, sua concepção de história é a mesma da autora de *Como nasceu Goiânia*. O passado humano não é visto como tendo significado em si mesmo – apenas algumas partes deles são dignas de serem contadas.

Segundo o autor, Goiânia, uma cidade-moderna que surgiu em pleno interior é um acontecimento singular. Ela surgiu sem a interferência de forças externas, sendo esta a primeira vez em que o interior conseguia iniciar um processo histórico próprio.¹¹ Nas palavras do autor “jamais havíamos os brasileiros assistido, em tal longitude, a um esforço local tão alevantado em prol da civilização do oeste. (...) [Goiânia] é uma grande idéia na vida nacional, é um símbolo.” (Ibidem, 93)

Desse modo, além de passar a imagem de uma cidade moderna, planejada, entendida como a chave para o desenvolvimento de Goiás, Castro Costa foi um dos responsáveis por difundir a imagem de Goiânia como um símbolo da Marcha para Oeste, uma marca do Estado Novo. Goiânia não era vista por ele como simples consequência da política de Vargas, mais do que isso, era seu próprio símbolo ideológico.

Enfim, o livro *Goiânia, a metrópole do Oeste*, como as demais obras mudancistas, passa uma imagem de Goiânia, moderna, sem os defeitos da antiga capital. O que se vê no seu livro é uma cidade idealizada, sem problemas, com um futuro brilhante de progresso para o Estado e para o Brasil. Contudo, essa imagem contradiz aquela que o autor relembra os primeiros dias da cidade:

Os primeiros dias desta bela cidade foram de uma família provinciana que vivia solidária consigo mesma: seus irmãos eram irmãos. Buscavam-se, visitavam-se, namoravam-se, casavam-se, procriavam, criavam filhos, sepultavam-se, mas tudo na miniatura adorável da existência provinciana das carências. Aqui ou havia demais ou não havia nada. Havia demais: poeira, falta de produtos alimentícios, ausência de médicos, de habitações suficientes, luz elétrica, mesmos urbanos, muito trabalho e, sobretudo, muitos sonhos. (Costa apud Teles, 1986: 84)

Portanto, a imagem de uma Goiânia, cosmopolita, alvo de elogios de pessoas de diversos lugares do Brasil que o livro *Goiânia, a metrópole do Oeste* nos apresenta é bem diferente daquela que o próprio autor demonstra na entrevista. A diferença básica é que no

livro ele *esconde* a ambigüidade presente na vida histórico-cultural de Goiânia; enquanto na entrevista, não demonstra essa preocupação de escondê-la.

2.5 Goiânia documentada e Goiânia global

Oscar Sabino Júnior, filho de Oscar Sabino de Freitas, velho amigo de Pedro Ludovico Teixeira, ainda nos tempos em que morara em Rio Verde, foi autor de duas importantes obras sobre Goiânia, como funcionário do museu estadual, organizou o livro *Goiânia documentada*, publicado em 1960; em 1980, publicou *Goiânia Global*.

Mudou-se de Rio Verde para Goiânia com seus pais, em 1937; em 1940 transferiu-se para Belo Horizonte para continuar seus estudos, retornando a Goiânia em 1945, ocasião em que passou a ocupar vários cargos na administração pública do estado.

Em relação a Ofélia Sócrates do Nascimento Monteiro e a Gerson de Castro Costa, Oscar Sabino Júnior tem algumas diferenças que, não obstante, não o impedem de ser considerado um *neomudancista*. Ao contrário de Monteiro e Castro Costa, ele chegou a Goiânia ainda criança, não tendo participado ativamente dos debates entre mudancistas e antimudancistas que permearam os anos iniciais da cidade. Assim, enquanto aqueles autores são classificados na literatura goiana como integrantes do grupo *Oeste*¹² em referência à revista de mesmo nome, este autor situa-se, por suas tendências estéticas, como um dos integrantes da *Geração de 45*. Além disso, as obras de Sabino Júnior foram escritas em 1960 e 1980 respectivamente, tendo um contexto histórico bem diferente das obras de Monteiro (1938) e Castro Costa (1942).

Porém, apesar das diferenças, a mudança da capital é vista da mesma forma que os dois autores. Ele vê Goiânia, como uma cidade moderna, fruto de um anseio secular que só foi possível de realizar na época de Pedro Ludovico, que trouxe o desenvolvimento econômico para o Estado de Goiás. Assim, ele conserva o mesmo otimismo no homem, capaz de mudar para melhor a sua história e que estava presente nas obras anteriores. Concebe a realidade histórica de modo metonímico, isto é, existem determinadas partes (causas) que podem explicar o todo. Desse modo, Sabino Júnior via a parte *Goiânia* como capaz de explicar o todo *desenvolvimento de Goiás*. Segundo suas palavras

Hoje que não se tem mais dúvidas quanto às benéficas influências de Goiânia no processo de progressivo desenvolvimento do Estado, até então amarrado aos elos de uma economia de tipo feudal, fechada, inacessível aos empreendimentos de vulto que subsistia à custa da pecuária e

lavoura produtiva, pode-se dizer que se transformou num dos principais pontos de atração de capitais do Brasil, tal o surto de progresso que aí se verifica, e passou a ocupar nos últimos anos um lugar de saliência no concerto geral da nação. (Sabino Júnior, 1960:15)

Desse modo, a semelhança de seu discurso em relação aos mudancistas, justifica classificá-lo como um deles. No plano formal, seus livros representam uma grande coletânea de documentos clássicos sobre a história de Goiânia (Resolução da mudança, Relatório do urbanista Atílio Correa Lima, Primeira Portaria, mudança definitiva, etc.) somados aos dados contemporâneos a respeito da cidade (população, número de veículos, número de estabelecimentos de créditos, indústria e comércio, assistência médica, etc.). Nesse aspecto, não há diferença entre os dois livros, tendo em vista que o *Goiânia Global*, publicado em 1980 pode ser considerado como uma *edição atualizada do Goiânia documentada* (1960).

No caso desse último livro, suas 187 páginas podem ser divididas em duas partes, na primeira (com cerca de quarenta páginas), o autor faz um pequeno texto de apresentação (quatro páginas) e depois cita algumas opiniões de personalidades nacionais sobre Goiânia e dados referentes a *Goiânia Atual*; as outras 132 páginas restantes são reservadas à transcrição dos documentos históricos sobre a cidade.

Mesmo abstendo-se de aparecer no texto, deixando os fatos falarem por si, nota-se um elemento estrutural nas entrelinhas que dá um significado para a coletânea. Ela foi organizada em 1958, e publicada no início dos anos 60, época em que o assunto em pauta em Goiás era a construção de Brasília. Desse modo, o livro deve ser visto como uma resposta às idéias contrárias à mudança da capital federal: Goiânia aparece como um argumento concreto de que se a mudança deu certo em Goiás, o mesmo aconteceria também no Brasil, referindo-se ao assunto Sabino Júnior:

Não obstante o natural ceticismo de quem não percebeu, na época, a extensão e a profundidade do problema que se achava no debate, Goiânia, que é atualmente uma cidade moderna, dinâmica e progressista, como também Belo Horizonte, além de constituir uma esplêndida realidade aos olhos da nação, ao ponto de não encontrar quem não se surpreenda com o ritmo verdadeiramente empolgante de sua ascensão, significa um *magnífico exemplo* da capacidade criadora da *gente sertaneja* e motivo de firmeza, de estímulo, aos que idealizaram e hoje constroem Brasília no centro geográfico do país. (Ibidem: 16. grifos meus)

Nota-se no trecho acima que a concepção de história que transparece na obra não é muito diferente daquela dos historiadores do mundo antigo. Para os romanos, a importância da história estava no fato dela guardar os bons exemplos dos antepassados para serem seguidos no presente. Para os gregos, especificamente Tucídides, a temporalidade cíclica, permitia que os acontecimentos do passado voltassem a acontecer no futuro, e a história tinha função de preparar os homens, a fim de evitar surpresas

desagradáveis. Desse modo, Oscar Sabino Júnior expressa um pouco das duas concepções: as resistências à mudança da capital para Belo Horizonte voltaram a acontecer na mudança da capital do Estado de Goiás e repetiam-se novamente na transferência da capital federal; além disso, a história, ao mostrar o exemplo do sucesso da mudança da capital para Goiânia depois de decorrido 25 anos, habilitava o autor a dizer que a mudança da capital para Brasília abria as mesmas perspectivas de desenvolvimento.

Além disso, a concepção de história que o livro oferece forma-se apenas por determinados fatos que estão relacionados com acontecimentos especiais, como a mudança da capital. Assim, seu livro é uma forma de dizer que a mudança da capital federal provocará o progresso do País.

O outro livro, *Goiânia global*, tem um texto muito semelhante ao primeiro, mas um contexto bem diferente. A estrutura formal é praticamente a mesma do livro publicado anteriormente, no entanto o autor aparece um pouco mais nas 285 páginas do livro, publicado 20 anos após o *Goiânia documentada*, não fica indiferente às significativas modificações por que passou Goiânia entre as décadas de 60 e 80.

Como no livro anterior, Sabino Júnior ainda afirma que Goiânia foi responsável pela ressurreição de Goiás, não obstante o seu otimismo diminuiu um pouco. No início da década de 1980, Brasília já era uma realidade, um dos principais responsáveis pela transformação de Goiânia em um centro populacional, em uma metrópole como aspiravam os mudancistas. Com o crescimento demográfico, vieram os problemas, como o crescimento desordenado, ocupações urbanas, falta de infra-estrutura, deficiência no transporte urbanos e outros.

Além disso, Goiânia ainda não atingira o clímax do desenvolvimento que somente viria com a industrialização, o que estaria facilitado pelo fato de Brasília ter propiciado “o deslocamento para o planalto central de um contingente populacional que, em termos nacionais, detém elevado poder de compra e constitui, portanto, altos padrões de consumo” (Sabino Júnior, 1980: 27)

Desse modo, o livro *Goiânia Global* ao lado das apologias à Goiânia moderna, ressalta os transtornos infra-estruturais da cidade, como a questão ambiental, o crescimento desordenado e acelerado dos municípios do entorno, o trânsito caótico, etc. Não se trata todavia de um reconhecimento da ambigüidade na vida histórico-cultural da cidade, porque não vê nesses problemas uma sobrevivência de valores tradicionais que sempre estiveram presentes no cotidiano da cidade, mas como apenas uma deformação, resultante do mal gerenciamento público cidade moderna:

*Os problemas
das cidades
aparecem*

Não obstante todos os entraves de ordem financeira e política, Goiânia nasceu, cresceu e se consolidou como metrópole. O tempo se encarregou de evidenciar o acerto da medida. Graças à sua moderna capital, Goiás é atualmente um ponto de referência no país. (Ibidem: 28)

Enfim, as obras de Sabino Júnior deram continuidade ao discurso mudancista, contribuindo para consolidar a imagem da *Goiânia moderna*.

3. A LITERATURA MUDANCISTA E O SABER MODERNO

Uma das grandes especificidade do discurso mudancista baseia-se em sua pretensão de verdade no conhecimento científico moderno. Por isso, nota-se nesse discurso, um otimismo na capacidade do homem em vencer as dificuldades do mundo, em um futuro próximo.

O Interventor Pedro Ludovico possui essa qualidade e ele mesmo se coloca como um dos representantes do saber moderno, para detectar as causas do atraso de Goiás:

Pondo-nos em contacto permanente, diário e intensivo, com as necessidades de Goiaz, estudando-as nas suas fontes, perquirindo, observando, analisando detidamente as causas que têm impossibilitado o desenvolvimento econômico de um Estado rico de reservas naturais como este, chegamos à convicção (...) de que a mudança da Capital não é apenas um problema de vida para Goiaz. É também a chave, o começo da solução de todos os demais problemas" (Teixeira, 1933; apud Monteiro, 1938:19-20)

Nota-se que o Interventor se apresenta como portador de um saber especial, como quem está preparado para resolver as dificuldades dos homens. No mundo tradicional, essa função era exercida pelos guardiães da tradição, isto é uma pessoa que, graças à experiência acumulada pelos anos de experiência ou pela participação em um episódio extraordinário e grandioso (como uma guerra, uma revolução, um contato mais íntimo com o sobrenatural), era considerada apta a interpretar o mundo. Era alguém que conseguia ver algo que os demais não viam, alguém que tinha condições de captar a verdade sobre a vida e sobre as coisas: por isso estava autorizado a dar conselhos.

Observando a biografia de Ludovico, vê-se que existem vários elementos que o fazem portador de uma experiência de vida especial: ainda jovem (18 anos) foi para o Rio de Janeiro estudar medicina, entrando em contato com alguns boêmios estudantes universitários; regressou a Goiás seis anos depois, participando vitoriosamente da Revolução de 1930. A meu ver, sua vida não um torna guardião da tradição que incorpora em si o saber do grupo local a que pertence (como é o caso dos benzedores, dos coronéis,

etc.). Pelo contrário, ele pretende resolver os problemas de Goiás, não pelo saber local, mas pelo saber universal da ciência moderna.

Desse modo, a forma que Pedro Ludovico entreviu na realidade aproxima-o conceitualmente do perito moderno¹³. O guardião da tradição não trabalha com regras fixas aprendidas em livros e escolas – suas regras são transmitidas pela tradição, pela experiência de vida; o perito moderno, ao contrário, é, na maioria das vezes, um especialista em algum ramo do saber moderno. E o fato dele ser especialista, diferencia-o do não-especialista, o leigo¹⁴. Desse modo ele é portador de um saber universal, contrastando com o saber local do guardião, que possui um saber mais prático (destinado a normatizar a conduta cotidiana), enquanto o perito possui um saber mais teórico. Além disso, a sabedoria do homem tradicional advém da sua personalidade especial, a do perito moderno de sua disposição em dedicar-se a um ramo específico do conhecimento nos centros de saber (universidades, principalmente).

Uma das principais características da modernidade, segundo Weber, foi que serviu de base para que o mundo fosse visto de modo desencantado – o mundo passou a ser analisado sem a interferência de deuses ou demônios. Em consequência disso, as esferas de valor, que estavam subordinadas ao campo religioso, tornam autônomas: cada uma passa a constituir-se em um círculo próprio, tendo no seu centro um valor específico: na estética, o belo; na economia, o dinheiro; na religião, a fé; na ciência, o conhecimento. No entanto, essa autonomia não é completa: se a afirmação de que a ciência substituiu a religião como valor último da época moderna é um pouco exagerada, o certo é que ela passou a ser vista como capaz de melhorar substancialmente a vida dos homens. O perito moderno como o homem que encarna em si o saber racional passa a ser visto como sendo aquele capaz de mudar, para melhor, o mundo.

Com a ajuda do saber da ciência moderna Pedro Ludovico pretendeu resolver os problemas de Goiás. Dizem que ele utilizou o saber médico para diagnosticar os problemas de Goiás o saber médico (Campos, 1980: 29-30). Esta assertiva é correta, mas é parcial. A medicina é um dos ramos do conhecimento moderno no qual Ludovico era um especialista. Assim é normal que seu discurso esteja cheio de metáforas médicas como *doente, sadio, convalescente*; porém é insuficiente para fundamentar o discurso de intervenção na sociedade, que é baseado em análises de especialistas, como urbanistas, arquitetos, advogados e engenheiros, etc. Todos esses ramos possuem em comum uma metodologia racional e um otimismo na verdade produzida pela ciência, superior a outros

tipos de verdades existentes. Assim, todos são partes do saber moderno, que de acordo com Pierri Bedin (1999:38)

representa de acordo com o projeto totalizante da modernidade, a mediação entre o real adverso e contraditório e o progresso pretendido. Como modelo explicativo, tudo tenta abarcar, tenta dar conta dos mais variados problemas, apresentando-se como fornecedor dos modelos teóricos viáveis na concretização, na objetivação do novo.

Desse modo, o saber racional moderno sempre referi-se a um projeto futuro – diferente do saber tradicional que, na maioria das vezes, tem como função prática dirigir a conduta cotidiana no presente. Logo, a modernidade é um projeto inacabado, uma busca de um futuro cada vez melhor, cujo objetivo é o progresso, às vezes perto, outras longe, mas nunca totalmente alcançado.

O saber moderno possui uma postura específica em relação ao tempo histórico: o passado sempre vai ser visto de modo pejorativo, como época de atraso; o presente é a época das transformações, das mudanças; e o futuro do desenvolvimento e do progresso. Para Pedro Ludovico, o passado de atraso do Estado estava presente na cidade de Goiás, que, contrariando a própria história, não se movia no tempo:

O fato que demonstra, de modo inexorável, a incapacidade do desenvolvimento, ou antes, a decadência invencível da cidade de Goiaz, é o seu índice de construções. De 1890 até 1914, Goiaz não chegou a construir, em média, uma casa por ano. (Pedro Ludovico, 1933; apud Monteiro, 1938: 20)

Se a cidade de Goiás era o símbolo do passado, a nova capital do Estado seria o símbolo do progresso, da mudança, a filha da ciência moderna. Não nasceria em torno de uma capela como a maioria das cidades goianas, mas à volta de um centro administrativo; também não seria propriedade de algumas famílias, pertenceria ao mundo; não seria interior, seria centro.

O otimismo dos mudancistas em relação à ciência moderna como capaz de resolver as dificuldades de Goiás não diminuiu, mesmo depois de Goiânia apresentar já na década de 70, inúmeras dificuldades (trânsito caótico, ausência de infra-estrutura, etc.). Oscar Sabino Júnior, explica os problemas de Goiânia, culpando a iniciativa privada de desvirtuar o planejamento racional de Goiânia, todavia, os peritos modernos ainda poderiam *consertar* Goiânia:

Goiânia, que dispõe de espaço físico, é ainda uma cidade com apenas 46 anos de existência e poderá ser preservada dos problemas que afligem os grandes centros urbanos (onde o homem é esmagado e desrespeitado), desde que o planejamento da cidade seja entregue a técnicos de reconhecida competência profissional. (Sabino Júnior, 1980:98)

Enfim, a fundamentação do discurso ideológico dos mudancistas é feita pela razão moderna. A coincidência entre política e ciência produziu um tipo de administração,

Notas:

¹ Tiveram algumas ações mais pitorescas contra mudança da Capital, como a descrita a seguir: "Foi quando uma turma de senhoras idosas iniciou a prece do meio dia, hora em que todas elas enfrentando a ardência do sol a pino, dirigiam-se 1ª igreja da Abadia para ações e pedidos, tendo em vista o fracasso dos propósitos mudancistas." Depoimento de Rosarita Fleury. (Apud Goiânia, 1989:172)

² Ver Câmara, 1973:73-74 e 167-173

³ O atraso era um dos argumentos mais utilizados para mudar a capital do Estado. Numa carta o Ministro Osvaldo Aranha, em 1932, Pedro Ludovico disse-lhe: "Se o eminente amigo conhecesse Goiás, ficaria horrorizado com o seu atraso!". (Borges, 1980: 119)

⁴ Um processo histórico é algo iniciado pela ação humana, do qual não sabemos como vai terminar: o processo histórico depois de iniciado é incontrolável pelos homens. Os exemplos mais conhecidos de processos históricos são os relacionados com aspectos amplos da sociedade, como socialismo, modernização, etc. Sobre isso, ver Arendt, 1997

⁵ Os mudancistas também conceberam Goiânia como uma determinação histórica: "Goiânia, que nascia ao sopro de uma nova concepção, e ao impulso da força do determinismo histórico, para desatar as amarras do marasmo e do criminoso abandono em que vivia o Estado". Borges, 1980:84

⁶ Segundo White (1995:39) o liberal concebe a mudança "no ritmo social do debate parlamentar, ou o ritmo do processo educacional e das disputas eleitorais entre os dois partidos empenhados na observância das leis estabelecidas de governação"

⁷ uma demonstração da necessidade da cidade de Goiânia de afirmar-se como capital pode ser sentida nos dois primeiros anos (1938-9) de circulação do jornal "O Popular" que, no lugar destinado a identificar local e data, o nome de "Goiânia", era seguido do aposto explicativo "Capital de Goiaz" e depois da data diária. Exemplificando, a construção ficava assim: "Goiânia, *capital de Goiaz*, 31 de dezembro de 1939".

⁸ A mudança do Interventor da cidade de Goiás para Goiânia ficou conhecida por "Botafora", dado o seu caráter de surpresa (ou fuga, para os antimudancistas). Segundo Bernardo Élis, que presenciou esse fato, "Ao levantar-se aí pelas seis horas, notou na rua muita gente pelas portas e janelas conversando. Talvez fosse assunto ligado a Santa Bárbara, cuja festa naquele dia se celebrava na igreja a ela dedicada. Mas logo ao sair à porta, o prof. Luiz de Faria, de sua janela na casa fronteira, informava que Pedro Ludovico e o secretariado acabavam de passar por ali, de mudança para Goiânia." Élis, 1987: 67

⁹ Esse assunto sobre até que ponto sujeito é, em termos causais, determinante na história é uma questão controversa dentro da historiografia. De modo geral as obras históricas pré-modernas sempre consideraram o indivíduo ativo na explicação do desenrolar dos acontecimentos. Foi com a modernidade que o indivíduo começou a perder o seu *status* explicativo: com Galilei, ele deixou de ser o centro do universo; com Darwin, o centro do reino animal; com Marx, o centro da história e com Freud, deixou de ser o centro de si mesmo. Na historiografia, o sujeito perdeu a sua força explicativa com o aumento da influência do Estruturalismo na História na década de 60; porém está havendo atualmente certas tendências (uma das mais importante é a "Nova História") de resgate do sujeito na explicação Histórica. Sobre isso ver: Stone, 1991:13-37; Burke, 1997:97-107

¹⁰ O exemplar utilizado neste trabalho foi reeditado pela Prefeitura de Goiânia em 1985, em comemoração ao 43º ano do Batismo Cultural. A publicação original é de 1942.

¹¹ As entradas e as bandeiras e, conseqüentemente, a mineração foram processos históricos que foram iniciados a partir de forças que estavam fora do Estado.

¹² Além de Castro Costa e Ofélia Monteiro, participaram desse grupo ligado à administração de Pedro Ludovico Teixeira, Maria de Paula Fleury Godoy, Colemar Natal e Silva, Alfredo de Castro, Vasco dos Reis, Paulo A. de Figueredo, Leo Lynce, e outros.

¹³ Maria Cristina Teixeira Machado (1990) fez um interessante estudo considerando Pedro Ludovico como um representante da dominação carismática. Acredito que o seu inegável carisma adveio pelo fato dele tentar implantar no Estado um estilo de dominação racional-legal e não dele ser considerado enviado divino. Um carisma advindo da aplicação de uma estratégia administrativa racional-legal num ambiente tradicional não deixa de ser uma contradição.

¹⁴ De acordo com Giddens, (1997:105 "Um especialista é qualquer indivíduo que pode utilizar com sucesso habilidades específicas ou tipos de conhecimentos que o leigo não possui". Desse modo a especialista e o leigo devem ser visto em termos relativos: uma pessoa pode ser especialista em um ramo e leigo em outro. Já o guardião da tradição nunca é visto em termos relativos, mas sempre de modo absoluto.

CAPÍTULO V

A IMAGEM DE GOIÂNIA NAS OBRAS ACADÊMICAS

1. AS OBRAS ACADÊMICAS COMO SABER MODERNO

Existem várias diferenças entre o discurso mudancista e o discurso acadêmico. A principal delas é que o primeiro é ideológico enquanto o segundo, científico. Todavia ambos têm a pretensão de interpretar de modo correto a realidade, de serem discursos verdadeiros (no sentido iluminista). O motivo dessas semelhanças é o fato de ambos alimentarem-se da mesma fonte – a autoridade racional do saber moderno, o que produziu coincidências no conteúdo dos dois discursos. Em outras palavras, as obras acadêmicas absorveram vários pressupostos dos mudancistas sobre a cidade de Goiânia. O objetivo das linhas abaixo é analisar essas semelhanças.

A pretensão de verdade não é uma característica específica da modernidade, mas de todos os tipos de conhecimentos de natureza tradicional (religioso, experiência senil, memória coletiva, etc.). A diferença fundamental é que estes são saberes locais (direcionados a um público específico), enquanto aquela pretende ser um saber universal. Assim, o saber moderno pode tudo abarcar, tudo medir, tudo classificar. Nada, mesmo os elementos mais irracionais como o misticismo, a loucura, os sonhos, etc. escapa ao seu poder assimilatório.

Desse modo, o principal objetivo do conhecimento moderno é dar uma interpretação ao, mesmo tempo, clara, coerente e verdadeira. Um dos seus principais instrumentos é a divisão de tarefas. É aí que surge a figura do especialista, aquela pessoa que detém a metodologia racional para interpretar o mundo. Por isso, considera-se (e é considerado) como tendo um conhecimento sobre o mundo acima dos demais. Sua origem histórica remonta à Grécia Antiga. Lá, os primeiros sábios, apesar de não legitimarem o seu conhecimento na religião, eram vistos como pessoas portadoras de uma verdade que estava acima da competência ordinária das outras pessoas, porque o estilo de vida do sábio grego não tinha muita diferença do asceta religioso. Segundo Vernant (1996:41), ele possuía

uma regra de vida, um caminho de ascese, uma vida de pesquisa que, ao lado das técnicas de discussão, de argumentação, ou dos novos instrumentos mentais como as matemáticas,

conservam em seu lugar antigas práticas divinatórias, exercícios espirituais de concentração, de êxtase, de separação da alma e do corpo.

No entanto, a razão grega, retórica por se basear no uso adequado das palavras, difere da razão moderna, que tentou despojar-se de todos os elementos que, como a retórica, maculavam o conhecimento com uma indesejável subjetividade. Ela aditivou ao uso grego dos conceitos a experimentação. Sua linguagem ideal é a matemática – o número em vez da fala; nela a informação é mais importante do que o informante.

O especialista moderno ainda conserva – apesar do conhecimento estar aberto a todos, só se pode absorver dele, pela brevidade de nossa vida, uma ínfima parcela – um certo grau de esoterismo. O especialista é o mediador entre os leigos e a verdade do mundo, sem fundamentar suas opiniões no enganoso senso comum, como faz a maioria. Suas opiniões são sempre respaldadas pelo método racional universal.

No mundo tradicional, quem possuía a verdade era o guardião da tradição. Por transmitir uma verdade moral ou ética, o receptor poderia aceitá-la ou recusá-la. Ela era válida apenas para *os de dentro*. *Os de fora* tinham sua própria verdade e os seus próprios guardiães. Mesmo quando o saber local expandia-se para outras regiões por meio da conversão religiosa ou da conquista militar, ele não se despojava da sua vinculação local, como no caso dos muçulmanos que ainda conservam Meca concretamente como um lugar sagrado, para o desconforto dos fiéis que estão a milhas de distância.

Já no conhecimento moderno, os atributos que denunciam a localidade tendem a desaparecer. As grandes teorias científicas modernas, mesmo as culturalmente específicas, como as de eugenia racial, têm uma pretensão e formato universal. Por causa dessa universalidade, a ciência moderna tem que resolver a ambigüidade do mundo, pois a multiplicidade de saberes locais, diferentes, mas legítimos, do mundo tradicional, deu lugar ao saber da ciência moderna, o único legítimo.

Além disso, o projeto da modernidade sempre está voltado para o futuro. Conta-se que havia um rei com uma quantidade exagerada de trabalhos a serem realizados em seu reino. Em vista disso, ele resolve contratar um gigante, célebre por não deixar tarefas inacabadas. A condição dele foi que o rei nunca o deixasse sem nada para fazer. Este, tendo em vista o número de trabalho a executar no reino, aceita a proposta. Para seu desespero, em poucos meses o gigante executara todo o serviço. Sabiamente o rei pega um cachorrinho que nascera de rabo enrolado e ordena que o gigante o desenrole. Tarefa inútil, pois a rabo do cachorro sempre retorna a antiga posição. O conhecimento moderno está na mesma posição do gigante – sua tarefa é inconclusa, embora não tão monótona, quanto na

anedota, pois sempre haverá projetos para o futuro. Por isso, as narrativas acadêmicas e mudancistas sempre utilizam categorias como progresso ou desenvolvimento, quando se refere ao futuro.

Porém De modo geral, as obras acadêmicas não questionam o pressuposto mudancista que considerava Goiânia, desde o seu início, como moderna, mesmo usando justificativas diferentes. Desse modo, ela difere das demais cidades goianas, especialmente da antiga Capital, da qual ocupou o lugar.

Luís Palacin, o primeiro historiador profissional (acadêmico) a abordar Goiânia, em seu livro *Fundação de Goiânia e o desenvolvimento de Goiás*, publicado em 1976, concebia como vinculada ao desenvolvimento do Estado, ao ressaltar “creio que é possível afirmar plenamente que a construção de Goiânia marcou o início de uma nova época no desenvolvimento de Goiás”. (Palacin, 1976:98)

Porém Palacin lamenta que esse desenvolvimento tenha sido apenas parcial, pois não trouxe a industrialização: “Goiânia é uma cidade sem indústria” (Ibidem:96). Apesar do que, o saldo foi positivo: ela produziu “a ânsia de renovação, a confiança num futuro melhor”, “o desenvolvimento do campo agro-pecuário e dos serviços”, “a virtude de divulgar o Estado, até então simples expressão geográfica no mapa” e o “aumento da população” (Ibidem: 99-102). A categoria básica que Palacin utiliza para explicar Goiânia é “desenvolvimento”. Segundo Michel Foucault (1997:24) ela

permite reagrupar uma sucessão de acontecimentos dispersos; (...) descobrir, já atuantes em cada começo, um princípio de coerência e o esboço de uma unidade futura; controlar o tempo por uma relação continuamente reversível entre uma origem e um termo jamais determinados, sempre atuantes.

Não é minha intenção questionar – como faz Foucault por ela dar uma noção de continuidade – neste trabalho o uso desta categoria pelo historiador. O importante aqui, é que Palacin a utiliza em sua narrativa como matriz organizadora dos acontecimentos em torno de Goiânia, o que coloca como um dos representantes de uma vasta historiografia que absorveu o entusiasmo dos cientistas naturais pós-darwianos do século XIX com a *evolução e progresso*, sinônimos de *desenvolvimento*.

Desse modo, assim como os mudancistas, a concepção historiográfica de Palacin está inserida numa vertente otimista da modernidade, o que lhes permitem utilizar, respectivamente, os termos *progresso e desenvolvimento*. Goiânia, então, é vista sempre como expressão de uma destas categorias, provocando um certo inconveniente, o de amarrar os fatos passados em um eixo voltado para o futuro, como foi detectado por Foucault.

Da mesma forma que os mudancistas, Palacin reata a continuidade entre o passado, presente e futuro. A mudança da capital era uma aspiração histórica de Goiás, que remontava ao ano de 1737, quando o Conde de Sarzedas foi aconselhado a fazer de Meia Ponte (Pirenópolis) o centro administrativo da Capitania em detrimento do Arraial de Sant'Ana, núcleo da futura Goiás (Palacin, 1976:11). Assim, ele analisa os vários “projetos de mudança da Capital” até chegar aos anos 30, quando enfim eles se concretizam.

Se Goiânia tem relação com o desenvolvimento de Goiás, dicotomicamente, a cidade de Goiás liga-se à estagnação:

Outra circunstância, a primeira vista de peso decisivo [para justificar a mudança da capital], era a prostração cada vez mais acentuada da Cidade de Goiás. Enquanto a população do Estado duplicava nas três primeiras décadas do século, a população de Goiás diminuía nuns vinte por cento, (...) passara a ser uma cidade insignificante – a segunda última das capitais brasileiras, com a metade da população de Cuiabá – na segunda década do século XX (...) (Ibidem: 14)

Outro historiador, Nasr N. Fayad Chaul, autor do livro *A construção de Goiânia e a transferência da Capital*, dentro dos padrões do saber moderno, também utiliza uma abordagem antitética – Goiânia estaria relacionada ao mundo capitalista e a antiga Goiás, ao mundo tradicional.

Chaul delimita temporalmente seu objeto no período que vai de 1930 a 1937, segundo ele um dos mais ricos da historiografia nacional e regional¹ – foi definido como sendo de transição, conceito responsável pela caracterização de Goiânia nos seus primeiros anos:

Por fim, vamos notar Goiânia como uma consolidação entre o urbano e o rural, capaz de absorver os elementos existentes e as idéias em trânsito, o velho e o novo, a oligarquia e a revolução, a agricultura e o comércio. Enfim, Goiânia será também uma obra deste período de transição (Ibidem: 46)

Com esse conceito, ele sagazmente consegue mostrar a complexidade da vida cultural de Goiânia, durante o período, “demonstrando a transição onde o rural e o urbano se mesclavam” (Ibidem:11). Transição deixa implícita a provisoriedade da mescla da tradição com a modernidade. Assim o período de transição torna-se um marco histórico divisor de águas, o antes seria o mundo da tradição, o depois, o mundo moderno.

Desse modo, ele utiliza também a categoria progresso para explicar Goiânia:

A nova capital seria um excelente investimento de notáveis retornos para toda a economia do Estado, principalmente porque representava o progresso para um Estado que tentava sair da pobreza e do endividamento. (Ibidem: 107)

Ressalta-se que o autor deixa claro que o progresso tinha muito de irreal, de ilusão (utopia), ou seja, era visto de modo exagerado pelos mudancistas; mesmo assim, tem a

importante função de fornecer uma certa continuidade histórica à sua narrativa: ele também busca no passado histórico do estado, a partir de 1754, “as idéias de mudança da capital²”

Do mesmo modo, se o progresso é o eixo organizador da narrativa, necessariamente, deve contrapor-se ao atraso. Nesse ponto, o autor concorda que a antiga capital não tinha argumentos suficientes para responder à crítica dos mudancistas e afirma que “Outro fator de peso favorável aos ideais de Pedro Ludovico era a própria decadência da cidade de Goiás, que não encontrava argumentos satisfatórios para se manter na qualidade de capital” (Ibidem: 25)

Assim, os historiadores por utilizarem o saber moderno, incorporaram em suas análises os argumentos mudancistas que consideravam Goiânia uma cidade moderna³, diferenciando-se da antiga capital. Outros especialistas no conhecimento racional da modernidade têm o mesmo entendimento, o que mostra que a postura ética pessoal do autor não é determinante nesse aspecto, e apenas as premissas categoriais que utiliza.

A Arquitetura é um dos ramos da ciência moderna que analisa os diversos modos que os homens fazem suas edificações materiais. Desse modo, o arquiteto é mais um dos peritos modernos que explicam Goiânia. Ao fazer isso, absorve algumas imagens sobre a cidade, embora também seja também um difusor dessas imagens. No livro *A modernidade do Art Déco na construção de Goiânia*, o arquiteto-historiador Gustavo Neiva Coelho considera, a partir da análise da arquitetura, a cidade como moderna:

A mudança da capital de Goiás para Goiânia, nas primeiras décadas do século XIX, vem dentro de uma proposta global que inclui desde a questão da Marcha para o Oeste até outras já relacionadas, como a modernização e o progresso do país. Sendo assim, a nova capital deveria representar algo completamente diferente do conhecido até então pelos goianos. É exatamente isso que será implantado, uma cidade que traz em si a mudança política, a substituição das antigas oligarquias por novas, a tradicional arquitetura da colônia portuguesa pela arquitetura da modernidade, da internacionalização, do futuro. (Coelho, 1997:20-01)

Desse modo, Coelho incorpora a concepção de cidade moderna, elaborada pelos mudancistas e aprimorada pelos historiadores. No tocante à sua especialidade, a Arquitetura, a modernidade do traçado urbano e das residências é evidente, apesar dos exageros do ufanismo mudancista:

É importante observar que, para a população em geral, não havia exageros nos discursos [dos mudancistas], pois além do traçado da cidade apresentar elementos desconhecidos, como amplas avenidas arborizadas e planas, os edifícios caracterizavam-se também por uma organização interna completamente diverso do conhecido até esse momento. (Ibidem: 45)

Como cidade moderna, Goiânia necessariamente teria que se contrapor à antiga capital:

Esse fato permite a implantação de pequenos jardins particulares, que por si só já podem ser vistos como elementos de extrema modernidade, principalmente se levarmos em consideração

o fato de as casas serem construídas em Goiás, até essa época tendo suas fachadas na testada do terreno. (Ibidem: 46)

A análise não deixa de ser dicotômica: casas recuadas no terreno de Goiânia *versus* casas com fachadas na testada do terreno da cidade de Goiás; arquitetura Art Déco *versus* arquitetura colonial. As diferenças entre as duas cidades não indicam a valorização das características modernas, mesmo que o seu texto deixe transparecer algumas coincidências de opinião com os mudancistas, como a inadequação da cidade de Goiás continuar como capital: “A antiga capital, a cidade de Goiás fundada nos primeiros momentos da ocupação territorial, em 1727, apresentava inúmeros problemas no que se refere a seu desenvolvimento.” (Ibidem: 39)

Desse modo, ao legitimar a necessidade de mudança, tanto o arquiteto, como os historiadores, reatam o fio de continuidade da mudança da capital na década 30 ao passado do Estado:

A idéia da mudança da capital goiana é uma preocupação que remonta a meados do século XVIII, apresenta interesses pontuais durante o século XIX e praticamente vem tomar corpo e se concretiza no início dos anos 1930 (...) (Ibidem: 40)

Por fim, os sociólogos, peritos encarregados de analisar o relacionamento entre as pessoas, têm no mundo urbano um lugar privilegiado para realizar o estudo. Goiânia foi objeto de várias interpretações sociológicas. Uma das mais bem fundamentada foi a tese de doutoramento de Genilda Darc Bernardes, *Goiânia, cidade planejada/cidade vivida: discurso e cultura da modernidade* de 1998. Ela servirá de exemplo para ver as imagens utilizadas pela Sociologia no estudo da cidade.

O objetivo do trabalho de Bernardes é o de mostrar que Goiânia está inserida num processo em que convivem duas racionalidades: a do planejamento técnico-científico moderno implementado pelo Estado e a dos usos da cidade pelos seus habitantes que fazem uma leitura a seu modo dos elementos planejados da cidade. Desse modo, o imaginário é uma categoria fundamental utilizada por ela, para analisar tanto os discursos dos mudancistas, que concebem Goiânia como um símbolo da modernização para Goiás, quanto o dos moradores da cidade, que lêem a cidade moderna a com base nos seus valores culturais. Desse modo, o objetivo da autora é o de conceber a cidade como símbolo, ou seja, como um objeto de leitura.

Essa postura é interessante porque evita simplificar o real, considerando como seu constituinte as interpretações dos sujeitos. Para explicar a mudança da capital, a autora incorpora as análises que explicam a cidade como uma estratégia de poder ou como consequência da expansão capitalista para áreas periféricas do país (Bernardes, 1998:113),

fazendo com que continue valorizando o aspecto moderno da cidade, considerando-o característica fundamental. Desse modo, em seu trabalho, a racionalidade instrumental implementada pelo Estado acaba solapando a outra racionalidade do uso da cidade pelos seus moradores, com base em seus valores tradicionais.

Esclarecendo melhor. Segundo Bernardes, o imaginário “constitui um dos elementos do processo de representação mental e pode ser definido como tradução mental de uma realidade exterior percebida.” (Ibidem: 80)

Assim, o imaginário é a forma que cada grupo ou pessoa lê (traduz) o real. A leitura feita pelos mudancistas é a de que Goiânia é o símbolo do progresso e do desenvolvimento do Estado e representaria, portanto, a parte positiva da modernidade. Para a autora essa leitura é falha, pois

o que vemos é a difusão de processos modernizantes, típicos do capitalismo periférico, tais como: crescimento acelerado e desorganizado das cidades, segregação urbana, fluxo migratórios intensos, tendências caudilhistas e populistas, secularização interminante coexistindo com padrões de tradicionalismo e entraves na formação do mercado interno, a partir da alta concentração de renda e da baixa remuneração da força de trabalho. (Ibidem: 132)

Pelo trecho acima, verifica-se que Bernardes não questiona a modernidade de Goiânia, apenas muda o adjetivo – ao contrário de positiva, ela seria negativa, dada a situação periférica em que se encontrava o estado de Goiás. Desse modo, o imaginário dos mudancistas estava apenas *parcialmente* equivocado.

Em contrapartida, o imaginário dos habitantes de Goiânia faz com que a leitura da cidade, mesclando o planejamento moderno com a cultura popular, seja ambivalente, o que é mostrado pela autora utilizando o exemplo da leitura que a população faz do Plano Urbanístico original de Goiânia, como sendo confeccionado à imagem de Nossa Senhora Conceição Aparecida. O motivo dessa leitura estaria no fato de que para Goiânia

vieram pessoas de diferentes localidades, em sua maioria, de origem rural e católica. É possível que tenham sido esses elementos que orientam a percepção do traçado da cidade à imagem de Nossa Senhora. (Ibidem: 121)

Desse modo, as leituras do imaginário popular sobre a cidade, baseada em elementos místicos, estão muito mais distantes da definição feita pela autora, segundo a qual, Goiânia constitui um dos raros *bolsões de modernidade* existentes em nosso país (Ibidem: 42). Além disso, sua análise sobre o *imaginário popular* foi, em termos quantitativos, bem inferior ao imaginário dos planejadores da cidade.

Em suas análises, apesar de não haver ufanismo, Goiânia é vista como moderna. Nessa modernidade, convivem o racionalismo técnico com o irracionalismo do uso da cidade pelos habitantes, ocorrendo também uma dicotomização entre planejamento e

vivência, que equivale à modernidade e tradição, respectivamente. À primeira vista, parece que a autora não utiliza a categoria *progresso*; porém está presente em um âmbito mais estrutural, porque em Goiânia, em lugar da modernidade clássica, existe a modernidade periférica: “Essas concepções permitiram a apreensão da modernidade num ambiente não de todo moderno, mas com possibilidades de tornar-se moderno ou adequar-se à sua lógica” (Ibidem:224).

Assim, a categoria *progresso* não deve ser utilizada para caracterizar – como fizeram os mudancistas – Goiânia; todavia, ela está sempre presente no texto como meio de mensuração da modernidade da cidade. Por isso, aparecem coincidências com os mudancistas, como a aceitação dos problemas comprometedores da antiga capital:

Quarenta anos depois da experiência de Belo Horizonte, a cidade de Goiás, fundada na zona aurífera principal do Estado, apresenta características similares às da antiga Ouro Preto – dificuldade de acesso, poucas probabilidades de crescimento e condições topográficas favoráveis a proliferação de doenças. Com a escassez do ouro, a cidade testemunha a sua própria decadência, tornando-se cada vez menos importante como mercado e entreposto comercial (Ibidem: 112).

Com isso a autora insere Goiânia na continuidade da história: “Goiânia resulta de um projeto antigo, que traz em seu bojo a utopia do desenvolvimento e da modernidade (Ibidem:128)⁴”.

Enfim, tanto mudancistas como peritos modernos da História, da Arquitetura e da Sociologia participam do projeto da modernidade, voltado para o futuro e como principal objetivo a emancipação humana, como explicação para opiniões semelhantes entre eles. Isso não deve ser considerado em nenhum momento como crítica ou como falhas metodológicas aos autores – todos reconhecidos pela competência. O objetivo foi analisar a apropriação de imagens discursivas; nesse sentido, as obras individuais foram utilizadas apenas como exemplos da abordagem metodológica das diversas ciências. Além disso, ressalta-se que foram priorizadas, nas obras, apenas as imagens, o que acarreta uma inevitável simplificação das idéias dos autores.

2. AS OBRAS ACADÊMICAS COMO OBRAS REALISTAS

Nas linhas anteriores, foi analisada a semelhança, em termos gnoseológicos, entre as obras mudancistas e as acadêmicas. Agora, pretendo focar os aspectos relativos à apresentação formal do discurso, isto é, que envolvem a organização do texto.

Os discursos acadêmicos, como também os mudancistas, fundamentam-se na verdade clássica iluminista, fazendo com que se apresentem como obras realistas, ou seja, mostram-se convencidos da capacidade do conhecimento baseado na razão de aprender de maneira adequada a realidade. Assim, o texto é importante por si mesmo, pois contém uma verdade que apenas foi descoberta, não construída pelo autor.

Desse modo as obras realistas discutem a linguagem como se ela fosse neutra, ou segundo White (1994:143): “Tendem a tratar a linguagem como se fosse um veículo transparente da representação que não traz para o discurso nenhuma bagagem cognitiva exclusivamente sua.”

O discurso dessas obras aparece de modo despersonalizado, escondendo ao máximo a postura ética e moral do autor. Graças a esse estilo, conseguem aparentar, textualmente, objetividade e coerência.

Além disso, a postura realista iluminista não se manifesta apenas nos aspectos gnoseológicos – apresenta também conseqüências éticas. De acordo com Hayden White (1995:60), no século XVIII,

Ser realista significa não apenas ver as coisas com clareza, como elas realmente eram, mas também extrair dessa clara apreensão da realidade conclusões apropriadas para levar uma possível vida com base nisso.

Nesse sentido, o autor, em obras acadêmicas, pode avaliar os acontecimentos que narra. Por exemplo, para Palacin (1976:93) o resultado da construção de Goiânia foi que “Os homens de 30 não se equivocaram ao construir a cidade, mas pouco de suas previsões mais importantes se realizaram.”

E para Chaul (1988:121): “Assim entendemos que, se Goiânia não foi a realidade mais desejável ao longo do processo histórico, foi pelo menos, a melhor utopia possível”

Segundo Coelho(1997:63):

Implantada durante o período de exceção dos anos iniciais do governo Getúlio Vargas, a cidade de Goiânia representa, não só para o estado de Goiás, mas também para o governo federal, um grande passo rumo à modernização, além de significar um importante avanço na Marcha para o Oeste com a conseqüente conquista da Amazônia

Na conceção de Bernardes (1998:225):

A construção de Goiânia materializa o discurso do progresso e da modernidade, principalmente ao possibilitar, na região, a heterogeneização, a racionalidade e a equalização nas relações sociais e políticas e ao incrementar processos modernizantes que diversificam formas de trabalho e produção, modificam a cultura política e criam novos costumes e hábitos.

Nesses trechos, verifica-se que a linguagem utilizada para descrever um mundo objetivo, de forma clara, coerente e realista, despojada de qualquer aparência poética ou

peçoal. Porém, seguindo o pressuposto dos narrativistas de que toda obra realista contém elementos fictícios de natureza lingüística e poética, pode-se afirmar que a coerência conseguida nas análises sobre Goiânia aproxima-se da *coerência do mito*, analogia que Lévi-Strauss utilizou para se referir à História. Segundo Hayden White (1994:120)

por coerência do mito Lévi-Strauss parece entender o resultado da aplicação de estratégias narrativas mediante as quais unidades básicas de estórias (ou aglomerados de eventos) são arranjados de molde a conferir a alguma estrutura ou processo puramente humano o aspecto de necessidade, adequação ou inevitabilidade cósmica (ou natural)

Pode-se considerar que a obra realista utiliza estratégias lingüísticas e retóricas que não são muito diferentes daquelas utilizadas pela literatura. Essas estratégias apresentam-se de dois modos básicos: negativa, excluindo fatos que poderiam ter sido incluídos no campo histórico; e positiva, consistindo no arranjo dos eventos em uma ordem diferente de sua ocorrência cronológica original, de modo a dotá-los de diferentes funções, em um padrão integrado de sentido.

Os mudancistas utilizaram principalmente estratégias negativas em suas análises, para esconder tudo aquilo que pudesse contrariar a imagem da cidade moderna, como a relação de Goiânia e Campinas, a origem rural da maioria dos habitantes, os costumes provincianos, etc. Já as obras acadêmicas ressaltam, principalmente estratégias positivas, condensando os fatos aos conceitos: desenvolvimento econômico para Palacin; expansão capitalista para Chaul; modernidade arquitetônica, para Coelho e imaginário, para Bernardes. Graças a essas estratégias, Goiânia não aparece nas análises acadêmicas e mudancistas de forma ambígua.

Por isso, as obras realistas não têm um enredo implícito, no entanto, ele existe – em todas as obras há uma *estória* com início, meio e fim. Apenas os autores das obras conhecem o enredo – o leitor passa a conhecê-lo à medida que entra em contato com o texto, com isso, geralmente, tem interesse em saber qual vai ser o seu desfecho.

Nesse enredo existem determinadas pessoas que podem ser denominadas de personagens – para Palacin, os antimudancistas e os mudancistas; para Chaul, os antimudancistas, os mudancistas e os operários; para Coelho, os mudancistas, e os habitantes de Goiânia; para Bernardes, os mudancistas e os habitantes de Goiânia; para os mudancistas, antimudancistas e mudancistas e povo de Goiás. A ação dessas personagens dá sentido à trama, em que a ação se desenrola em tempo e espaço dinâmicos.

Os autores não se identificam de maneira explícita com nenhuma das *personagens*, demonstrando aparente neutralidade em seus discursos. Nesse ponto, há uma semelhança com o discurso mudancista que, apesar de ser ideológico, também aparenta imparcialidade

nas avaliações, pois os argumentos apresentados sempre se referem à realidade histórico-social de Goiás.

Enfim, mudancistas e acadêmicos tentam evitar que os seus textos tenham a aparência de um texto literário, fazendo com que, apesar da grande diferença existente entre a produção acadêmica, que pressupõe pesquisa e teoria, no aspecto formal, a organização dos textos apresente elementos similares aos mudancistas, embora ressaltem as idéias da mudança da capital, as dificuldades inerentes ao projeto de mudança da capital e além das diferenças entre Goiânia e a antiga Capital.

3. AS OBRAS ACADÊMICAS COMO TEXTO CULTURAL

Toda obra, por mais realista que pretenda ser, sempre está relacionada ao momento cultural em que foi escrita e ao público a que se dirige. Assim pode-se identificar sempre alguma mensagem do autor a seus leitores contemporâneos. De acordo com White (1994: 122) ela é identificada por meio

[de] uma análise retórica do discurso histórico [que] reconheceria que toda história digna do nome contém em si não só certa quantidade de informação e explicação (ou interpretação) do que *significam* essas informações, mas também uma mensagem mais ou menos patente sobre a atitude que o leitor deveria assumir tanto diante dos dados relatados quanto da sua interpretação formal.

Acredito que é importante identificar essa mensagem nas obras acadêmicas, pois serve para mostrar que o discurso acadêmico, assim como os outros discursos, também absorve imagens da época em que foi escrito.

A publicação do livro de Palacin em 1976, concide com o fato de Goiânia ter passado aumento da população, decorrente da imigração de pessoas provenientes do campo ou das cidades interioranas, provocando o crescimento desordenado, o acréscimo dos problemas de infra-estruturas urbana, a falta de emprego, a ocupação de áreas urbanas, etc. Em vista disso, o texto do autor procura revelar o que deu errado com Goiânia que mesmo, como cidade moderna, enfrentava os demais problemas das outras cidades brasileiras não-planejadas.

Desse modo, o autor justifica ao leitor que Goiânia apresenta esses problemas, porque não se efetivou o projeto mudancista da industrialização, o que gerou a incompatibilidade entre o crescimento demográfico e econômico:

Não deixa, contudo, de ser uma conseqüência imediata da linha de desenvolvimento de uma capital construída para ser “chave do desenvolvimento geral de todo o Estado”- e de um território abertos de para em par ao exterior, mas sem os meios infra-estruturais – indústria antes de tudo – para acompanhar o crescimento demográfico. (Palacin, 1976:103)

A idéia de industrialização, como meio de resolver os problemas de emprego, era uma preocupação da época. O escritor *mudancista* Sabino Júnior, que escreveu sua obra em 1979, também expressa opinião semelhante:

Aliás, pensava-se a princípio que a construção de Goiânia gerasse ao longo do tempo condições favoráveis ao começo da industrialização do Estado, porém, isto não ocorreu. (Sabino Júnior, 1980:27)

Certamente, entender o porquê do estado de Goiás não ter conseguido se industrializar era também uma preocupação de Chaul (1988:44): “As estruturas de produção não sofreram, a nosso ver, de 1930 a 1937, grandes transformações. A terra continuou como fonte de poder, prestígio e produção.”

Para ele o motivo da falta de industrialização baseia-se no fato de que “Goiás torna-se, como periferia da periferia, produtor de gêneros que, destinados às regiões em etapas de industrialização (Ibidem: 43)”, isto é, ao eixo Rio-São Paulo. A meu ver, existe então uma mensagem ao leitor de que Goiás precisa formar a sua identidade⁵, e a historiografia é um dos modos de se fazer isso:

Diante do exposto, percebe-se que o processo histórico de trinta em Goiás teve rumos e segmentos que fogem às análises globais apresentadas, geralmente centradas nas realidades do eixo econômico e político do país (Rio de Janeiro e São Paulo). Acreditamos que as análises regionais vêm contribuir para uma tessitura mais rica, auxiliando a compreensão de verdade histórica. (Chaul, 1988:49)

Já o livro de Gustavo Neiva Coelho, de 1997, tem uma preocupação mais voltada para a preservação do patrimônio histórico para a industrialização, quando afirma que

a forma devastadora como a especulação imobiliária tem atuado na cidade deixa perceber que boa parte de nosso acervo arquitetônico já foi demolido ou encontra-se tão deturpado que em nada lembra sua característica original. (Coelho, 1997:10)

Portanto, a mensagem que o autor passa ao leitor referi-se à preservação de um estilo responsável por dar uma certa especificidade à cidade de Goiânia, tendência, aliás, da década de 90, portadora de um discurso pós-moderno, comprovando isso, a própria obra de Bernardes, de 1998, incorpora essas preocupações, conforme ressalta:

os edifícios que formam o conjunto arquitetônico da época da construção de Goiânia escondem-se timidamente por entre as fachadas, marquises, letreiros e fiações elétricas, imprimindo desfigurações no centro histórico de Goiânia. (Bernardes, 1998:206)

E também com a degradação ambiental:

Observamos que, atualmente, Goiânia apresenta problemas ambientais, famílias de baixa renda vivendo às margens dos córregos e sujeitas às intempéries próprias desses lugares, onde esgotos lançados *in natura* comprometem a vida da população (...) (Ibidem: 131)

Acredito que, pelo fato do texto acadêmico incorporar estas questões práticas do seu meio cultural, torna-se um texto válido para a formação de identidade. Assim, essas análises servem como um texto cultural, isto é, como umas das fontes para se possa apreender a cultura da cidade.

Porém, esses textos encontram-se, de alguma forma vinculados a uma vertente otimista da modernidade, além de presos a estratégias lingüísticas rígidas, em razão do que priorizam por demais a coerência, deixando de lado os elementos ambíguos que, culturalmente, caracterizam Goiânia⁶.

Notas:

CAPÍTULO VI

¹ “Em relação ao *curto* período histórico compreendido como de transição, justificamos através da riqueza histórica desses sete (07) anos de história brasileira e regional, como um dos períodos mais férteis em termos de transformação e de dinâmica na economia e na política” (Ibidem:34)

² Os principais momentos em que se manifestam estas idéias são: em 1754, com o governador Conde do Arcos; em 1830, com o Governador Miguel Lino de Moraes; em 1890, com o Governador Rodolfo Gustavo da Paixão e no texto do anteprojeto constitucional de 1891.(Ibidem:65-85)

³ Para Nasr, a modernidade de Goiânia não está relacionada apenas aos aspectos ligados ao desenvolvimento econômico, relaciona também com a produção de uma configuração social nova (capitalista), inédita no Estado: “Como se pode observar, a partir do momento em que os operários trabalham na construção de Goiânia, temos a concretização, nesse espaço geográfico, das relações capitalistas: capital e trabalho (...)”.(Ibidem: 118)

⁴ Nesse trabalho, Genilda não analisa as idéias de mudança da capital. Ela remete ao seu outro trabalho, no qual as recapitula historicamente: 1749, 1830, 1863, 1891. (Bernardes,1989:6-19)

⁵ No início dos anos 80, essa preocupação passou também a fazer parte da Administração Pública da cidade. Aramis Milarch em *Programa de Lazer e Desenvolvimento da Cidade de Goiânia*, Prefeitura de Goiânia, 1980, elaborado para fundamentar as ações do Prefeito Índio Artiaga, relata: “a intenção é apoiar programas de âmbito municipal, estadual e regional, que fixem valores e patrimônio cultural locais, eliminando-se, assim, a antiga visão de *importação* cultural subordinada aos elementos de consumo dos grandes centros, especialmente do eixo Rio-São Paulo.” (p. 8, grifo do autor) In. Coleção de Reserva, Biblioteca Central da UFG, , Folheto 10

⁶ Nesse aspecto, é preciso ressaltar que na análise feita sobre “Goiânia, a Capital do Sertão” . Chaul,997:197-207) antecipa muitas das premissas desenvolvidas por mim neste trabalho. A mais importante delas é a de não mostrar Goiânia a partir um único prisma: “Tratava-se de uma mentalidade urbana com os pés plantados em solo rural. Tal mesclagem (urbano-rural) pode, até os dias atuais, ser notada nas várias facetas da cidade que se tornou Goiânia.” Nesse aspecto, ele foi um dos primeiros a demonstrar os limites da modernidade que fundamentou a construção da cidade.

CAPÍTULO VI

AS IMAGENS DE GOIÂNIA NA LITERATURA

I. A IMAGEM DE GOIÂNIA NOS ROMANCES

Este trabalho, como já foi dito, tem como uma de suas premissas a concepção de que toda obra de pretenção realista tem também elementos fictícios; e, por outro lado, toda obra fictícia contém também elementos realistas. Ou nas palavras de Hayden White (1994:142):

Já não somos obrigados, pois, a acreditar – como os historiadores do período pós-romântico – que a ficção é a antítese do fato (como a superstição ou a magia é a antítese da ciência) ou que podemos relacionar os fatos entre si sem o auxílio de qualquer matriz capacitadora e genericamente ficcional.

Essa concepção abre espaço para análise de obras ficcionais como potencialmente informativas para entender os aspectos culturais, em que é preciso considerar a literatura como, nas palavras de James Clifford (1998:63-99), uma *alegoria etnográfica*, isto é, ver no texto literário algo além do que ele expressa, de ver a ficção como seqüências de *metáforas* e imagens úteis para compreensão da cultura. No caso deste trabalho o *algo* seria a representação da cidade de Goiânia em obras fictícias, a fim de determinara como Goiânia é lida, pensada nesses textos.

Pelo fato das obras literárias não estarem preocupadas em esconder a subjetividade do narrador (como acontece com as obras realistas), não têm a obrigação de fazer uma abordagem coerente de seu tema, o que lhes possibilita mostrar os aspectos ambíguos da realidade. Além do mais, as obras literárias, o romance especialmente, são caracterizadas por conterem uma pluralidade lingüística, isto é, a obra é formada por diversos pontos de vistas (do narrador e das diversas personagens) de igual valor, o que, necessariamente, implica em uma ruptura com a homogeneidade das perspectivas.

O pioneiro a analisar a cultura urbana (e rural) a partir da literatura foi o historiador inglês Raymond Williams com o clássico *O campo e a cidade na história e na literatura*. Atualmente, a tendência dos estudos urbanos é de considerar a cidade como um espaço de memórias e imagens sobrepostas, um lugar caracterizado por relações sociais complexas e heterogêneas, abrindo espaço para tratar a obra de autores literários que focalizaram o mundo urbano como fontes. Dentre eles, destacam-se, nacionalmente, Érico Veríssimo

(Terresine, 1998:119-32), Rubens Fonseca, Sérgio Santana, Murilo Rubião, etc¹. Em Goiás, os romancistas serão analisados, Eli Brasilense, Miguel Jorge e Anatole Ramos.

1. A IMAGEM DE GOIÂNIA NOS ROMANCES

1.1 *Chão Vermelho*

O romance *Chão Vermelho* de Eli Brasilense, publicado em 1956, desenrola-se sobre uma temporalidade histórica que coincide com os primeiros anos da cidade de Goiânia, nas décadas de 50. A personagem principal é a própria cidade, palco da vivência atribulada das pessoas que constroem a cidade e as suas próprias vidas. Goiânia não é vista como uma cidade abstrata, planejada por urbanistas, mas principalmente a por seus elementos humanos: seus moradores, os verdadeiros construtores da cidade.

Goiânia também não é enfocada com base em seus acontecimentos históricos oficiais, como o lançamento da pedra fundamental em 1933, a transferência provisória em 1935, a transferência definitiva em 1937 e a inauguração da cidade em 1942, como fazem os mudancistas e os historiadores, mas valendo-se da vivência cotidiana das pessoas simples que a habitam. A verdadeira história da mudança da Capital era desconhecida para grande parte de seus moradores:

Pouca gente conhecia a verdadeira história da mudança da capital para Goiânia, num pedaço de chão considerado sem serventia. Tinha conhecimento apenas dos bate-bocas na Assembléia, antes de ser esbandalhada pela ditadura. Lorotas de jornais, patranhas de politikeiros. Do serviço duro mesmo só davam notícia os pioneiros. (Brasilense, 1993:09)

Essas pessoas simples eram a maioria absoluta da população da cidade. Em nível mental, viviam numa ambigüidade fundamental. Elas tinham consciência de que Goiânia representava algo novo, diferente de tudo que elas vivenciaram – motivo de admiração e orgulho pela cidade; por outro lado, suas origens rurais, tornavam-nas desconfiadas e assustadas com a modificação de seu modo de vida. Além disso, as dificuldades da cidade (falta de água e luz, desemprego, violência, carestia, etc.) faziam com que elas tivessem um sentimento em relação à cidade que ia do amor ao ódio, do orgulho ao desprezo.

O exemplo disso é a personagem principal do romance, Joviano, homem trabalhador, honesto, que veio do interior, onde trabalhara na roça, juntamente com a

mulher, Dona fia; em Goiânia era pedreiro nas inúmeras construções da cidade. Talvez a lembrança de seu passado explicasse sua aversão pelas inovações com que convivia na cidade:

Agora tinha um filtro em casa. Achava que o maquinismo estragava o gosto da água, tirava até a sustança dela. Nas construções os trabalhadores bebiam na mão, emborcados por cima dos registros. O filtro era um luxo em casa. (Ibidem: 10)

Não era apenas dentro de casa que ele, contragosto, convivia com essas inovações, também fora dela,

O progresso estava estragando tudo. Já não se podia andar com sossego pelas ruas. O vivente ia muito bem, andando distraído, de repente era um guinchar perto, a roda do carro riscando o asfalto. Carro passava por cima de gente de vez em quando. (ibidem:10)

Sua esposa também demonstrava pesar (e irritação) da invasão do “progresso” em seu mundo doméstico:

Foi-se a vergonha. Até as folhinhas de hoje é um despropósito. Antigamente a gente podia rezar terço diante da folhinha, que era tudo cara de santo e anjo, mas hoje? É só safadeza. (Ibidem: 13)

A nostalgia em relação ao campo, considerado um paraíso perdido, é uma característica universal do modo de pensar camponês². Porém a especificidade aqui contrapõe um presente urbano concreto com um passado rural imaginário. Fernando, outra personagem que viera da *roça*, mostra-se também resistente ao mundo urbano, ele diz:

No princípio era a confusão das ruas numeradas. Um baralho dos diabos, mas logo se acostumou. Nunca vira tanto cachorro refestelando nos alpendres, rosnando para estranhos ou fazendo correria atrás de bicicletas, automóveis e carroças. Um ror de cachorros bons de caça largados pelas ruas, a fuça latas de lixo e monturos em lotes vagos. (Ibidem:92)

O autor mostra que em nível mental, o que mais incomodava Marcelo era a dificuldade de se orientar na cidade planejada, com ruas numeradas que tinha uma lógica espacial bem diferente da *roça*:

No mato andava com desembaraço, não se desorientava, passava por cima de léguas sem sentir cansaço e quebrava espinhos com a sola dos pés. (Ibidem: 80)

A *cidade-grande* mudava a funcionalidade natural das coisas, até os cachorros que no cerrado caçavam tatus, capivaras, pacas, etc., na cidade, corriam atrás de bicicletas e carros, ou remexiam o lixo – a cidade transformava cachorros bons de caça em lixeiros.

Todavia, o romance não trata simplesmente de pregar um bucolismo perdido, de colocar o campo em contraste com o mundo urbano, embora também esteja presente, como foi demonstrado nas linhas anteriores, porém não é só isso. Ao mesmo tempo que as personagens sentem saudades do passado rural e desprezo por algumas inovações urbanas, manifestam também uma certa excitação em relação à cidade nova. Joviano demonstra claramente seus sentimentos em relação à cidade:

Joviano continuou a olhar a cidade. Era como mulher infiel entregando-se a trastes como Juventino, expulsando gente pobre de seu chão vermelho transformando em outro. No princípio era apenas o chão vermelho, terra à-toa para procissões de saúvas e armações de cupins. Agora era reboliço de muito povo. Lugar de maquinações de traficantes, cidade grande. Mesmo assim não a abandonaria nunca. Tinha muito de seu braço, possuía grande parte da coragem da esposa que se fora. Amada infiel, mas sempre amada. (ibidem: 168)

A metáfora *amada infiel* exprime bem os sentimentos contraditórios de Joviano em relação a Goiânia. Mostra o seu orgulho de ter participado, com a força de seu braço, na transformação da *terra à-toa* em uma *cidade grande* e também que a cidade não soube retribuir plenamente a sua dedicação – era um lugar de trastes, traficantes, políticos desonestos, de violência que contribuía para avermelhar ainda mais o seu solo. Apesar de tudo isso, admirava-a, amava-a e orgulhava-se dela.

Além disso, Goiânia é vista pelas personagens do romance como um lugar de muitas dificuldades para gente pobre:

Um chuvaceiro tinha feito estrago nos bairros pobres, onde as construções feitas com pressa tinham pouca firmeza no lombo da terra. (Ibidem: 28)

De abandono infantil:

Ainda nas ruas asfaltadas os faróis do carro clarearam um alpendre onde dois meninos estavam espichados, embrulhados em jornais velhos. (Ibidem: 46)

E de violência:

Quase todo bar daqui foi batizado com morte. (Ibidem: 66)
 Todo dia mata gente aqui (Ibidem: 122)

Mesmo com todas as referências sociais negativas, as personagens viam a cidade como um lugar de novas possibilidades.

Goiânia aparece na definição das personagens como uma cidade grande, como para Toninho, filho de Joviano:

Toninho olhou a cidade lá em baixo, os flamboyants em floração, as avenidas em movimento intenso. Espantou-se por vê-la tão crescida. Havia bairros que não conhecia ainda, por falta de tempo. A cidade já engolia o tempo, esmagava o indivíduo com sua população de mais de oitenta mil viventes. (Ibidem: 70)

A grandeza hiperbólica da cidade é relativa. As personagens de origem rural e interiorana, como Joviano, sua esposa e Marcelo referem-se à cidade como grande; todavia quando comparada com os grandes centros urbanos brasileiros, percebiam que Goiânia ainda não era uma verdadeira metrópole. Há, por exemplo, o caso de Toninho, rapaz estudioso que desejava cursar medicina provavelmente no Rio de Janeiro e suas referências a esta cidade são sempre pejorativas:

Fora ao Rio, certa vez, tomar parte em um congresso de estudantes. A cidade lhe deixara uma impressão de asfixiamento, de pátio de hospício. (Ibidem: 35)

Não era só ele que pensava assim: Laura, prostituta em um bordel de Campinas, assim se referiu ao Rio de Janeiro:

Não tolero o Rio por causa disso. Em todos os lugares, nas ruas, nos bondes, nos elevadores, a gente é amassada e esfregada por anormais. (Ibidem: 41)

Também o amigo de Joviano, Joaquim que foi morar em São Paulo em busca de uma vida melhor, só encontrou desgraças: fingiu de aleijado para angariar esmolas, sua filha trabalhava num bordel e sua mulher estava meio louca.

Desse modo, vê-se uma relativização da grandeza de Goiânia. Quando comparada com a zona rural e com o interior, é considerada uma cidade grande e com qualidades negativas; porém quando comparada com o Rio de Janeiro ou São Paulo, a cidade é vista como *menor* e menos ruim.

Essa ambigüidade em relação à grandeza da cidade pode ser explicada graças ao conflito de imagens que esteve sempre presente na história de Goiânia. Os mudancistas criaram uma imagem de cidade moderna, de metrópole, enfim de cidade grande, antes de Goiânia ser propriamente uma cidade. Essa imagem foi incorporada pela imprensa, pela historiografia e também pela literatura. Porém, como as obras literárias não se preocupam com a definição realista do caráter da cidade, a imagem da cidade aparece de forma ambígua. Essa ambigüidade é fruto da incoerência da imagem abstrata que os mudancistas criaram com visão cotidiana da cidade pelos seus moradores, que avaliam a cidade com base em discursos dos mudancistas, dos acadêmicos, dos administradores públicos ou em seus próprios valores tradicionais; às vezes eles mesclam os discursos e a ambigüidade aparece inevitavelmente.

Assim, em *Chão vermelho*, Goiânia é vista com orgulho, mas na maioria das vezes, são ressaltados os aspectos negativos da cidade: violência, falta de infra-estrutura, corrupção política, etc. O romance, publicado em 1956, sem dúvida absorveu aspectos da realidade cultural da época em que foi escrito.

Na década de 50, houve o início do crescimento demográfico da cidade de Goiânia – de cerca de 53 mil em 50, a população urbana da cidade passa para 153 mil no final da década. Esse acréscimo populacional foi ocasionado principalmente pelos imigrantes provenientes do Nordeste (principalmente da Bahia) e de Minas Gerais que, graças à política de valorização do interior de Vargas (1951-54), voltaram-se para Goiás. O autor do romance não ficou indiferente a esses fatos:

Por ali se abrigavam bandos de nordestinos que chegavam para a aventura da nova cidade. Alguns encontravam trabalho nas construções, na Usina do Rochedo, na limpeza dos quintais, nas lenharias. (Ibidem:14)

Com o crescimento demográfico, aumentam os problemas e o principal é a violência. O ambiente violento, cheio de conflitos urbanos não-resolvidos (ocupações de terra, falta de energia elétrica, etc.) é responsável pelo tom resignado das personagens do romance – a metáfora da *amada infiel* usada por Joviano para definir a cidade exprime isso bem. O romance mostra Goiânia sem véu para encobrir suas vergonhas, como as prostitutas de Campinas não de forma idealizada, mas como pessoas sofridas e sem muitas perspectivas de melhoras:

Depois do suicídio de Tianinha não frequentara mais o cabaré. Ela tombara no meio do salão de danças, para espanto do mulhero, e todas ficaram sabendo que havia bebido veneno ao ter conhecimento de que o amante ficara noivo (Ibidem: 15).

O romance oscila de uma visão pessimista a uma resignada com a injustiça do mundo. Vê-se que o contexto da obra fica incorporado ao texto e um explica o outro. Ficção e realidade tornam-se fluidas; separá-las seria correr o risco de perder uma visão rica de Goiânia dos anos 50.

1.2 *Veias e Vinhos*

Romance publicado em 1982, *Veias e Vinhos* baseou-se em um acontecimento real: a chacina, em 1957, da família do comerciante Wanderley Matteucci; apenas sua filha, Wania Márcia, com um ano e oito meses foi, inexplicavelmente, poupada. Morreram, abatidos a golpes de machado ou enforcamento, a sua mulher, Lourdes de Sá Pinheiro e os filhos do casal: Walkíria, sete anos; Wagner, seis anos; Wolney, cinco anos e Wilna, onze meses.

Conhecido nacionalmente com *Crime da rua 74* teve muitas, repercussões na cidade – aconteceram comícios na Praça Cívica e o crime ganhou muito espaço na imprensa local e até nacional. A polícia passou um ano procurando pistas, inutilmente. A pressão da opinião pública foi grande. O governador José Ludovico de Almeida, em fevereiro de 1958, demitiu o Secretário de Segurança Pública, Antenor Ribeiro. Em janeiro de 1959, a polícia prendeu o ex-marinheiro Santino Hildo de Fonseca, acusado de autor do crime a mando do irmão de Wanderley, Wilson Matteucci. Essa versão da polícia foi muito contestada, acusada de obter a confissão de Santino e Wilson sob tortura. Nem mesmo os familiares das vítimas acreditaram nela. Por fim foi condenado, jurando inocência, Santino H. Fonseca a vinte anos de prisão.

O romance de Miguel Jorge tem como enredo esse crime. O livro é um conjunto de monólogos interiores de várias personagens: o clímax (o crime) acontece no início do livro, com a única sobrevivente presenciando a tragédia. A temporalidade do romance desloca-se para trás (reminiscências das personagens) e para frente (acontecimentos posteriores ao crime). Embora Goiânia apareça no romance apenas secundariamente (como espaço dos acontecimentos), revela, a pela da visão dos moradores do Bairro Popular, um contexto histórico da cidade.

Por ser uma obra de ficção baseada em acontecimentos reais, acredito que a liberdade imaginativa (poética) do autor fica um pouco limitada pela realidade do acontecido. Por mais que o autor *invente* sentimentos, lembranças e pensamentos para as personagens, seu enredo já está determinado – o crime aconteceu e apenas uma criança escapou e a polícia não conseguiu convencer ninguém da sua eficácia na solução do caso. Assim o *suspense* não é o principal atrativo nesse romance – como o narrador, o leitor é onisciente, pois conhece o futuro das personagens na trama.

Toda obra visa a convencer o leitor de alguma coisa, isto é, sempre há algo mais que a simples beleza estética nas obras ficcionais que as tornam importantes como um texto cultural. Miguel Jorge quer mostrar nesse romance a violência e a impunidade. Violência que não se explica por motivos lógicos – por que alguém eliminaria a família quase inteira de um homem reconhecido por não ter inimigos? Ninguém sabe. Porém, se a violência é algo inerente à natureza humana, ela atinge em maior grau, as camadas mais pobres da população, como os moradores do Bairro Popular, sempre esquecidos pelo poder público.

Desse modo, o romance mostra o impacto do início do crescimento demográfico de Goiânia nos anos finais da década 50 sobre os seus habitantes. Esse crescimento é visto pelas personagens de forma ambígua, como no diálogo entre Matheus (codnome de Wanderley Matteucci) e sua esposa Antônia (Lourdes de Sá):

[ANTÔNIA]: _ Esse bairro, com tanta gente nova, sei não.

[MATHEUS]: _ É que a cidade está crescendo rapidamente. Tem vindo muita gente para cá. Olha. Logo vamos ter boa luz, asfalto, bons cinemas. (Jorge, 1982:21)

Antônia estava apreensiva com o crescimento da cidade. Matheus estava mais otimista com as perspectivas de melhoramentos urbanos que a construção de Brasília trazia para Goiânia³. De certa forma, no trecho acima Matheus se apropria do discurso ufanista de progresso que a construção da capital federal trouxe para Goiânia – Brasília é vista por ele de forma idealizada:

_ Diabo, eu queria estar perto do Presidente Juscelino, crescer com a cidade que ele construiu, inspirado em Dom Bosco. Lá todo mundo tem dinheiro. O povo vive feliz. (Ibidem: 189)

Em outro momento, porém, ele compartilha com sua esposa a visão apreensiva do crescimento da cidade:

_ Esse bairro está atraindo muitos marginais. Gente desocupada. Gente perigosa. Os maus elementos que chegam de lugares distantes, sabe lá se fugidos da polícia e com algum crime nas costas. (Ibidem: 162)

Desse modo, a ambigüidade em relação ao crescimento da cidade demonstra a tensão vivida pela maioria dos habitantes de Goiânia na época, em constante embate entre os valores modernos (cosmopolitas) do discurso do progresso e os valores tradicionais que ensinavam a desconfiar sempre de pessoas estranhas.

A cidade é vista no romance não de forma estilizada, mas sim de forma a ressaltar seus problemas, seus aspectos negativos, como para Júlia, irmã de Matheus:

_ Quem sabe estão pouco satisfeitas com os buracos das ruas e a poeira, essa falta de luz e onda de desordens. Gente muito boa habita esse bairro [popular], mas não se pode impedir os maus elementos, os assassinos, espalhados aqui e acolá. Isto aqui era agradável, havia até calma demais, em certas noites. (Ibidem: 192)

Todavia, apesar de todos esses aspectos negativos, Júlia não deixa de se orgulhar da cidade:

_ Olha a beleza destas árvores, o colorido das flores e folhas. São flamboyants. Um dia algum poeta irá falar delas. Não podemos odiar a cidade pelo ocorrido, a cidade não tem culpa, os homens sim, não todos, lógico, mas aqueles podres (...) (Ibidem)

No trecho acima, ela isenta a cidade de qualquer culpa, utilizando as imagens bucólicas da cidade – que os mudancistas criaram para a cidade no final dos anos 30 e início dos 40 – a fim de demonstrar seu orgulho pela cidade. O culpado pela degradação moral é a leva de estranhos que provocavam fortes mudanças culturais na cidade. Desse modo, ela separa idealmente a cidade – existe uma Goiânia pura (sem habitantes humanos, apenas de árvores, flores e folhas), diferente da Goiânia moralmente degradada (formada por homens). A utilização de dois juízos excludentes (pura – impura) para referir-se ao mesmo ser é o que confere ambivalência a suas definições.

Enfim, *Veias e vinhos* mostra o cotidiano da cidade na visão dos moradores do Bairro Popular – as crianças trazendo borrachas para ajudar o Brasil a ganhar uma guerra (a II Guerra) que estava bem longe de suas vivências “Guerra, guerra, guerra, todo mundo falando na tal guerra, mas a gente mesmo não via nada” (Ibidem: 85); as brigas de turmas de crianças do Centro com as do Bairro Popular, sintomas de um preconceito social maior; as discussões sobre as partidas de futebol do Goiânia e do Atlético; o despreparo da polícia, etc. A cidade é vista, sobretudo, como palco para a luta ingrata entre os homens no

seu dia-a-dia. Não é mais a cidade dos sonhos – talvez Brasília seja – mas a da realidade crua e nua.

1.3 O Inspetor

Esse romance de Anatole Ramos foi escrito por volta de 1964 – seu título original era *Setor Aeroporto*. A ação da trama passa-se em Goiânia, nesse mesmo ano. A personagem central é um funcionário público federal, Frederico, um solteirão boêmio, que é transferido do Rio de Janeiro para Goiânia e envolve-se amorosamente com Solange, uma mulher casada. A maior parte do romance relata as aventuras sexuais de Frederico e de seus colegas de serviço.

Esse romance difere dos outros dois analisados anteriormente, porque Goiânia é avaliada em maior parte por personagens que vieram do Rio de Janeiro (Frederico, sua irmã, sua tia), permitindo um *olhar estrangeiro* sobre a cidade. Por isso, talvez a imagem de Goiânia como cidade moderna seja ironizada:

Uma chicotada luminosa açoitou as nuvens, de um extremo a outro do céu, e estalou assustadoramente alguns segundos depois. Todas as luzes da cidade apagaram-se de súbito com se tivessem obedecido a um sinal convencionado.

Pontinhos luminosos foram surgindo na escuridão, que era total. Velas e lampiões começaram a ser utilizados. A cidade moderna, capital do estado, voltava aos seus primeiros dias, quando ensaiava substituir a Vila Boa, a simpática cidade que fora aposentada do serviço público em que Anhangüera a engajara. (Ramos, 1987:101)

Vê-se que a pretensa modernidade de Goiânia é mais inventada do que real, pois não diferia muito da antiga cidade de Goiás. Goiânia é vista no romance justamente como uma cidade provinciana, não muito diferente das demais cidades do interior do estado; pelo menos era essa a impressão que Frederico apresenta a cidade:

Goiânia, capital do interior, ainda possuía um comadrismo careta que se mete na vida dos outros, sabe de tudo e tudo comenta com os exageros do despeito, da desinformação e da imaginação maldosa. (Ibidem: 160)

A cidade, apesar de seu notável crescimento populacional nos anos 60, é vista como um lugar provinciano. A tia de Frederico, Clarice, uma carioca que morava há mais de vinte anos na cidade, diz a seu sobrinho:

Aqui em Goiânia todo mundo se conhece. (Ibidem: 91)

Porém a provincianidade de Goiânia é referida sempre em analogia ao Rio de Janeiro:

Até meia-noite era um estirão. No Rio, seria cedo demais. Goiânia, porém, é cidade que se deita cedo (Ibidem: 215)

Esta cidade está sempre presente no texto como meio de mensurar os valores tradicionais de Goiânia que exigia um comportamento *relativizado* da personagem principal do romance, em ocasião na qual quase fora atropelado por um motorista imprudente:

Se fosse no Rio, teria mostrado o punho para o motorista do carro maluco e soltado um palavrão cabeludo. Goiânia amaciara-o, ou ele já estava acostumado aos 'barbeiros' do trânsito, que tiravam a carteira por dez mil cruzeiros ... pelo telefone. Era o que se dizia. (Ibidem: 219)

O romance de Anatole Ramos incorpora referências anedóticas sobre o comportamento cômico goianiense feitas nos centros urbanos do litoral e, de maneira mais forte ainda, em Brasília.

Enquanto, os dois romances analisados anteriormente criticavam o crescimento da cidade, neste, as referências pejorativas são feitas ao comportamento *rústico* dos habitantes da cidade, como na fala de Frederico:

— Tia, essa gente do interior não aceita muito essas coisas de leis não — procurou justificar Frederico — há tempos, aí, apareceu um pobre diabo quase morto, a quem tinham emasculado (...). (Ibidem: 178)

Desse modo, a imagem de Goiânia nesse romance é muito diferente da imagem de cidade moderna criada pelos mudancistas. Também nele não se vêem referências pejorativas ao seu crescimento; pelo contrário, o que fica realçado o tempo todo são seus aspectos tradicionais, de cidade pequena e interiorana.

Ao moldar as características de suas personagens, o romancista preocupa-se fundamentalmente em garantir a verossimilhança, de modo que, ao criar uma personalidade, como Frederico, que viveu num centro urbano como Rio de Janeiro, sua forma de pensar tem que ser logicamente crítica o que para ele seria o comportamento pouco urbano dos goianienses. No entanto, a referência irônica à modernidade da cidade também denota o contexto em que a obra foi escrita. Em meados da década de 60, Goiânia passava por um acelerado crescimento demográfico, mas ainda persistiam os problemas infra-estruturais antigos. Além disso, a modernidade da cidade planejada não refletia o comportamento de seus habitantes (a maioria vinda da zona rural) e era tema de piadas em outras capitais. Desse modo, o romance incorpora a ambigüidade de uma cidade materialmente planejada e moderna, voltada para o futuro, mas humanamente caótica e tradicional, voltada para o passado.

Portanto, ao contrário dos outros dois, não há, em nenhuma parte deste romance, trechos que demonstrem orgulho pela cidade. Pelo contrário, Goiânia é vista como uma cidade comum; igual as demais. Uma cidade em que faltava luz constantemente e que tinha um bairro (Campinas) cheio de casas de prostituição. Ela está bem longe de ser uma grande metrópole como o Rio de Janeiro e Brasília, vista no romance como palcos ideais de vida urbana.

2. A IMAGEM POÉTICA DE GOIÂNIA

Desde quando começou a ser construída, Goiânia foi objeto de inspiração para inúmeros poetas que deixaram sobre ela suas impressões. Esses poetas, ao mesmo tempo em que absorveram – apesar de toda liberdade criadora que a criação poética possibilita – em suas poesias determinados discursos sobre a cidade, também foram responsáveis por transmitir uma certa imagem da cidade. O objetivo desse texto é o de analisar como Goiânia foi representada nas poesias que a tematizam.

Com os parâmetros da História Cultural, acredito que a poesia é um texto fornece valiosas informações para compreender a cultura da cidade. Mesmo sendo uma leitura parcial (todas as leituras são parciais), ela esclarece o todo e ao mesmo tempo é esclarecida por ele. Da mesma forma que os artigos de jornais, os romances, os contos, ela é uma das fontes privilegiadas para analisar a imagem de Goiânia.

2.1 A Poesia Mudancista

Uma das premissas deste trabalho é que as formas de construção imaginativa, que a literatura utiliza demonstram de maneira eficiente as tensões, as ambigüidades, as visões discordantes, etc.; porém, não é o caso do que denomino de *poesia mudancista* que tem as mesmas características gerais da literatura mudancista, uma vez que supervaloriza o papel de Pedro Ludovico na transferência e construção de Goiânia, representa Campinas de forma romântico-bucólica, explica a construção de Goiânia na perspectiva *Marcha para o*

Oeste e mascara a rivalidade entre Goiânia e Campinas. Esse tipo de poesia foi predominante em Goiânia nos anos 30, 40 e 60.

O principal veículo de divulgação da *poesia mudancista* sobre Goiânia foi a revista “9Oeste”⁴. Em concurso de poesia organizado pela Revista, em 1944, o vencedor foi A. Bastos Morbach com a poesia *Goiânia*. Esta poesia possui quatro partes e demonstra a construção de Goiânia sob a *visão* buritizeiros nativos do local em que foram iniciadas as obras da cidade (Morbach, 1944:24):

os anosos buritizeiros montavam guarda
em ronda perpétua
à campina estirada na languida preguiça
de um silêncio sem-fim

A estrofe acima demonstra a beleza bucólica do lugar em que foi construída a cidade. E o poeta mesmo tendo consciência de que a cidade iria macular essa beleza (o termo *babel* indica uma visão pejorativa da cidade), prefere a harmonia produzida pelo planejamento urbano (*harmonias urbanísticas*), superior àquela harmonia produzida pela natureza:

A Babel das balbúrdias
e das harmonias urbanísticas!
Brinquedo gigante de meninos grandes!
Improvisação de gênios...
Sonho ousado de homens que não recuam...
Cidade improvisada para a Glória!
Marco da civilização nas fronteiras do futuro! (Ibidem)

Nem sempre a *poesia mudancista* demonstrou uma visão antitética entre progresso e natureza, havendo, às vezes, uma tentativa de reconciliação, como no poema *Goiânia* (Almeida Júnior, 1943):

Enquanto arranhas-céus e bangalôs alternas,
Escutas, ó Goiânia, as campinas em prece,
E os aplausos da mata ao sertão que floresce,
E a sereia estridente e a voz das aves ternas.

Desse modo, a imagem bucólica constitui um elemento sempre presente na poesia dos mudancistas sobre Goiânia. No poema de Antônio Maciel, também chamado de *Goiânia*, há uma acentuação desse aspecto: “Goiânia verde dos buritisais”, “Goiânia azul, no longe azul tão raro”, que teu seio vermelho, cor de sangue...”. Na última estrofe, nota-se outra característica da *poesia mudancista*: a inversão da categoria pejorativa *interior*, transformando-a na positiva *centro* (coração):

Cidade do presente e do futuro,
Prodígio de grandeza senhoril,
Ensina-me a ser justo e a ser puro,
CORAÇÃO DE GOIAZ E DO BRASIL. (Maciel, apud Monteiro, 1938:246)

A tendência de colocar Goiânia como fruto da política de interiorização, imprimida pela política estadonovista, foi incorporada pela poesia mudancista, e o maior exemplo é o poema *Metrópole do Oeste* (Rocha, 1944: 43):

Claros Clarins no ar rabiscam
o canto da vitória!
Aliança Liberal.
Getúlio Vargas, Pedro Ludovico!
De novo se abre a bôca de cenário
e no palco aparece
Goiânia

Eli Brasiliense, aventurando-se como poeta, também compartilha a visão apologética ao Estado Novo:

Goiânia! Jôia sem para num Estado inda pobre,
És a filha ideal de um pensamento nobre
E o passo triunfal da "Marcha para o Oeste"! (Brasiliense, 1943:38)

Do mesmo modo, esse tema aparece no poema *Goiânia – Feitiço do Oeste*:

Cidade nova, ditosa,
Encanto, feito ideal,
És a morena formosa
Do fértil Brasil Central (Correia, 1944:7)

Nas festividades do Batismo Cultural de Goiânia, em 1942, o poeta gaúcho Evandro Ribeiro compôs o poema *Goiânia*, utilizando também a metáfora *centro/coração* como uma das maiores vantagens de Goiás e de sua nova capital:

Eleva-te a fulgura, agora, intensamente,
no centro do Brasil, no coração da gente,
que o solo te povoa, em plena atividade! (Ribeiro, 1942: apud Netto, 1993:11)

Outra característica da *poesia mudancista* (bem como da literatura em prosa) refere-se a apologia exagerada aos revolucionários de trinta, principalmente a Pedro Ludovico Teixeira, tão intensa que o jornalista Osório Borba, do *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro denominado ironicamente de *A Religião Pedroludoviquiana*, fala da necessidade de fazer uma *antologia do elogio*:

Ora, uma revista do longínquo Brasil Central, impressa em azul celeste, nos fornece uma página dificilmente igualável para a futura antologia. (...) O autor desse inesquecível artigo bajulatório diz que Pedro Ludovico fará escola, compara-o a Gide na literatura, a Freud na Psiquiatria, a Cristo na religião, a Bergson na filosofia, a Pinheiro Machado e Castilho na política (apud Teles, 1983:130, nota 2)

O poema *Exaltação* também poderia, com justiça, fazer parte da *antologia do elogio*, pois Pedro Ludovico Teixeira aparece em analogia implícita ao Anhangüera:

Um gênio audaz da estirpe do Anhangüera,
enfrentando e vencendo dissabores
aqui plantou o marco de outra era (...) (Britto, 1941:11)

Como na prosa, a poesia mudancista também concebia Goiânia como símbolo do progresso, opondo-se à velha cidade de Goiás, símbolo do atraso. O poema *O colosso da Marcha* demonstra explicitamente a vinculação entre o atraso do Estado e a sua antiga capital:

Goiáz dormia o sono profundo dos gigantes, a cabeça enterrada no vale do Rio-Vermelho e o braço granítico da Serra-Dourada sobre a fonte, a tapar-lhe os olhos cansados de mesmice. (...) (Leo Lynce, 1943:18)

Finalmente, a poesia mudancista entende como fraternal a relação entre a nova capital e cidade de Campinas, camuflando a rivalidade que marcou fortemente as duas cidades. Campinas, quando aparece, é vista como colaboradora do engrandecimento da Nova Capital e os habitantes de Campinas são vistos como se eles sempre estivessem roçando terrenos⁵ para ajudar a construção de Goiânia. No poema abaixo, fica evidente a relação *fraternal* entre Goiânia e Campinas:

Na ponta dessa estrada está Campinas.
Ela olha Goiânia; olha, e fica pensando
como cresce e se alinda essa Goiânia que viu nascer e quer bem.
E Campinas estende os seus braços de casas...
Estende-os, estende-os numa ânsia incontida de chegar até cá,
de abraçar a cidade todinha, de se juntar a ela,
e ser Goiânia também. (...) (Fleury, 1944:26)

Enfim, estas são as principais características do que eu denomino de *poesia mudancista*, que apesar da criação poética e da preocupação estética, em nada diferencia da prosa mudancista – são portadoras de uma imagem semelhante sobre Goiânia. Deste modo, a *poesia mudancista* utiliza uma explicação da realidade mecanicista, já que privilegia a Revolução de 1930, a personalidade ímpar de Pedro Ludovico Teixeira, a vinculação de Goiânia com progresso, etc. Além disso, essa poesia tem uma postura ideológica favorável à mudança da ordem vigente (considerada como atrasada) por meio da ação revolucionária.

Pode-se dizer que todas as poesias reunidas nessa tipologia contam a história no modo romanesco, em que há um otimismo incondicional do homem diante do mundo, visto como um herói, representante do bem, que sempre acaba vencendo as forças do mal. Esse otimismo foi transferido para a cidade de Goiânia, que é vista nessas poesias como o meio de libertar Goiás de um atraso secular, de contribuir para a emancipação humana.

Desse modo, a *poesia mudancista* também escondeu a ambigüidade que existia em Goiânia nos seus anos iniciais, aparecendo apenas a *Goiânia moderna*, cosmopolita;

enquanto a *Goiânia provinciana*, com sua vida de cidade pequena, com seus inúmeros problemas infra-estruturais é deixada de lado.

2.2 A Poesia crítica (cômica)

A partir dos anos 60, as características provincianas de Goiânia deixam de ser dominantes, porém o crescimento demográfico só fez acirrar as dificuldades que a cidade enfrentava nos anos anteriores: trânsito caótico, crescimento desordenado, ocupações urbanas, aumento da violência, falta de infra-estrutura, etc. As promessas de que Goiânia traria o progresso e uma vida melhor não foram cumpridas a contento.

Esperava-se era que Goiânia se tornasse uma metrópole industrial, como descreve o poema *Goiânia*, de 1971:

Um de nós te verá
Goiânia de amanhã
metrópole famosa
com parques e arranha-céus
usinas e fábricas
de alta chaminés fumegantes
toldando o firmamento
com palacetes e jardins
riqueza e glória
gente forte e feliz

Quem de nós te verá? (Maria Paula Fleury de Godoy, 1971; apud Gomes, 1993:84-88)

Como a pergunta feita no verso final do poema acima estava cada mais difícil de ser respondida positivamente, houve uma mudança em relação à poesia anterior, surgindo críticas a respeito do principal orgulho da cidade: seu planejamento urbano.

Nessa época também, os operários aparecem como os *verdadeiros construtores de Goiânia*, não apenas o Governador Pedro Ludovico, o prefeito Venerando de Freitas, os irmãos Coimbra Bueno, etc. O poema *Goiânia*, de Lygia Moura Rassi (apud Gomes, 1993:76), de 1986, ressalta o papel ativo dos operários na construção da cidade:

muitos braços carregaram
um peso monumental
muitas mentes se curvaram
ante um mesmo ideal
e desse conjunto
nasceu Goiânia

No poema de Antônio Ramos Jubé *Contemplanção da cidade*, também aparece outra característica da poesia dessa fase: a visão do progresso urbano em oposição à natureza. A cidade é vista como uma potencial responsável pela degradação da paisagem natural:

Porém comias-lhe as áreas indemarcadas.
Te dilatavas, assaltando o espaço
dos buritis que, em veredas verdes, solfejavam
canções em parceria com as cigarras. (Jubé, 1984; apud Gomes, 1993: 22-3)

Desse modo, a poesia desse período imputa pesadas críticas à cidade em virtude das conseqüências negativas que a sua construção acarretou ao meio ambiente, como o poema *Goiânia, a cidade e suas costas para o mar*, que ganhou primeiro lugar em um concurso realizado pela Prefeitura de Goiânia, em 1984:

E quantas vezes, ó Goiânia, eu brinquei de ser pirata
lá pelas bandas do Meia Ponte, onde o pio da jaó
entrava fundo no coração da minha infância.
O bosque do Botafogo, com suas borboletas
bailando no seio da brisa; foi ali
que vi a morte da primeira árvore
e meu coração doeu como um tambor
em chamas. (Nascente, 1988:3)

Ao contrário da *poesia mudancista*, o progresso urbano é visto como negativo e a natureza é nostálgicamente valorizada. Em meio às dificuldades trazidas pelo crescimento demográfico, aparece nos poemas um desejo de retornar aos anos iniciais de Goiânia, em que predominavam as características de uma cidade pequena. O exemplo dessa nostalgia é o poema, de 1979, *Goiânia*, de Geraldo Deusimar Alencar, (apud Gomes, 1993: 85-86)

Lembro-me, realmente era singela,
Do aeroporto, ao fim da Tocantins,
Tal qual imensa estrada e que, por ela,
Voavas às distâncias dos sem-fins

Depois da evocação nostálgica, o poeta passa a evidenciar os aspectos negativos da urbanização que modificaram a *antiga* Goiânia, como asfalto, automóvel, verticalização:

O progresso alterou o teu semblante
E com essa roupa negra de asfalto
Ficaste em quase tudo semelhante
A metrópole de aço e prédio alto

Agora, o automóvel te satura
Minando tua vida e mocidade
Com a perda repentina e prematura
Dos tempos que ser foram na saudade (Ibidem)

Esse tipo de crítica foi uma constante nessa fase, mostrando o alto preço da tentativa de modernização, como lembra o poema *GO-GO* de Marcelo Heleno (apud Gomes, 1993: 80)

Tem prédios, sim senhor,
como tem cortiços

Embora dominante no período que vai do início dos anos 60 até 1988, nem todas as poesias desse período apresentaram um aspecto crítico. Existem também algumas poesias que exaltam os aspectos modernos da cidade, como é o poema de Luiz Contart *Ode a Goiânia* que se orgulha das construções arquitetônicas da cidade: o Autódromo Internacional de Goiânia (hoje Autódromo Airton Senna) e Estádio Serra Dourada, inaugurados respectivamente em 1974 e 1975

És hoje a metrópole famosa,
Estádios repletos de gente,
Tens uma torcida ardorosa,
nos domingos de tardes quentes.
Tens nas corridas do hipódromo,
Jóqueis e cavalos importantes. (Contart, 1986; apud Gomes, 1993: 72-73)

Nesse mesmo poema, nota-se críticas a alguns aspectos modernos da cidade, como a mudança da zona de prostituição dos nostálgicos bórdeis de Campinas para as ruas do centro da cidade e para as os motéis à beira da BR-153:

Goiânia, de minha infância
e dos tempos de estudante.
Goiânia, da casa de tolerância
da prostituta elegante.

Goiânia, avenida Anhangüera,
lindas mulheres, louras, castanhas.
Goiânia, capital da paquera,
com teus "gays", "coroas" e piranhas.
Goiânia, dos movimentados motéis,
com os encontros futuristas. (Ibidem)

O intenso crescimento urbano de Goiânia na década de 70 – um dos maiores do Brasil – era motivo tanto de orgulho, como de críticas, razão por que os poemas se tornam ambíguos, fazendo apologias ou censuras ao crescimento da cidade. O poema *Goiânia* (1969) de Paulo Nunes Batista (apud Gomes, 1993:104-105) pertence ao primeiro grupo:

Goiânia
cada segundo
cresce um dedo de argamassa
um novo tijolo cresce
cada minuto que passa
uma parede por hora
uma construção por dia
mundo prece aurora
poesia
e graça.

O poeta entende que o notável crescimento da cidade oferece-lhe credencial para ser uma cidade do futuro, do próximo milênio:

Goiânia

feminil
 cidade democrata
 que gíngua na pureza de mulata
 dentro da manhã loura do Brasil
 com a beleza e feitiço da mata
 para o mundo que vem depois do ano 2.000 (ibidem)

Essa poesia, mais otimista em relação à modernidade da cidade, produz também exaltação da beleza da cidade, resultante da arborização artificial. Quando da inauguração oficial da cidade em 1942, trouxeram, num esforço titânico, de São Paulo, em caminhões milhares de mudas de *flamboyants*. A viagem durou dois meses e cerca da metade das 6 mil mudas perderam-se no trajeto e as que resistiram serviram para embelezar, com suas flores abundantes de um vermelho vivo, as principais ruas da cidade, tornando-se um símbolo da cidade. O poema *Flamboyants*, de Marietta Tels Machado exalta a beleza dessas plantas nas ruas de Goiânia: (apud Gomes, 1993:96)

São flores cor de ouro
 ou vermelho rubro,
 que sempre em mês de outubro,
 os flamboyants despejam pelo chão

Outro exemplo de sua recorrência simbólica é o poema *Goiânia – convite a roteiro*: de Yeda Schamatz, de 1963: (apud Gomes, 1993:96)

vem em Goiânia em outubro
 verás tantos flamboyants
 rebentando em primavera
 na tocantins e araguaia
 (rios de flores nas ruas)

Enfim, no período de 1960 até o ano de 1988, os poemas transmitem uma imagem ambígua: às vezes apologética, outras, crítica. Mesmo que o poema apresentem uma imagem otimista da cidade, não é *ingênuo* como era na *poesia mudancista*. Portanto, verifica-se uma mudança na representação da cidade de Goiânia, criticando e mostrando muitos aspectos que a poesia da fase anterior deixou de lado.

Ressalta-se que não há uma crítica à ideologia do progresso em si, mas sim o fato dele não ter ocorrido em Goiânia da forma como se previu o que ocorre, porque a *poesia crítica* tem um otimismo mais contido e menos ingênuo. Ela fica numa posição intermediária entre o otimismo e o pessimismo; ao mesmo tempo que não acredita numa vitória incondicional do homem diante das desgraças do mundo, não descarta a possibilidade de acontecer sob determinadas condições. A possibilidade de vitória do

homem depende de sua capacidade de reconciliar-se com a natureza. Daí o fato dela não criticar o progresso em si, mas apenas seus excessos ou deturpações.

2.3 A Poesia do trauma (trágica)

De acordo com Paul Veyne (1976:65-6), a história é formada por três tipos de acontecimentos: aqueles que infalivelmente acontecem (como a premissa de que a concorrência perfeita estabiliza o valor); aqueles que ordinariamente acontecem (como a premissa de que todas as cidades modernas possuem um bairro comercial) e por coisas que acidentalmente acontecem (como César foi assassinado – como poderia não ter sido). O acidente radioativo com o césio-137, ocorrido em Goiânia, em 1987, é um desses acontecimentos acidentais, porque para explicar sua ocorrência, ainda que fosse feita uma inter-relação com fatores sociais, políticos, econômicos e culturais, não seria totalmente convincente, pois sempre persiste a hipótese de que, apesar de tudo, o acidente não poderia ter ocorrido.

Todavia, a partir do momento em que se manifesta sua ocorrência, torna-se histórico, portanto compreensível, pois vai produzir conseqüências. A maior delas foi provocar uma mudança na imagem de Goiânia. A cidade, que sempre procurou mostrar externamente uma imagem positiva de progresso e desenvolvimento, passou a sofrer preconceitos de dimensão internacional.

Desse modo, o acidente radioativo provocou um trauma na cidade que resultou em uma mudança de sua imagem. E a poesia não ficou imune a esse acontecimento, que acentuou a tendência de fazer uma poesia que resgatasse os anos iniciais da cidade.

O poema *Quando os Flamboyants Florescem* feito no mês em que aconteceu o acidente, tem uma mensagem implícita de retorno à imagem bucólica da Goiânia dos anos 40:

É preciso dizer que os flamboyants estão florindo
e que suas pétalas, voando aos ventos da memória,
mostram aos nossos olhos que a vida continua linda
e que as cigarras estão cantando e que as chuvas
estão chegando no plantio de nossas mãos. (Teles. 1988:7-9)

Em lugar de buscar auxílio para fugir do trauma, na imagem da Goiânia moderna, do planejamento urbanístico, dos grandes monumentos da construção civil, das altas taxas

de crescimento demográfico, o poeta procura *nos ventos da memória* a imagem da Goiânia bucólica, em que a cidade vivia de forma mais harmônica com a natureza:

É preciso dizer que Goiânia, filha prendada de Pedro Ludovico e Venerando de Freitas, criada dentro dos sagrados padrões antigos, de fazer primeira comunhão, estudar em colégio de freira, ir à missa aos domingos, casou-se na igreja sentimental da História e hoje, na altura dos seus 54 anos, balzaqueana e bonita, possui o mesmo corpo de antigamente, a mesma beleza física dos anos quarenta. Afinal, qual o filho que não vê a beleza crescente da imagem da mãe? (Ibidem)

Além de clamar pelo retorno aos padrões antigos de religiosidade da Goiânia (em especial, de Campinas) dos anos 40, o poeta, como na poesia mudancista, ressalta novamente a importância das personalidades fundadoras da cidade – Pedro Ludovico e Venerando de Freitas. Este, prendado pela experiência da vida, que lhe dá o *status* de sábio (ou guardião da tradição), poderia ensinar os valores que foram esquecidos pela geração atual:

Afinal, Venerando de Freitas, na altura de seus oitenta anos de pai carinhoso, está presente para ensinar como se faz uma cidade cimentada de amor e paz. (Ibidem)

a revalorização do papel dos políticos mudancistas foi uma das características da poesia sobre a cidade pós-césio. Em *A ceia dos Conflitos* (terceiro lugar no concurso de poesia sobre Goiânia, realizado pela Prefeitura da cidade em 1987), de Celso Cláudio Caneiro (apud Gomes, 1993:33-36) despreza as grandes construções modernas da cidade como meio de reparar as dores do *cemitério de portões radioativos*:

Bem que eu poderia esquecer-te
nos estádios e autódromos,
onde heróis internacionais
roubam os olhos das meninas
que moram nos olhos

Ao contrário, ele pede auxílio à Dona Gercina, esposa de Pedro Ludovico Teixeira, conhecida como *Mãe dos Pobres*, celebrizada pelo seu empenho em construir por meios de doações, em 1937, a Santa Casa de Misericórdia. Ironicamente, nas ruínas da mesma Santa Casa – demolida em 1985 sob o protesto acirrado dos defensores do patrimônio histórico de Goiânia – foi encontrado o material que continha o Césio-137:

Santa Casa das Misericórdias,
a sua benção;
a benção mãe Gercina, e rogai
por nós:
Dá-nos o bendito fruto

da vossa Goiânia,
agora e na hora da nossa
selva (Ibidem)

Também de 1987, o poema *Precoce (idade)*, de Dionísio Machado (apud Gomes, 1993:38), revaloriza a Goiânia dos primeiros tempos e a define como um sonho bom de Pedro Ludovico Teixeira que foi realizado:

Ao povo um sonho,
que foi de Pedro,
em realidade feito
– Goiânia.

Essa cidade idílica contrasta com a atual, do acidente radioativo, metaforizada como um pesadelo, fruto de seu crescimento precoce:

Sonho/pesadelo: dúbio estado;
em duelos tem estado, Goiânia,
e abriu-te chagas vivas, vorazes;
senilidade precoce,
em meio século de vida. (Ibidem)

O poema vencedor do concurso realizado no aniversário da cidade no ano do acidente radioativo foi o *Outubro ou nada (fragmentos capitais)*, de Pio Vargas Rodrigues (apud Gomes, 1993:6-8) que faz críticas contundentes à modernidade de Goiânia que, em lugar do progresso, trouxe a degradação ambiental, os *shopings* e o césio:

Não direi dos becos
da saudade de Beca
dos rios sujos
das margens secas
dos gabinetes
dos *shopings*
ou do césio
ardendo nestes dias atônitos.

Em decorrência desses aspectos negativos, o poeta, como os anteriores, clama pelo retorno à Goiânia *mitológica* dos primeiros anos, em que a natureza e a cidade estavam em perfeita harmonia entre si:

reconhecer tuas lendas
plantadas na paisagem
de Campinas distantes

Daqui para frente, a crítica à degradação ao meio ambiente é constante nos poemas sobre a cidade. À deturpação do planejamento inicialmente projetado pelos arquitetos-construtores de Goiânia (Atilio Correia Lima e Armando de Godói) é creditado ao descaso pelo meio ambiente da cidade. No poema intitulado ironicamente de *Ode a Goiânia*, de 1993, de Edival Lourenço (apud Gomes, 1993:40-42) há uma sensível diferença entre o

presente real e o presente que foi planejado. Desse modo, se houvessem seguido o plano original de Goiânia, com certeza não haveria:

este rio esartejado
desfiado nas teias
de teu delgado intestino
e expelido sem cerimônia
pelos múltiplos cus urbanos
nem esta eventual carranca
de urbe hard e rude
e tua agenda de colisões
a nós ralar o espírito
em severo caos de cristais
- trágica flor de carne viva

A mensagem dos poetas é clara – para esquecer o trauma do césio é necessário relembrar os aspectos do passado da cidade que não foram contaminados pelo progresso deturpado; isso significa um retorno a um passado nostálgico em que havia uma pureza natural, perdida com o crescimento da cidade. O ambiente natural, e não a artificialidade produzida pelo conhecimento moderno, é o bem mais valioso e durável de Goiânia, como no poema *A permanência do azul* (1987; apud Gomes, 1993:46):

O azul do césio
se perderá nos séculos.

O céu de Goiânia
será sempre azul.

Em consonância, no poema *Sinos e Flores o progresso*, de Alice Spíndola (apud Gomes, 1993:46) ressalta uma ideologia importada que é contraposta à *cidade-jardim*, ideal de cidade que aparece nos poemas pós-césio:

Se a buzina estrangeira
sonoriza alvorada de progresso,
garis com sons onomatopaicos
festejam a cidade-jardim
vassourando passos sintonizados
em ritmo de pensamento novo.

Em sintonia com esse *pensamento novo*, o poema “Há flores na cidade”, de Geraldo Dias da Cruz (1993; apud Gomes, 1993:57-58), ressalta que o

Nosso prazer
é recordar as flores
que se deitam nos corpos...

O poema *Goiânia*, também de 1993, diz que, além das flores, a memória é uma saída para esquecer o trauma do césio:

é preciso pôr logo os pingos nos is
e arranjar rima
em - ória

em – ésio
 para acabar com essa triste história
 que ficou do césio. (Teles, 1993:23)

Em busca da memória da cidade, do seu passado de cidade pequena, o poema *Goiânia* de Hélio Rocha da Silva (apud Gomes, 1993:62), de 1993, caracteriza positivamente a cidade, não ressaltando seus aspectos modernos, mas com metáforas do mundo rural:

Dentro de mim (...)
 dispencam trieiro gado
 monjolo, e acalanto e fiandeira
 e folclore, um sentimento
 profundo no raizame
 de corpo.

A *poesia do trauma* é menos otimista do que a *poesia crítica*, ainda que não seja totalmente pessimista. Ela é escrita em um enredo trágico, no qual as reconciliações do homem com o mundo têm final sombrio e trágico. A possibilidade de o homem vencer as forças que o aprisionam é mínima; então, cabe a ele agir dentro de um espaço limitado, isto é, saber jogar com as forças. Desse modo, diferentemente da *poesia crítica*, a *poesia do trauma* não critica o progresso para melhorá-lo; mas procura fugir para um passado utópico. Ela busca uma época inicial de paz e felicidade e passa utopicamente a imaginá-la, o que fez com que a poesia nesse período, para fugir do horror do césio, idealizasse a *Goiânia dos anos 40*, concebendo-a como perfeita.

2.4 A Poesia irônica

Nem todos os poetas do período pós-césio procuraram um retorno ao passado perdido, o que para alguns era uma forma de esconder os problemas da realidade refugiando-se em um passado perfeito. A experiência ocorrida com o resultado da modernidade de Goiânia, em especial, com o acidente radioativo, deixava-os pessimistas em relação à possibilidade de resolução dos problemas. Em conseqüência, seus poemas exprimem um ceticismo em relação, tanto ao progresso como ao retorno a um passado idealizado. Um exemplo desses poemas é o *Goiânia: na linha curva que se estende* de Miguel Jorge (apud Gomes, 1993: 98-99) de 1993:

Frágil paisagem fluida do tempo,
 como se fora outra cidade na névoa,
 como calar esta força madura e reclusa,
 os crimes como nos filmes de tevê,
 o lado esquerdo das falas,
 as certas coisas ignoradas, e seu
 coração que nem sabe?

Assim retornar ao passado seria o mesmo que colocar uma névoa sobre a cidade, escondendo o seus problemas, isto é, *o lado esquerdo das falas*, porém, esta não é a verdadeira realidade da cidade, que é impossível de ser aprendida:

Goiânia é o nada.
 É o muito tudo do ontem e do hoje,
 Enigma de mítico perfume nos altares.
 Menina ou moça ou moça e senhora quase virgem. (ibidem)

Os últimos versos reforçam o caráter enigmático e paradoxal da cidade. Goiânia não é vista nem como um símbolo do progresso, nem como uma cidade pequena idealizada: ela é as duas coisas ao mesmo tempo (senhora e moça). A concepção que se tem é de uma cidade ambígua: o tudo e o nada ao mesmo tempo.

Outro poema com as mesmas características é *Boiás, o Berço Esplêndido*, de Brasigóis Felício (1992; apud Gomes, 1993: 28-32), que critica a mudança de imagem *moderna* para uma *pós-moderna* (cidade-jardim) para *manter a pose*:

Boiânia é o paraíso dos invocados
 iluminados pelo pó do céσιο,
 o azul da Prússia, o outros pós-tudo.
 Fazemos das tripas coração
 para não perder a pose
 de quem comeu camaleão
 e arrota camarão.

A linguagem utilizada pelo poema é fundamentalmente irônica. A ironia é a marca registrada das histórias que têm um enredo urdido na sátira. A sátira é pessimista por excelência – não vê a possibilidade do homem resolver seus conflitos. O próprio conflito é visto ironicamente. Assim, ela é cética com todas as tentativas de representar realisticamente o mundo e até ela própria, fazendo com que se distinga radicalmente dos outros três modos de urdir um enredo – enquanto nos outros três acreditava-se na capacidade da linguagem de retratar o mundo, a linguagem irônica da sátira não crê nessa possibilidade. Em relação a Goiânia, esse tipo de poesia produziu uma poesia pessimista em relação ao futuro da cidade e a possibilidade de apreendê-la.

3. LITERATURA: ASSUMINDO A AMBIGÜIDADE

Pela análise dos três romances que foram ambientados em Goiânia e de algumas poesias, verifica-se que a cidade é representada de forma bastante diferente das obras mudancistas e acadêmicas. Não há uma imagem antitética entre Goiânia e a cidade de Goiás, não há um otimismo exagerado em relação ao futuro, não há referências à figura do interventor, nem à Revolução de 30. E o que é mais importante para este trabalho: não há uma tentativa de esconder, nem de resolver a ambigüidade que permeia a vida cultural da cidade.

Na literatura, aparece de forma essencialmente ambígua – às vezes amada, outras odiada; às vezes é motivo de orgulho, outras de vergonha; às vezes é grande e moderna, noutras é pequena e tradicional. Não existe uma pretensão de realismo ingênuo. Não há, em nenhum dos romances, uma definição da cidade que vale para todos – cada imagem é uma definição de uma personagem específica. Desse modo, os romances mostram muitos aspectos da cidade que os mudancistas e os acadêmicos não conseguiram mostrar. Mostram sobretudo uma cidade feita por homens, habitada por homens e pensada por homens. Homens que têm passado, possuem valores, adquirem novos valores e perdem os antigos, mas que, na maioria das vezes, conservam os dois, e com eles lêem o presente.

Essas vantagens das obras literárias em retratar objetos que, como as cidades, são caracterizados pela heterogeneidade devem-se essencialmente à utilização de um plurilingüismo, sem a necessidade de ter no texto um discurso dominante, que avalia os demais e diz quem está certo ou quem está errado. Além disso, o texto literário consegue transmitir ao leitor um *sentido de realidade* não, por ter como tema um objeto real – Goiânia, mas por estarem organizados de forma coerente, com verossimilhança. Sobre isso, esclarece Antônio Cândido (1998:11):

Conclui-se que a capacidade que os textos possuem de convencer depende mais de sua organização própria que da referência ao mundo exterior, pois este só ganha vida na obra literária se for devidamente reordenado pela fatura. Os textos (...) tanto os realistas quanto os não-realistas, suscitam no leitor uma impressão de verdade porque antes de serem ou não verossímeis são articulados de maneira coerente.

Essa é uma das grandes contribuições da crítica literária ao trabalho do historiador, pois, ao organizar o material do passado num texto coerente, também utiliza elementos poéticos – o historiador Jörn Rüsen denominou as características inventivas presentes no

texto histórico de ficcionalidade⁶. Apesar disso, o historiador não trabalha com a verossimilhança, categoria fundamental da Literatura. Desse modo, qualquer historiador, seja que corrente teórico-histórica for, está preocupado com a verdade, ultrapassando meramente a organização textual. Além disso, o método de pesquisa histórica não permite que os historiadores trabalhem um tema na forma de um monólogo interior. Ao contrário, na narrativa histórica, o historiador aparece como mediador entre os diversos discursos do passado e o leitor. Nesta posição ele sempre vai assumir uma posição.

Apesar da aproximação atual da História com a Literatura, as diferenças entre as duas disciplinas apontadas acima impedem que o historiador faça, por exemplo, uma obra histórica semelhante ao romance.

Em vista dessas colocações, como o historiador analisaria um tema repleto de ambigüidade, como a cidade de Goiânia, recuperando-a ao máximo possível?

Acredito que trazer a ambigüidade que permeia as coisas humanas para um texto com pretensão realistas é impossível. Num texto histórico não existem diversos discursos, com igual valor, sobre o mesmo tema – um texto que pretendesse recuperar a ambigüidade do real deveria necessariamente admitir isso).

Desse modo só resta assumir que o texto histórico é um texto cultural (isto é que incorpora questões do meio em que foi escrito). Com essa postura gnoseológica, separa-se a ambigüidade do real da coerência do texto. Assim, evita-se confundir texto e realidade e a tentativa de trazer a ambigüidade para o texto. Desse modo, um sistema teórico de mediação universal (conceitos) produz uma interpretação coerente do real, sempre ressaltando, no entanto, o caráter construtivo dessa coerência.

Ao se ter consciência de que o texto histórico é um texto cultural, ele perde um pouco o seu valor de objetividade universal, torna-se mais modesto – satisfazer aos anseios de uma época e fornecer respostas. Esta qualidade é a coerência prática que a obra deve ter com os valores de sua época. O historiador como homem de cultura deve ter consciência e assumir os valores de sua época. sem que sua produção cognitiva perca validade, pois como diz Rüsen (1996: 101)

A pretensão de objetividade não lhes subtrai o vigor da vida. Objetividade pode ser reconhecida como uma forma de sua vivacidade, na qual as narrativas históricas reforçam a experiência e a intersubjetividade na orientação cultural. E assim fazendo, tornam o peso da vida – quem sabe? – um pouco mais suportável. (Rüsen, 1996:101)

Pela própria natureza do discurso literário, conseguiu incorporar as imagens ambíguas sobre Goiânia e também de fornecer uma crítica as outras imagens (como a

moderna e a pós-moderna). Todavia só tem uma validade para o conhecimento histórico, se interagido com outros discursos e analisados dentro de categorias conceituais.

¹ Sobre essa literatura ficcional urbana ver Gil, 1999.

² Sobre essa idealização de um passado perdido, Williams, (1989) analisando o caso inglês chegou a conclusão que cada época idealiza um passado anterior a ela; se fôssemos tecer no tempo, esse passado chegaria ao Éden. Sobre isso ver os três primeiros capítulos do livro.

³ A inauguração da primeira usina da Hidroelétrica de Cachoeira Lavrada - e o assentamento de rodovia ligando Goiânia a São Paulo só aconteceram em 1959.

⁴ A revista "Ceres" foi fundada no ano de 1942, nas solenidades de inauguração oficial de Goiânia e circulou até o ano de 1945. Era o principal veículo de divulgação dos intelectuais goianos no projeto modernista.

⁵ Relembra-se no dia 28 de maio de 1933, quando se lançou a pedra fundamental de Goiânia com a colaboração da maioria dos fazendeiros de Campinas na limpeza do terreno.

⁶ Ribem, (1994, 87) diz que o termo "ficcionalidade" é mais amplo que o termo "narrativa". Ele define esta como: "a operação mental que transforma a informação das fontes numa sequência narrativa com sentido e significado, numa narrativa histórica". Já aquele significa reconhecer que os princípios que dão sentido aos fatos ultrapassam a poética e a retórica, são de natureza estética e figurativa.

Notas:

¹ Sobre essa literatura ficcional urbana ver Gil, 1999

² Sobre essa idealização de um passado perdido, Willians, (1989) analisando o caso inglês chegou a conclusão que cada época idealizava um passado anterior a ela; se fôssemos recuar no tempo, esse passado chegaria ao Éden. Sobre isso ver os três primeiros capítulos do livro

³ A inauguração da primeira etapa da Hidroelétrica da Cachoeira Dourada e o asfaltamento da rodovia ligando Goiânia a São Paulo só aconteceram em 1959.

⁴ A revista "Oeste" foi fundada no ano de 1942, nas solenidades de inauguração oficial de Goiânia e circulou até o ano de 1945. Era o principal veículo de divulgação dos intelectuais engajados no projeto mudancista

⁵ Refiro-me ao dia 26 de maio de 1933, quando se lançou a pedra fundamental de Goiânia com a colaboração da maioria dos habitantes de Campinas na limpeza do terreno.

⁶ Rüsen, 1996:87 diz que o termo "ficcionalidade" é mais amplo que o termo "narrativa". Ele define esta como "a operação mental que transforma a informação das fontes numa seqüência narrativa com sentido e significado, numa narrativa histórica"; já aquele significa reconhecer que os princípios que dão sentido aos fatos ultrapassam a poética e a retórica, são de natureza estética e lingüística.

CONCLUSÃO:

Este trabalho teve como hipótese básica que Goiânia é representada por imagens ambíguas, resultado da especificidade da história da cidade, que por si só, justifica a produção de discursos ambivalentes.

No período que vai da sua construção até o início dos anos 60, Goiânia possuía várias características provincianas, sendo que os valores de seus habitantes eram parecidos com os dos moradores da colônia Campinas.

Apesar disso, nesse período, os mudancistas, imbuidos de um pensamento que girava sobre racional e política, criaram a imagem de cidade moderna para Goiânia. Eles fundamentaram seu discurso em termos metodológicos: as partes modernas (planejamento urbano e arquitetônico) eram suficientes para definir o todo. Assim utilizavam uma explicação nominalista mecanicista em termos causais: (a) antiga capital, cidade de Goiás, em a causa do atraso do Estado, bem como Goiânia seria a causa de seu progresso). Quanto ao modo de unir o todo, fizeram-no através do modo romanesco (via) para alcançar a ação do todo (frente das mazelas do mundo). Em termos de postura ética, os mudancistas eram francamente favoráveis à mudança social, embora, como liberais, não pudessem fazer alterações bruscas.

CONCLUSÃO:

Para recuperar a memória da cidade de Goiânia, analisamos mudancistas, produzidos discursos alternativos sobre esse período: buscamos os nos depoimentos dos pioneiros e na literatura, especialmente, o romance *Chão Favelado*. Nesse, a construção discursiva dá-se em termos metafóricos – em vez da relação entre partes (como a metonímia) – a metáfora implica numa relação entre objeto e objeto (os elementos modernos da história de Goiânia não são importantes quanto os tradicionais), implicando considerar o espaço histórico de forma ideológica (isto é uma representação que descreve os vários elementos, tanto os modernos, como os tradicionais, buscando descrever a realidade da cidade de forma mais ou menos positiva). Quanto ao modo de unir o todo, esses discursos metafóricos oscilam do otimismo da história romanesca a uma postura mais crítica da cidade (em que há esperança de recuperação do passado com o modo de momentos especiais) ou de fragilidade (os sonhos de muitos seculares e sua esperança para aqueles que sobreviveram). Quanto à postura devida discursos sobre a mudança social, também varia de uma posição mais conservadora (que pretende voltar-se ao máximo a anarquia) em direção a um passado nostálgico (idealizado).

No período abrangendo as décadas de 60 e 70, houve mudanças nos valores dos habitantes de Goiânia em direção metropolitana. Nesse período, porém, ainda prevalece a

Esse trabalho teve como hipótese básica que Goiânia é representada por imagens ambíguas, resultado da especificidade da história da cidade, que por si só, justifica a produção de discursos ambivalentes.

No período que vai da sua construção até o início dos anos 60, Goiânia possuía várias características provincianas, sendo que os valores de seus habitantes eram parecidos com os dos moradores da centenária Campinas.

Apesar disso, nesse período, os mudancistas, imbuídos de um pensamento que aliava saber racional à política, criaram a imagem de cidade moderna para Goiânia. Eles fundamentaram seu discurso em termos metonímicos¹: as partes modernas (planejamento urbano e arquitetônico) eram suficientes para defenir o todo. Assim utilizaram uma explicação nomológica mecanicista em termos causais (a antiga capital, cidade de Goiás, era a causa do atraso do Estado, bem como Goiânia seria a causa de seu progresso). Quanto ao modo de urdir o enredo, fizeram-no através do modo romanesco (viam com otimismo a ação do herói diante das mazelas do mundo). Em termos de postura ética, os mudancistas eram francamente favoráveis à mudança social, embora, como liberais, não procurassem fazer alterações bruscas radicais na sociedade.

Para recuperar alguns elementos que ficaram fora do reducionismo mudancista, procurei discursos alternativos sobre esse período. Encontrei-os nos depoimentos dos pioneiros e na literatura, especialmente, o romance *Chão Vermelho*. Neles, a estruturação discursivo dá-se em termos metafóricos – em vez da relação entre partes (como a metonímia), a metáfora implica numa relação entre objeto e objeto (os elementos modernos da história de Goiânia são tão importantes quanto os tradicionais), implicando considerar o campo histórico de forma idiográfica (isto é uma explicação que descreve os vários elementos, tanto os modernos, como os tradicionais, buscando descrever a realidade da cidade da forma mais exata possível). Quanto aos modos de urdir o enredo, esses discursos metafórico oscilam do otimismo da história romanesca a uma postura mais contida da comédia (em que há esperança de reconciliação do homem com o mundo em momentos especiais) ou da tragédia (as derrotas do homem servem como experiência para aqueles que sobreviveram). Quanto à postura desses discursos sobre a mudança social, também varia de uma posição ética mais conservadora (que pretende retardá-la ao máximo) à anarquista (em direção a um passado nostálgico idealizado).

No período abrangendo as décadas de 60 e 70, houve mudança nos valores dos habitantes de Goiânia em direção metropolitanos. Nesse período – em grande parte graças à

construção de Brasília – a cidade cresceu demograficamente, tornando um centro comercial e financeiro de dimensões regionais.

As obras mudancistas sobre este período (como as de Sabino Júnior, por exemplo), estruturadas metonimicamente, incorporaram Brasília de forma mecanicista em suas explicações (ela é a causa do progresso do Brasil, assim como Goiânia foi a causa do de Goiás). Todavia, as obras têm uma postura menos otimista do que as anteriores – são organizadas num enredo cômico (Goiânia precisa industrializar-se para completar seu desenvolvimento). Quanto à postura ideológica, continua liberal.

De modo geral esse também foi o discurso da administração pública e parte da imprensa. A diferença em relação aos anos iniciais da cidade é que apareceram novas partes responsáveis pela modernidade de Goiânia (os arranha-céus, as universidades, a arte moderna, etc.). Novamente a literatura, sobretudo os contos e as poesias, produziu um discurso alternativo (crítico-nostálgico) ao apologismo progressista.

Foi nesse período que apareceram as primeiras obras acadêmicas que analisaram a cidade de Goiânia. Como elas não foram escritas no mesmo intervalo de tempo (que varia de 1976 a 98), possuíam formas estruturais diversas, que variavam do integracionismo contextualista sinedóquico (não há uma preocupação em definir as partes, a modernidade, do todo, a cidade), passando pelo mecanicismo metonímico (há uma distinção das partes determinantes da modernidade da cidade: capitalismo, planejamento arquitetura, etc.). Possuem uma postura favorável à mudança social (que oscilam entre a postura radical e a liberal) e um modo de urdir o enredo, com um otimismo contido, que oscila entre a comédia e a tragédia.

Por fim, nas décadas de 80 e 90, novas mudanças de valores e de imagens aproximaram a cidade de um contexto pós-moderno. Os problemas de infra-estrutura intensificados pelo crescimento exagerado, a relação mais estreita com as cidades do Entorno e o preconceito sofrido com o acidente radioativo contribuíram para isso. Assim, no discurso oficial, a cidade foi representada por características que já estavam presentes no discurso alternativo da literatura desde as décadas anteriores, como a estruturação metafórica, o enredo trágico ou satírico, explicações idiográficas e posturas éticas de mudança social anarquistas.

Nos anos 90, literatura antecipa novamente, produzindo um discurso com imagens alternativas. Alguns poetas analisaram a cidade de Goiânia por meio de um discurso estruturado no modo irônico. A ironia difere radicalmente dos outros três modos de estruturar o discurso (metáfora, metonímia e sinédoque), porque utiliza, conscientemente,

esses modos para anulá-los ou ridicularizá-los. A forma do discurso irônico urdir o enredo é a sátira, que tem uma postura bastante pessimista da ação do homem diante das forças do mundo. Ao contrário dos outros três tropos realistas, a ironia é céptica quanto à possibilidade de conhecer adequadamente à realidade, o que gera uma atitude moral e ética relativista.

Acontece que os poetas viram que a história de Goiânia favorecia uma leitura sobretudo irônica, pois os homens pensaram fazer uma coisa e o resultado final era bem diferente daquilo proposto. Assim, os mudancistas propuseram criar uma cidade planejada racionalmente com o crescimento controlado por zonas que gerasse uma *mentalidade nova* em seus habitantes e uma *cidade-jardim*, com ruas arborizadas, parques e rios com água cristalina; todavia o resultado foi uma cidade com crescimento desordenado e com valores provincianos e com parques devastados e rios de esgotos cortando-a ao meio. Nos anos 60, pensou-se que Brasília iria trazer desenvolvimento; trouxe mais problemas. Pensou-se que a tecnologia iria resolver os problemas da cidade; trouxe o *césio-137*.

Enquanto o discurso oficial, diante destas constatações irônicas da história da cidade, procurou recuperar algumas metas do período inicial da cidade que, posteriormente, foram deturpadas ou esquecidas (o projeto da cidade-jardim, o espírito comunitário dos primeiros tempos, a revitalização do centro histórico, etc.); o discurso literário irônico e satírico manifestou uma profunda descrença nessas ações. Para ele, o futuro era sombrio, mas voltar ao passado, seria mera utopia.

Segundo White (1995:59-64) o Iluminismo também produziu uma visão irônica da história. O pensamento histórico das Luzes procurou justificar um argumento moral e valorativo (possibilidade da melhora da convivência humana pelo uso da razão), através de posturas explicativas que eram sobretudo causais (realista). A consequência disso foi que

o que começou com uma tensão criativa na reflexão histórica dos primórdios do Iluminismo, entre concepções cômicas e trágicas do enredo da história, entre concepções mecanicistas e organicistas de seus processos e entre implicações conservadoras e radicais que poderiam ser inferidas destas, gradativamente degenerou numa ambigüidade, e finalmente numa ambivalência, concernente a todos os principais problemas da representação historiográfica e das metas sociais gerais. (idem, 62)

Assim, os pensadores finais da Ilustração, como Hume, Gibbon e Kant acabaram com a distinção entre história e ficção, pela qual haviam lutado com ardor, Voltaire e Hume².

Pode-se fazer uma analogia dessa contradição do pensamento iluminista com as representações sobre Goiânia. A prosa mudancista também tentou fundamentar seus

argumentos valorativos, concebendo a mudança da Capital como representativa do progresso para o estado de Goiás, pela análise causal do processo histórico. Assim também houve a contradição entre os fins e os meios utilizados, o mesmo acontecendo com algumas obras acadêmicas, mais otimistas em relação à modernidade.

Em uma análise auto-reflexiva, este trabalho situa-se, como muitos perceberam, numa proximidade perigosa com o discurso irônico e céptico. Esclarece-se que esta postura foi necessária a fim de fugir, tanto do discurso progressista ufanista, como do nostálgico-crítico e para recuperar elementos ambíguos da cultura da cidade. Desse modo, ela foi analisada de forma similar a um grande texto, dividindo-a em partes, utilizando recursos lingüísticos: justaposição, analogia, síntese, etc.

Todavia houve uma preocupação de não fazer isso de forma descabida ou solipsista. Portanto utilizou-se de uma metodologia conceitual classificatória a fim de preservar a postura da realista da História na compreensão de fenômenos culturais.

Enfim, a ambigüidade que foi construída pela interpenetração de vários valores (tradicionais, modernos e pós-modernos) e que resultou em diferentes imagens sobre a cidade permanece atuante na vida dos habitantes de Goiânia. Sessenta anos depois, 669 torcedores (de um total de 900) do *Goiânia* e do *Atlético* rejeitaram a proposta de fusão entre os dois times – apesar de ser uma das alternativas mais viáveis para a sobrevivência desses tradicionais, mais decadentes clubes de futebol, o sentimento de rivalidade ainda foi mais forte³. Goiânia possui ainda alguns antigos bordéis nos setores periféricos, como aqueles dos primeiros anos em Campinas, mas possui também dois cinemas que apresentam espetáculos de sexo ao vivo no palco, sem falar nos motéis e na prostituição via telefone. Goiânia possui a tradicional *Festa da Pecuária* que surgiu no ano de 1942 a maior da cidade, mas possui também a festa *Cowboy do asfalto*, que já completa, com sucesso nove edições. Goiânia possui arranha-céus modernos, condomínios horizontais pós-modernos e casebres que lembram os antigos ranchos caipira.

Se ao final destas linhas o leitor não conseguiu definir o que é Goiânia, acho que cumpri com o meu objetivo.

Notas: **TES CONSULTADAS**

JORNAIS:

¹ Ver estas tipologias desenvolvidas por White na introdução.

² Ver sobre isso "A Conquista do mundo histórico". (Cassirer, 1995:267-313)

³ O plebiscito foi realizado no dia 31/11/99. Ver: O Popular, 1º de novembro de 1999 p. 6b

Barricada, (Managua – Nicarágua) - CNEN

Cerrito Oficial, (Monteiro, 1938)

Diário da Manhã, (Goiania-GO) - CEDOC

El País, (Madrid, Espanha) - Arquivo da CNEN

Folha de Goiás, (Goiania-GO) - CEDOC

Jornal Cinco de Março, (Goiania – GO) - AHEG

Jornal do Brasil, (Rio de Janeiro – SP) - Arquivo da CNEN

Jornal Opção, (Goiania – GO) - AHEG

Libre Belgique, (Bruxelas, Bélgica) - Arquivo da CNEN

La Presse, (Tunis, Tunísia) - Arquivo da CNEN

Observatore Romano, (Vaticano) - Arquivo da CNEN

O Goiania (ap. e Monteiro, 1938)

O Povo, (Goiania, GO) - Arquivo da CNEN, CEDOC e AHEG

Semanário Oficial do Estado de Goiás, (Goiânia de Goiás, GO) - AHEG

FONTES CONSULTADAS

FONTES MANUSCRITAS:

JORNAIS:

BELA VISTA:

A Razão, (Cidade de Goiás- GO) (Apud Câmara, 1973)

Barricada, (Managuá – Nicaragua) - CNEN

CAMPINAS:

Correio Oficial (Monteiro, 1938)

Carta da Diretora do Colégio Santa Clara, 19 de setembro de 1929 - AHEG

Diário da Manhã, (Goiânia-GO) - CEDOC

Correspondência Particular, Campinas, 16 de fevereiro de 1904, CS 01 - AHEG

El Pais, (Madri, Espanha) – Arquivo da CNEN.

Petição do Conselho Municipal de Campinas para mudança da sede da residência de

Folha de Goiaz, (Goiânia-GO) – CEDOC

Jornal Cinco de Março,(Goiânia – GO) – AHEG

Relatório do Delegado Sanitário de Estado – AHEG

Jornal do Brasil, (Rio de Janeiro – SP) – Arquivo da CNEN

Relatório do Delegado Sanitário de Campinas, Campinas, 1929 - AHEG

Jornal Opção, (Goiânia – GO) – AHEG

Relatório do Delegado Sanitário de Campinas, Campinas, 1904 - AHEG

Libre Belgique, (Bruxelas, Bélgica) – Arquivo da CNEN.

GUARÁ:

La Presse, (Túnis, Tunísia) – Arquivo da CNEN

Relatório do Delegado Sanitário de Guarás, Guarás, 1913 - AHEG

Observatore Romano, (Vaticano) – Arquivo da CNEN

VEREQUUS:

O Goiânia (apud Monteiro, 1938)

Relatório do Delegado Sanitário de Guarás, Guarás, 17 de novembro de 1912 - AHEG

O Popular, (Goiânia, GO) - Arquivo da CNEN, CEDOC e AHEG

Semanário Oficial do Estado de Goyaz, (Cidade de Goiás, GO) – AHEG

TRINDADE:

FONTES MANUSCRITAS:

BELA VISTA:

Decreto-Lei (municipal) n. 34 de 26 de outubro de 1938 – ; Bela Vista Cx 05. AHEG

CAMPINAS

Carta da Diretora do Colégio Santa Clara, 19 de setembro de 1929, - AHEG

Correspondência Particular, Campinas, 16 de fevereiro de 1904, Cx 01 - AHEG

Petição do Conselho Municipal de Campinas para mudança da sede do município de Campinas para Trindade, 1920 - AHEG

Ofício do Sr. João Alves de Castro, Responsável pelo Serviço Sanitário do Estado –AHEG

Relatório da Coletoria Estadual de Campinas – Lista de devedores, 1929 - AHEG

Relatório de Laudelino Gomes de Almeida, Delegado Sanitário de Campinas, Campinas, 1904 – Cx 03 AHEG

GUAPÓ:

Ofício, 7 de março de 1918, AHEG

NERÓPOLIS

Despacho da Diretoria Geral da Fazenda, 17 de agosto de 1932. AHEG

Ofício, 3 de fevereiro de 1932 – AHEG

Ofício n. 24, 23 de junho de 1932 - AHEG

TRINDADE:

Prefeitura Municipal de Bela Vista. *Esboço histórico da Cidade*, 1983, mimeografado

Coletoria Estadual de Trindade, ofício, 18 de fevereiro de 1932, - AHEG

Relatório de Armando Guspi a Pedro Ludovico, 1933 (apud Monteiro, 1938)

Coletoria estadual, Recomendação de despacho, 24 de fevereiro - AHEG

Relatório de Pedro Ludovico ao chefe de Gabinete Provisório, (apud Monteiro, 1938)

Justiça Relatório, 22 de fevereiro de 1928 - AHEG

Resolução da Câmara - Pedro Ludovico Teixeira - Sabino Janot, 1960 e Monteiro, 1938)

FOLHETOS, RESSOLUÇÕES, RELATÓRIOS, ANÚNCIOS:

Sistema Integrado de Registro Público de Empresas Mercantis - Município Guspi, p. de

Aramis Milarch em *Programa de Lazer e Desenvolvimento da Cidade de Goiânia*,

Prefeitura de Goiânia, 1980, Coleção de Reserva da Biblioteca Central, Folheto 10

Anúncio do Condomínio Aldeia do Vale, s.d.

Poesias Bela Vista de Goiás, Bela Vista, 1981, mimeografado - Biblioteca da Secretaria Municipal de Bela Vista

Revista de Atividades Culturais de Lazer (Goiânia) - exemplar do autor

Boletim Informativo do Clube de Engenharia, Rio de Janeiro, nov. 1987

Revista de Atividades Culturais de Lazer (Goiânia) - Biblioteca da Universidade Estadual de Goiás (Anápolis)

Carta da Grande Goiânia, 1979 - CEDOC

Revista Oito Pontos - GO - Biblioteca Central da Universidade Federal de Goiás

Código de Posturas Municipaes (Campinas, 1929) - AHEG

Revista Oito Pontos - GO - Biblioteca Central da Universidade Federal de Goiás

Discurso do Deputado Alfredo Nasser, 17 de junho de 1935, (apud Câmara, 1973)

Goiânia: the challenges of administering a fast growing cit. Fala do Prefeito Índio

Artiaga no *course of Public Administration at the National University, San Diego*, set. 1981-

IPLAN

Telefones da Trilogia

Hino a Goiânia; (1978). - CEDOC

Lista Telefônica: Goiânia, Anápolis e Campinaçu - Goiânia (Campinaçu)

Plano Diretor da Cidade elaborado por Atilio Correia Lima, 1935. (apud IBGE, 1942)

OUTRAS

Prefeitura Municipal de Bela Vista. Esboço histórico da Cidade, 1983, mimeografado

Pladas e anedotas de Aragoiânia – coletadas pela tradição oral

Relatório de Armando Godoy a Pedro Ludovico, 1933 (apud Monteiro, 1938)

Trova, prosa e Viola (Geraldinho, Hamilton Carneiro e André e Andrade) – Fitil Cassete

Relatório de Pedro Ludovico ao chefe do Governo Provisório, (apud Monteiro, 1938)

Resolução da Mudança – Pedro Ludovico Teixeira – (Sabino Júnior, 1960 e Monteiro, 1938)

Sistema Integrado de Registro Público de Empresas Mercantis – Município Guapó, p. de 01 a 30 - Arquivo da Junta Comercial do Estado de Goiás

Arquivo de Listas Telefônicas da Telegoiás (Goiânia)

REVISTAS:

Centro de Informação da Comissão de Energia Nuclear – CENEN (Abadia de Goiás)

A Informação Goyana, (Rio de Janeiro, RJ) – Arquivo Particular

Arquivo do Jornal O Popular - Centro de Documentação e Pesquisa do Jornal – CBDOC

Revista da Academia Goiana de Letras (Goiânia) – exemplar do autor

Revista *Isto É*, (São Paulo, SP) - Biblioteca da Universidade Estadual de Goiás (Anápolis)

Revista Oásis, (Goiânia – GO) - Biblioteca Central da Universidade Federal de Goiás

Revista Oeste, (Goiânia – GO) - AHEG (Goiânia) – PLAN (Goiânia)

Biblioteca Central da Universidade Federal de Goiás (Goiânia)

LISTAS TELEFÔNICAS E GUIAS DE ENDEREÇOS:

ACHEI! Goiânia e Anápolis, Guia de Endereços, (Goiânia- GO) - Arquivo de Listas Telefônicas da Telegoiás

Lista Telefônica: Goiânia, Anápolis e Centro-Oeste Goiano (Goiânia – GO) – Arquivo de Listas Telefônicas da Telegoiás

OUTRAS:

BIBLIOGRAFIA

Piadas e anedotas de Aragoiânia – coletadas pela tradição oral

ALMEIDA JUNIOR, José Xavier de Almeida. *Goiânia. Anuário Oeste*, v. 2, n. 5, p. 38, 1982.

Trova, prosa e Viola (Geraldinho, Hamilton Carneiro e André e Andrade) – Fita Cassete

ARENDETT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1997.

ARQUIVOS

Arquivo da Junta Comercial do Estado de Goiás – JUCEG (Goiânia)

Arquivo de Listas Telefônicas da Telegoiás (Goiânia)

Arquivo do Centro de Informação da Comissão de Energia Nuclear – CNEN (Abadia de Goiás)

Arquivo do Jornal O Popular -Centro de Documentação e Pesquisa do Jornal – CEDOC (Goiânia)

Arquivo Histórico Estadual de Goiás (Goiânia)

Biblioteca da Universidade Estadual de Goiás (Anápolis)

Biblioteca do Instituto de Planejamento Urbano – IPLAN (Goiânia)

Biblioteca Central da Universidade Federal de Goiás (Goiânia)

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA JÚNIOR, José Xavier de Almeida. Goiânia. *Revista Oeste*, v. 2, n. 6, p 38, jul.1943
- ARENDDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- BAKITIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BAUMAN, Zygmunt, *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- BECK, Ulrich. A reinvenção da Política: rumo a uma teoria da modernização Reflexiva In GIDDENS, A. BECK U. e LASH, S. *Modernização reflexiva*, São Paulo: Editora da Unesp, 1997. p. 11-72
- BEDIN, Pierre. Prometeu desencantado: a *epistémê* moderna e a construção da civilização. In. NASCIMENTO, Mara R. do. e TORRESINI, Elizabeth.(org.). *Modernidade e urbanização no Brasil*, Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.
- BELA VISTA, Prefeitura Municipal. *Esboço histórico*. Bela Vista, 1983 (mimeog)
- BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense; 1989 (Obras Escolhidas III).
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*, São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BERNARDES, Genilda D'Arc. *Construtores de Goiânia: o cotidiano no mundo do trabalho*. São Paulo, Dissertação (Mestrado em Ciências Socais), PUC, 1989.
- _____. *Goiânia, cidade planejada/cidade vivida: discurso e cultura da modernidade*. Brasília, Tese, (Doutorado), ICH/UNB, 1998.

- CÂMARA, Jaime. *Os tempos da memória*. Goiânia: Livraria e Editora Cultura Goiana.
- BLUMENFELD, Hans. A metrópole moderna. In: DAVIS, Kingsley (org.). *A urbanização da Humanidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977, p. 13-35.
- CAMPOS, Itany Francisco. *Nôvelas históricas do Bairro de Campinas*. Goiânia:
- BOLLE, Willi. *Fisiognomia da metrópole moderna*. São Paulo: Edusp, 1994.
- BOURDIEU, Pierre; Programa para uma sociologia do esporte. In: *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 207-220.
- BORGES, Venerando de Freitas. *Dobras do Tempo*. Goiânia: Ed. do Autor, 1980.
- BOSI, Ecléa; *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: TA. Queiroz, 1973.
- BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *As escolas históricas*. Lisboa: Publicações Europa/América, 1983.
- BRASIL, Assis (org.). *A poesia goiana no século XX: antologia*. Rio de Janeiro: Imago Ed.; Goiânia: Fundação Cultural Pedro Ludovico Teixeira, 1997.
- BRASILIENSE, Eli. *Chão vermelho*. São Paulo: Estação Liberdade, 1993.
- _____. Goiânia. *Revista Oeste*, Goiânia, v.2, n. 6, p.38, jul.1943.
- CHAUI, Nery N. Fayal. *A construção de Goiânia e a transformação de Capital*. Goiânia:
- BRETAS, Genesco Ferreira. *História da instrução pública em Goiás*. Goiânia: Cegraf, 1991.
- BRITTO, Francisco de. Exaltação. *Revista Oeste*, Goiânia, v.1, n.1, p.11, jul.1942.
- BURKE, Peter. *A Escola do Annales (1929 – 1989)*. São Paulo: Editora de UNESP, 1997.
- CARVALHO, Héllen Batista. *Cemitério Santana: a morte entre o moderno e o tradicional na sociedade goianiense*, Goiânia, (monografia de graduação em história), UFG, 1997.

- FERNANDES, Florestan (org). *Comunidade e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Editora
- COELHO, Gustavo Neiva. *A modernidade do Art Déco na construção de Goiânia*, Goiânia: Ed. do Autor, 1997.
- FERRARA, Lúcia D'Alcântara. *Olhos por olhos*. São Paulo: Editora da Universidade de
- CONNOR, Steven. *Cultura Pós-Moderna: introduções às teorias do conhecimento*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- FIGUEREDO, Nelson. *Sonhos e espólio*. Goiânia: Gráfica e Editora Unigraf,
- CORREIA, J. A. Goiânia – Feitiço do Oeste. *Revista Oeste*, Goiânia, v.3, n.17, p.7, jul. 1944.
- FLEURY, Maria de Rosário. *Poemas e Goiânia*. *Revista Oeste*, Goiânia, v. 3, n. 16, p. 26,
- COSTA, Castro. *Goiânia, A Metrópole do Oeste*. Goiânia: Prefeitura Municipal/ Assessoria Especial de Cultura, 1985.
- FONSECA, Gustavo. *Sócio. Lá gente pisa*. *Os membros que não...* *Introdução em 20*
- DAMATTA, Roberto. *Carnavais, Malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica nos anos 80*. Porto Alegre: Evangraf, 1993.
- ÉLIS, Bernardo. *Apenas um violão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1894.
- FRITAS, Lena Casadio Brito Ferrero (org). *Viagem e Júbilo em Goiás: a memória*
- _____. *Receita Goiana para mudar uma capital*, Obra Reunida de Bernardo Élis. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1987.
- GABRIEL, Fernando. *Goiânia, Rio 37*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1987.
- FALCON, Francisco J. C. Historicismo: a atualidade de uma questão aparentemente inatual. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 4, p. 5-26, 1997.
- FARIA, Jorge. A Síndrome do Césio. *Oásis*, Goiânia, v. 25, n. 91, p. 4, 1987
- Goiás. Goiânia: Editora de UFG, 1981.
- FELÍCIO, Brasigóis. *Exílio*. Goiânia, Unigraf: 1979.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- _____. *Martírio das horas*. Poemas. Goiânia: Oriente, 1981.
- _____. *O saber local*. Petrópolis: RJ: Vozes, 1997.
- _____. *Hotel do Tempo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/Massao Ohno, 1981.

- FERNANDES, Florestan (org.). *Comunidade e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Editora Nacional / Editora da USP; 1972.
- FERRARA, Lucrécia D'Alessio. *Olhar periférico*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.
- FIGUEREDO, Nelson. *Sonhos e esporas, poemas*. Goiânia: Gráfica e Editora Unigraf, 1980.
- FLEURY, Maria do Rosário. Poema a Goiânia. *Revista Oeste*. Goiânia, v. 3, n. 10, p. 26, jun. 1944.
- FONSECA, Gustavo Solis. *La gente pasa, los nombres quedan... introducción en la topinimia*. Lima: G. Herreras Editores, 1987.
- FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- FREITAS, Lena Castelo Branco Ferreira. Goiânia: locus privilegiado de saúde. In: FREITAS, Lena Castelo Branco Ferreira (org.). *Saúde e doenças em Goiás: a medicina possível*, Goiânia: Ed. da UFG, 1999, pp. 239-290
- GABEIRA, Fernando. *Goiânia, Rua 57*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.
- GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- GARCIA, Marcolina Martins. *Tecelagem artesanal: estudo etnográfico em Hidrolândia-Goiás*. Goiânia: Editora da UFG, 1981.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.
- _____. *O saber local*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

- GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*, São Paulo: Editora da UNESP, 1991.
- _____, et alü. *Modernização Reflexiva*. São Paulo: UNESP, 1997.
- Grupo de Escritores Novos. *Antologia da I Semana Goiana de Poesia Moderna*. Goiânia: GEN, 1967.
- GIL, Fernando C. *O romance da urbanização*, Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.
- GODOY, Maria Paula Fleury de. *Do Rio de Janeiro a Goiás – 1989: a viagem era assim*, Goiânia: Ed. do Autor, 1985.
- _____. *Teoria: Goiáspolis, a Capital do romance*. Anápolis, Monografia de graduação do GOIÂNIA, Prefeitura Municipal. Assessoria Especial de Cultura. *Memória Cultural: ensaios da história de um povo*. Goiânia, 1989.
- _____. *Los: O Colosso da Marcha*. *Revista Oeste*, Goiânia, v.2, n. 8, p.18, set. 1943.
- _____. e Universidade Católica de Goiás. *Goiânia em Dados*. Goiânia: Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico/UCG, 1996.
- _____. *Plano de desenvolvimento integrado de Goiânia*. Goiânia: Instituto de Planejamento Urbano (IPLAN), 1992, v. 1.
- GOMES, Vera Lúcia Oliveira. *Goiânia Flor e Poesia, Antologia Poética*. Goiânia: Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo/ Núcleo de Patrimônio Histórico e Artístico, 1993.
- _____. *Teoria: Goiáspolis, a Capital do romance*. Anápolis, Monografia de graduação do GOIÂNIA, Prefeitura Municipal. Assessoria Especial de Cultura. *Memória Cultural: ensaios da história de um povo*. Goiânia, 1989.
- MANNHEIM, K. O significado do conservantismo. In: TORACCHI, Marilice M. (org.). HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.
- MATOS, Maria Inês Santos de. "Cidade: experiências urbanas e a 'modernização'" In: HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- _____. *Teoria: Goiáspolis, a Capital do romance*. Anápolis, Monografia de graduação do GOIÂNIA, Prefeitura Municipal. Assessoria Especial de Cultura. *Memória Cultural: ensaios da história de um povo*. Goiânia, 1989.
- HELOU, Susana e COSTA NETO, Sebastião B. da (org). *Césio 137: conseqüências psicossociais do acidente de Goiânia*. Goiânia: Editora da UFG, 1995.

- HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos: O breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Anuário Estatístico de 1980. Goiânia: IBGE, 1981.
- _____. *Goiânia*. Rio de Janeiro: IBGE, 1942.
- JORGE, Miguel. *Veias e Vinhos*. São Paulo: Ática, 1982.
- LOPES, Telma. *Goianópolis, a Capital do tomate*. Anápolis, (Monografia de graduação do curso de História) UNIANA, 1990.
- LYNCE, Leo. O Colosso da Marcha. *Revista Oeste*, Goiânia, v.2, n. 8, p.18, set.1943.
- MACHADO, Maria Cristina Teixeira. *Pedro Ludovico: um tempo, um carisma, uma história*. Goiânia: Cegraf/UFG, 1990.
- MACHADO, Marietta Telles. *Narrativas do cotidiano*. Goiânia: Oriente: 1978.
- MARTINS JÚNIOR, Osmar Pires. *Uma cidade ecologicamente correta*. Goiânia: AB Editora, 1996.
- MANNHEIM, K. O significado do conservantismo. In. FORACCHI, Marialice M (org.). *Mannheim: Sociologia*, São Paulo: Ática, 1982 107-136, (col. Grandes cientistas sociais).
- MATOS, Maria Izilda Santos de. Cidade: experiências urbanas e a historiografia” In. *Cidades brasileiras*. São Paulo: CAPES/COFECUB / Instituto de Estudos brasileiros/ Universidade de São Paulo, 1998, p. 126-132.
- MATTOS, Raimundo José da. *Choreographia histórica de Goyaz*. Goiânia: Lider, 1979.

- MELO, Ivo de. *Do cofre da vida: causos de Campinas das Flores de Nossa Senhora da Conceição*. Goiânia: Ed. do Autor, 1988.
- MELO, Rachel. A Dalas Brasileira. *Isto É*, n. 1456, p.114, 1997.
- MONTEIRO, Charles; Pensando sobre a cidade de Porto Alegre na historiografia. In *Cidades Brasileiras*. São Paulo: CAPES/COFECUB / Instituto de Estudos brasileiros/ Universidade de São Paulo, 1998, p. 34-37.
- MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. *Como nasceu Goiânia*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1938.
- MONTESSORO, Cláudia Cristina Lopes. *Shopping Centers e (Re)Estruturação Urbana em Presidente Prudente*. Presidente Prudente, Dissertação (Mestrado em GEografia) UNESP- Presidente Prudente, 1999.
- MORBACH, A. Bastos. Goiânia. *Revista Oeste*, Goiânia, v. 3, n. 15, p.24, abr.1944.
- NASCENTE, Gabriel. *Janelas de insônia*. Goiânia: Gráfica e editora O Popular; 1988.
- NASCIMENTO, Antônio Moreira. Bela Vista ontem e hoje. In: *Poesias de Bela Vista de Goiás*. Bela Vista, 1981, (mimeo)
- NEY L. Oliveira. *um lutador*. Goiânia: Edit. do Autor, 1976.
- NETTO, Pimenta. *Anais do Batismo Cultural de Goiânia: 1942*. Goiânia: Prefeitura de Goiânia, 1993.
- LEAL, Oscar. *Viagens às terras goyanas*. Goiânia: editora da UFG, 1980.
- PARK, Roberto Ezra. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In. VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

- PALACIN, Luiz. *Fundação de Goiânia e desenvolvimento de Goiás*. Goiânia: Oriente, 1976.
- PARRODE, Fernando Antônio Anderson. *Os antigos hotéis de Goiânia estudo de caso*. Goiânia, (monografia de graduação em Arquitetura), UCG, 1995.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade*. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 1999.
- RAMOS, Anatole. *O Inspetor*. Goiânia: Academia Goiana de Letras, 1987.
- REIS, Gelmires. *Efemérides Goianas*. Goiânia: Secretaria de Educação e Cultura, 1979.
- ROCHA, B. Metrôpole do Oeste. *Revista Oeste*, Goiânia, v.3, n.18, p. 44, jun.1944.
- RÜSEN, Jörn. Narratividade e objetividade nas ciências históricas. *Textos de História*. Brasília v. 4, nº 1, 75-102, 1996.
- SABINO JÚNIOR, Oscar. *Goiânia documentada*. São Paulo: Edigraf, 1960.
- _____. *Goiânia Global*. Goiânia: Editora Oriente, 1980.
- SANTOS, Alessandra de Oliveira. *Manifestações culturais em goiânia anos 60 e 70*. Goiânia, (Monografia de graduação em História), UFG, Goiânia, 1997.
- SANTOS, Miguel Archangelo Nogueira dos Santos. *Trindade de Goiás – uma cidade santuário conjunturas de um fenômeno religioso no centro oeste brasileiro*. Goiânia, Dissertação, (Mestrado em História), UFG, 1976.
- SCHELEIERMACHER, Friedrich D. E. *Hermenêutica*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- Secretaria de Planejamento Urbano (SEPLAN). *Programa de Desenvolvimento Integrado do Aglurb*. Goiânia, 1987, (mimeo.)

- SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu Extático na Metrópole*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SILVA, Luiz Sérgio Duarte da. *A construção de Brasília: modernidade e periferia*. Goiânia: Editora da UFG, 1997.
- SILVA, R. J. *Goiânia, capital da qualidade de vida*. Revista Oásis, Goiânia, V.33, n.125, p. 62, 1996.
- SILVA, Waldivino Ferreira. *Aragoiânia: uma síntese histórica*. Goiânia: Ed. do Autor, 1998.
- SIMMEL, G. *Filosofia del dinheiro*, Madrid: IEP, 1977.
- _____. *Georg Simmel: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.
- SIQUEIRA, Nelson. *Páginas de Ontem*. Goiânia: Gráfica e editora do Cerne, 1982.
- STACIARINI, Cyntia. *Acidente Radioativo de Goiânia: análise de discursos*, Goiânia, (Monografia de graduação em História),UFG, 1996.
- STONE, Lawrence, o ressurgimento da Narrativa: reflexões sobre uma nova e velha história, *Revista de História*, Campinas, 2/3, p. 13-37, 1991.
- TEIXEIRA, Ana Maria. *Mauro Borges e a Crise Político-militar de 1961 em Goiás: Movimento da Legalidade*. Brasília: Senado Federal (Centro Gráfico), 1994.
- TEIXEIRA, Fausto Araújo. *O Papel da UFG na Modernização do Estado de Goiás – 1960 – 64*. Goiânia, (monografia de graduação em História), UFG, 1997.
- TEIXEIRA, José A. *Folclore Goiano*. São Paulo: Editora Nacional/MEC, 1979.

TEIXEIRA, Pedro Ludovico. *Memórias*. Goiânia: Livraria e Editora Cultura Goiana, 1973.

VEYNE, Paul. *A história concisiona*. In: LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre. *História*.

TELES, Gilberto Mendonça. *Poesia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

_____. *A poesia em Goiás*. Goiânia: Ed. da Universidade Federal de Goiás, 1983.

1996.

_____. *Goiânia. Mutirão Cultural*, Goiânia, v. 1, n. 2, mar. de 1993.

VILEFORT, Mariza T. Costa. *Aspectos sintáticos do discurso corpora na Região de*

TELES, José Mendonça. *Via Sacra*. Goiânia: Gráfica do Cerne, 1971.

_____. *A cidade do ócio*. Goiânia: Editora Oriente, 1973.

Zaha: 1979.

_____. (org.) *Memórias Goianienses*, Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 1986.

_____. *Monografia das ciências sociais (12)*. São Paulo: Cortez, Campinas: Ed. da

_____. *Quando os flamboyants florescem*. Goiânia: Livraria e editora acadêmica, 1988.

_____. *Em Defesa de Goiânia*. Goiânia: UCG, 1988.

_____. *Atlético: sentimento e glória (crônicas)*. Goiânia: Editora Kelps, 1995.

_____. *Crônicas da Campininha*. Goiânia: editora Kelps, 1996.

1994.

_____. *Crônicas de Goiânia*. Goiânia: Editora Kelps, 1998.

_____. *Non-história*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

TORRESINI, Elizabeth Wendhausen Rochadel. A modernidade, a cidade e uma passagem da obra 'olhai os lírios do campo' de Érico Veríssimo". In: NASCIMENTO e TORRESINI (orgs). *Modernidade e urbanização no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998, p. 119-132.

VAZ, Samuel Campos. *A prostituição na década de 60 e sua configuração atual*. Goiânia, (monografia de graduação em história), UFG, 1997.

VEADO, Rosa Maria Assis. *Comportamento lingüístico do dialeto rural*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982.

VEYNE, Paul. A história conceitual. In. LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

VERNANT, Jean-Pierre. *As origens do pensamento grego*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

VILEFORT, Mariza T. Costa. *Aspectos sintáticos do dialeto caipira na Região de Morrinhos*. Goiânia: Ed. do Autor, 1985.

WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Organização de Gerth e Mills, Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____. *Metodologia das ciências sociais (12)*. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.

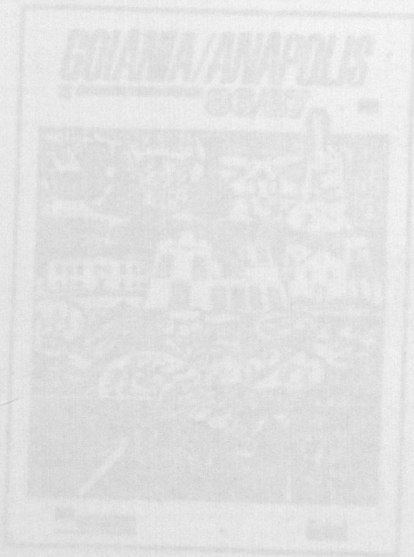
_____. *Economia e Sociedade*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, v. 1, 1994.

_____. *A ética puritana e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1996.

WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

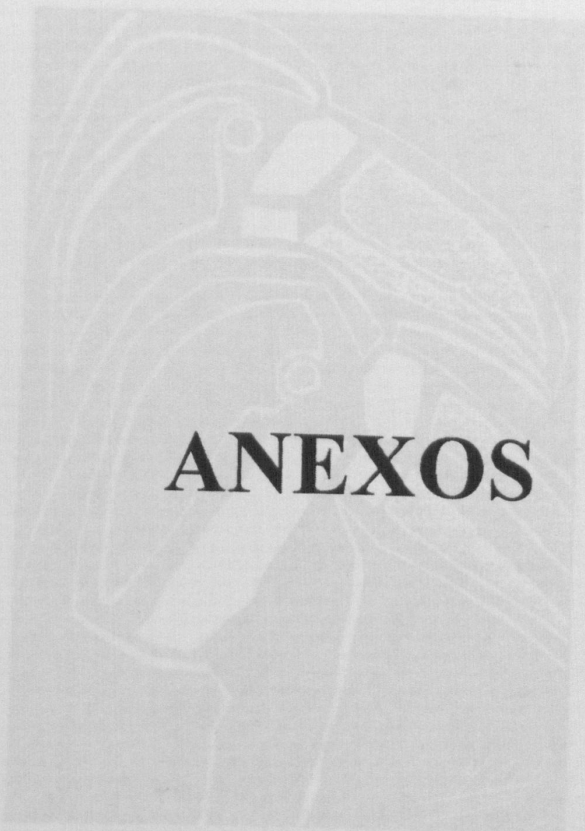
_____. *Meta-história*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.



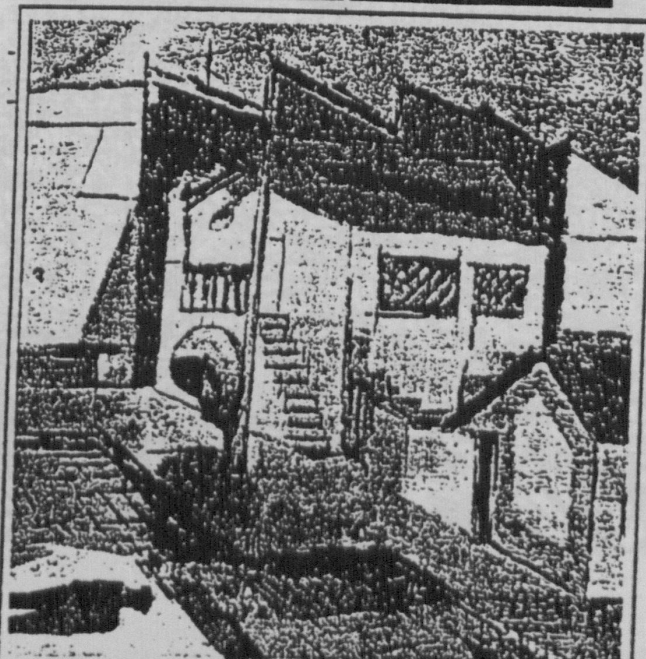
247

246



ANEXOS



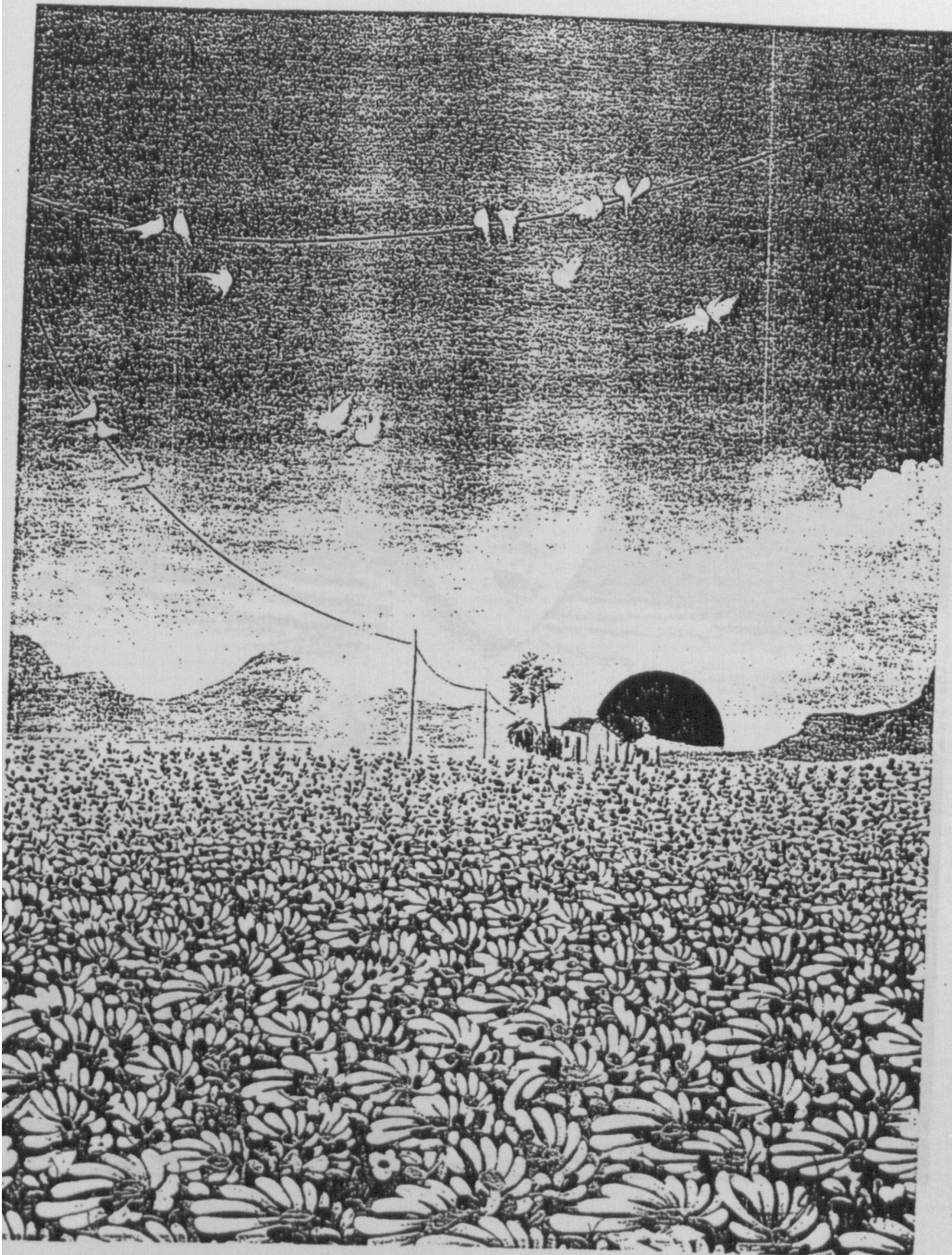




Lista Telefônica 621

Goiânia, Anápolis e Centro-Oeste Goiano

Assinantes/Classificada 92/93



telecomunicações de goias s.a.
telegoiás
empresa do SISTEMA TELEBRAS

listel

 *Lista Telefônica 621*

Goiânia, Anápolis e Centro-Oeste Goiano

Assinantes/Classificada 91/92



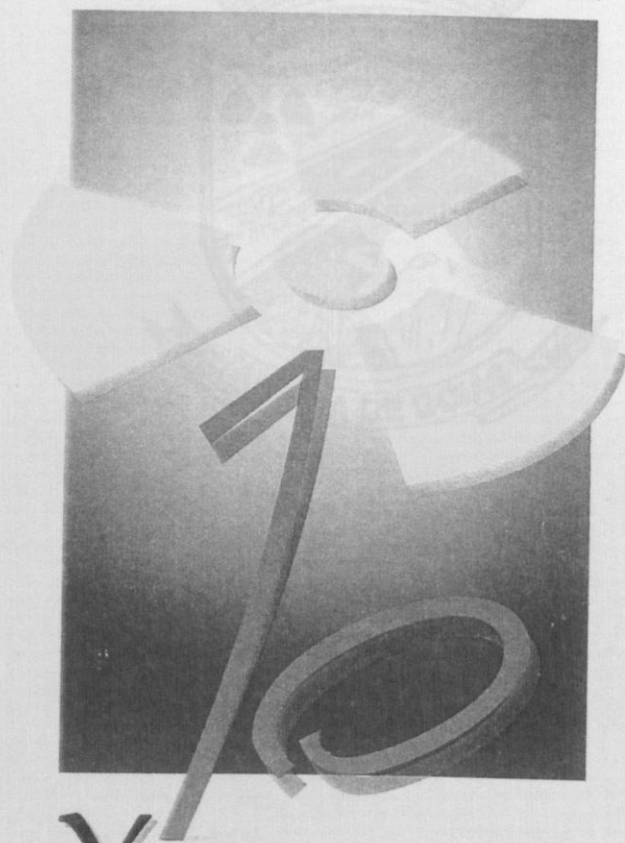
 telecomunicações de goiás s.a.
telegoiás
empresa do SISTEMA TELEBRÁS

listel

ABADIA DE GOIAS

O ASFALTO DIVIDENDO A TRADIÇÃO DA MODERNIDADE

GOIÂNIA

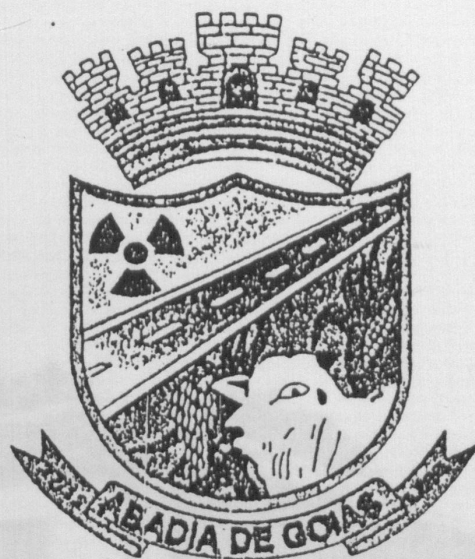


Years
Later

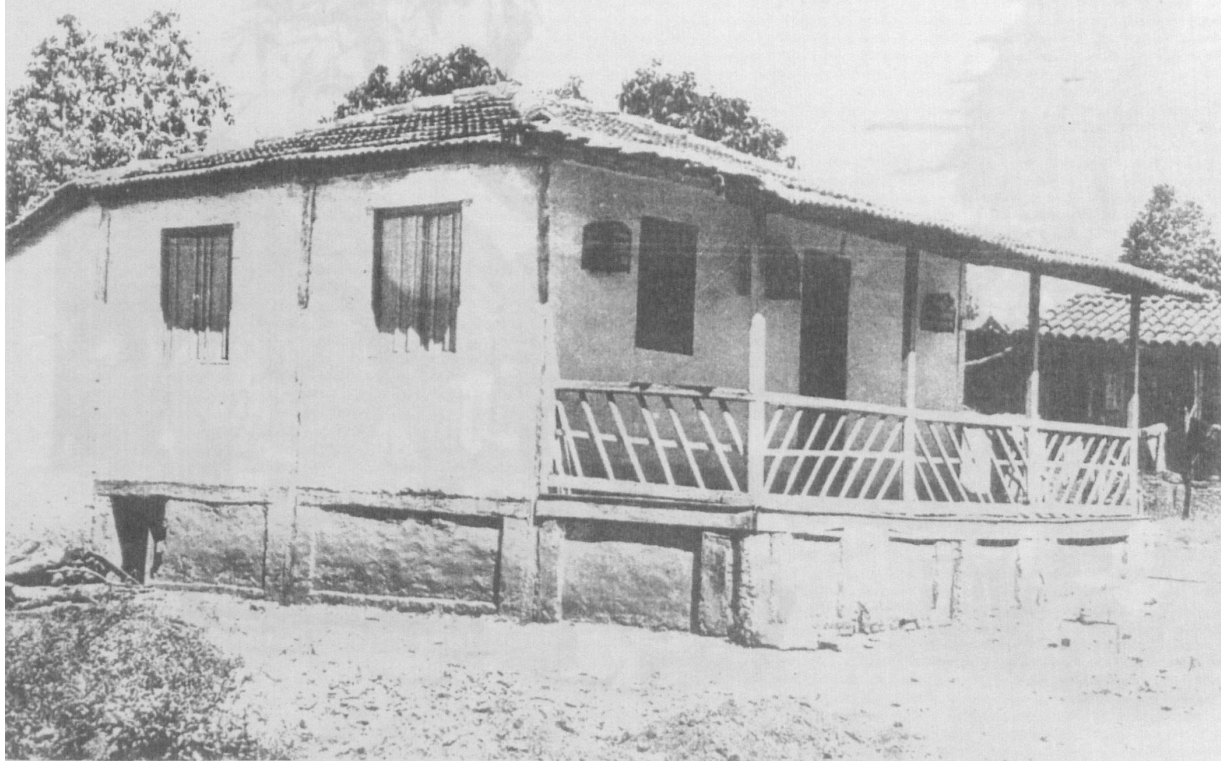
ALGUMAS RESIDÊNCIAS SEM DIFERENTES DAS
CASAS - TIPO DE CASAS DE COLÔNIA

ABADIA DE GOIÁS:

O ASFALTO DIVIDINDO A TRADIÇÃO DA MODERNIDADE

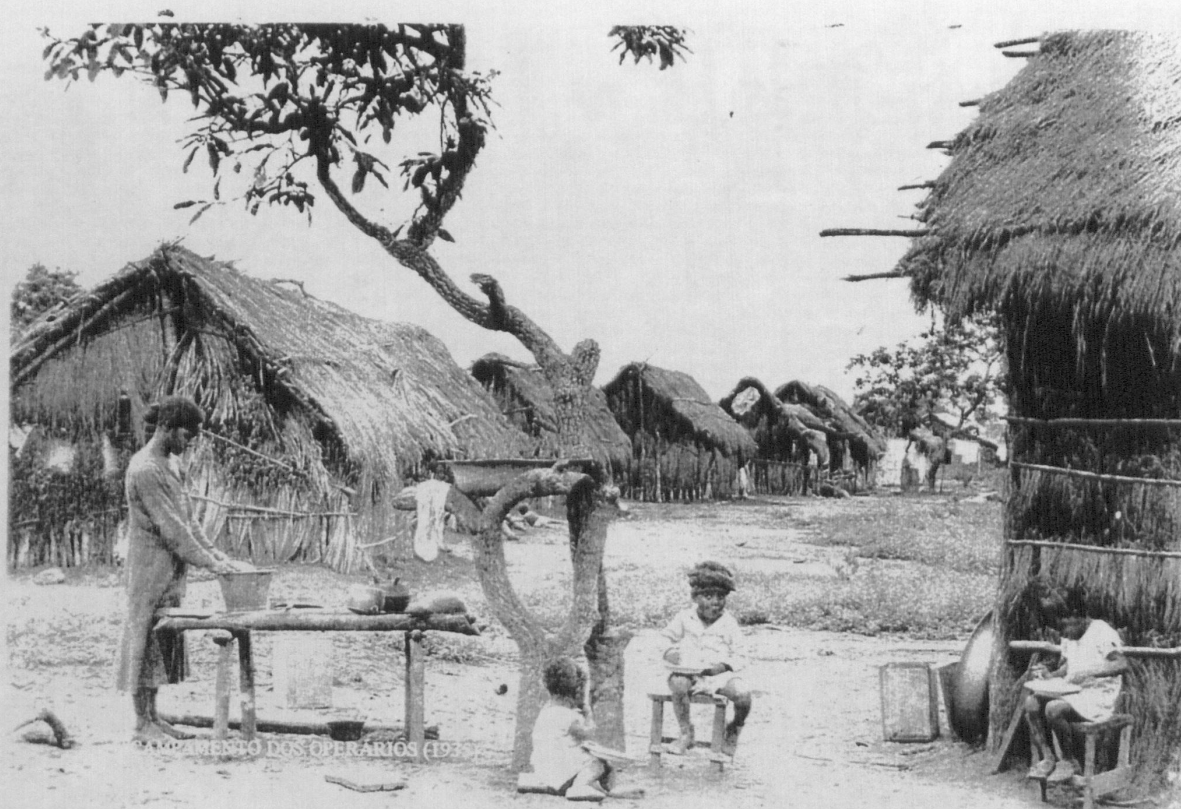


ALGUMAS RESIDÊNCIAS BEM DIFERENTES DAS
CASAS - TIPOS DOS PRIMEIROS ANOS DE GOIÂNIA




"O Departamento Estadual de Estatística e Imprensa Oficial,
ao se transferirem para cá, ocuparam casas de tábuas
ou provisórias, situadas na rua 24"

RESIDÊNCIAS DOS OPERÁRIOS NO BAIRRO BOTAFOGO



ALAGAREM DOS OPERÁRIOS (1933)

 *Lista Telefônica 621*

Goiânia e Região Metropolitana

NOVA SEÇÃO DE ASSINANTES
MAIS FÁCIL DE CONSULTAR

98/99



Lista do Cliente

**Lista de Assinantes
Goiânia - Residenciais**

Lista Classificada

Lista do Assinante

**Lista de Assinantes
Goiânia - Negócios e Serviços**

Lista do Anunciante

**Lista de Assinantes
Outras Localidades**



telegoiás
SISTEMA TELEBRÁS

listel

